UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

SERGIO APARECIDO NABARRO

REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NOS MUNICÍPIOS DE LONDRINA E TAMARANA-PR

São Paulo
2010

SERGIO APARECIDO NABARRO

REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NOS MUNICÍPIOS DE LONDRINA E TAMARANA-PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências (Geografia Humana).

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

São Paulo
2010

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Nabarro, Sergio Aparecido. Reforma Agrária de Mercado nos Municípios de Londrina e Tamarana-PR / Sergio Aparecido Nabarro ; orientador: Júlio César Suzuki. – São Paulo, 2010.
232 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Geografia Humana. 2. Reforma agrária. 3. Economia agrícola. 4. Mercado agrícola I. Título. II. Suzuki, Júlio César.

CDD 304.2

NABARRO, Sergio Aparecido

Reforma Agrária de Mercado nos Municípios de Londrina e Tamarana-PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências (Geografia Humana).

Aprovado em: _____/_____/_____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais, Maria Aparecida Nabarro e Luiz Garcia Nabarro (in memorian), que sempre estiveram comigo nos melhores e piores momentos da minha vida, o meu amor e a minha gratidão.

Aos meus sobrinhos (Junior, Nicole e Luiz Gustavo) que me fazem ter esperança num futuro melhor.

AGRADECIMENTOS

A elaboração dessa dissertação só foi possível porque recebi ajuda e atenção de muitas pessoas. Mesmo correndo o risco de cometer injustiças e esquecer de alguém, gostaria de agradecer todas elas:

Ao meu orientador, Prof. Dr. Júlio César Suzuki, por ter acreditado em minha capacidade intelectual, por se fazer presente no meu dia-a-dia como orientador, professor e também como amigo e por ter dispensado a mim sua paciência e solidariedade. Minha admiração e gratidão;

A todas as famílias entrevistadas que sempre abriram as portas de seus lotes e, por vezes, deixaram seu trabalho de lado para me atender. Recebam meu sincero agradecimento. Sem vocês jamais este trabalho teria sido realizado;

Às professoras Larissa Mies Bombardi e Marta Inez Medeiros Marques pelas importantes sugestões no exame de qualificação;

Aos professores das disciplinas que cursei durante o mestrado: Anselmo Alfredo, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Júlio César Suzuki e Maria Célia Pinheiro Machado Paoli, cujas aulas me permitiram aprofundar as discussões sobre a reprodução das relações sociais e apropriação capitalista do espaço;

Ao programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo que proporcionou o aprofundamento de minha leitura do mundo;

Aos funcionários da secretaria de Pós-graduação em Geografia Humana, pelo profissionalismo e por estarem sempre disponíveis para passar-me as informações burocráticas, necessárias para a conclusão desta pesquisa;

Aos funcionários da Biblioteca Florestan Fernandes, sempre muito cordiais em me atender e esclarecer minhas dúvidas sobre o acervo da biblioteca. Agradeço ainda pela elaboração da ficha catalográfica desta dissertação;

Ao COSEAS – USP por proporcionar minha hospedagem no CRUSP, fundamental para que eu pudesse cursar as disciplinas da Pós-graduação;

A todos os funcionários dos cartórios de registro de imóveis dos municípios de Londrina e Tamarana, sempre muito cordiais e prontos para me atender;

Aos engenheiros agrônomos e técnicos da EMATER pelas valiosas informações sobre os assentamentos rurais dos municípios de Londrina e Tamarana;

A todos os professores e funcionários do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) que cuidaram atentamente da minha formação e que hoje torcem tanto por mim, em especial à Profa. Dra. Ruth Youko Tsukamoto por ter me apresentado a Geografia Agrária e sempre me acolher em seus projetos de pesquisa. Meu profundo agradecimento e admiração;

Ao Leandro Henrique e à Lizandra Pirin, meus grandes amigos, pelas hospedagens em sua casa durante as minhas primeiras viagens a São Paulo;

À Áurea e Rosangela, funcionárias do Museu Histórico de Londrina, pela concessão de vasto material bibliográfico e fotográfico;

Aos amigos do Laboratório de Geografia Agrária e do colóquio do prof. Júlio, no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo: Adriana, Alberto, Amauri, André, Camilo, Carla, Carlos, Selito, Denise, Elaine, Eledir, Elias, Evandro, Fábio, Giancarlo, Gisele, Hector, Kátia, Lina, Lobo, Mirian, Nilton e Roni.

À Suzy Corso Fernandes e ao José Kennedy Fajardo, respectivamente, secretária e diretor do Colégio Estadual Carlos de Almeida, em Londrina, por autorizar e entender minhas constantes ausências para a elaboração desta pesquisa;

A todos os funcionários e professores do Colégio Estadual Carlos de Almeida, sempre presentes auxiliando o meu trabalho, em especial: Andréia, Barros, Bruna, Cleuza, Delma, Edileni, Leni, Márcia, Maria Tereza, Roberta e Suze;

A todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho.

Deixei distante a família
Pra vir a Brasília senhor presidente
Conduzido por um tema de um sério problema
Que acaba com a gente
Minha bagagem é o fracasso
Mas trago um abraço dos amigos meus
Deixei toda a santaiada e fiz a jornada
Pra falar com Deus

Por não marcar audiência
Com sua excelência se eu for barrado
Alguns dos seus constituintes
Que são meus ouvintes transmita o recado
Não peço terra de graça, mas que algo faça
Pra isso é que eu venho
Por uma ajuda de custo
Não sei se é justo perder o que eu tenho

Quando eu colhi meu café
Eu pensei até em ser bom começo
Mas como foi tabelado
Eu fui obrigado a vender no seu preço
Somente as terras que haviam
Dei por garantia no financiamento
Foi quando veio a geada
E na área plantada colhi dez por cento

O banco quer minhas terras
Já tombei na guerra na luta roceira
Para salvar meu futuro que o senhor procuro
Por minha trincheira
Mesmo o gerente do banco mostrava ser franco
E meu grande amigo
Com esta queda maldita
Agora ele evita de falar comigo

Minha herança de roça
É essa mão grossa que trago por prova
Creio senhor presidente ser eficiente
A república nova
Pensava em ser tão feliz
De tudo eu fiz pra não perder o nome
Mas minha fé me alicerça
Com essa conversa aos pés do homem

Versos aos Pés do Homem
(Tião Carreiro e Pardinho)

RESUMO

NABARRO, Sergio Aparecido. **Reforma Agrária de Mercado nos Municípios de Londrina e Tamarana-PR**. 2010. 232 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo DG/FFLCH/USP. São Paulo, 2010.

Criado pelo Banco Mundial, no bojo das políticas neoliberais de ajuste estrutural, e adotado pelo Estado brasileiro na década de 1990, o modelo de reforma agrária de mercado representa uma tentativa de contensão das tensões sociais no campo por meio da desmobilização dos movimentos sociais de luta pela terra. No entanto, os desdobramentos nocivos dessas ações políticas vão além. A implementação desse modelo, dito de “reforma agrária”, representa ainda: a expansão do capital financeiro no campo; o “aquecimento” do mercado de terras e da especulação; inaugura uma nova modalidade de recriação do campesinato, protagonizada pelo mercado; e cria um conflito entre a lógica capitalista de propriedade privada da terra e a concepção de terra de trabalho, na visão camponesa. A presente pesquisa visa analisar a inserção do modelo de reforma agrária de mercado nos municípios de Londrina e Tamarana, localizados na região Norte do estado do Paraná, por meio da análise da produção do espaço agrário dos referidos municípios que favoreceu a penetração do modelo; da avaliação das políticas de desenvolvimento rural propostas pelo Banco Mundial e adotadas pelo Estado brasileiro; e, por meio da análise de elementos, como: sujeição da renda camponesa da terra ao capital, reprodução social e material das famílias assentadas e conflitos existentes no interior das diferentes formas de sociabilidade dos camponeses, verificamos a inviabilidade dos assentamentos rurais criados a partir dos programas de reforma agrária de mercado, pautados na ótica neoliberal de desenvolvimento rural do Banco Mundial.

Palavras-chave: Reforma agrária de mercado, Banco Mundial, Estado, Movimentos sociais de luta pela terra, Assentamentos rurais.

ABSTRACT

NABARRO, Sergio Aparecido. **Agrarian Market Reform in the Municipalities of Londrina and Tamarana-PR**. 2010. 232 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo DG/FFLCH/USP. São Paulo, 2010.

Created by the World Bank, in the midst of the neoliberal policies of structural adjustment, and adopted by the Brazilian state in the 1990s, the model of market agrarian reform represents an attempt at containment of social tensions in rural areas through the demobilization of social movements fighting the land. However, the harmful consequences of these actions go beyond policies. The implementation of this model, called the "land reform", is still: the expansion of financial capital in the field, the "warming" of the land market and speculation, inaugurates a new mode of recreation of the peasantry, led by the market and creates a conflict between the logic of capitalist private ownership of land and the design of earth work, vision peasant. This research aims to analyze the inclusion of the model of agrarian market reform in the municipalities of Londrina and Tamarana, located in northern Paraná state, through the analysis of agricultural production space of those counties that favored the penetration of the model; of evaluation of rural development policies proposed by the World Bank and adopted by the Brazilian State, and, through the analysis of elements, such as subjecting the income of peasant land to capital, material and social reproduction of families settled and conflicts within the various forms of sociability of the peasants, we see the inevitability of rural settlements created from the agrarian reform programs in the market, lined the neoliberal perspective on rural development under the World Bank.

Keyworks: Agrarian market reform, World Bank, State, Social movements fighting for land, Rural settlement.

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Brasil Celeiro.....01
Foto 02 – A Colheita do Café.....19
Foto 03 – Primeiro Prédio da Companhia de Terras Norte do Paraná.....31
Foto 04 – Prédio da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná.....34
Foto 05 – Primeiros Imigrantes Portugueses.....37
Foto 06 – Primeiros Imigrantes Alemães.....38
Foto 07 – Cafeeiro Atingido pela Primeira forte Geada Registrada, em 1953.....43
Foto 08 – Mamoeiro.....49
Foto 09 – Couve-flor.....50
Foto 10 – Principal rua do distrito de Tamarana, década de 1950.....51
Foto 11 – FHC e o Neoliberalismo.....62
Foto 12 – O Homem do Campo.....110
Foto 13 – Sr. João Lima Oliveira.....124
Foto 14 – Assentamento Rei do Alface. Casa do lote 1.....126
Foto 15 – Solo. Assentamento Rei do Alface.....146
Foto 16 – Solo. Assentamento Renascer I.....146
Foto 17 – Lote 4 do Assentamento Renascer I.....147
Foto 18 – Lote 4 do Assentamento Esperança.....147
Foto 19 – Sr. Antônio.....151
Foto 20 – Assentamento Renascer I.....152
Foto 21 – Equipamento utilizado para o resfriamento e armazenagem do leite.....152
Foto 22 – Plantação de Maracujá. Assentamento Esperança.....159
Foto 23 – Área de horticultura. Assentamento Rei do Alface.....160
Foto 24 – Plantação de mandioca. Assentamento Akolá.....160
Foto 25 – Placa de Identificação do lote 23 do Assentamento Renascer I.....164
Foto 26 – Placa de Identificação do lote 2 do Assentamento Esperança.....164
Foto 27 – Casa localizada em um lote abandonado.....174
Foto 28 – Dona Iolanda.....176
Foto 29 – Flor de Maracujá.....182
Foto 30 – Limoeiro.....195
Foto 31 – Questão Agrária.....203

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Famílias Envolvidas em Ocupações de Terras.....95
Gráfico 02 – Área Média por Família (1999 a 2003).....104
Gráfico 03 – Local de Nascimento.....123
Gráfico 04 – Última Residência.....125
Gráfico 05 – Moradia Anterior ao Assentamento.....125
Gráfico 06 – Faixa Etária.....125
Gráfico 07 – Nível de Escolaridade.....125
Gráfico 08 – Faixa Etária.....128
Gráfico 09 – Local de Nascimento.....131
Gráfico 10 – Faixa Etária.....132
Gráfico 11 – Nível de Escolaridade.....132
Gráfico 12 – Local de Nascimento.....138
Gráfico 13 – Última Residência.....138
Gráfico 14 – Moradia Anterior ao Assentamento.....138
Gráfico 15 – Faixa Etária.....138
Gráfico 16 – Nível de Escolaridade.....138

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Planta do Assentamento Fazenda Akolá.....121
Imagem 02 – Planta do Assentamento Rei do Alface.....127
Imagem 03 – Planta do Assentamento Esperança.....130
Imagem 04 – Planta do Assentamento Renascer I.....136

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Localização da Área de Estudo.....11
Mapa 02 – Localização das Três Regiões que Compõem o Norte do Estado do Paraná.....29
Mapa 03 – Área de Colonização da Companhia de Terras no Norte do Paraná.....45
Mapa 04 – Frentes que Atuaram na Área de Estudo.....47
Mapa 05 – Localização dos estados onde o Programa Cédula da Terra atuou (1997 a 1999).....99
Mapa 06 – Localização dos estados onde o Programa Banco da Terra atuou (1999 a 2003).....100
Mapa 07 – Número de assentamentos rurais criados pelo Programa Banco da Terra (1999 a 2003).....101
Mapa 08 – Número de famílias assentadas pelo Programa Banco da Terra (1999 a 2003).....102
Mapa 09 – Assentamentos Rurais Criados com Financiamento do Banco da Terra por Município no Estado do Paraná (1999 a 2003).....106
Mapa 10 – Tipos de Solos e Distribuição dos Assentamentos e Vilas Rurais dos Municípios de Londrina e Tamarana.....114
Mapa 11 – Cultivo Inicial nos Lotes do Assentamento Fazenda Akolá.....141
Mapa 12 – Planta Anexada ao Processo de Financiamento.....144
Mapa 13 – Planta Real do Assentamento Renascer I.....144
Mapa 14 – Uso da Terra no Assentamento Fazenda Akolá.....155
Mapa 15 – Uso da Terra no Assentamento Rei do Alface.....156
Mapa 16 – Uso da Terra no Assentamento Esperança.....157
Mapa 17 – Uso da Terra no Assentamento Renascer I.....158
Mapa 18 – Situação Atual dos Lotes do Assentamento Fazenda Akolá.....169
Mapa 19 – Situação Atual dos Lotes do Assentamento Rei do Alface.....170
Mapa 20 – Situação Atual dos Lotes do Assentamento Esperança.....171
Mapa 21 – Situação Atual dos Lotes do Assentamento Renascer I.....172

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Ações Estratégicas para a Implantação do “Novo Mundo Rural”.....89
Quadro 02 – Tramitação do Programa Banco da Terra em Londrina e Tamarana.....118
Quadro 03 – Tramitação do Programa Banco da Terra.....119

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Assentamentos Pesquisados.....16
Tabela 02 – Cafeeiros Erradicados por Estado (de 1962 a 1965).....41
Tabela 03 – Cafeeiros Erradicados por Estado (de 1966 a 1968).....42
Tabela 04 – Crescimento Percentual da População de Londrina.....54
Tabela 05 – Evolução da População Residente em Londrina.....55
Tabela 06 – Estrutura Fundiária de Londrina.....56
Tabela 07 – Conflitos por Terra no Brasil entre 1995 e 1998.....61
Tabela 08 – Balanço das Operações do Programa Cédula da Terra (1997 a 1999).....78
Tabela 09 – Comparativo das Médias Apresentadas nas Operações do Programa Cédula da Terra com as Médias de Mercado.....80
Tabela 10 – Balanço das Operações do Banco da Terra entre 1999 e 2003.....103
Tabela 11 – Valores dos Contratos e Áreas Adquiridas.....145

SUMÁRIO

Agradecimentos.....vi
Epígrafe.....viii
Resumo.....ix
Abstract.....x
Lista de Fotos.....xi
Lista de Gráficos.....xii
Lista de Imagens.....xiii
Lista de Mapas.....xiv
Lista de Quadros.....xv
Lista de Tabelas.....xvi

SUMÁRIO.....xvii

INTRODUÇÃO.....01

CAPÍTULO 1 – QUESTÃO AGRÁRIA E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DOS MUNICÍPIOS DE LONDRINA E TAMARANA.....19

1.1 A Questão Agrária no Brasil e a Formação do Norte do Paraná.....20
1.2 A Formação da Estrutura Fundiária da Porção Norte de Londrina.....32
1.3 Os Safristas e sua Expansão até a Porção Sul de Londrina.....46
1.4 O Estatuto da Terra e a Luta pela Reforma Agrária.....52

CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS NEOLIBERAIS E O MODELO DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO.....62

2.1 As Políticas de Ajuste Estrutural do Banco Mundial.....63
2.2 O Modelo de “Reforma Agrária” do Banco Mundial.....70
2.3 A Aliança do Estado Brasileiro com o Banco Mundial: o modelo de reforma agrária de mercado no Brasil e o “Novo Mundo Rural”.....76

CAPÍTULO 3 – ORGANIZAÇÃO E VIABILIDADE DOS ASSENTAMENTOS RURAIS CRIADOS A PARTIR DOS PROGRAMAS DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO.....110

3.1 Formação dos Assentamentos: criação dos grupos e financiamento da terra.....116

3.1.1 Assentamento Fazenda Akolá.....120

3.1.2 Assentamento Rei do Alface.....125

3.1.3 Assentamento Esperança.....129

3.1.4 Assentamento Renascer I.....135

3.2 Viabilidade dos Assentamentos e a Sujeição da Renda Camponesa da Terra ao Capital.....139

3.3 O Cenário Atual e as Perspectivas para o Futuro.....162

CONSIDERAÇÕES FINAIS 176

REFERÊNCIAS.....182

APÊNDICE.....195

Apêndice A - Questionário Aplicado.....196

ANEXO.....203

Anexo A – Novo Mundo Rural.....204

INTRODUÇÃO

Foto 01 – Brasil Celeiro
Fonte: KOEHNE, 2009.

A expansão das relações capitalistas de produção no espaço agrário desperta, desde o século XIX, o interesse de inúmeros pensadores sobre qual será o “caminho” tomado para o desenvolvimento do campo. Muitos foram os esforços na tentativa de entender o presente e o futuro do rural. No marxismo clássico, a questão agrária se apresentou de duas maneiras. Segundo Michelli Junior (2001, p. 1), a primeira pode ser definida como “a análise das relações de propriedade e de produção vigentes no campo, que mostram certa diferença destas relações vigentes na indústria”, ou seja, uma análise da questão agrária num sentido restrito. A segundo, mais ampla, está relacionada à “investigação das estruturas sociais, onde os camponeses se mostram como uma classe social em transição”, tanto no sentido histórico da transitoriedade, isto é, como formação econômica social do feudalismo, mas que continua a existir no capitalismo, como no sentido estrutural da transitoriedade, ou seja, como classe social de transição entre a burguesia e o proletariado, as duas classes fundamentais do capitalismo.

O próprio Marx, um dos primeiros estudiosos da questão agrária sob o modo de produção capitalista, teve seu primeiro contato com a questão camponesa quando ainda era redator de um jornal francês, na década de 1830, quando se defrontou com a situação de miséria enfrentada pelos viticultores de Marsella (HEGEDÜS, 1984, p. 150). Anos mais tarde, já na década de 1850, Marx, em sua obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, publicado apenas na década de 1860, reflete sobre as causas dos fracassos das revoluções proletárias, de 1848 e 1851, e realiza um estudo sobre a estrutura interna do campesinato francês, apontando essa classe como responsável pela vitória eleitoral de Luís Bonaparte.

No final da década de 1850, os estudos de Marx passam a estar focados na teoria econômica, no entanto, ele não abandona os estudos sobre a questão agrária, passando a debruçar-se sobre a teoria da renda fundiária e sobre a lei geral da acumulação capitalista. (WHEEN, 2001, p. 53)

Marx morre em 1883 sem concluir sua obra maior (*O Capital*), nesta época, segundo Kautsky (1986, p. 9), a questão agrária passa para o primeiro plano das discussões nos partidos socialistas europeus. Neste contexto, Kautsky tenta avançar nas análises de Marx sobre o campo, pois, segundo ele, “mesmo que Marx tivesse completado sua obra maior, nela não encontraríamos todas as explicações que buscamos, pois aborda apenas a agricultura capitalista, no entanto, o que mais preocupa hoje em dia é precisamente o papel desempenhado pelas formas pré-

capitalistas de agricultura no seio da sociedade capitalista" (KAUTSKY, 1986, p. 9-10).

Kautsky, ao estudar a questão agrária no contexto alemão, defendeu a tese, também discutida por Lênin, do desaparecimento do campesinato. Na análise de Bombardi (2004, p. 54), "Lênin e Kautsky, mesmo com posições diferenciadas, são expoentes desse tipo de pensamento na interpretação do campo. Interpretação esta que perdura até hoje, de acordo com a qual haveria, com o avanço do capitalismo, um processo de diferenciação interna no campesinato, em que, por um lado, os camponeses ricos tenderiam a formar parte da burguesia e, por outro, os camponeses pobres perderiam o acesso a terra e aos meios de produção e se submeteriam como proletários aos camponeses ricos, agora burguesia". No entanto, Rosa Luxemburgo, em sua obra *A Acumulação do Capital*, publicada originalmente em 1913, mostra que no desenvolvimento do capitalismo no campo há a permanência de relações não-capitalistas na reprodução do modo capitalista de produção. A autora vai além, afirma ainda que as relações não-capitalistas fazem parte do processo de reprodução das relações capitalistas e que o capitalismo é inconcebível sem estas relações (LUXEMBURGO, 1985, p. 297).

Além de Rosa Luxemburgo, outros autores estudaram a questão agrária e também não defenderam a tese de Lênin e Kautsky sobre o desaparecimento do campesinato e a dominação do campo pelas relações capitalistas, como por exemplo Teodor Shanin que, posteriormente, em seus estudos, incorpora algumas idéias do populista Alexander Von Chayanov.

De acordo com Paulino (2006, p. 41), Chayanov, embasado nas teorias populistas e não nas marxistas, "não desconsiderava a importância e o peso do trabalho familiar na composição das forças políticas do momento, defendendo não a extinção, mas a sua preservação mediante readequações impostas pelo próprio modo de produção em consolidação".

Para Chayanov, o trabalho familiar é fundamental para o desenvolvimento do capitalismo e, segundo ele, caso houvesse o desaparecimento do campesinato isso iria ocorrer a longo prazo. De acordo com Chayanov (1974, p. 42),

> (...) certamente podemos ver que não há de se esperar necessariamente que o desenvolvimento da influência capitalista e a concentração na agricultura resultem na criação e no desenvolvimento de latifúndios. Seguramente há que se esperar que o capitalismo comercial e financeiro estabeleça uma ditadura econômica sobre importantes setores da

> agricultura, a qual permaneceria como antes no tocante à produção, composta de empresas familiares de exploração em pequena escala sujeitas em sua organização interna às leis do balanço entre trabalho e consumo.[1]

Chayanov foi severamente criticado pelos seus posicionamentos, no entanto, ele era integrante da Escola de Organização e Produção, instituição composta por técnicos agrícolas e outros estudiosos, voltada ao registro de dados e apresentação de propostas para o desenvolvimento das unidades camponesas. Com isso, "reuniu informações privilegiadas, pelo contato direto com indivíduos que mais conheciam e conviviam com os camponeses: técnicos e funcionários agrícolas" (PAULINO, 2006, p. 51). Segundo Paulino:

> Foi exatamente o respaldo na realidade um dos fatores a conferir legitimidade à obra de Chayanov, pelo seu profundo conhecimento da lógica camponesa, decorrente da própria experiência profissional, experiência essa que autores como Kautsky e Lênin não puderam desfrutar plenamente.
> Partindo da diferenciação demográfica e do balanço entre trabalho e consumo, Chayanov indica os caminhos pelos quais as unidades camponesas alcançam o equilíbrio interno, destacando-se as estratégias de ocupação da família. Diferentemente da agricultura capitalista, a primeira possui força de trabalho constante, não podendo ser contratada ou dispensada de acordo com as necessidades dos cultivos. (PAULINO, 2006, 51-52).

As proposições de Chayanov, embasadas nas teorias populistas e em sua prática profissional, foram fundamentais para a elaboração de seus escritos, entretanto, no que tange à teoria marxista, relacionada ao estudo da classe camponesa e da questão agrária, uma importante contribuição, sobretudo de ordem teórica, de um autor contemporâneo, é fundamental: a de Teodor Shanin. Segundo este autor, a palavra camponês não se constitui em apenas mais um termo, mas sim em um conceito chave para o entendimento da questão agrária. Afirma ainda que o campesinato deve ser entendido enquanto classe social. (SHANIN, 1980, p. 76).

A interpretação das proposições de Shanin nos permite afirmar que não somente o campesinato se constitui enquanto uma classe social de dentro do

[1] No original: "(...) podemos ver con toda claridad que no hay que esperar necesariamente que el desarrollo de la influencia capitalista y la concentración en la agricultura desenboquen en la creación y el desarrollo de latifúndios. Com mayor probabilidad había que esperar que el capitalismo comercial e financiero establezca una dictadura económica sobre considerables setores de la agricultura, la cual permaneceria como antes en lo relativo a producción, compuesta de empresas familiares de explotación agrícola en pequeña escala sujeitas en su organización interna a las leyes del balance entre trabajo y consumo." (CHAYANOV, 1974, p. 42)

capitalismo, e não de fora como acreditam alguns autores, mas sobretudo que a produção de capital não é incompatível com a lógica de reprodução camponesa. Segundo ele,

> Sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados. (...) Eles persistem, ao mesmo tempo que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que perpassa suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural camponês, em maneira já parcialmente explorada por Kautsky. (SHANIN, 1980, p. 58).

No Brasil, também existem interpretações divergentes, e até mesmo antagônicas, a respeito da questão agrária e camponesa, pois por aqui a terra sempre foi encarada como reserva de valor. Na análise de Paulino (2006, p. 27), "no Brasil, as relações econômico-institucionais encontram sustentação em formas rentistas, as quais denunciam a natureza contraditória do desenvolvimento capitalista". Desta maneira, "a extração do excedente social está fundamentada em formas de apropriação do território baseadas no favorecimento à concentração da propriedade privada da terra, comparecendo esta como instrumento primordial de acumulação por intermédio de duas frentes" (PAULINO, 2006, p. 28). A primeira é referente ao cerceamento ao seu acesso, procedimento que culmina na valorização da terra. A segunda, interligada à primeira, que esta relacionada com a divisão desigual da terra, o que confere poder para aqueles que detém mais terra, desobrigando-os assim a se preocupar com o cumprimento da função social da terra.

Martins, ao analisar as diferenças no desenvolvimento das relações capitalistas no campo brasileiro e europeu, explica que:

> Enquanto para o modelo europeu no centro do desenvolvimento capitalista está o capital, no modelo brasileiro, profundamente marcado pela tradição da dependência colonial, a terra é essencial para o desenvolvimento capitalista porque propicia uma acumulação de capital com base no tributo e na especulação, isto é, com base na renda da terra. (MARTINS, 1999, p. 131).

As análises de José de Souza Martins são fundamentais para entender a expansão das relações capitalistas de produção no campo brasileiro. Segundo ele, "é improvável que alguém se atreva hoje a escrever ou falar sobre as características

ou os acontecimentos do mundo rural brasileiro sem atribuí-los à expansão do capitalismo no campo" (MARTINS, 1990, p. 151). No entanto, esclarece que não podemos pensar apenas que *"se os camponeses são expulsos da terra, é por causa da expansão do capitalismo, se não são expulsos também é por causa da expansão do capitalismo"*. Para Martins, é necessário analisar todo o processo, que é complexo e contraditório, para não cairmos em explicações simplistas, ou seja, é preciso analisar: as relações de trabalho, a renda da terra, a propriedade privada da terra, a acumulação e a reprodução ampliada do capital etc.

Contrariamente a José de Souza Martins[2], ainda existem no Brasil intelectuais que compactuam com a tese de Lênin sobre o desaparecimento da classe camponesa e, em suas análises, apontam a utilização do termo agricultor familiar, ao invés de camponês, como é o caso de Ricardo Abramovay.

> As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter burguês da organização social. (ABRAMOVAY, 2007, p. 127).

Seguindo os pressupostos teóricos deste pensador, a reforma agrária se tornaria uma ação inviável, conforme a crítica de Bombardi:

> Em boa parte das interpretações científicas do campo na atualidade, há uma crença, velada ou não, centrada no entendimento de que o campesinato está fadado a desaparecer. Este posicionamento – que tem raízes no pensamento leninista fundamentado em sua teoria sobre a diferenciação interna do campesinato – transparece em mais de uma maneira. Uma delas tem se tornado, não só por uma questão semântica, no novo paradigma de interpretação do campo, que é o conceito de agricultura familiar. Através deste conceito procura-se classificar os agricultores em função de seu grau de inserção no mercado: os camponeses deixam de sê-lo na medida em que têm sua produção cada vez mais voltada para o mercado, ao possuírem alto grau de tecnificação, etc. São então compreendidos como pequenos empresários e, de acordo com essa concepção, poucos agricultores conseguem almejar esta situação e a grande maioria estaria fadada à proletarização.
> O principal problema – para falar apenas dos pontos de vista social e político – para o qual aponta este tipo de interpretação é a crença na

[2] É preciso destacar que em seus escritos mais recentes (ver MARTINS, 2000, 2003, 2005, 2006, 2007a e 2007b) José de Souza Martins, que entre os anos de 2000 e 2002 foi assessor especial para a questão do trabalho escravo e do trabalho infantil do então presidente Fernando Henrique Cardoso, passa a adotar o termo agricultor familiar ao invés de camponês. Para a elaboração desta pesquisa estamos trabalhando com as análises de Martins nas obras anteriores ao ano 2000 (ver MARTINS, 1981, 1986, 1990 e 1999).

> inviabilidade da reforma agrária uma vez que o campesinato não perdurará. Nesta concepção, a reforma agrária será benéfica para uns poucos agricultores que enriquecerão e poderá servir, no limite, como uma maneira de conter as tensões sociais. (BOMBARDI, 2004, p. 36-37).

Seguindo a corrente teórica de José de Souza Martins, o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira também faz importantes análises sobre o desenvolvimento das relações capitalistas no espaço agrário brasileiro. Segundo ele, os camponeses não estão em vias de desaparecimento, muito pelo contrário, o capitalismo (re)cria contraditoriamente, no seu processo de desenvolvimento, o campesinato. Esse processo é mais claramente perceptível quando se analisa a monopolização do território pelo capital.

Ainda segundo Oliveira (1990, p. 28), a concentração da posse da terra no Brasil tem suas raízes na própria história, ou seja, o sistema de capitanias hereditárias e sesmarias foi o primeiro responsável pela estrutura fundiária, concentrada e excludente, que temos hoje. Esta forma de apropriação da terra deu origem, posteriormente, aos latifúndios que se tornaram a base de sustentação do sistema colonial.

Outro marco na questão agrária brasileira foi a promulgação da Lei de Terras de 1850 que, na prática, serviu para restringir o acesso a terra por parte daqueles que não poderiam comprá-la, ou seja, esta lei legitima a terra como mercadoria.

Essa concentração fundiária que vemos hoje, que tem sua origem no próprio processo de colonização e ocupação do território brasileiro, fez surgir a necessidade de reforma agrária[3].

---

[3] Para a elaboração desta pesquisa entendemos a reforma agrária segundo a definição de Oliveira, em que o autor ao mesmo tempo em que destaca a importância da reforma agrária enquanto instrumento que proporciona desenvolvimento e maior justiça social, contraditoriamente ressalta o surgimento da reforma agrária no bojo do desenvolvimento da sociedade capitalista.

> A reforma agrária constitui-se em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal. (..). A reforma agrária provoca alterações na estrutura fundiária sem alterar o modo capitalista de produção existente em diferentes sociedades. (OLIVEIRA, 2007, p. 68)

Nos últimos vinte anos, a luta pela terra no Brasil, capitaneada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem se intensificado em busca da realização da reforma agrária, tendo em vista que as ações do Estado não corresponderam às expectativas dos movimentos sociais de luta pela terra, sobretudo pelo não cumprimento das metas estipuladas pelos planos nacionais de reforma agrária. Além disso, na década de 1990, o Estado brasileiro se alia ao Banco Mundial, adotando a visão neoliberal[4] para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento econômico e social. É justamente nesse contexto que está inserida a nossa pesquisa. Estamos estudando a tríade Estado – Movimentos Sociais de Luta pela Terra – Banco Mundial, ou seja, o modelo de reforma agrária de mercado, uma maneira de fazer "reforma agrária" que culmina no pagamento da terra aos latifundiários e no endividamento dos camponeses. Portanto, o princípio deste modelo dito de "reforma agrária" é o abandono do instrumento de desapropriação e a subordinação dos camponeses ao capital financeiro promovido pela ideologia neoliberal do Bando Mundial, ou seja, no modelo de "reforma agrária", proposto pelo Banco Mundial, "o mercado atua como mediador e controlador do acesso à terra determinado pelas regras e oferta e procura" (SANTOS, 2005, p. 53).

O Banco Mundial[5], agente financeiro e ideológico das políticas para o desenvolvimento rural no Brasil, é uma organização financeira internacional, sediada em Washington (EUA), criada em 27 de dezembro de 1944, composto atualmente por 186 países. É responsável por financiar programas de desenvolvimento econômico e social em todo o mundo, sendo composto por cinco agências, ou

[4] De acordo com Hartwich (2009, p. 20-28), o Neoliberalismo deve ser entendido como um produto do liberalismo clássico. O termo "Neoliberalismo" surgiu na década de 1940, no contexto das reformulações das teorias econômicas impostas pelas novas fronteiras para o capital, sobretudo o capital financeiro, abertas após a Segunda Guerra Mundial, com a criação das organizações supranacionais, como o Banco Mundial, em 1944, e o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1945.
Segundo Moraes (2001, p. 6) o pensamento neoliberal está atualmente em sua segunda fase. Na primeira fase do pensamento neoliberal, proposta por economistas franceses, alemães e norte-americanos, foram adotados princípios do liberalismo clássico, que defendia um Estado menos regulador e mais assistencialista. Já na segunda fase, iniciada na década de 1970, a doutrina defendida pelo pensamento neoliberal é a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia.
Portanto, o neoliberalismo é uma corrente de pensamento e uma ideologia, ou seja, uma forma de ver e julgar o mundo. É um movimento intelectual organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos, edita publicações e, cria os chamados *think tanks*, ou seja, centros de geração de idéias e programas de difusão e promoção de eventos. E se constitui como um conjunto de políticas adotadas por vários governos, desde de o início da década de 1970, e propagadas pelo mundo à partir de organizações supranacionais, como o Banco Mundial e o FMI. (MORAES, 2001, p. 7-8).

[5] Um maior detalhamento sobre a história do Banco Mundial pode ser obtido em Mendes Pereira (2009).

organismos internacionais: a Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID), responsável por doações e empréstimos direcionados aos países mais pobres do mundo, ou aqueles atingidos por catástrofes naturais; Corporação Financeira Internacional (CFI) que atua exclusivamente na concessão de empréstimos direcionados ao setor privado; Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI), seguradora para investimentos nos países em desenvolvimento; Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI) que julga disputas sobre investimentos; e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), maior e mais importante das cinco agências que compõem o Banco Mundial, sendo responsável pelas análises dos programas apresentados ao Banco Mundial por diversos países e liberando, ou não, o dinheiro necessário para a realização de seus projetos. Além disso, é no BIRD que estão concentrados estudiosos responsáveis pela elaboração dos projetos oferecidos aos 186 países que compõem o Banco Mundial. Foi nesta agência que o modelo de reforma agrária de mercado foi criado, pois estas agências, segundo o próprio discurso do Banco Mundial, “são agências que trabalham em conjunto, com o objetivo de reduzir a pobreza no mundo” (Banco Mundial, 2010, p. 1).

É importante destacar que além de propagar o neoliberalismo, o Banco Mundial, bem como toda instituição financeira, enxerga a concessão de crédito como uma espécie de solucionador de todos os problemas econômicos e sociais existentes, ou seja, os problemas na agricultura, saúde, educação e no meio ambiente, serão solucionados pela liberação de crédito.

De maneira geral, as linhas de empréstimos do Banco Mundial estão direcionadas em quatro frentes principais: Educação, Saúde, Conservação dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural. No Brasil, entre 1996 e 2009, foram 86 projetos de desenvolvimento distribuídos nas quatro frentes, totalizando 8,4 bilhões de dólares. O Ministério do Planejamento brasileiro possui um setor específico para contatos com o Banco Mundial e com outras instituições financeiras internais: a Secretaria de Assuntos Internacionais. Os convênios para empréstimos do Banco Mundial para a realização destes projetos foram, em sua maioria, com o governo federal, no entanto, há convênios com governos estaduais e municipais. Cabe

ressaltar que a maioria destes projetos ainda estão ativos. Segundo dados do Banco Mundial, a maioria deles foram renovados até 2011[6] (Banco Mundial, 2010, p. 7).

Especificamente sobre os projetos de desenvolvimento rural, existem atualmente 14 projetos ativos no Brasil, 8 em nível estadual, todos da região Nordeste, e 6 em nível nacional, incluindo o Programa Nacional de Crédito Fundiário, programa ligado à política denominada "Novo Mundo Rural", criada no governo Fernando Henrique Cardoso, responsável pela criação do Banco da Terra.

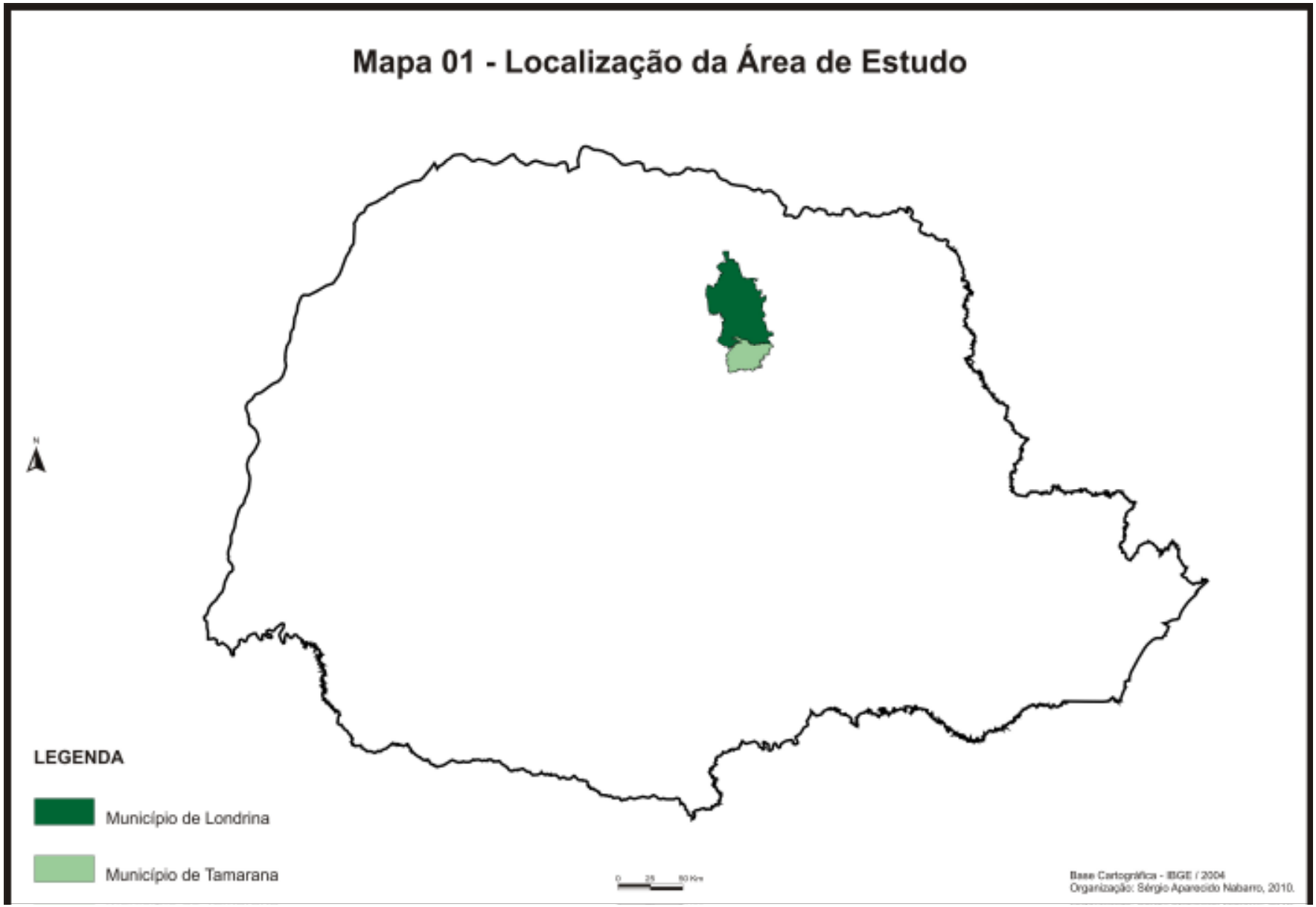
Ao renovar a parceria entre Brasil e Banco Mundial por mais quatro anos e eleger o modelo de reforma agrária de mercado como o mais adequado para a promoção do desenvolvimento social no campo, o governo Lula reafirma o seu descomprometimento com a reforma agrária, pois deixa "nas mãos" do mercado a responsabilidade da realização da reforma agrária, mesmo seu governo contando com um bem elaborado Plano Nacional de Reforma Agrária. A justificativa para a adoção do modelo de "reforma agrária" do Banco Mundial é que o modelo de reforma agrária tradicional se mostrou ineficiente e custoso.

> Como uma resposta aos efeitos relativamente modestos das iniciativas anteriores de reforma agrária e de alívio da pobreza rural, o Brasil e o Banco Mundial formularam uma estratégia que tem como objetivo oferecer cinco possíveis caminhos: incentivo à agricultura em pequena escala, geração de emprego no setor de agronegócio em expansão, criação de postos de trabalho em serviços de processamentos de alimentos, treinamento para permitir a migração para as áreas urbanas, aposentadoria para as pessoas idosas sem perspectiva de trabalho além da agricultura de subsistência. (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 16).

O que se percebe é que a intenção do Banco Mundial está mais focada na expansão do capital financeiro no campo do que diminuir a concentração da posse da terra ou realizar o desenvolvimento social no espaço rural.

Por meio do modelo de reforma agrária de mercado, foram criados muitos assentamentos em quase todos os estados da federação, inclusive em regiões onde é sabido que há terras com título de propriedade irregular e improdutivas, portanto passíveis de desapropriação, como é o caso de algumas áreas dos municípios de Londrina e Tamarana, localizados na região Norte do estado do Paraná (mapa 01).

[6] No início de 2008, o governo Lula renovou a parceria do Brasil com o Banco Mundial, vencida em 31/12/2007, para mais quatro anos (2008 – 2011). As diretrizes e objetivos dessa parceria estão disponíveis em BANCO MUNDIAL, 2008.


Mapa 01 - Localização da Área de Estudo
N
LEGENDA
Município de Londrina
Município de Tamarana
0 25 50 Km
Base Cartográfica - IBGE / 2004
Organização: Sérgio Aparecido Nabarro, 2010.

Segundo o INCRA, em levantamento solicitado pelos jornais Gazeta do Povo e Jornal de Londrina, “áreas públicas nas mãos de particulares seriam suficientes para fazer reforma agrária no estado” (JORNAL DE LONDRINA, 2010, p. 5).

> Estimativas feitas pelo INCRA mostram que, se um pequeno percentual - menos de 1% - dessas terras públicas fosse destinado à reforma agrária, elas seriam o suficiente para assentar todas as 6,5 mil famílias acampadas no estado, zerando a fila no Paraná. (JORNAL DE LONDRINA, 2010, p. 5)

Segundo esse levantamento feito pelo INCRA, a apropriação de terras públicas no estado do Paraná tem duas origens: falsificação de títulos de propriedade ou títulos de propriedade irregulares, emitidos pelo governo do estado até meados da década de 1960, desrespeitando as legislações e competências da União. Calcula-se que são aproximadamente 500 mil hectares em situação irregular no estado, distribuídos pro 139 municípios.

De acordo com a reportagem do Jornal de Londrina, atualmente existem 20 mil processos em tramitação em todo o estado solicitando que títulos de propriedade concedidos pelo Paraná sejam reconhecidos pela União, aproximadamente 200 desses processos são referentes a áreas localizadas nos municípios de Londrina e Tamarana. As áreas irregulares variam de 1 a 400 hectares.

Os municípios de Londrina e Tamarana foram escolhidos como área da pesquisa pois reúnem características históricas, físicas, sociais e políticas, que fizeram dos dois os maiores detentores de assentamentos rurais criados por meio de programas de reforma agrária de mercado do estado do Paraná, ou seja, esta área representa o “sucesso” dos programas de desenvolvimento rural respaldados financeira e ideologicamente pelo Banco Mundial.

De acordo com dados obtidos em órgãos públicos e em entrevistas com líderes comunitários, atualmente os municípios de Londrina e Tamarana, somados, possuem 8 assentamentos rurais oriundos de programas de reforma agrária de mercado, 11 assentamentos criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a partir de ações do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e 6 Vilas Rurais[7], totalizando aproximadamente 876

[7] O Programa Vilas Rurais foi implantado apenas no estado do Paraná na gestão do governador Jaime Lerner. O programa teve o Banco Mundial como agente financeiro e vigorou entre 1995 e 2002. Consistia basicamente no assentamento de uma família numa área de 0,5 hectares. A área era destinada a construção de uma casa de alvenaria, normalmente de 44m^2, e o restante era destinado à horta da família. (PONTE, 2004).

famílias, ou 4.383 moradores, ocupando uma área aproximada de 8.100 hectares. Os municípios contam ainda com dois processos para aquisição de terras, via modelo de reforma agrária de mercado, pelo qual serão “beneficiadas” 120 famílias. Contam ainda com duas áreas de acampamentos com aproximadamente 400 famílias aguardando ser assentadas.

Entendemos a criação de assentamentos rurais como o ponto de partida, no sentido de modificar a distribuição da riqueza, e não como o ponto de chegada. Leite *et alii* (2004, p. 257) argumenta que,

> A passagem para a condição de assentado dá um novo lugar social para essa população e coloca novos atores na cena econômica, social e política local, o que traz conseqüências não somente para suas vidas, mas para a região onde está inserido.

No entanto, esse “novo lugar social” significa o início de uma nova luta, agora não mais pela conquista da terra, mas para a permanência nela (NABARRO *et al.*, 2006, p. 4). A criação de um assentamento é o ponto de partida de demandas importantes que influenciam diretamente na produção do espaço, como: construção de estradas, escolas e postos de saúde, instalação de iluminação pública, novas linhas de transporte coletivo na área rural e a contração de profissionais diversos (professores, médicos, enfermeiros, motoristas etc.). Além disso,

> A criação do assentamento impõe novas formas organizativas, muitas vezes implica no rearranjo espacial de famílias, provoca a convivência com pessoas pouco conhecidas ou mesmo desconhecidas, reativando laços de solidariedade, desfazendo outros, formando grupos diferenciados e, por vezes, produzindo conflitos. (MEDEIROS e LEITE, 2004, p. 20).

A criação de um assentamento promove ainda a dinamização do comércio local, uma maior variedade de alimentos para a população urbana e rural local ou, ainda, reativa antigas formas de comercialização, como, por exemplo, a venda de produtos em feiras livres.

No entanto, a criação destes assentamentos rurais via programas de reforma agrária de mercado significa na realidade uma resposta do Estado brasileiro frente às constantes ações dos movimentos sociais de luta pela terra. De acordo com Leite *et alii* (2004, p. 258), a intensidade da luta por terra, a magnitude dos conflitos sociais que brotam em torno dela, a adoção pelos movimentos sociais de formas de luta que se revelaram eficazes – como as ocupações coletivas e públicas de terra, e

sua concentração em determinadas regiões, em vários casos áreas onde os sistemas produtivos das grandes propriedades encontravam-se em crise – acabaram por forçar uma ação desapropriatória do Estado, que culminou na criação de vários assentamentos num mesmo município ou em municípios próximos. Entretanto, além de forçar desapropriações, as ocupações provocaram uma reação por parte do Estado, ou seja, a criação da política conhecida como "Novo Mundo Rural", que culminou na adoção do modelo de reforma agrária de mercado e na criminalização dos movimentos sociais, sobretudo o MST. E, ao passar a responsabilidade pela implantação dos assentamentos para estados e municípios, conforme prega esse modelo de "reforma agrária", o governo federal teve por objetivo fragmentar a luta pela terra no Brasil, pois acreditavam que, desta maneira, ela seria melhor combatida, já que o objetivo central era a desmobilização do MST.

Nossa pesquisa visa analisar a reforma agrária de mercado nos municípios de Londrina e Tamarana, por meio do estudo da questão agrária na região e da viabilidade dos assentamentos rurais criados a partir da aliança entre Estado, Banco Mundial e latifundiários. Para isso, traçamos como objetivos específicos: 1) discutir a formação de duas estruturas fundiárias distintas nos municípios de Londrina e Tamarana que favoreceram a implantação da reforma agrária de mercado; 2) avaliar as políticas de reforma agrária do Banco Mundial; e, 3) verificar a viabilidade dos assentamentos rurais criados a partir do modelo de reforma agrária de mercado nos municípios de Londrina e Tamarana.

Visando cumprir tais objetivos, partimos de alguns pressupostos que consideramos chaves para o desenvolvimento das análises contidas na pesquisa. Estamos entendendo o campesinato enquanto classe social e, contrariamente a Kautsky e Lênin, enxergamos esta classe em um atual processo de recriação, promovida contraditoriamente pela expansão do capital no campo. Acreditamos ainda que os programas de reforma agrária de mercado se apresentam muito além de uma relação de compra e venda de terras, por meio da intervenção do Estado, com respaldo financeiro do Banco Mundial. Uma análise mais profunda das relações estabelecidas revelam, por um lado, que há uma tentativa por parte do Banco Mundial de expandir o capital financeiro no espaço agrário, enquanto que, por outro, vem ocorrendo o processo contraditório de (re)criação camponesa.

Para a elaboração da pesquisa, fizemos um resgate histórico da questão agrária no Brasil tentando "afunilar" as análises até chegar nas peculiaridades que

tornaram o estado do Paraná um “titulador incontrolável” de terras ainda no século XIX, o que possibilitou entendermos a colonização e a formação da estrutura fundiária dos municípios de Londrina e Tamarana. Essa periodização nos permitiu perceber o contexto histórico que levou a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) a se instalar em Londrina loteando muitas glebas e formando a estrutura fundiária de Londrina baseada na pequena propriedade, além da falta de interesse da CTNP pela área onde hoje está localizado o município de Tamarana, o que acabou por gerar uma outra estrutura fundiária, mais concentrada, baseada na grande propriedade, onde hoje está localizada a grande maioria dos assentamentos rurais. Nesta fase, optamos, além de pesquisa bibliográfica, pela realização de entrevistas semi-estruturadas, com historiadores e funcionários de órgãos públicos e do Museu Histórico de Londrina. Em suma, estudamos a história do uso e da posse da terra no Brasil, visando identificar as causas que levaram à conformação da questão agrária brasileira, ou seja, o problema da concentração fundiária, que aliada a outros fatores específicos do estado do Paraná, bem como da região de Londrina, promoveram a expressiva implantação de projetos de assentamentos provenientes de programas de reforma agrária de mercado.

Entendido qual foi o contexto de formação da estrutura fundiária que abrigou os assentamentos rurais da reforma agrária de mercado, procuramos entender esse modelo de “reforma agrária” em si, sua gênese (política, social, ideológica e econômica), e sua atuação no Brasil, com destaque para a área de estudo. Para isso, optamos pela realização de ampla pesquisa com todo o tipo de material bibliográfico (teses, dissertações, jornais, revistas, documentos relacionados à política rural dos governos FHC e Lula, pareceres, decretos, instruções normativas, ofícios, relatórios de assentamentos, artigos publicados em sites da internet (Banco Mundial, INCRA, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Senado Federal, Carta Capital, Brasil de Fato, Ação Terra, NERA, ITESP, Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento do Paraná, EMATER e IAPAR). Por meio desse levantamento, conseguimos entender a gênese, a dinâmica e a espacialização do modelo de reforma agrária de mercado.

Selecionamos, para esta pesquisa, estudar os quatro assentamentos mais antigos (tabela 01), dos oito existentes nos municípios de Londrina e Tamarana, criados a partir de programas de reforma agrária de mercado. Partimos do pressuposto de que, para estudar um modelo de “reforma agrária” por meio da

análise da viabilidade dos assentamentos criados por este modelo, não poderíamos tomar como referência assentamentos recém criados e que ainda estão passando pelo período de consolidação que, segundo os técnicos e agrônomos entrevistados é em média de três anos. Este período também é o prazo concedido pela instituição que financiou a terra, no caso o Banco do Brasil, para que se inicie o pagamento da terra, fase mais complexa no que se refere às análises da reprodução social e material dos assentados. Além disso, verificamos que o processo de aquisição da terra e os trâmites político-administrativos foram iguais em todos os oito assentamentos.

Dos quatro assentamentos criados via reforma agrária de mercado selecionados, dois estão localizados no município de Londrina e dois em Tamarana, um com contrato de financiamento da terra coletivo e outro individual, em cada um dos municípios, pois um dos pontos mais discutidos no âmbito local, que se refere diretamente ao debate da viabilidade econômica e social dos assentamentos, é a forma de financiamento da terra. As famílias residentes nos assentamentos com dívida coletiva acreditam que a solução para regularizar o pagamento da terra é a individualização dos contratos de financiamento da mesma.

É importante destacar que as condições físicas (solo, declividade etc), econômicas e políticas entre os assentamentos são bem distintas, é por esse motivo que não optamos apenas em estudar um único município.

Tabela 01 – Assentamentos Pesquisados

Município de Localização	Nome do Assentamento	Ano de Criação	Número de Famílias	Número de Famílias Entrevistadas na pesquisa	Área Total (ha)	Área por Família (ha)	Forma de Aquisição da Terra / Contrato
Londrina	Rei do Alface	2001	6	3	27,83	4,63	Compra e venda (dívida individual)
Londrina	Akolá	2001	42	20	458,6	10,91	Compra e venda (dívida coletiva)
Tamarana	Esperança	2001	8	4	82	10,25	Compra e venda (dívida individual)
Tamarana	Renascer I	2002	22	8	100,8	4,58	Compra e venda (dívida coletiva)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009 / 2010.

No terceiro momento da pesquisa, a parte de campo propriamente dita, realizamos entrevistas com funcionários de órgãos públicos dos municípios de Londrina e Tamarana (gestores e técnicos) e fomos regularmente (algumas vezes

até nos finais de semana) aos assentamentos para a realização de entrevistas com os moradores. Algumas vezes, entrevistamos apenas o chefe da família, outras vezes toda a família respondia as perguntas. Cabe ressaltar que aplicamos um questionário (apêndice A), no entanto, no decorrer da pesquisa surgiram novos questionamentos que nos fizeram ampliar as questões, característica de entrevista semi-estruturada, para não deixar de fazer nenhum questionamento que julgávamos necessário para a realização do nosso trabalho. Assim, em alguns casos, o questionário foi o primeiro momento de uma entrevista semi-estruturada.

Na busca de análise da dinâmica dos assentamentos, não nos restringimos apenas à discussão dos ganhos obtidos, importante para a reprodução social e material, ou na comercialização (elementos importantes no apontamento do sucesso ou o fracasso de um projeto de assentamento). Procuramos desvendar o universo particular da população ali assentada, sua origem, a composição da família, as relações de trabalho, as formas de sociabilidade, os conflitos no interior das práticas sociais no assentamento, além de nos preocuparmos com questões como: produção e acesso à tecnologia e crédito. Buscamos realizar ainda, por meio do resgate da história de vida, uma avaliação por parte dos assentados no sentido de apontar quais as mudanças em sua vida foram proporcionadas após ser assentado e quais as suas perspectivas para o futuro.

Portanto, a presente pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro, resgatamos a questão agrária no Brasil e fomos delimitando, paulatinamente, a questão agrária no Paraná, culminando na análise dos processos de colonização e formação da estrutura fundiária dos municípios de Londrina e Tamarana. Esclarecemos ainda a maneira como a Companhia de Terras Norte do Paraná realizava seus projetos de colonização e loteamentos rurais no entorno dos primeiros núcleos urbanos, ou seja, a atuação do capital mercantil na produção do espaço.

No segundo capítulo, procuramos entender a gênese e a dinâmica do modelo de reforma agrária de mercado, gerado no bojo das políticas de ajuste estrutural do Banco Mundial, bem como sua espacialização. Destacamos, ainda, o papel do Banco Mundial como mentor de políticas, ditas públicas, que estão repletas com princípios ideológicos do neoliberalismo. Tratamos ainda da aliança do governo FHC com o Banco Mundial que culminou no documento “Novo Mundo Rural” que trouxe, como uma de suas piores conseqüências, a adoção do modelo de reforma agrária

de mercado em detrimento de um outro modelo de reforma agrária, baseada na desapropriação.

No terceiro capítulo, focamos exclusivamente os assentamentos pesquisados. Apresentamos sua organização e analisamos importantes elementos que colocam em dúvida a continuação do modelo de reforma agrária de mercado. Buscamos desenvolver ainda uma interpretação desses sujeitos, chamados pelo Estado de “beneficiários”, para dar conta de entender quem são, como vivem, por que são contrários às ações do MST, por que não têm a identidade de assentado, entre outras questões que responderemos no decorrer do capítulo.

CAPÍTULO 1

Foto 02 – A Colheita do Café
Fonte: Museu Histórico de Londrina

QUESTÃO AGRÁRIA E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DOS MUNICÍPIOS DE LONDRINA E TAMARANA

1.1 A Questão Agrária no Brasil e a Formação do Norte do Paraná

A concentração fundiária no Brasil é uma das causas dos inúmeros problemas sociais que atingem não apenas o campo, mas que também estão materializados nas cidades. Tem sua origem nos processos de colonização/ocupação do território brasileiro pela Coroa Portuguesa, ainda no século XVI.

No Brasil, a concentração do uso e da posse da terra foi "legalizada" por inúmeras legislações. Sobre a gênese desses atos "legais" que respaldaram a concentração fundiária no Brasil, Alexandra Maria de Oliveira (2005, p. 28) aponta que:

> A legislação de terras no Brasil tem sua origem no próprio processo de formação do Brasil contemporâneo. Esse processo foi marcado pela contradição entre a aplicação da legislação portuguesa à colônia e o papel que essa [a colônia] desempenhava como produtora de mercadorias para os países europeus.

Caio Prado Jr. (1953, p. 25), analisando o processo de formação/colonização capitalista do território brasileiro, afirma que a colonização tornou o aspecto de uma "empresa comercial destinada a explorar os recursos naturais de um território em proveito do comércio europeu. Este é o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é um resultado".

Portanto, uma das maneiras mais adequadas para se entender a atual concentração da terra no Brasil, no bojo do desenvolvimento capitalista, é se basear nos três principais instrumentos jurídicos que, ao longo da história do país, foram fundamentais para formar a estrutura fundiária que hoje se apresenta (a Lei das Sesmarias, a Lei de Terras e o Estatuto da Terra), tendo em vista que os mesmos serviram como base para a legitimação da concentração do uso e posse da terra no Brasil.

O primeiro instrumento jurídico que regulou a posse da terra no Brasil foi a Lei de Sesmarias, que não fora criada especificamente para a ocupação das terras brasileiras. Pereira (2008, p. 2) esclarece que o sistema de sesmarias estava baseado em uma legislação criada em 1375, em Portugal, pelo então rei D. Paulo I, criada com o objetivo de solucionar os problemas enfrentados pelo reino no século XIV, entre os quais destaca-se a escassez de alimentos. Portanto, a chamada Lei de

Sesmaria tinha como objetivo, em Portugal, reestruturar o sistema fundiário, fixando os camponeses à terra para estimular a produção.

Sobre criação das sesmarias em Portugal, Roberto Smith explica que:

> A Lei das Sesmarias deve ser entendida dentro do quadro que decorre da grande desestruturação por que passou a organização da propriedade fundiária em Portugal, após a peste de 1348-50, que despovoou o campo e gerou grandes áreas abandonadas. Significava também o fato de que ela visava a regulamentar o uso e a exploração das extensas terras estatais e da Igreja. A Lei das Sesmarias deve ser entendida, portanto, dentro do quadro geral de um sistema produtivo que o Estado pretendia organizar, a partir de uma forma de domínio condicionado. (SMITH, 1990, p. 27)

No processo de implementação das sesmarias no Brasil, não houve nenhuma ruptura na estrutura econômica da propriedade da terra, ou seja, a Lei de Sesmarias não sofreu nenhuma adaptação para o contexto brasileiro.

A produção colonial constituiu-se na produção mercantil, moldada pelo comércio e submetida à circulação. Entretanto, a realidade fundiária no Brasil era totalmente distinta da vigente em Portugal. Desde 1375, a ordenação jurídica da sesmaria em Portugal vinha passando por modificações na medida em que acentuava a legitimação, por meio da distribuição de terras abandonadas ou que não abrigavam nenhum tipo de cultivo (SMITH, 1990, p. 26).

Em suma, o objetivo principal do regime de sesmarias em Portugal era o de aproveitar a terra com vista à produção alimentar, sendo assim, a lei não especificava as áreas das doações, fixando um critério vago de distribuição, cujo princípio era o de quanta terra pudesse o beneficiário fazer produzir. Já no Brasil, a concessão de sesmarias adquiriu características distintas.

O regime de doações de terras brasileiras, com base na Lei das Sesmarias, foi introduzido oficialmente no Brasil com as Capitanias Hereditárias, em 1532, com o intuito de povoar e, sobretudo, defender as terras brasileiras de invasões espanholas. (JAHNEL, 1987, p. 106).

Um ponto a ser destacado, no que se refere ao regime sesmarial no Brasil, é a completa exclusão de importantes sujeitos da época, como os índios. Para a Coroa Portuguesa, as terras brasileiras eram totalmente desprovidas de qualquer propriedade que não fosse a da Coroa. Esse princípio, segundo Pauliello (1992, p. 2), mantém a centralidade do poder monárquico português na colônia, ou seja, o rei

é o titular legítimo de toda a terra. Essa constatação se apresenta como a gênese dos conflitos de terras no Brasil.

De acordo com Porto (1965, p. 95-96), uma das primeiras doações de terras no Brasil teriam sido as ilhas de São João, atual Arquipélago de Fernando de Noronha, para que seu donatário e seus filhos fizessem seu uso com fins de exploração e geração de riqueza, o que para o autor revela a falta de preocupação com localização das terras concedidas, ou seja, a ocupação estava sempre a frente de outras questões, como, por exemplo, a facilidade de transporte da produção. Em uma análise mais detalhada das doações de terras no Brasil, Caio Prado Jr. chama a atenção para a extensão das terras concedidas, fato que gerou a vinda para o Brasil de pioneiros com ambições de serem grandes proprietários, ou seja, a gênese da grande propriedade.

> (...) medindo-se os lotes por muitas léguas. O que é compreensível: sobravam as terras, e as ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo, não se contentariam evidentemente com propriedades pequenas; não era a posição de modestos camponeses que aspiravam no novo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários. Além disso, e sobretudo por isso, há um fator material que determina este tipo de propriedade fundiária. A cultura da cana somente se prestava, economicamente, a grandes plantações. (PRADO JR, 1981, p. 33)

Verifica-se que os pioneiros chegavam ao Brasil com ambições de grandes fazendeiros, porque o tipo de colonizador europeu que procurava os trópicos, e nele permanecia, não foi o de trabalhador ou o de simples povoador, mas predominantemente o explorador (PRADO JR, 1981, p. 34).

O intenso processo de colonização do território fez aumentar a demanda por terra no Brasil, surgindo a necessidade de controlar as doações de terras. Uma das primeiras regras estabelecidas é a fixação do máximo de cinco léguas para cada sesmaria, “posteriormente houve casos de restrição a até meia légua em algumas áreas mais povoadas” (JAHNEL, 1987, p. 108).

Diniz (2005, p. 4), afirma que,

> Muitas foram as tentativas de regularizar o sistema de sesmarias foram em vão. Exemplos disso foram a obrigatoriedade do cultivo, assim como a fixação dos limites, e o processo de expansão territorial praticado pelos fazendeiros e pela camada de posseiros.
> A Coroa enfrentava alguns problemas, entre eles, a implantação de um sistema jurídico que promovesse o cultivo e assegurasse a colonização.

> Além disso, a obrigatoriedade do cultivo acabou levando à formação de novos personagens entre os sesmeiros, dentre eles a figura do posseiro.

Ocorre que alguns sesmeiros optaram pelo arrendamento das terras a lavradores, o que dificultou a verificação do cumprimento da exigência do cultivo e da demarcação. Essa realidade, além de dificultar o controle por parte da Coroa também estimulou o crescimento da figura do posseiro. (Diniz, 2005, p. 4).

> Muitos problemas se alastraram ao longo do tempo devido a tais fatores, pois formou-se uma camada de colonos que lavravam a terra, preenchendo assim um requisito básico da colonização, o cultivo. Mas, esses colonos não possuíam determinações régias referentes às sesmarias. Em outras palavras, adquiriam a terra de forma ilegal, muitas vezes pagando por ela, o que não era permitido durante o sistema de doações de sesmarias.
> A aceitação do posseiro na legislação sobre sesmarias nas terras brasileiras relacionou-se ao esforço da Coroa em limitar o poder do sesmeiro. O reconhecimento da posse, demonstrou a ambigüidade da legislação de sesmarias

Nesta fase, segundo Porto (1965, p. 89), os conflitos de terras entre sesmeiros e posseiros passam a ocorrer com maior freqüência. Sobre os sujeitos desses conflitos (posseiros e sesmeiros), Martins (1981, p. 73), os define como representantes das desigualdades sociais da época, ao afirmar que “posseiros e sesmeiros, que em regimes desiguais de ocupação da terra correspondiam às desigualdades sociais que definiam o sesmeiro como homem de condição e o posseiro como bastardo”.

Em virtude da independência do Brasil, em 1822, são suspensas as concessões de terras por meio da Lei das Sesmarias. Em suma, a sesmaria é o latifúndio, incessível ao lavrador sem recursos. A posse é, segundo Lima (1954, p. 46) o contrário, ao menos, nos seus primórdios, a pequena propriedade agrícola, criada pela necessidade, na ausência de providência administrativa sobre a sorte do colono livre, e vitoriosamente firmada pela ocupação[8].

[8] Para Pauliello (1992, p. 5), “a posse (...) é percebida como constitutiva de um direito ao domínio titular, do ponto de vista do reconhecimento da lei civil que a prevê, ao mesmo tempo em que é em si representada como um direito de propriedade constituído por quem desbravou a mata e pôs a terra em cultivo, e de quem a herdou como tal. A posse é, assim, também uma prática estratégica, no sentido de que propicia o acesso e/ou a manutenção da terra (a reposição do patrimônio, essencial para a reprodução da condição de lavrador livre) em um universo social no qual a possibilidade deste acesso fica cada vez mais difícil, em virtude da pauperização e da assimetria das relações sociais, a dificultar enormemente, quando não inviabiliza, o recurso aos meios legais de defesa”.

Com a suspensão das concessões de terras por meio das sesmarias, “o Brasil passa por um período de absoluta falta de legislação fundiária que é marcado pela ocupação incessante, dado que a posse era a única forma de obtenção de terras” (PORTO, 1965, p. 111).

De acordo com Oliveira (2005, p. 34),

> (...) esse regime não foi um processo organizado ou disciplinado pelo poder público da época, mas decorrente da resistência e luta das populações pobres, que, não dispondo de recursos materiais ou de outras formas para obter terras via Lei das Sesmarias, só lhes restava como opção a ocupação simples e efetiva das terras, ainda não apropriadas de fato pelo latifúndio. Embora o latifúndio procurasse sempre ampliar as terras apossadas”.

Vinte e oito anos após o fim do regime de sesmarias, é promulgada a lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, chamada de Lei de Terras.

> A Lei de Terras regulamentou a situação de posse e propriedade das terras após o vazio legal que se seguiu à extinção do regime de sesmarias, depois da independência do Brasil em 1822. Ela legitimava o direito de posse em terras ocupadas por culturas efetivas, recompensava o cultivo eficiente concedendo ao posseiro outro tanto do que possuísse, garantindo, dessa forma, as condições preexistentes de acesso a terra. (MEDEIROS, 2003, p. 11).

Em seu artigo primeiro, a Lei de Terras deixava claro que ficariam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro meio que não fosse a compra. Neste momento, a terra no Brasil legalmente passa a ser mercadoria e as grandes extensões de terras são legalizadas, ou seja, “foi o começo de um período em que a terra não era só um instrumento para explorar o trabalho do outro e extrair um excedente, mas era também uma base de acumulação capitalista – a conversão da renda da terra em capital” (MARTINS, 1986, p. 34).

Outro fator importante para a criação da Lei de Terras foi a visualização do fim do regime de trabalho escravista, com a extinção do tráfico negreiro, porque:

> (...) antevendo o fim da escravatura, que decorreria necessariamente do fim do tráfico negreiro, as classes dominantes tomaram providencias de ordem legal para encaminhar o processo de substituição de escravo sem prejuízo para a economia da grande lavoura, principalmente café e cana. Tais medidas se concretizam na Lei de Terras, não por coincidência promulgada no mesmo ano de 1850. (MARTINS, 1990, p. 41)

Para José de Souza Martins, a Lei de Terras e a legislação subseqüente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as

garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativeiro entrasse em colapso. Na iminência de transformação do regime escravista, criavam as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho. Importava menos a garantia de um monopólio de classes sobre a terra do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura. (MARTINS, 1981, p. 59).

Sobre a absolutização da propriedade privada da terra no Brasil, Suzuki (2002, p. 150) faz uma importante ponderação. Para ele, "não foi a Lei de Terras que definiu a terra como mercadoria, mas é a própria lei resultado do processo social de resignificação dos imóveis na reprodução das relações sociais". A compreensão dessa alteração nas relações sociais, é fundamental para o entendimento da questão agrária brasileira.

José de Souza Martins nos oferece uma importante contribuição, reafirmada posteriormente por Júlio César Suzuki. Para estes autores, é necessário pensar a terra como renda capitalizada e não como capital.

> A terra abre para o capitalista que nela emprega o seu dinheiro possibilidades diferentes de enriquecimento em relação às possibilidades que lhe são abertas pelo seu capital. O dinheiro empregado na terra será recuperado mais tarde, com acréscimos. Com o passar do tempo, com o trabalho, a terra não se desgasta, ela melhora, ela se enriquece, ela enriquece o proprietário. Os outros objetos, porém, desaparecem, precisam ser produzidos de novo. Por isso, o dinheiro empregado na terra não opera como capital. Sendo compra de renda, do direito de extrair uma renda da sociedade no seu conjunto, é renda capitalizada e não capital. (MARTINS, 1990, p. 169).

> A terra e o escravo pensados como renda capitalizada permitem discutir o investimento em terras e em escravos em relação ao desenvolvimento do trabalho assalariado e da produção de mercadorias, sobretudo, porque revela a superação da contradição existente entre o dinheiro destinado à atividade produtiva que deve ser empregado na aquisição ou aluguel do escravo ou do imóvel, diminuindo o volume de capital disponível no processo de produção, consequentemente, o volume de mercadoria. (SUZUKI, 2002, p. 71).

Suzuki argumenta ainda que "a transição da renda capitalizada escravista à renda capitalizada da terra não é imediata à Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, reconhecida como Lei de Terras, já que a transformação da terra em mercadoria, a absolutização da propriedade privada, não se estabelece de pronto, nem em São Paulo, nem no restante do país. Aliás, os levantamentos de terras indicam que a mercantilização da terra não parece ser determinada pela Lei de Terras, mas pela

crise do trabalho compulsório, cujas raízes já estavam calcadas na primeira metade do século XIX". (SUZUKI, 2002, p. 87)

Com a Lei de Terras, superou-se o domínio da posse. O título, domínio da terra, passou a ser superior à posse efetiva. A Lei de Terras implanta a propriedade privada da terra no Brasil e legitima o comércio de terras. Também legitima a terra como um instrumento de dominação e exclusão, na medida em que apenas pessoas de alto poder aquisitivo podiam comprar as terras. Portanto, a promulgação da lei nº 601 de 1850 representou uma vitória para os fazendeiros e legalizou o modelo da grande extensão de terra no Brasil. Alexandra Maria de Oliveira concluiu que,

> Na prática, a implantação da legislação territorial no Brasil representou, antes de tudo, a vitória dos grandes fazendeiros em detrimento de índios, escravos, posseiros e agregados, camponeses desterrados, que, na crise do trabalho escravo, tiveram seu trabalho subjugado ao cativeiro da terra. (OLIVEIRA, 2005, p. 36)

Como se não bastasse a instituição do cativeiro da terra, em 1891, é promulgada a Constituição republicana, na qual a aliança entre latifundiário e o Estado se mantém. A Constituição republicana de 1891 manteve a questão. Mudou apenas a concessão de terras devolutas, excluídas as terras de marinha e as da faixa de fronteira, que passaram, com o pacto federativo, para os estados, premiando assim, as oligarquias locais (PADIS, 1981, p. 13).

Inúmeras irregularidades foram cometidas em âmbito estadual. No caso específico do estado do Paraná, além de receber o direito às terras devolutas, o governo do estado as titulou. Entretanto "sua autoridade permaneceu apenas como pano de fundo para as ações dos principais protagonistas: a rede ferroviária e as companhias colonizadoras, agraciadas com extensas concessões de terras dentro da faixa de fronteira". (OLIVEIRA, 2005, p. 39).

Por meio desta política de gestão das terras devolutas, adotada pelo governo do Paraná, mesmo que a ocupação do território paranaense tenha se iniciado ainda no século XVII, conforme já abordamos em pesquisas anteriores (NABARRO, 2007a e 2007b), e a cafeicultura tenha sido introduzida na região Norte do estado na segunda metade do século XIX por cafeicultores paulistas, a efetiva ocupação realmente foi expressiva apenas na última década do século XIX. Esse processo acelerado e desorganizado de ocupação das terras paranaenses fez com que o

governo do estado adotasse regras para tentar regulamentar a ocupação do território. Na análise de Pedro Calil Padis:

> Tão rápido e desordenado era o movimento ocupacional do norte do estado, que o presidente provincial, já em 1902, se preocupava em estabelecer algumas normas reguladoras dessa ocupação. Tanto assim é que, nesse ano, em sua mensagem ao Legislativo, enfatizava a necessidade de legislar sobre terras devolutas (...) autorizando a venda de terras do Estado (...) no vale do Paranapanema, que são tão ambicionadas pelos mineiros e paulistas, e que, por estes últimos são consideradas, para a cultura do café, como prolongamento do território do seu Estado. (PADIS, 1981, 88)

No início do século XX, a expansão da fronteira agrícola paulista foi expressiva na porção Norte do estado do Paraná. Um exemplo disso foi à aquisição de uma área, por cafeicultores paulistas, entre os municípios de Ourinhos-SP e Cambará-PR onde foram plantados cerca de um milhão de pés de café. Essa rápida penetração da cultura cafeeira no espaço paranaense se deu por causa, além da política de titulação de terras devolutas adotadas pelo governo do estado do Paraná, da alta dos preços do café no mercado externo, já que grande parte da produção era voltada para o mercado externo; da baixa produtividade dos cafezais paulistas em virtude do esgotamento do solo e também por terem sido atingidos pela broca do café; do processo de urbanização do estado de São Paulo porque, em conseqüência dessa acelerada urbanização, houve aumento da demanda na produção alimentos (MÜLLER, 1956, p. 53).

A postura do governo estadual em relação à titulação das terras devolutas abriu caminhos para a entrada dos capitais privados que se apresentavam como "colonizadores" de áreas ainda não ocupadas, como foi o caso da *Paraná Plantation Ltda*[9], de capital inglês, comandada por Lord Lovat que, após viagens pelo Brasil, decidiu por implantar seu projeto de colonização na região Norte do Paraná.

Em 1927, é criada a Companhia de Terras Norte do Paraná, responsável pela criação do chamado Norte Novo. Cabe esclarecer que a região Norte do estado do Paraná popularmente possui três divisões, pautadas no processo de ocupação do território. O "Norte Velho" ou Pioneiro se refere à ocupação dos cafeicultores paulistas, aproximadamente entre 1860 e 1890, o "Norte Novo", região onde estão localizados os municípios que estamos estudando (Londrina e Tamarana), fruto do

[9] A Paraná Plantation Ltda fazia parte de um ambicioso projeto de colonização inglês que atuou não apenas no Brasil, como também na África e na Ásia, na década de 1920 (Boni, 2004, p. 32).

projeto de colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná, e o “Norte Novíssimo”, colonizado na década de 1940 (mapa 02).

Na análise de Nice Lecoq Muller, o mais expressivo salto na colonização do Norte do Paraná ocorre a partir do ano de 1929, com a ação da Companhia de Terras Norte do Paraná.

> Esta organização, que empreendeu uma das mais notáveis obras de colonização no Brasil, foi fundada com capitais ingleses (1.460 libras em ações e 375.000 em obrigações), começando por adquirir no Estado do Paraná, uma gleba de 515.000 alqueires paulistas, 12.642 km². (MÜLLER 1956, p. 73).

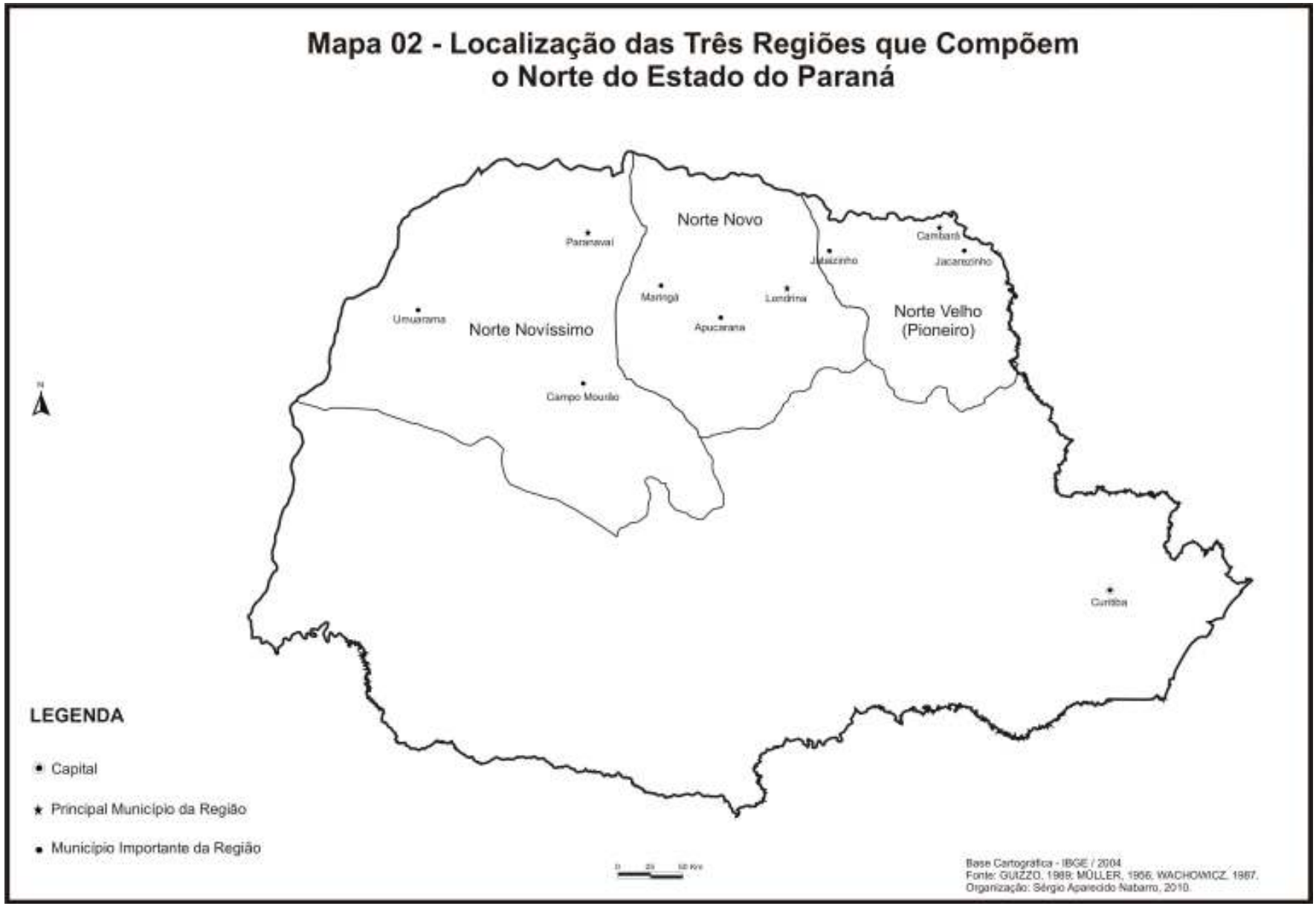
O discurso inicial da CTNP foi que a grande quantidade de terras adquiridas seria destinada para a plantação de algodão para abastecer a indústria têxtil inglesa, mas a crise de 1929 havia obrigado a CTNP a lotear e vender toda a área adquirida. Entretanto, uma análise mais detalhada da atuação do capital inglês na região Norte do Paraná revela que a qualidade do solo e a possibilidade de obtenção de um ganho muitas vezes maior que o dinheiro investido na compra da terra, por meio da implantação de loteamentos, despertou imediatamente após a compra da área pela CTNP interesses mobiliários, tendo em vista que já nas primeiras viagens de reconhecimento foi decidido pelos gestores da Companhia que a área seria loteada em pequenas propriedades, de 30 hectares em média (Hoffmann e Piveta, 2009, p. 20). Pozzobon (2006, p. 67) afirma que “a colonização sob responsabilidade da CTNP se deu, desde o seu início, de forma empresarial e privada, ou seja, visando lucro”.

Neste contexto de privatização das terras, a ferrovia, que foi instalada do porto de Santos-SP até Cambará-PR, foi estendida até Jacarezinho, servindo não apenas para o escoamento da produção do café para o porto de Santos, mas também passando a trazer colonizadores para a região.

Para Chaia (1980, p. 7-8) e Pozzobon (2006, p. 23) os principais fatores para a expansão da ferrovias, tanto para o Oeste de São Paulo quanto para o Norte do Paraná, foram: a privatização das terras e a expansão da cultura cafeeira.

Especificamente na região Norte do Paraná verifica-se que por meio da privatização das terras, a CTNP conseguiu expandir a ferrovia até as áreas loteadas: em 1930, a ferrovia chega ao núcleo de Jataizinho; em 1931, a Londrina; a Apucarana, em 1937; e Maringá, por volta de 1940.

Mapa 02 - Localização das Três Regiões que Compõem o Norte do Estado do Paraná



Ainda no ano de 1929, a Companhia de Terras adquiriu outra grande área para a implantação do seu escritório central (foto 03), para assim começar o loteamento da área e a criação de núcleos urbanos[10].

> Em Junho de 1929, a Companhia de Terras tomou posse efetiva de sua enorme propriedade com a fundação da cidade destinada a lhe servir de sede e de *capital* da zona por ela colonizada: Londrina. Aí instalados os escritórios da Companhia, em verdadeira clareira aberta na mata virgem, começaram os trabalhos de levantamento topográfico e, a seguir, os planos de loteamento, construção de estradas e localização dos núcleos urbanos. (MULLER, 1956, p. 81)

A foto 03 revela vários elementos importante a serem considerados na análise da atuação da CTNP. Em primeiro lugar, na placa indicativa do estabelecimento consta, além do nome da CTNP, a indicação de que ali é o escritório central da empresa, ou seja, já havia a intenção de abrir outros escritórios nos municípios que seriam criados no decorrer das décadas de 1930 e 1940 no intuito de expandir suas atividades, o que realmente ocorreu em Maringá e Umuarama no início dos anos 1940. A foto 03 traz ao ainda mais duas informações relevantes. A primeira está relacionada ao padrão de construção da época, tendo em vista que as casas eram construídas de madeira de figueira ou de peroba roxa (no caso da foto é a construção foi feita apenas com figueira) retiradas da própria área. Essa prática possibilitou a criação de uma das mais importantes empresas de Londrina: a Serraria Mortari. A segunda informação importante está relacionada a existência do poste de energia elétrica ao lado da construção, o que revela a certeza da chegada da energia elétrica, tendo em vista que em 1930 (ano em que a foto foi tirada) ainda não havia chegado a rede elétrica em Londrina. Segundo Leão (1996, p. 13) a energia elétrica foi disponibilizada a partir de 1932 pela própria CTNP por meio de geradores térmicos. No entanto, a energia elétrica como convencional foi disponibilizada para o município de Londrina apenas no ano de 1939 com a conclusão da Usina Hidrelétrica Arthur Tomas, localizada no próprio município.

---

[10] É importante destacar que a colonização promovida pela CTNP não ocorreu sem conflitos. Tomazi (1989 e 1997), afirma que após a aquisição das terras Companhia se seguiu um rápido processo de exclusão dos que ali viviam.

A (re)ocupação das terras não foi um processo pacífico, como pretendia o discurso da Companhia. Segundo esse discurso, foi criada na região uma sociedade em que todos compartilhavam das mesmas intenções. Na realidade a violência atingiu não toda a sociedade, mas parte dela. Primeiramente os indígenas, caboclos e posseiros foram excluídos quando panfletos da CTNP passaram a anunciar a venda de terras ditas “desabitadas”. Tais grupos foram expulsos com um processo de intensa violência. (LOPES; PENTEADO; NASCIMENTO, 2008, p. 5)

Foto 03 – Primeiro Prédio da Companhia de Terras Norte do Paraná, construído em 1930.
Fonte: Museu Histórico de Londrina.

A partir de 1930, começa o planejamento para a implantação dos demais núcleos urbanos ao redor do principal: Londrina. Os loteamentos seguiam um padrão pré-determinado, em que uma propriedade não poderia ficar a mais de 15 km distante de um centro urbano (vila ou cidade), os lotes eram traçados de forma que iam do espigão aos vales, sendo que, em áreas ao redor dos núcleos urbanos, os lotem tinham de 1 a 5 alqueires e, nas áreas mais afastadas, onde atualmente estão localizadas as zonas rurais desses municípios, tinham, em média, 10 alqueires. (WESPHALEN, 1988, p. 18).

1.2 A Formação da Estrutura Fundiária da Porção Norte de Londrina

Localizada estrategicamente próxima às áreas onde já havia municípios fundados no Norte Velho, portanto, com a maior facilidade de uma posterior extensão da estrada de ferro até o então núcleo urbano de Londrina, este núcleo, não por um acaso, foi escolhido como a sede do escritório da Companhia de Terras Norte do Paraná, em de 1929. Mas foi cinco anos depois, por força do decreto nº 2.519, de 3 de dezembro de 1934, que o núcleo de Londrina foi oficialmente elevado a município.

O tipo de projeto de colonização, baseado na pequena propriedade, empreendido pela Companhia de Terras Norte do Paraná, e a função de centralidade exercida por Londrina, já na década de 1930, fez com que o município servisse como uma espécie de “modelo” para as demais áreas adquiridas pela CTNP visando implantação dos seus projetos de colonização. De acordo com Serra (1991, p. 41), essa forma de colonização abriu caminho para a efetiva afirmação da pequena propriedade no contexto da estrutura fundiária pioneira.

O modelo de cidade, pensado para Londrina, levou em consideração a importância da área rural e suas ligações com o urbano, tendo em vista que a economia municipal era eminentemente agrícola. Para Fresca (2002, p. 242), “como parte integrante do empreendimento levado a cabo pela Companhia de Terras Norte do Paraná, era fundamental para o sucesso dos loteamentos rurais, a presença de um núcleo urbano que garantisse condições mínimas aos pequenos proprietários rurais em termos de coleta, beneficiamento e transporte da produção, oferta de bens e serviços de atendimento às demandas básicas da população rural”.

Não podemos deixar de destacar o caráter eminentemente capitalista dessa colonização. Para Pierre Monbeig (1940, p. 72), esse empreendimento de colonização organizado pela CTNP era, "não mais uma experiência de franco atiradores ou de associações de famílias, mas do tipo de economia capitalista moderna", tornando assim falso o principal argumento dos ingleses, que destacava o objetivo eminentemente social da colonização.

> A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. (MARTINS, 2009, p. 135-136).

De acordo com a definição de Martins (2009, p. 134-135) para *frente pioneira* e *frente de expansão*, identificamos claramente que o movimento trazido pela CTNP se trata de uma frente pioneira pois, enquanto a frente de expansão expressa a ocupação do espaço (seja por tribos indígenas, pequenos agricultores, seringueiros, vaqueiros etc.), a frente pioneira traz consigo o moderno, a terra como mercadoria, a reprodução ampliada do capital.

O sucesso de Londrina, enquanto empreendimento imobiliário moderno, tanto rural quanto urbano, revelaria um sucesso do modelo de colonização adotado pela Companhia de Terras que tinha a intenção de lotear várias outras áreas adquiridas no Norte do Paraná[11]. Por isso que foi densamente investido recurso da empresa na construção de estradas ligando as propriedades rurais com a cidade e, posteriormente, na criação de patrimônios rurais, como entrepostos entre o campo e a cidade, porque era fundamental o sucesso na estruturação de Londrina. (WESTPHALEN, 1988, p. 16)

---

[11] De acordo com Pozzobon (2006, p. 68) "quando eclodiu a Segunda Guerra Mundial, à Inglaterra interessava o retorno de seus capitais aplicados no exterior visando o esforço de recuperação da guerra". Como conseqüência, em 1943, a CTNP foi negociada com empresários paulistas, ligados ao Banco Mercantil de São Paulo, passando já em 1944 a ser comandada pelos paulistas que, em 1951 mudaram o nome para Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP (foto 4).

De acordo com Steca e Flores (2002, p. 153) "para a CMNP, ainda havia muita terra para vender, pois a Companhia de Terras, até 1943, teria vendido somente 30% dos lotes". Desta maneira, e sabendo dos altos ganhos obtido pelos ingleses, a empresa nacional continuou o trabalho de colonização criando vários outros núcleos, tais como: Içara, Jaguapitã e Centenário (hoje Centenário do Sul). Além destes, um grande núcleo (Paranavaí), que ao contrário dos três anteriores, não seguia o padrão dos demais, possuía lotes com até 500 hectares. Nesse núcleo, os lotes eram maiores devido à escassez de água e estradas.

Foto 04 – Prédio da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, localizado na área mais valorizada da cidade, final da década de 1940. Em 1943, a Companhia de Terras Norte do Paraná foi vendida para um grupo paulista, sendo rebatizada, em 1951, com o nome de Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, que manteve os mesmos projetos de colonização iniciados pelos ingleses.
Fonte: Museu Histórico de Londrina.

É no momento de sucesso dos loteamentos agrícolas que a cultura cafeeira, vinda do estado de São Paulo, ganha importância econômica na região.

> A ocupação humana e a apropriação das terras tinham um objetivo quase único: o desenvolvimento da cultura cafeeira. O café tornou-se uma cultura rentável na região e seu domínio territorial deveu-se às condições favoráveis, em termos de clima e de solo, e também à experiência acumulada pelos pequenos proprietários de terra, em sua maioria vinda das zonas tradicionais produtoras de São Paulo e Minas Gerais. Ao contrário de São Paulo e Minas Gerais, onde as lavouras se desenvolveram em grandes propriedades, na região Norte do Paraná foram adaptadas às pequenas propriedades, dividindo espaço com as lavouras de subsistência e com a estrutura, quase sempre rústica, construída para a moradia do agricultor e sua família, para os pequenos animais e para o reduzido número de cabeças de gado leiteiro. As lavouras de subsistência possibilitavam ao agricultor se manter nos períodos de entressafra porque além de ter garantida a alimentação da família, algum excedente acabava sendo comercializado, proporcionando uma renda extra para os gastos emergenciais. O agricultor tinha no café o vínculo efetivo com o mercado e nas lavouras de subsistência a garantia da reprodução de sua força de trabalho, sendo que para o grande volume de mão-de-obra necessária para tocar as lavouras, podia contar com a força de trabalho familiar não remunerada. Em outros termos: mesmo dispondo de pouco capital, o produtor tinha como se manter e prosperar, na condição de que o mercado se mantivesse, no mínimo, estável. (SERRA, 2009, p. 6).

Com o sucesso da cultura cafeeira aliado ao planejamento municipal baseado em municípios do interior de São Paulo, Londrina rapidamente consolidou seu desenvolvimento e sua dinâmica com base na pequena produção mercantil, liderada pelo café e pelos negócios com a terra.

O desenvolvimento municipal também trouxe consigo a expansão urbana e uma maior complexidade nas relações entre campo e cidade, conforme destaca Fresca:

> Café, gêneros alimentícios, matérias primas produzidas sob o contexto de relações sociais capitalistas, mas predominando os pequenos proprietários rurais; com uso predominante da força de trabalho familiar, com produção voltada ao mercado, constituem elementos básicos da pequena produção mercantil no âmbito agropecuário, que continuou a ser o grande elemento para o entendimento da expansão da cidade de Londrina. Contando com vasto mercado consumidor rural e importante mercado consumidor urbano, a cidade atraia dia-a-dia, mais habitantes, gerando rápido crescimento físico-territorial da mesma. (FRESCA, 2002, p. 243).

A cultura cafeeira foi a principal atividade econômica de Londrina até meados da década de 1970. Entretanto, vários autores sustentam que foi na década de 1950 que Londrina viveu seu momento de maior expansão econômica, populacional e territorial (DELFIN NETO, 1981; PADIS, 1981; CANCIAN, 1981).

Fresca (2002, p. 244) destaca essa expansão no contexto do desenvolvimento da economia nacional. Segundo essa autora, o município de Londrina, inserido no contexto de expansão da economia nacional, marcou regionalmente o aumento da produção e exportação agrícola. A cidade acabou por ser chamada “capital mundial do café”, enquanto o Norte do Paraná se tornou o centro dinâmico desta produção ultrapassando a produção paulista.

Com o salto do processo de urbanização ocorrido na região Norte do Paraná no início da década de 1950, algumas cidades se destacaram no que se refere ao crescimento populacional. São elas: Londrina (33.717), Apucarana (12.054) e Arapongas (11.787). Especificamente em relação à localização e ao desenvolvimento da cidade de Londrina, Müller destaca:

> Desse florescente conjunto urbano se destaca, não apenas por sua população, a cidade de Londrina, a mais importante da região. Localizada sobre o espigão mestre, a cidade, devido ao seu plano quadrangular, ultrapassa-o um tanto nos seus limites setentrionais e meridionais, onde atinge parte das vertentes: por esse motivo, além da ondulação suave do divisor de águas (com altitudes locais variando entre 570-600m), a topografia urbana se movimenta para a periferia
> Inicialmente, embora inteiramente demarcada, Londrina cresceu ao longo da Avenida Paraná, que vem a ser o prolongamento da rodovia, e desta avenida para o Norte, em direção à estrada de ferro. Essa primeira ocupação seguiu certo zoneamento: enquanto o comércio se adensava na praça central e ruas vizinhas, as residências se espraiavam pela Avenida Paraná e proximidades e os estabelecimentos de comércio atacadista e pequenas indústrias procuravam a estrada de ferro. Posteriormente, com o crescimento da cidade, toda a área ao Sul da Avenida Paraná tornou-se residencial, sendo que a SW se desenvolve o bairro *Chic* de Londrina (Avenida Higienópolis e adjacências). Esse zoneamento, foi no entanto, indiretamente orientado pela Companhia devido à diferença de preço dos terrenos. (MULLER, 1956, p. 89)

A população da cidade de Londrina foi constituída predominantemente, até 1953, por mineiros, paulistas e paranaenses. Também por estrangeiros: portugueses, espanhóis, poloneses, japoneses, italianos e alemães, que chegaram em Londrina, sobretudo nas décadas de 1930 e 1940, em virtude das propagandas divulgadas pela CTNP (fotos 05 e 06). Segundo relatos de pioneiros, o que é possível verificar nas imagens, os imigrantes chegavam em Londrina com a suas melhores vestimentas, muitos adquiriam na Europa várias peças de roupas de excelente qualidade antes de imigrar para o Brasil, tendo em vista que as propagandas retratavam Londrina como a área mais fértil e moderna do interior do Brasil, um lugar onde os sonho mais ambicioso poderia ser facilmente realizado.

Foto 05 – Primeiros imigrantes portugueses a chegar em Londrina, no início da década de 1930. O local da foto é um dos primeiros hotéis construídos para hospedar os imigrantes até que terminassem de construir suas casas e assim se mudassem definitivamente para os seus lotes.
Fonte: Museu Histórico de Londrina

Foto 06 – Primeiros imigrantes alemães a chegar em Londrina, no início da década de 1930. A mata ao fundo revela o esforço necessário para a consolidação dos imigrantes em seus lotes, tendo em vista que a área retratada na foto era o local mais desenvolvido de toda a área colonizada pela CTNP. Fonte: Museu Histórico de Londrina.

Na década de 1950, não apenas o município de Londrina mas a maior da região Norte do Paraná alcançou números nunca vistos anteriormente, tais como: os 5 municípios de maior produção cafeeira no Brasil eram paranaenses (Bela Vista do Paraíso, Apucarana, Cornélio Procópio, Assaí e Mandaguari). Além disso, a maior produção por hectare era paranaense, também a produção de cada pé de café paranaense era muito maior que a dos cafezais do estado de São Paulo.

No final da década de 1950 e no decorrer da década de 1960, Londrina passa por um período de crescimento populacional muito intenso. Em decorrência da imagem de uma das localidades mais prósperas do Brasil, recebeu muitos imigrantes de várias partes do Brasil e também de outros países. Tal fenômeno impôs transformações agrárias, econômicas e sociais em Londrina. Tais transformações não alteraram apenas a expansão urbana da cidade, mas sobretudo a dinâmica agrária, cujas alterações foram ainda mais acentuadas com a crise da cafeicultura na região.

> A década de 1960 marca sob vários aspectos, o início de um longo processo de transformações gerais que incidiram não só no município de Londrina, como em todo o Norte do Paraná. Se até então o Paraná, em especial a porção Norte, era área de expansão da frente pioneira, significando incorporação de novas terras à produção agropecuária, forte crescimento demográfico vinculado principalmente à chegada de novos habitantes, forte produção cafeeira, apoiada numa estrutura dimensional de pequenos estabelecimentos rurais, e predomínio da força de trabalho familiar, a partir de então estas estruturas e relações sociais começaram a ser alteradas. (FRESCA, 2002, p. 245)

A crise da cafeicultura, ao longo da década de 1960, e as transformações iniciadas na estrutura fundiária local, tendo em vista que uma parte das famílias que viviam da cultura cafeeira estavam vendendo suas terras e indo para a área urbana enquanto outras migraram para os estados do Mato Grosso, Rondônia e Pará atraídos pela oferta de terras a preços baixos e em busca condições melhores de vida. Estes fatores contribuíram significativamente para o aumento da concentração fundiária, agravando ainda mais os problemas sociais em virtude da má distribuição de renda, e também para a expansão da soja, não só no município de Londrina, mas em toda a região Norte do Paraná[12].

[12] É preciso destacar que a soja era cultivada no Brasil desde o final do século XIX. Segundo a EMBRAPA (2005, p. 1) as primeiras sementes de soja foram trazidas dos Estados Unidos, em 1882, mas a soja só começou a ser produzida em grande escala em 1891 principalmente nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia. No norte do Paraná há registros do cultivo da soja já nas

A crise da cultura cafeeira e a expansão das áreas de cultivo da soja no Brasil, fizeram com que o governo federal criasse, em 1961, o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA).

O GERCA desenvolveu um programa de erradicação dos cafezais realizado em duas etapas ainda na década de 1960 (a primeira de 1962 a 1965 e a segunda entre 1966 e 1968), cujos objetivos se relacionavam à erradicação de cafezais, chamados de "antieconômicos" à modernização da cafeicultura brasileira, e, à substituição destes cafezais por lavouras em bases modernas, principalmente a soja e o trigo (CARVALHO, 1999, p. 135).

Segundo as próprias diretrizes para a atuação do GERCA no Paraná, o órgão iria auxiliar no desenvolvimento da agricultura paranaense.

> Com a finalidade de colaborar com o estado do Paraná no reerguimento de sua agricultura, seriamente afetada com as ocorrências da geada e seca, procurou o GERCA dar início a um programa de diversificação da monocultura cafeeira, através do incentivo à produção da soja. (GERCA, 1963, p. 3).

Na primeira fase da erradicação (de 1962 a 1965), o programa do GERCA teve como objetivo erradicar dois bilhões de pés de café em vários estados do Brasil, pagando um indenização de Cr$ 15,00 por pé eliminado, "o que equivalia na época a cerca de 80% do valor da produção, correspondente à produtividade de seis sacos por mil cafeeiros. O lavrador que se utilizasse deste programa, escolheria a cultura a substituir o café, sem exigências de técnicas agronômicas, caso fossem lavouras temporárias" (CARVALHO, 1999, p. 135). Na primeira, fase foram erradicados mais de 718 milhões de cafeeiros (tabela 02).

Por meio da análise da tabela percebe-se que, nos anos de 1964 e 1965, em relação aos dois anos anteriores, houve uma redução no número de cafeeiros erradicados, apenas o estado do Paraná que essa diminuição não aconteceu. Enquanto que nos outros estados a queda está relacionada, entre outros fatores, à diminuição do valor da indenização porque, se nos dois primeiros anos a indenização representava 80% do valor da produção, nos anos seguintes, representava apenas 8%, tendo em vista que a prática de erradicação dos cafeeiros se transformou numa prática comum entre os produtores, mesmo sem a intervenção

---

primeiras décadas do século XX, mas a cultura só ganhou destaque na segunda metade de década de 1960, em virtude do declínio da cultura cafeeira.

do GERCA, já que a crise da cafeicultura estava obrigando o desenvolvimento de uma nova atividade agropecuária, caso o produtor quisesse continuar trabalhando na terra. No Paraná, exceção aos demais estados, o aumento se deve se deve, segundo Carvalho (1999, p. 136), ao fato de que no início da implantação da erradicação, em 1962, a área do Norte Novo (onde Londrina está localizada) predominou sobre as outras áreas com 40% dos cafeeiros erradicados (o Norte Novíssimo com 31% e Norte Velho com 29%). A área Oeste do estado do Paraná, no ano de 1962, não teve nenhum contrato de erradicação com o GERCA.

Tabela 02 – Cafeeiros Erradicados por Estado (de 1962 a 1965)

Estado	Cafeeiros Erradicados (mil pés)				
	1962	**1963**	**1964**	**1965**	**TOTAL**
São Paulo	93.446	117.052	30.415	6.274	**247.187**
Minas Gerais	59.864	114.797	19.704	2.968	**197.333**
Paraná	14.049	72.394	35.353	10.547	**132.343**
Espírito Santo	22.874	42.625	7.332	9.566	**82.397**
Rio de Janeiro	6.540	19.443	3.054	-245*	**28.470**
Goiás	7.909	6.540	1.281	409	**16.139**
Outros	2.197	8.128	1.098	1.107	**12.530**
TOTAL	**206.557**	**300.979**	**98.237**	**30.626**	**718.399**

*Cancelamento de contratos e redução do número de cafeeiros contratados para erradicação.
Fonte: GERCA, 1963, 1964, 1965 e 1966. Organização: CARVALHO, 1999.

Apenas no município de Londrina, durante a primeira fase da atuação do GERCA, foram erradicados 50 milhões de pés de café. Segundo o GERCA (1966, p. 5), no lugar dos cafezais, as lavouras implantadas foram: milho, arroz, algodão e mamona (GERCA, 1966, p. 5). No entanto, de acordo com Carvalho, (1991, p. 172), mesmo com o desenvolvimento destas novas lavouras, cerca de 40% das áreas que abrigavam os cafezais foram transformadas em pastagens e, alguns anos depois parte dessas pastagens se transformaram em plantação de soja.

Na segunda fase da erradicação dos cafezais (de 1966 a 1968), foram erradicados cerca de 655 milhões de cafeeiros (tabela 03). Mas, desta vez não foram divulgados os dados individualizados por estado. Assim como também não foram divulgados os números de cafeeiros erradicados em Londrina. Apenas consta

que, durante a segunda fase da erradicação, no município de Londrina as culturas mais adotadas em substituição aos cafezais foram o milho e o algodão.

Tabela 03 – Cafeeiros Erradicados por Estado (de 1966 a 1968)

Estado	Cafeeiros Erradicados (mil pés)
São Paulo	54.944
Minas Gerais	133.139
Paraná	124.185
Espírito Santo	235.272
Outros	108.257
TOTAL	**655.797**

Fonte: GERCA, 1970. Organização: CARVALHO, 1999.

Segundo Assumpção et al (1990, p. 137) e Souza (1990, p. 6), após a primeira metade da década de 1960 a agricultura, não só de Londrina, mas de todo o Norte do Paraná estava baseada na cafeicultura. Após 1965 a cultura cafeeira declina fortemente dando lugar a outros cultivos, sobretudo o da soja.

Essa política de erradicação dos cafezais e incentivo ao desenvolvimento de outras atividades agropecuárias ajudou ainda mais o processo de mudança na estrutura fundiária local, que inevitavelmente veio, na década de 1970, mais precisamente com a chamada “geada negra de 1975” em que os poucos cafezais que ainda restavam foram queimados em virtude do frio intenso.

É muito conhecida a grande geada de julho de 1975, ou geada negra (sem a formação de cristais de gelo), que foi devastadora para a agricultura no estado de São Paulo e no Norte do Paraná. Devastou os cafezais ainda existentes de Maringá a Londrina, provocando grande recessão econômica na região Norte do estado, atingindo também os cafezais do estado de São Paulo. (LEMES, 2006, p. 4). Mas, é necessário destacar que a cultura cafeeira já apresentava sinais de crise desde 1953 (foto 07), já que várias geadas atingiram os cafezais da região. Segundo levantamentos realizados junto aos arquivos do Museu Histórico de Londrina, ocorreram fortes geadas nos anos de 1953, 1955, 1963, 1966 e 1967. A geada negra de 1975 foi realmente a mais severa até aquele ano, entretanto, o seu significado foi mais simbólico que prático, ou seja, representou a *gota d’água* de um processo que já estava em curso, ao menos há vinte anos. Uma prova desse

processo de transformação na agricultura em virtude dos vários anos em que a cafeicultura se encontrava em crise é a implantação da Embrapa Soja no município de Londrina, em 1975, meses antes da geada negra. Nesta fase a empresa funcionava junto ao Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR), instituto na época com pesquisas sobre a substituição do café.

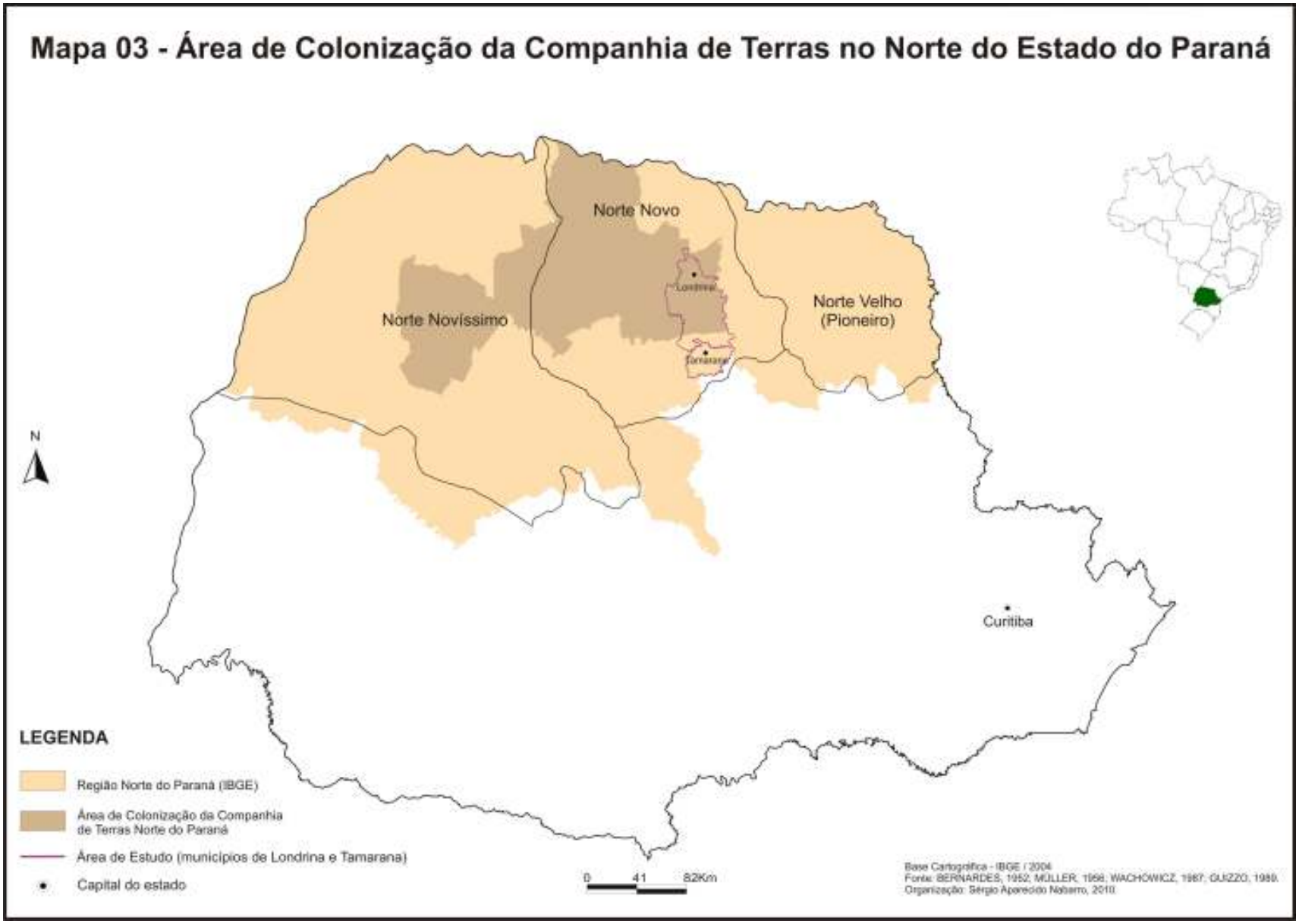
Foto 07 – Cafeeiro atingido pela primeira forte geada registrada, em 1953.
Fonte: Museu Histórico de Londrina

Portanto, já havia, desde o início da década de 1960, mudanças na agricultura e, sobretudo, nas relações sociais que levariam a cafeicultura ao declínio. Além disso, o governo federal, em conjunto com o governo do estado do Paraná, além de criar o GERCA, havia tomado outras medidas para a introdução de outras culturas no campo, caso o café fosse totalmente erradicado com a crise internacional do preço do produto que atingia a Bolsa de Nova Iorque.

> Em suma, o que se verificou ao longo dos anos de 1960 em termos de transformações na produção agropecuária no Norte do Paraná, foi uma política de erradicação da cafeicultura, liderada pelo Grupo Executivo de Erradicação do Café – GERCA, o aumento da área ocupada por pastagens, e a introdução de novas culturas como a soja e o trigo (FRESCA, 2000, p. 28).

Não há dúvidas sobre a influência da Companhia de Terras Norte do Paraná para a colonização de Londrina, bem como da importância da cultura cafeeira (tanto da ascensão quanto da crise) para o desenvolvimento da economia regional. Mas é preciso destacar que esse modelo de colonização inglesa, embora tenha influenciado o desenvolvimento de todo o Norte do Paraná, não atuou em todo o chamado Norte Novo (mapa 03).

Concomitante à colonização inglesa, havia outra frente de expansão, vinda do chamado Norte Velho em direção à porção Sul de Londrina, onde foi fundado o então distrito de São Roque, pelos chamados “safristas”. Posteriormente, a área foi renomeada para Tamarana, maior distrito do município de Londrina onde, diferentemente dos solos férteis administrados pela CTNP e excelentes para a cafeicultura, a área possuía solos rochosos de menor fertilidade, de declividade acentuada e baixo valor comercial. Foi por este motivo que essa área não fora alvo do modelo de colonização implantado na porção Norte do município de Londrina pela CTNP.


Mapa 03 - Área de Colonização da Companhia de Terras no Norte do Estado do Paraná
Norte Novo
Norte Novíssimo
Norte Velho
(Pioneiro)
Londrina
Tamarana
Curitiba
N
LEGENDA
Região Norte do Paraná (IBGE)
Área de Colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná
Área de Estudo (municípios de Londrina e Tamarana)
Capital do estado
0 41 82Km
Base Cartográfica - IBGE / 2004
Fonte: BERNARDES, 1952; MÜLLER, 1996; WACHOWICZ, 1987; GUIZZO, 1989.
Organização: Sérgio Aparecido Nabarro, 2010.

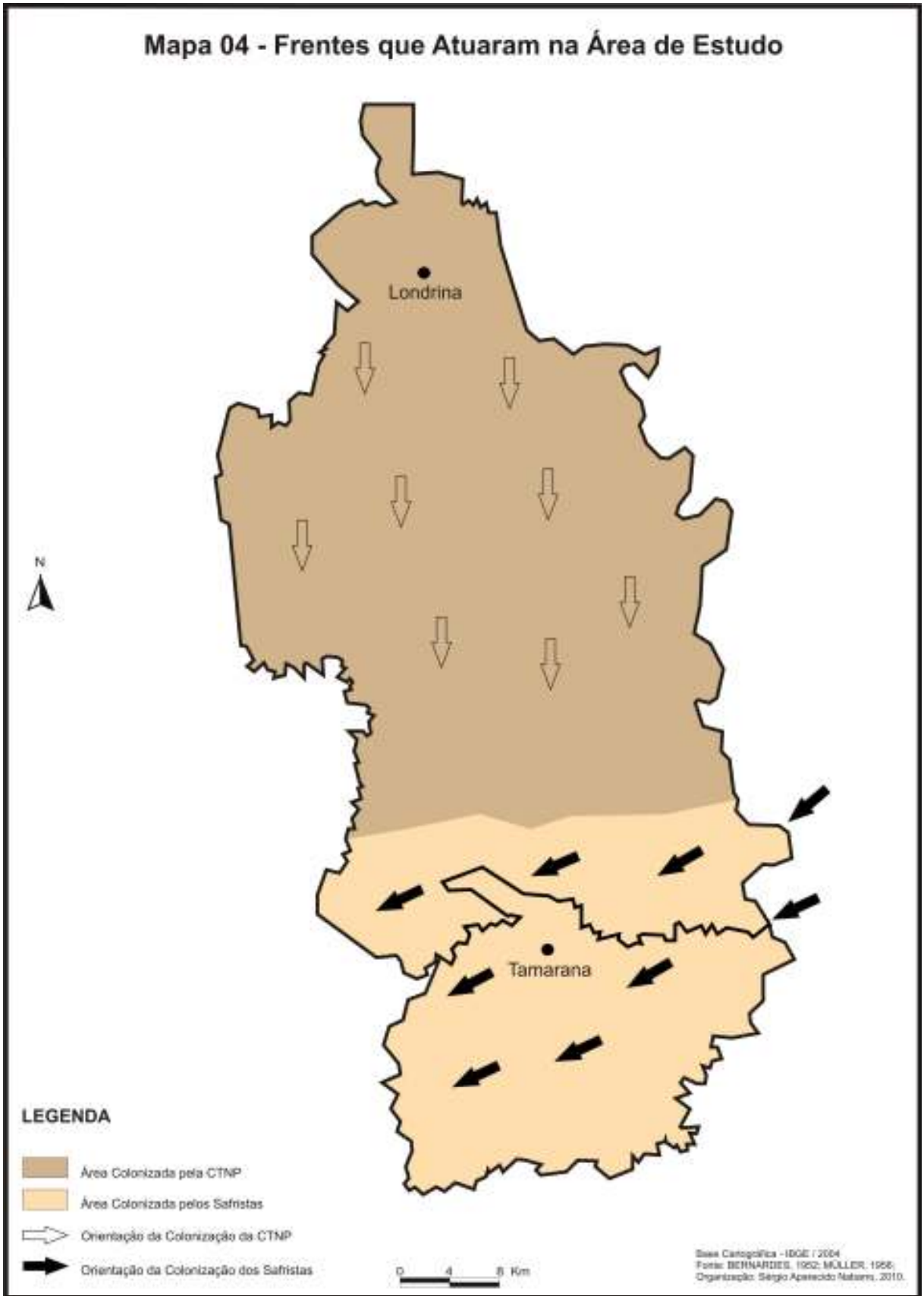
1.3 Os Safristas e sua Expansão até a Porção Sul de Londrina

Ao mesmo tempo em que a Companhia de Terras Norte do Paraná atuava na porção Norte do município de Londrina, chegou, na porção Sul, área onde atualmente estão localizados o extremo Sul do município de Londrina e toda a área territorial do município de Tamarana, uma frente de expansão, vinda do Norte Velho, comandada por sujeitos conhecidos como “safristas” (mapa 04). Diferentemente da porção Norte, na porção Sul, houve já de início uma concentração maior da terra.

Os safristas eram “sujeitos que possuíam algum dinheiro e saiam pelas picadas do sertão comprando porcos de caboclos” (WACHOWICZ, 1988, p. 178). De acordo com Steca e Flores (2002, p. 126), os safristas eram assim conhecidos por serem originados no interior do estado de São Paulo, durante a segunda metade do século XIX, comprando porcos para extrair a banha que, além de produto de exportação brasileiro, era muito utilizada na culinária. Com o processo de urbanização cada vez mais intenso no estado, entre 1915 e 1920, os safristas passaram a comprar porcos no extremo Norte do estado do Paraná, no chamado Norte Velho.

> A colonização do Norte do Paraná, ligada à expansão paulista e à marcha do café, sofreu infiltrações de elementos estranhos a uma e a outra. De um lado, houve a invasão paulista de Itararé e Faxinal (atual Itapeva) que, com base em São Sebastião, tomaram os flancos meridionais do espigão mestre: eram criadores de porcos e “safristas”. (MULLER, 1956, p. 104)

Os safristas atuavam no estado do Paraná mesmo antes das companhias colonizadoras. No entanto, sua penetração no chamado Norte Novo, onde está localizado o município de Londrina, ocorreu durante o período de maior atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná. Portanto, a penetração dos safristas se deu pela porção Sul, onde a colonização inglesa não havia atuado. A frente de expansão comandada, pelos safristas, estava ligada às condições da criação dos porcos, tendo em vista que para criar os porcos primeiro eram derrubados de 30 a 70 hectares de mata para plantar o milho que seria usado na alimentação dos porcos. A cada safra, a frente de expansão avança cada vez mais. (STECA e FLORES, 2002, p. 126). Segundo WACHOWICZ (1988, p. 175 e 176), “na época própria esse animais, criados soltos nos milharais da região, isolados na mata, eram adquiridos por um comerciante, o safrista. Este comprava 500, 800 ou 1.000 porcos e levava-os, tropiando, a pé até os grandes mercados de comercialização”.


Mapa 04 - Frentes que Atuaram na Área de Estudo
Londrina
Tamarana
N
LEGENDA
Área Colonizada pela CTNP
Área Colonizada pelos Safristas
Orientação da Colonização da CTNP
Orientação da Colonização dos Safristas
0 4 8 Km
Base Cartográfica - IBGE / 2004
Fonte: BERNARDES, 1952; MULLER, 1958;
Organização: Sérgio Aparecido Nabarro, 2010.

Essa influência dos chamados safristas na porção Sul de Londrina estimulou o nascimento de uma sociedade aos moldes do Norte Velho, ou seja, patriarcal e latifundiária (WACHOWICZ, 1987, p. 95). Foi nesse contexto que foi fundado, em 1930, o distrito de São Roque (atualmente município de Tamarana), na época pertencente ao município de Tibagi. Em 1941 o distrito de São Roque foi desmembrado de Tibagi passando a constituir a área territorial de Londrina. (IPARDES, 2009, p. 2).

A partir do inicio da década de 1941, começam a ser abertas estradas ligando várias partes do estado do Paraná à região de colonização inglesa. Algumas dessas estradas cruzavam a porção Sul de Londrina[13]. Portanto, o transporte dos porcos passa a ser feito por caminhões, fazendo com que o sistema de safra entrasse em crise. Com a chegada dos imigrantes, atraídos pelas propagandas da Companhia de Terras (fotos 08 e 09), tornou-se mais difícil a utilização do sistema de safra. “A partir de então, esses animais passaram a ser criados em recintos fechados, pertencentes a grandes frigoríficos, o que veio inclusive a facilitar a melhoria da qualidade dos rebanhos” (WACHOWICZ, 1988, p. 176).

No ano de 1943, por iniciativa da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, São Roque passou a chamar-se Tamarana, que é o nome de uma arma de guerra usada pela tribo indígena Kaingang, que habitava o local. Essa mudança é decorrente de uma política nacional que visava modificar o nome de várias cidades brasileiras que possuíam o mesmo nome, para evitar o extravio de correspondências (IBGE, s/d, p.1).

[13] É importante destacar que o interesse da Companhia de Terras Norte do Paraná na porção Sul do município de Londrina, atual município de Tamarana, foi apenas no momento da construção das estradas. Conforme já frisamos, fatores como, a baixa qualidade do solo e o relevo acidentado, fizeram com que essa área não fosse adquirida pela CTNP para seus empreendimentos.

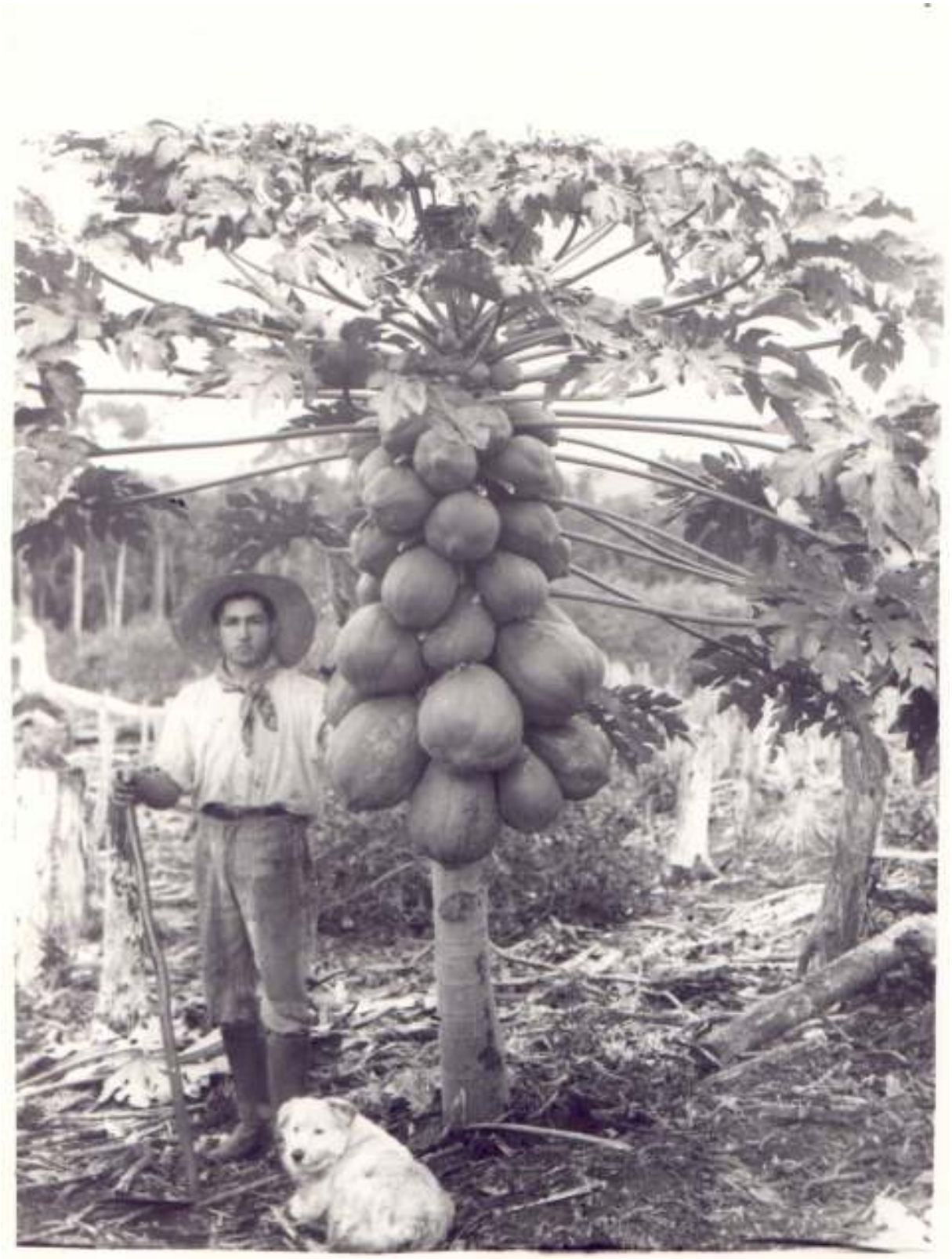


Foto 08 – Mamoeiro. Com o objetivo de atrair imigrantes para as áreas dos loteamentos, a Companhia de Terras Norte do Paraná contratou o fotógrafo José Juliani para fazer as imagens que seriam utilizadas na divulgação dos projetos. Como o principal argumento na divulgação era a abundância de solos férteis, os quais seriam os melhores do Brasil onde o que fosse cultivado seria o melhor e maior produto. As fotos, divulgadas em jornais e panfletos, sempre apresentavam os maiores e mais bonitos produtos cultivados.
Fonte: Museu Histórico de Londrina

Foto 09 – Couve-flor. Foto de José Juliani, feita para retratar a fertilidade do solo. A criança que está na foto é a filha do fotógrafo que foi colocada ao lado da verdura para chamar atenção ao tamanho da couve-flor.
Fonte: Museu Histórico de Londrina

A divulgação do sucesso da colonização inglesa e a estrada ligando o Norte do Paraná às demais regiões do estado fizeram com que Tamarana (foto 10) recebesse, na década de 1950, imigrantes com intenção de prosperar no Paraná. No entanto, por conta do preço mais barato da terra e as ainda precárias condições de infra-estrutura, o distrito de Tamarana acabou por abrigar propriedades bem maiores que as da porção Norte de Londrina. O distrito contava com poucas pequenas e médias propriedades, predominando grandes extensões de terras, nos moldes das grandes fazendas do Norte Velho.

A foto 10 sinaliza, mesmo que havia, mesmo que de forma tímida, um certo desenvolvimento de infra-estrutura e comercial em Tamarana na década de 1950. À direita estão os estabelecimentos comerciais. Os postes, feitos de troco de árvores revelam a presença da energia elétrica.

Foto 10 – Principal rua do distrito de Tamarana, década de 1950.
Fonte: Museu Histórico de Londrina

Em virtude da crise da cafeicultura e da política de erradicação dos cafezais na porção Norte de Londrina, provocando, nos anos finais da década de 1960, uma tendência de concentração fundiária na área, Tamarana passou também a perder parte de suas pequenas propriedades, compradas por grandes proprietários e especuladores. É nesta fase que Londrina, tanto a sua porção Norte quanto a Sul, se insere na luta pela terra.

1.4 O Estatuto da Terra e a Luta pela Reforma Agrária

Na década de 1960, não só a norte-paranaense mas a agricultura nacional passou por mudanças significativas. Portanto, é necessário pensar não apenas as transformações ocorridas na estrutura fundiária de Londrina ou do Norte do Paraná, ocorridas principalmente em virtude da crise da cafeicultura, mas também refletir sobre as mudanças políticas e jurídicas promovidas pelo Estado e relacionadas ao rural. De acordo com Palmeira e Leite (1998, p. 116),

> Na primeira metade da década de 1960, foi elaborada uma legislação específica para o campo. O primeiro passo foi o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963. A seguir, vieram o Estatuto da Terra, em 1964, possivelmente a peça-chave do novo aparato jurídico, e toda uma extensa legislação complementar. Criou-se também uma legislação previdenciária que teve efeitos importantes a partir do início dos anos 1970.

De acordo com Bruno (1995, p. 9) tanto o Estatuto do Trabalhador Rural quanto o Estatuto da Terra foram resultantes dos processos de lutas sociais e políticas já em curso nos anos 1950.

O Estatuto da Terra, na realidade, foi uma resposta às pressões populares cobrando a realização da reforma agrária no Brasil, iniciadas ainda na década de 1950 com o surgimento das Ligas Camponesas (MEDEIROS, 2003, p. 19). Por conseguinte, o Estatuto da Terra se apresenta como a primeira política concreta de reforma agrária do Brasil. O problema é que a legislação não necessariamente determina o direcionamento político.

> O Estatuto da Terra, na sua ambigüidade, abre a possibilidade de diferentes vias de desenvolvimento da agricultura e oferece múltiplos instrumentos de intervenção ao Estado. Nos governos que se sucederam após 1964, uma

> via foi priorizada: a da modernização do latifúndio, em prejuízo daquela que era, aparentemente, privilegiada pela letra da Estatuto, a da formação de propriedades familiares. Na verdade, seria mais justo dizer que uma via de transformação do campo foi sendo construída, à medida mesmo aqueles instrumentos de intervenção iam sendo acionadas em função das diferentes conjunturas do jogo de interesses que se antepõem em torno das questões ligadas à terra e à produção rural, que estão longe de ser estáticas ou referidas a um elenco fixo de grupos sociais e instituições. (Palmeira e Leite, 1998, p. 117)

Segundo Medeiros (2003, p. 24 e 25), o Estatuto da Terra, promulgado pelos militares, pouco tempo após o golpe, criou as condições institucionais que possibilitavam a desapropriação por interesse social como caminho para eliminar os conflitos no campo. No entanto, no rearranjo de forças políticas que se seguiu ao golpe, a possibilidade de uma reforma agrária com base na desapropriação foi posta de lado, em favor de um modelo fundado no apoio à modernização tecnológica das grandes propriedades, com incentivos fiscais e crédito farto e barato. Raras foram as desapropriações realizadas. Os estímulos econômicos foram criados para a modernização da agricultura voltada fundamentalmente aos grandes imóveis.

José de Souza Martins, analisando a conjuntura política em torno da aplicação do Estatuto da Terra, argumenta que, na prática a lei,

> (...) abre caminho para que o governo federal enquadre e administre institucionalmente as reivindicações e os surtos de inquietação camponesa, ele abre a possibilidade de reforma agrária localizada e restrita nas áreas de tensão social grave, ao mesmo tempo que descarta a possibilidade de uma reforma agrária de âmbito nacional. (MARTINS, 1990, p. 31)

O Estatuto da Terra, criou ainda novas categorias relacionadas à definição de propriedades rurais classificando-as quatro tipos: minifúndio, empresa rural, latifúndio por exploração e latifúndio por dimensão. Para medir e classificar as propriedades rurais, a lei cria ainda o módulo rural, área, medida em hectares, que apresente condições suficientes para a sobrevivência de uma família[14]. Assim, o Estatuto da Terra consolida a propriedade empresarial, fundamentalmente capitalista, inviabilizando a realização da reforma agrária no Brasil.

> O Estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma utópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o

[14] Na definição do Estatuto da Terra, o módulo rural é uma “unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município e renda obtida com a exploração predominante. (ESTATUTO DA TERRA, 1964, p. 4).

> problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe (MARTINS, 1990, p. 96).

O ponto mais polêmico do Estatuto da Terra é o que aborda as desapropriações. De acordo com a lei, o proprietário desapropriado passaria a receber pela terra que perdeu. Oliveira (1988, p. 82) esclarece que, com base na análise dessa condição imposta pelo Estatuto, "estava estabelecido o elo da contra-reforma agrária, ou seja, uma reforma agrária a favor dos latifundiários".

A consolidação da propriedade empresarial pelo Estatuto da Terra trouxe a possibilidade da reprodução ampliada do capital no campo. A modernização da agricultura e a expansão da fronteira agrícola fizeram com que o Estatuto da Terra contribuísse ainda mais para o aumento da concentração fundiária no Brasil.

Em Londrina, a crise do café e a modernização da agricultura contribuíram substancialmente para um processo migratório já em andamento. A maior parte das famílias que deixam a vida no campo foram residir na área urbana de Londrina (tabela 04) ou de municípios vizinhos, no entanto muitas famílias optaram por migrar para as novas áreas, que segundo o discurso da época eram mais prósperas para a agricultura, localizadas nos estados de Mato Grosso, Rondônia e Pará[15].

Tabela 04 – Crescimento Percentual da População de Londrina

Ano	Crescimento Percentual da População (%)	
	Urbana	Rural
1970	111,33	12,42
1980	63,24	-46,15
1991	37,36	-32,63

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1970,1980 e 1991

Por meio da análise da tabela, percebe-se que, em Londrina os reflexos do processo migratório do campo para a cidade foram significativos. Se até 1970 ainda houve um crescimento da população rural (12,42%), nas duas décadas posteriores o que se verifica é a queda acentuada dessa população rural.

[15] De acordo com Alves (2005, p. 44) a migração para estas novas áreas não se deu apenas por paranaenses, mas por todos os chamados "sulistas" (agricultores dos estados do Paraná, Santa Catarina e, em maior parte, do Rio Grande do Sul). O autor chama a atenção para outro movimento migratório dos agricultores sulinos para o Paraguai, Uruguai, Argentina e Bolívia.

Para Carvalho (2003, p. 3), Londrina foi a maior receptora de migrantes de todo o estado do Paraná até o início da década de 1970, quando perdeu esta posição e integrou-se às áreas que perdiam população rural. Essa população, além de migrar para a cidade de Londrina, também migrou para outros municípios do Paraná, bem como para outros estados do Brasil.

Os impactos da crise da cafeicultura sobre os camponeses que viviam do trabalho na terra foram imensos, uma vez que perderam o meio de produção - no caso os proprietários de terra - e a possibilidade de acesso a terra (arrendatários, agregados etc.), sofrendo as maiores conseqüências, na medida em que foram privados dos meios essenciais para a sobrevivência, amontoando-se na periferia da cidade de Londrina (tabela 05).

Tabela 05 – Evolução da População Residente em Londrina

Ano	População Residente					
	Urbana		Rural		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
1970	163.528	71,69	64,573	28,31	228,101	100,00
1980	266.940	88,48	34.771	11,52	301.711	100,00
1991	336.676	94,00	23.424	6,00	390.100	100,00

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1970,1980 e 1991

Essa diminuição da população rural, caindo cerca de 40% entre as décadas de 1970 e 1980, e, 30% entre 1980 e 1991, contribuiu para o crescimento demográfico da cidade de Londrina, principal destino da população vinda do campo, contribuindo para o aumento dos problemas urbanos. De acordo com Fresca (2002, p. 246-247) a Companhia Municipal de Habitação (COHAB – Londrina) construiu, em dez anos (entre 1970 e 1980) 32 conjuntos habitacionais, totalizando mais de 9.000 casas, que de imediato não supriram a demanda da população. Logo após INOCOOPs (Instituto de Orientação às Cooperativas) construiu mais quatro conjuntos, com mais 1.219 residências.

Percebe-se que os impactos da configuração da nova estrutura fundiária sobre o processo de urbanização foram expressivos. Analisando os dados dos censos agropecuários de 1970 e 1980, verificamos que, enquanto o número de estabelecimentos com até 50 hectares diminuiu, o número de estabelecimentos com

área superior a 50 hectares aumentou, comprovando assim a tendência de concentração cada vez maior na posse da terra (tabela 06).

Tabela 06 – Estrutura Fundiária de Londrina

Área (ha)	1970	1980
	Número de Estabelecimentos	Número de Estabelecimentos
Até 5	1.370	810
5 a 10	1.364	537
11 a 20	1.471	933
21 a 50	944	802
51 a 100	204	241
101 a 200	98	158
201 a 500	81	110
501 a 1.000	25	38
Mais de 1.000	23	25
Total	5.580	3.654

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 1970,1980

Vale destacar que os números mais expressivos são os referentes à diminuição do número de estabelecimentos com até 5 hectares (queda de aproximadamente 40%) e ao aumento no número de estabelecimentos com área entre 500 e 1000 hectares (aumento de aproximadamente 50%). Essa concentração da terra foi mais expressiva na porção Sul de Londrina porque nesta área estão os solos rochosos de menor fertilidade, com declividade acentuada e também com pior infra-estrutura, portanto, as terras na porção Sul de Londrina são mais baratas, ou seja, nesta área continuou imperando a grande propriedade, em que as poucas pequenas e médias propriedades foram adquiridas por grandes proprietários e especuladores da região Norte do Paraná.

No contexto paranaense, outros municípios do estado também sofreram com os impactos causados pela modernização da agricultura. Segundo Serra (2009, p. 8), em todo o estado do Paraná, “pelo menos cem mil pequenos estabelecimentos desapareceram entre os anos de 1960 e 1980, sendo incorporados aos médios e grandes”.

Uma das expropriação de camponeses mais significativas, não numericamente, mas simbolicamente[16], foi a expulsão das famílias que viviam nas áreas alagadas por causa da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu[17], no Sudoeste do estado, que significava a fase de "desenvolvimento" na qual o Brasil estava inserido, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, durante a ditadura militar.

No ano de 1984, após encontros em Ronda Alta, no estado do Rio Grande do Sul, é criado, num encontro na cidade de Cascavel – localizada a 150 quilômetros de Foz do Iguaçu, onde a Usina Hidrelétrica de Itaipu havia sido construída, mas ainda não inaugurada – o maior e mais organizado movimento social do Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

> O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que aconteceu de 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná (FERNANDES, 1996, p. 16).
>
> O encontro foi realizado no estado do Paraná, por conta do expressivo processo de expropriação de camponeses de suas terras, no Sudoeste do Estado, região de Cascavel e Foz do Iguaçu, em virtude da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu no final da década de 1970 e início dos anos 1980, ou seja, "o início da organização da luta pela terra no Paraná foi feito pelos desalojados na construção de barragens (...) no Sudoeste do estado. O MST paranaense teve assim a sua origem, e não partiu, como poderíamos pensar, dos filhos da modernização agrícola. No entanto, o MST estava diante de um solo fértil para o seu crescimento no Paraná, pois a modernização conservadora deixou muitos lavradores órfãos de terra". (CARVALHO, 2003, p. 3)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasceu da articulação das lutas pela terra que foram retomadas a partir do final da década de 1970, especialmente na região centro-sul do Brasil, e que aos poucos foram se territorializando pelo país inteiro (FERNANDES, 1996, p. 16).

---

[16] Estamos chamando de simbólica porque, segundo Serra (2009, p. 13), em todas as regiões do estado do Paraná houvera reações contra as expropriações causadas pela modernização da agricultura. Em 1982, o estado já contava com pelos menos cinco movimentos sociais de luta pela terra: MASTRO (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná), MASTES (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná), MASTEL (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná, MASTEN (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná e MASTRECO (Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Centro-Oeste do Paraná). A dimensão simbólica da expropriação para a construção Usina Hidrelétrica de Itaipu estava ligada à consolidação do moderno e do desenvolvimento no Brasil.

[17] A Usina hidrelétrica de Itaipu começou a ser construída em 1975, mas o represamento das águas e as primeiras inundações ocorreram apenas em 1979. A obra foi finalizada no início do ano de 1984. (ITAIPU, 2007).

No contexto nacional, em 1985, devido à pressão dos movimentos sociais de luta pela terra, é anunciado o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), que não cumpriu sua meta de assentar 1.400.000 famílias, não atendendo assim às expectativas da sociedade, conforme explica Oliveira (2007, p. 126 e 127).

> O I PNRA já trazia retrocessos em relação ao Estatuto da Terra, como por exemplo, o artigo (artigo 2°, § 29, do Decreto nº 91.766) onde está expresso que se evitará, sempre que possível, a desapropriação de latifúndios. Outro ponto, foram os imóveis que tivessem grande presença de arrendatários e/ou parceiros, onde as disposições legais fossem respeitadas. Dessa forma, o I PNRA já apareceu trazendo distorções em relação ao Estatuto da Terra.
> A primeira previsão para assentamento entre 1985 e 1989 apresentava em termos totais para o Brasil 1.400.000 famílias em uma área de 43.090.000 hectares. Na região Norte seriam assentadas 140.000 famílias em 10.080.000 ha; na região Nordeste seriam 630.000 famílias em 18.900.000 ha; na região Centro-Oeste seriam 210.000 famílias em 7.560.000 ha; na região Sudeste seriam 280.000 famílias em 4.370.000 ha; e na região Sul seriam 140.000 famílias em 2.180.000 ha.
> Em 1985 com a implantação do plano, passou a ocorrer forte luta entre a UDR (União Democrática Ruralista), o governo Sarney e os camponeses sem-terra, posseiros, etc. O objetivo da UDR foi a inviabilização da implantação do I PNRA. Nelson Ribeiro, o primeiro ministro do MIRAD não resistiu a pressão e deixou o governo. Os números referentes ao primeiro ano do Plano (85/86) traziam já, o fracasso da reforma agrária da "Nova República" de José Sarney. Havia sido atingido apenas 5% das metas das famílias assentadas e da área desapropriada. Depois, no segundo ano (86/87) o ritimo continuou lento. Mais um ministro caiu (Dante de Oliveira, que substituiu Nelson Ribeiro) um segundo, Marcos Freire morrera estranhamente, em "acidente de avião próximo ao aeroporto de Carajás. Pará", juntamente com presidente do INCRA José Eduardo Raduam. O aeroporto de Carajás está situado na região onde se concentra o maior número de assassinatos no campo brasileiro: o sudeste do Pará.
> (...)
> O governo Sarney, passou a investir na propaganda governamental para alimentar a ilusão de que um dia a Reforma viria. Foi por isso, que na região Norte apenas 18% das terras previstas foram desapropriadas; no Nordeste, 6%; no Sudeste, 4%; no Sul, 10%, e no Centro-Oeste. 12%. Depois de dois anos, menos de 10% das metas do I PNRA tinham sido implantadas. O motivo: a falta de vontade política e a prevalência da defesa dos interesses dos latifundiários organizados na UDR - União Democrática Ruralista.

A primeira área desapropriada pelo I PNRA foi em Londrina (SILVA, 2005, p. 224; CARVALHO, 2003, p. 4). Após esta desapropriação, foi criado o primeiro assentamento do I PNRA, no maior distrito rural do município: Tamarana. Na verdade um reassentamento, implantado no ano de 1986 e chamado Água da Prata, com 93 famílias de posseiros que ocupavam uma área indígena no município de São Jerônimo da Serra. Este (re)assentamento foi implantado em virtude de pressões do MST que possuía dois acampamentos na área. Neste período, os municípios de Londrina e Tamarana eram áreas propícias para a atuação do MST

porque, além da presença de grandes propriedades, apresentava áreas de solos menos férteis com preços mais baixos, o que viabilizaria uma desapropriação mais rápida por parte do INCRA para fins de assentamento. (TSUKAMOTO e ASARI, 2003, p. 487)

Após implantação do assentamento Água da Prata[18], a porção Sul de Londrina passa a ser caracterizada por abrigar novos assentamentos criados no Norte do Paraná. Para Tsukamoto e Asari (2005, p. 3), no caso específico de Tamarana, o processo de ocupação e territorialização das terras pelo MST foi intenso nos últimos 15 anos. O município conta atualmente com 15 assentamentos e duas vilas rurais, totalizando 480 famílias, implantados em solos pouco férteis e com declividade acentuada. A baixa fertilidade dos solos, distante da sede do município (30 km), transporte precário com ausência de linhas de ônibus regulares para a cidade, são alguns elementos que depreciam o preço da terra. A pecuária é a atividade predominante com a forte presença de grandes propriedades rurais. Esses fatores propiciaram o processo de ocupação pelos integrantes do MST.

Mesmo criando o primeiro (re)assentamento de Londrina, por meio de desapropriação, no contexto nacional, o I PNRA não foi realizado (ou realizado timidamente), em virtude de pressões exercidas pala bancada ruralista do Congresso Nacional, todos integrantes da recém criada União Democrática Ruralista (UDR), organização criada para defender, após o regime militar, os interesses dos capitalistas da terra.

O estabelecimento do regime democrático, no Brasil, renovou as esperanças pela realização da reforma agrária. Mas, a promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um retrocesso em relação a sua realização. Segundo Martins (1999, p. 90):

> Os precários avanços na legislação fundiária da ditadura militar foram praticamente anulados pelos constituintes. A utilização dos conceitos de "propriedade produtiva" e de "propriedade improdutiva" introduziu uma ampla ambigüidade na definição das propriedades sujeitas à desapropriação para reforma agrária, praticamente anulando as concepções relativamente mais avançadas do Estatuto da Terra.

[18] Segundo Batista (1996, p. 2, 2003, p. 21, e 2005, p. 7) e SILVA (1998, p. 2), o assentamento Água da Prata, criado pelo I PNRA, em 1986, não foi o primeiro assentamento da região. Em 1984, em uma área adquirida 7 anos antes pelo governo do estado do Paraná para a construção da Colônia Penal Agrícola nunca saiu do papel por conta da mudança de governo, foi implantado o assentamento chamado de Assentamento Colônia Penal, na época com 17 famílias, numa área de 140 hectares.

Na década de 1990, as políticas de contra-reforma agrária continuam, sempre a favor das oligarquias. Desta vez, é a publicação da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, conhecida como Lei Agrária que, conforme explica Oliveira, representa uma força contra a reforma agrária:

> Como se o descaso do Poder Executivo não bastasse, na questão da relação entre a legislação e o poder judiciário, há sérias contradições que dificultam o processo da desapropriação. Exemplos disso são o artigo 185 da Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, segundo os quais as pequenas e médias propriedades, assim como as propriedades produtivas, independente de seu tamanho, são propriedades não suscetíveis de desapropriação.
>
> A Lei nº 8.629, chamada de Lei Agrária, foi criada com o objetivo de estabelecer a regularização dos dispositivos contidos na Constituição relativos à reforma agrária. Com ela, juridicamente, não haveria mais empecilhos à desapropriação das grandes propriedades improdutivas para fins de reforma agrária. Contraditoriamente, a Lei complementar nº 76 de 6 de julho de 1993, passou a estabelecer um procedimento especial, chamado de Rito Sumário, para o processo de desapropriação de imóveis rurais, por interesse social para fins de reforma agrária, dando ao poder judiciário o prazo de 120 dias para decidir se a propriedade é ou não improdutiva, portanto, passível ou não de desapropriação.
>
> A Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, Lei Agrária, apresenta dois sérios problemas: primeiro, ao reafirmar a insuceptividade da desapropriação para fins de reforma agrária da pequena e média propriedade rural, contribuiu para o desmembramento de grandes propriedades improdutivas em várias outras propriedades pequenas e médias (improdutivas), como uma forma de burlar a lei. Segundo, ao conceituar propriedade produtiva como aquela que explorada economicamente e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, tornou o conceito de propriedade produtiva ininteligível, dando margem para complexas e demoradas disputas judiciais. Além disso, ainda, a Lei de Rito Sumário, que possibilita aos proprietários ações contestatórias, reduz e compromete toda a eficiência do instrumento de desapropriação de terras. (OLIVEIRA, 2005, p. 58-59).

Mesmo com o cenário acima apresentado, o MST intensifica ainda mais a sua luta pela reforma agrária no Brasil e os conflitos por terras passam a crescer ano após ano, sobretudo durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1995 e 1998 (tabela 07), porque os militantes alegavam que o então presidente governava de acordo com os interesses das classes dominantes.

Tabela 07 – Conflitos por Terra no Brasil entre 1995 e 1998

Ano	1995	1996	1997	1998
Nº de Conflitos	440	653	658	751
Assassinatos	39	46	29	38
Pessoas Envolvidas	318.458	481.490	477.105	662.590

Fonte: CPT - Comissão Pastoral da Terra, 2003.

É importante destacar o número de assassinatos nos anos de 1995 e 1996. O massacre de Corumbiara, em 1995, no estado de Rondônia, teve como resultado 9 trabalhadores mortos e 55 torturados por mais de 24 horas. No ano de 1996, em Eldorado de Carajás, no estado do Pará, 19 trabalhadores foram mortos em uma desastrosa ação militar, influenciada pelas oligarquias locais.

É neste contexto de completa tensão social e intensa luta pela reforma agrária, com repercussão internacional dos conflitos, que o governo federal publica, em 1999, o documento chamado de “O Novo Mundo Rural”, uma aliança do Estado brasileiro com o Banco Mundial. Neste momento, instala-se no Brasil a mais forte política de contra-reforma agrária já vista, que se territorializou intensamente em nossa área de estudo. Segundo a nova política para o desenvolvimento do campo no Brasil, são implantados, por meio de financiamento bancário, com respaldo financeiro do Banco Mundial, os chamados *programas de desenvolvimento rural,* pautados na visão neoliberal e na política de ajuste estrutural do Banco Mundial que visa entre outras coisas o aquecimento do mercado de terras. No entanto, o discurso do Estado era que os programas de desenvolvimento rural, pautados na visão neoliberal do Banco Mundial, tinham por objetivo levar desenvolvimento e mais justiça social ao campo.

CAPÍTULO 2

Foto 11 – FHC e o Neoliberalismo
Fonte: http//www.andrepontes.files.wordpress.com

POLÍTICAS NEOLIBERAIS E O MODELO DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO

2.1 As Políticas de Ajuste Estrutural do Banco Mundial

Para compreender a gênese do modelo de reforma agrária de mercado, não basta apenas analisar o contexto político brasileiro durante a década de 1990, quando o modelo foi criado e implementado. O embrião da proposta de "desenvolvimento" para o espaço rural teve início ainda no início da década de 1980, no bojo das políticas de ajuste estrutural, propostas pelo Banco Mundial, sob a ótica do neoliberalismo, visando financeirização da economia mundial e a reestruturação político-econômica dos países periféricos.

Sobre a teoria do neoliberalismo, em que estão baseadas todas as propostas do Banco Mundial, Harvey (2008, p. 12), analisa que:

> O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos de propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes deverão ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (os preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício.

O neoliberalismo representa ainda mais que uma teoria político-econômica, ele representa uma construção ideológica pautada na visão idealizada do conceito de liberdade individual. Foi na visão idealizada de liberdade que o neoliberalismo se firmou enquanto teoria e corrente de pensamento, ainda nas décadas de 1950 e 1960. Na análise de Harvey (2008, p. 15), "nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos".

A visão idealizada da liberdade, na qual se pauta o neoliberalismo, foi construída no bojo das transformações ocorridas após a Segunda Guerra Mundial, onde, entre outras coisas, se propagavam regimes ditatoriais em várias partes do globo. Foi neste mesmo discurso de liberdade que se deu o surgimento das organizações financeiras supra-nacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, ainda na década de 1940.

A ascensão neoliberal baseou-se no discurso de que os efeitos da crise econômica de 1929, somados aos da Segunda Guerra (de 1939 a 1945), comprovavam a falência das práticas keynesianas, onde o Estado estava presente e desempenhava um papel regulador na economia. Nesse contexto, as décadas de 1950 e 1960 foram de consolidação do neoliberalismo. O resultado dessa expansão das idéias neoliberais no mundo, segundo Harvey (2008, p. 18), foi um processo intenso de privatização de empresas estatais, abertura de mercados e precarização do trabalho. No entanto, as ações neoliberais, que defendiam que as crises e guerras eram resultados da ineficiência do Estada, não foram suficientes para evitar a grande crise do petróleo de 1970. Para justificar e reafirmar o discurso, a crise de 1970 foi classificada pelos neoliberais como uma resquício deixado pela crise de 1929 e pela Segunda Guerra Mundial.

Harvey (2008, p. 37) esclarece que mesmo a crise do petróleo de 1970 contrariando o principal argumento da corrente neoliberal, a sua influência na adoção das políticas de Estado em todo o mundo se mantiveram. O auge do neoliberalismo se constituiu na metade da década de 1970, quando o Prêmio Nobel de Economia dos anos de 1974 e 1976 foi entregue a dois pensadores fundamentais para consolidação do neoliberalismo, a saber, Friederick August von Hayek e Milton Friedman, respectivamente.

Concomitante à entrega do Prêmio Nobel para pensadores neoliberais, o acordo firmado entre os Estados Unidos e os Sauditas, após a crise do petróleo, impulsionou os processos de liberalização. Segundo Harvey (2008, 37), os petrodólares americanos e sauditas foram “reciclados” em forma de empréstimos, com taxas altamente vantajosas apenas para as instituições financeiras, aos países em desenvolvimento da América Latina (Argentina, México e Brasil) e da Ásia.

O que se verificou no início da década 1980 foi que o dinheiro, criado por meio da mutação dos petrodólares, emprestado aos países em desenvolvimento não estava sendo pago em virtude, entre outros fatores, pelas altas taxas de juros

praticadas. Esse fato obrigou o Banco Mundial à elaborar, sob os pressupostos neoliberais, medidas político-econômicas que promovessem uma organização econômica que fosse capaz de fazer com que os países devedores pudessem saldar suas dívidas. Estas medidas foram denominadas pelo próprio Banco Mundial como política de ajuste estrutural (SAUER e MENDES PEREIRA, 2006, p. 173).

Verifica-se, portanto, que a política de ajuste estrutural foi elaborada pelo Banco Mundial por duas razões básicas. A primeira, segundo Leher (1997, p. 45), foi baseada no endividamento dos países periféricos, provocado por uma série de crises econômicas, que colocou o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) como agentes centrais nos processos de reestruturação econômica e social. A segunda está, de acordo com El-Ghonemy, (2002, p. 6), baseada na valorização das transações do mercado como forma suprema básica de distribuição de terras, em detrimento do modelo de reforma agrária tradicional, baseado na desapropriação. Para Mendes Pereira (2004, p. 13), a motivação central dos programas de ajuste estrutural era assegurar o pagamento da dívida externa e promover a transformação das economias nacionais em direção ao padrão neoliberal que, então, ganhava força no cenário internacional.

Em relação à implementação dessas políticas de desenvolvimento, os programas de ajuste estrutural estavam baseados numa nova modalidade de empréstimos acordados com o Banco Mundial e com o FMI.

> Desvinculados de programas específicos e com uma série de condicionalidades bastante rígidas de caráter macroeconômico e setorial, tais programas se concentram em seis eixos principais: 1) abertura comercial, por meio da redução de tarifas de importação e da eliminação de barreiras não-tarifárias, com o objetivo de disponibilizar mercados, forçar seletivamente a modernização tecnológica e estimular as exportações; 2) desregulamentação do mercado doméstico, mediante a redução do controle estatal sobre preços, mecanismos de incentivo, taxas de câmbio e de juros, com o objetivo de estimular a concorrência; 3) liberalização financeira, pela reformulação das normas reguladoras da entrada de capital estrangeiro; 4) equilíbrio orçamentário e fiscal, por meio, sobretudo, da redução drástica dos gastos públicos; 5) desregulamentação do setor privado; e 6) privatização de empresas industriais e de prestação de serviços públicos. (MENDES PEREIRA, 2004, p. 13).

Essa política de ajuste estrutural segue, portanto, o pressuposto maior do neoliberalismo econômico, ou seja, o mercado é quem deve regular as transações financeiras e o Estado não intervêm de maneira direta ou próxima, nas políticas de

desenvolvimento, sejam elas para o campo, para a cidade, ou ainda direcionadas à educação.

Esta fase, relacionada à liberalização econômica, foi predominante nas políticas de desenvolvimento do Banco Mundial até o início da década de 1990, sendo direcionada para alguns países do continente africano, mas em grande parte, para a maioria dos países da América Latina. De acordo com Edwards (1997, p. 18), na América Latina, a intervenção do Banco Mundial, visando a liberalização econômica, foi realizada em três fases. A primeira fase, implantada no início da década de 1980, ocorreu no México, Chile e Bolívia. A segunda, iniciada no final dos anos 1980, foi implementada na Costa Rica, na Jamaica, no Uruguai e em Trinidad-Tobago. A terceira fase de liberalização econômica, iniciada em meados da década de 1990, foi direcionada aos seguintes países: Brasil, Argentina, Colômbia, Guatemala, Venezuela, Panamá, Nicarágua, Paraguai, Peru e Honduras.

Segundo o Banco Mundial (2001, p. 62), as políticas de ajuste estrutural e as demais reformas realizadas nos países da América Latina indicam que as políticas foram implementadas com muito sucesso, no entanto, um dos mais expressivos estudos sobre os impactos das políticas de ajuste estrutural, elaborado em 2002 pela *Sociedad Civil para la Revisión Participativa de las Políticas de Ajuste Estructural* (SAPRIN), mostrou que os impactos econômicos e sociais das políticas do Banco Mundial não foram tão positivos em relação ao discurso da implementação de tais medidas. O estudo analisou os impactos sociais, econômicos e ambientais em sete áreas que representam os pilares da política do Banco Mundial.

A primeira área analisada foi o setor manufatureiro. De acordo com o estudo, ainda que as exportações tenham aumentado, o aumento mais expressivo foi representado pelas importações. Como resultado, os déficits comerciais aumentaram ainda mais, o que gerou níveis ainda mais altos da dívida externa. Esta situação piorou o câmbio, ou seja, requereu exportar mais para comprar a mesma quantidade de artigos de importação. Além disso, a maior parte do crescimento das exportações foi baseada apenas em alguns recursos e artigos produzidos com mão-de-obra barata. (SAPRIN, 2002, p. 5-6)

O segundo ponto analisado foi o que se refere aos impactos da liberalização econômica no processo produtivo, sobretudo, nas pequenas empresas. Verificou-se que a estratégia de reforma, promovida pelo Banco Mundial, incluiu a liberalização das taxas e barreiras para a entrada nos mercados financeiros e reestruturação do

setor financeiro. Segundo SAPRIN (2002, p. 7), na prática, a reforma do setor financeiro resultou num processo que enfocou principalmente a liberalização das taxas das contas do grande capital ao mesmo tempo em que desarticulava as regulamentações já existentes para o setor financeiro. Desta maneira, a reforma estrutural beneficiou apenas as elites detentoras do grande capital e despertou ainda mais o anseio de criação de monopólios comerciais e financeiros. Portanto, a liberalização do setor financeiro não melhorou a eficiência econômica nem gerou estabilidade econômica, ou seja, reforçou os problemas estruturais das economias nacionais.

Os efeitos da política de ajuste estrutural no mercado de trabalho também foram analisados. Foi verificado que as políticas de ajuste estrutural (privatização de empresas públicas, abertura comercial e liberalização do sistema financeiro) adotadas impactaram amplamente o mercado de trabalho, no entanto seu significado não incidiu de maneira concreta para resolver problemas que o mercado de trabalho já apresentava. De acordo com a Saprin (2002, p. 9), o impacto específico das políticas de ajuste estrutural fizeram com que as mudanças nas políticas incluíssem modificações na legislação trabalhista a fim de eliminar direitos, vistos pelo Banco Mundial como “excessivos” ao trabalhador. Neste sentido, as mudanças implementadas na legislação trabalhistas mais beneficiaram os empregadores do que os empregados.

Analisando as privatizações foi concluiu-se no estudo que as privatizações foram importantes componentes dos programas de ajuste estrutural frequentemente se constituíram como condições básicas para o recebimento de empréstimos do Banco Mundial e do FMI, sem importar a extensão ou a efetividade das empresas estatais. No que se refere à melhoria dos serviços fornecidos pelas empresas, após serem privatizadas, não houve significativa alteração da qualidade dos serviços públicos básicos destinados à população, como, por exemplo, no setor de telecomunicações. (SAPRIN, 2002, p. 12-13)

Na área da mineração, as políticas de ajuste estrutural, enfatizando o setor privado e na orientação da produção voltada para a exportação, o Banco Mundial implantou as bases para acelerar o crescimento econômico sob o ajuste estrutural, direcionando seus empréstimos para o setor de exploração dos recursos naturais. (SAPRIN, 2002, p. 18-19)

Nas áreas de saúde e educação, as reformas fiscais foram centrais nas diretrizes da política de ajuste estrutural. No entanto, as reformas foram além de cortes nos gastos sociais, buscaram a transformação do setor social, ou seja, objetivavam fazer com que o Estado se sujeitasse às normas do mercado para efetuar qualquer investimento na área social. Segundo a Saprin (2002, p. 21), a diminuição da capacidade do Estado de atribuir recursos ao setor social, de maneira geral, impossibilitou o acesso a serviços públicos de qualidade para a maior parte da população e elevou os níveis de pobreza e desigualdade.

Por fim, o estudo da Saprin (2002, p. 16-17), analisou os impactos da política de ajuste estrutural no setor agropecuário. O estudo mostrou que as políticas de reforma, direcionadas ao setor agropecuário, foram implementadas como parte do processo de ajuste estrutural nos países onde a agricultura desempenha papel fundamental na economia, sobretudo nas exportações. Estas políticas direcionadas ao setor agropecuário incluíam: supressão de subsídios a insumos e a crédito; liberalização dos preços de produção; privatização de entidades estatais; e, liberalização do comércio de insumos agrícolas.

Na agricultura camponesa, o ingresso dessas políticas significaram deterioração da renda média dos camponeses, ao mesmo tempo em que se tornaram submissos ao mercado (SAPRIN, 2002, p. 15). Identificamos outros dois problemas relacionados à implementação das políticas de ajuste estrutural no setor agropecuário. O primeiro refere-se à soberania alimentar. O Banco Mundial não trabalha esse conceito, mas sim com o de segurança alimentar. O Banco incentiva que países, como o Brasil, não tenham estoques de alimentos, mas sim dinheiro em caixa para poder comprar esses alimentos quando necessário, o problema é que os alimentos são produtos básicos de primeira necessidade e isso faz com que o Brasil fique altamente dependente do mercado quando necessitar comprar produtos alimentícios. O segundo problema está relacionado à maior degradação ambiental. O incentivo ao aumento da produção, sem se importar com o cumprimento das normas ambientais, promoveu a expansão das fronteiras agrícolas sem o devido cuidado com o ambiente o que provocou prejuízos na agricultura, sobretudo na camponesa.

Em suma, é possível apontar que:

> 1) A reforma do setor agropecuário não melhorou a renda dos camponeses. Os pequenos agricultores foram particularmente afetados, uma vez que, como resultado das reformas, subsídios à produção foram eliminados. Também diminuíram os investimentos públicos em serviços de assistência técnica aos produtores, portanto, este serviço passou a representar mais um ônus para os camponeses. Além disso, houve o aumento da dependência destes camponeses aos intermediários do mercado de insumos e de outros produtos relacionados à atividade agropecuária. Este aumento de custos portanto, reduziu drasticamente a renda dos camponeses;
>
> 2) O impacto das políticas de reforma sobre a disponibilidade e o acesso aos alimentos variou dependendo das condições econômicas. O resultado foi um grande impacto sobre as populações rurais mais pobres. As reformas foram realizadas sob a suposição de que a oferta local não é importante e, que o acesso aos alimentos ocorre por meio do mercado. No entanto, a redução no fornecimento de alimentos não tem foi acompanhada por maior acesso ao mercado por parte dos mais pobres. Os insumos agrícolas como fertilizantes e sementes híbridas, são caros para os pequenos agricultores, e esta situação leva a práticas agrícolas que reduzem a fertilidade do solo;
>
> 3) As reformas agravaram as desigualdades e criaram mais problemas ambientais. A promoção da exportação, a liberalização das importações pela retirada de apoio do governo à agricultura, serviram para reforçar o acesso diferenciado aos recursos para produção. Enquanto a exportação tem crescido e os rendimentos têm aumentado, apesar de estar sujeita às flutuações dos preços mundiais, muitos dos benefícios econômicos adquiridos por pequenos produtores não competiam em igualdade com o mercado liberalizado;
>
> 4) O projeto das reformas não levaram em conta a abordagem de gênero e, políticas tiveram importantes impactos diferenciados entre homens e mulheres. A divisão de trabalho existente com base no sexo, o acesso e controle dos recursos (por exemplo, terra e crédito) por mulheres, e a posição das mulheres em diferentes culturas, foram fatores importantes na determinação de que as elas fossem mais afetadas do que homens como resultado das políticas de reforma para o setor agropecuário. (SAPRIN, 2002, p. 15-16)[19]

[19] No original:

1) La reforma al sector agropecuario no ha mejorado el ingreso de los campesinos. Los pequeños agricultores fueron particularmente afectados, ya que, como resultado de las reformas, los subsidios a la producción fueron eliminados, se bajaron los gastos públicos en los servicios de extención, y la obtención se volvió más cara, todo. Además, la liberaloización incrementó la dependencia de estos productores a los intermediarios, quienes mercadean tanto insumos como productos agrícolas. Esto incremento los costos y bajó el ingreso de estos agricultores, cuyas opciones de mercado están limitadas como consecuencia de la inadecuada información y falta de recursos;

2) El impacto de las políticas de reforma en la oferta y accesibilidad de alimentos ha variado dependiendo de las condiciones socioeconómicas, detectándose un impacto mayor en los pobres de áreas rurales. Las reformas fueron llevadas a cabo bajo el supuesto que la oferta local no sea importante, ya acceso a los alimentos ocurre por médio del mercado. Sin embargo, la reducción en la oferta de alimentos a nivel local no ha estado acompañada por un mayor acceso al mercado por parte de los pobres en áreas rurales, quienes no tienen los medios para comprar sus alimentos, lo que ha provocado que muchos habitantes rurales hayan sufrido de un nivel inadecuado de consumo de alimentos y una mayor desnutrición (...). Los insumos agrícolas, tales como las semillas híbridas y el abono, son demasiado caros para los pequeños agricultores, y esta situación lleva a prácticas agrícolas insostenibles que reducen la fertilidad del suelo;

3) Las reformas han exacerbado las inequidades y han creado más problemas ambientales. La promoción de la exportación, la liberalización de la importanción y la retirada del apoyo gubernamental al sector agrícola, han servido para reforzar el acceso diferenciado a los recursos para la producción. Cuando la exportación se ha expandido y los ingresos se han incrementado, a pesar de ser sujetos a fluctuaciones de los precios mundiales, muchos de los benefícios económicos se han

Após todos os problemas apontados pelo estudo da Saprin, verifica-se que uma política direcionada ao desenvolvimento rural deve proporcionar apoio necessário para assegurar que os camponeses também tenham acesso a insumos e assistência técnica adequada as suas necessidades. Portanto, para começar a melhorar o campo, é necessário, ao contrário do que prega a visão neoliberal do Banco Mundial, um maior respaldo do Estado no que se refere aos subsídios agrícolas, tendo em vista que a agricultura não segue o tempo do mercado, do capital, mas sim o tempo da natureza. Para Saprin (2002, p. 17), toda política agrícola deve ser concebida para reduzir as desigualdades, por meio da promoção da capacidade dos produtores de pequena e média escala, e ajudar os agricultores marginalizados para que eles possam construir uma vida digna e sustentável do setor rural.

Para Burki e Perry (1997, p. 90), após avaliações dos economistas do Banco Mundial, foi verificado que as políticas de ajuste estrutural progrediram apenas nos setores de serviços, enquanto importantes setores da economia, como do trabalho e o setor rural, regrediram após a liberalização comercial.

Segundo Borón (2004, p. 4), as políticas de ajuste estrutural, na realidade, se configuraram como uma tentativa de aceleração da expansão capitalista no campo, via ideologia neoliberal. Foi esta ideologia que, mascarada pela falsa intenção de promover o desenvolvimento social e econômico no campo, constituiu o alicerce para a construção do modelo de reforma agrária de mercado.

2.2 O Modelo de "Reforma Agrária" do Banco Mundial

No início da década de 1990, com as políticas de ajuste estrutural a todo vapor, o Banco Mundial passa a dar maior enfoque, nas novas diretrizes de desenvolvimento, ao alívio da pobreza no espaço rural. Tais políticas tinham por

---

acumulado solamente en los grandes productores ya que los pequeños productores carecían de iguales oportunidades para competir dentro de un mercado liberalizado;

4) El diseño de las reformas no tomó en cuenta el enfoque de género, y las políticas han tenido impactos diferenciados importantes entre hombres y mujeres. La existente división de trabajo basada en el género, el acceso y control de los recursos (por ejemplo: tierra y crédito) por mujeres, y la posición de las mujeres en diferentes culturas fueron factores importantes, determinando que las mujeres han sido más afectadas que los hombres como resultado de las políticas de reforma al sector agropecuário.

objetivo estimular a constituição de um expressivo mercado de terras nos países da América Latina.

De acordo com Groppo (1997, p. 3), este enfoque no mercado de terras, na década de 1990, dominou as diretrizes do Banco Mundial para o desenvolvimento rural por dois motivos. O primeiro está relacionado à expansão cada vez maior da concepção de desenvolvimento pautado no neoliberalismo econômico, que ganhava mais adeptos a cada dia. O segundo, de acordo com o próprio Banco Mundial (2001, p. 7), está relacionado às propostas de desenvolvimento para o campo existentes até então, comprovadamente "ineficientes". Dentre estas propostas ditas ineficientes[20] está o modelo de reforma agrária tradicional, conduzido pelo Estado e baseado na desapropriação das terras que não estivessem cumprindo sua função social. Foi neste contexto que foi concebido o modelo de reforma agrária do Banco Mundial, conhecido como "reforma agrária de mercado[21]".

Criado em 1994 e implantado inicialmente em países marcados por graves tensões sociais no campo (Guatemala, África do Sul e Filipinas), o modelo de reforma agrária de mercado foi concebido, segundo o Banco Mundial (2001, p. 7), como uma alternativa à chamada reforma agrária tradicional. Este novo modelo de "reforma agrária", baseado na lógica de mercado, representa sobretudo um estímulo à mercantilização da terra.

> Em outras palavras, trata-se de uma relação de compra e venda de terras entre agentes privados financiada pelo Estado (...). Politicamente, tal modelo se insere na estratégia de alívio da pobreza rural do Banco Mundial e subordina-se ao rol de políticas dirigidas à liberalização e dinamização de mercados de terras. (MENDES PEREIRA, 2004, p. 87).

Os mentores intelectuais do modelo de reforma agrária de mercado foram os economistas Hans Binswanger (suíço) e Klaus Deininger (alemão), então consultores de desenvolvimento rural do Banco Mundial. Segundo os economistas, o novo modelo de "reforma agrária" representa uma superação do que se

[20] É importante ressaltar que para o Banco Mundial o modelo de reforma agrária tradicional é ineficiente do ponto de vista econômico, pois o Banco não leva em conta as transformações sociais geradas pela reforma agrária.

[21] Segundo Oliveira (2005, p. 3), "a expressão *reforma agrária de mercado* surgiu no contexto da crítica feita pelos movimentos sociais ao programa Cédula da Terra, parte constitutiva da política agrária do Banco Mundial aplicada nos países em desenvolvimento. Depois passou a ser utilizada pelo discurso de intelectuais envolvidos com a luta camponesa pela reforma agrária. O curioso é que em seguida foi assumida pelo Banco Mundial, que a colocou no centro de sua parceria política com o governo brasileiro, procurando assim, desqualificar o conteúdo crítico da expressão, presente na sua origem".

convencionou chamar de reforma agrária. Este novo modelo visa estimular o mercado de terras e não acabar com ele, como faria o modelo dirigido pelo Estado (BINSWANGER e DEININGER, 1993, p. 16).

Fica evidente que para os criados do modelo de reforma agrária de mercado, o que deve ser promovido é o aquecimento do mercado de terras e não uma distribuição mais eqüiname da terra visando sobretudo o desenvolvimento social, ou seja, o objetivo, segundo os próprios criadores do modelo, era melhorar a eficiência econômica da reforma agrária, tendo em vista que, segundo eles, as inúmeras crises econômicas e as tentativas, sempre fracassadas de realização da reforma agrária tradicional, causaram uma expressiva queda do preço da terra, fazendo com que os seus proprietários saíssem prejudicados.

> A queda nos preços de terras associada a reformas macroeconômicas, juntamente com a perda de privilégios previamente conferidos a grandes fazendas por leis discriminatórias, proteção comercial e crédito subsidiado, fornecem a oportunidade para se implementar uma reforma agrária menos nociva aos funcionamentos dos mercados (DEININGER e BINSWANGER, 1993, p. 6).

O que se percebe é que o argumento dos economistas do Banco Mundial está repleto de falácias. Em primeiro lugar porque a reforma agrária surge no capitalismo como uma forma do capital amenizar os problemas sociais causados pela concentração fundiária e colocar o dinheiro investido na terra em circulação, não acabando, portanto, com o mercado, conforme analisa Oliveira (2007, p. 67),

> A reforma agrária historicamente aparece no capitalismo como necessidade conjuntural de o capital resolver a questão social advinda da concentração das terras. Os entraves foram sempre aqueles que envolveram a natureza das desapropriações. Quando o Estado bancou as mesmas com o pagamento em dinheiro e à vista, ele apenas teve a função de criar as condições para permitir a reconversão do dinheiro retido na terra em dinheiro disponível para os capitalistas-proprietários de terra. É neste ponto que reside historicamente a questão central das reformas agrárias sob o capitalismo.

Em segundo lugar, as reformas agrárias realizadas em muitos países[22] foram bem sucedidas, entre elas destacamos: a dos Estados Unidos, onde a partir de 1820

[22] Segundo Oliveira (2007, p 83-103), reformas agrárias foram realizadas em quatro continentes (Ásia, América, Europa e África). Aproximadamente 40 países tiveram experiências de reforma agrária, as mais conhecidas são: Itália, Espanha, Portugal, França, Japão, Índia, Egito, Tunísia, Irã, Turquia, Líbano, Estados Unidos, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Chile e Bolívia.

o Estado permitiu a venda apenas de pequenas parcelas de terras de 80 acres, aproximadamente 32 hectares; da França, no ano de 1789 foram abolidos os últimos restos feudais, e assim a comunidade aldeã deu lugar à propriedade camponesa; do Japão, em que após a Segunda Guerra Mundial, as grandes propriedades foram transferidas pelo Estado para os rendeiros; e, da Itália, onde a prática da agricultura extensiva, prática que era comum nos latifúndios italianos foi proibida pelo Estado, por meio do decreto 215, obrigando o desenvolvimento de práticas para melhorar a produtividade das terras italianas, fato que contribuiu para os grandes proprietários vendessem partes de suas terras para camponeses, tendo em vista que o decreto 215 previa desapropriação se os proprietários não aumentassem a produtividade das terras. Em todos os casos apresentados, a reforma agrária foi bem sucedida e contribuiu enormemente para o desenvolvimento social e econômico dos países onde foi implantada (OLIVEIRA, 2007, p. 83-103). No entanto, os economistas do Banco Mundial ignoraram tais fatos ao afirmar que a reforma agrária foi sempre fracassada e que a implantação do modelo tradicional seria altamente prejudicial aos mercados, como se a reforma agrária houvesse surgido no próprio capitalismo.

De acordo com Mendes Pereira (2004, p. 2 e 3), o modelo de reforma agrária do Banco Mundial está pautado em sete princípios básicos:

- **Transação voluntária entre compradores e vendedores interessados:** Apenas ocorre compra e venda de terras se houver interessados em comprar e um interessado em vender sua terra. Esta forma de transação, segundo o Banco Mundial, elimina as tensões sociais no campo, tendo em vista que não haveria mais ocupações de terras. É essa lógica de compra e venda que sustenta praticamente todo o modelo de reforma agrária de mercado;
- **Enfoque dirigido pela demanda:** Apenas aqueles imóveis rurais que estiverem sendo demandados é que serão objetos de negociação para o financiamento da terra. De acordo com o Banco Mundial, as associações de trabalhadores sem-terra interessados na aquisição de terra via programas de reforma agrária de mercado têm a total liberdade para escolher a terra que querem adquirir por meio do programa e negociar com o proprietário o preço;
- **Princípio da Auto-seleção:** Na reforma agrária tradicional, são selecionadas famílias para serem assentadas em uma determinada área. No modelo de reforma agrária de mercado são os interessados na aquisição da terra é que

se auto-selecionam, ou seja, formam grupos e/ou associações que são compostas desde o início pelas famílias que serão assentadas na área adquirida;

- **Descentralização:** Seguindo preceitos liberais, a descentralização institucional traria uma menor participação do Estado nos processos de compra e venda da terra e de assentamento das famílias "beneficiadas" pelos programas baseados no modelo de reforma agrária de mercado, o que teoricamente geraria uma menor burocratização do processo;
- **Flexibilidade nos Empréstimos:** Os empréstimos concedidos não seriam apenas para a aquisição da terra, mas também para as obras de infra-estrutura básicas em cada um dos lotes e também para custear os registros cartorários.
- **Estímulo ao Desenvolvimento Produtivo:** Como um dos problemas da reforma agrária "tradicional" seria a pouca atenção ao desenvolvimento da produção e o estímulo à competitividade entre os produtores assentados, o modelo de reforma agrária de mercado prega a diversidade em relação às atividades econômicas praticadas nos assentamentos;
- **Papel do Estado:** Segundo o modelo de reforma agrária de mercado, o papel do Estado ficaria restrito ao estabelecimento das regras para o financiamento da terra, ou seja, estipular taxas de juros, valores máximo e mínimo para o financiamento da compra da terra ou, ainda, definir quais seriam os documentos necessários para a realização do financiamento. As demais normas e regras seriam definidas de acordo com as normas impostas pelo mercado.

Em suma, as "vantagens" atribuídas ao modelo de reforma agrária do Banco Mundial frente à reforma agrária conduzida pelo Estado podem ser assim elencadas: a) pelo fato do subsídio ser igual ou menor do que aquele oferecido pelo modelo "tradicional", haveria uma poupança líquida de recursos pela sociedade; b) por ser um modelo dirigido pela demanda e descentralizado, favoreceria a participação e a autonomia dos beneficiários, estimularia ações criativas para a superação de dificuldades e corresponderia às necessidades e à realidade local; c) estimularia a cooperação, na medida em que a aquisição de terras e o financiamento se dariam via associações comunitárias; d) incentivaria o desenvolvimento produtivo, seja

porque fornece recursos a fundo perdido para tal fim, seja porque estimula o associativismo e a busca de soluções cooperativas; e) estimularia a criação e a dinamização dos mercados de terra, requisito básico para a melhoria da eficiência econômica global; f) contribuiria para a formalização dos direitos de propriedade, na medida em que, por um lado, só transaciona imóveis titulados e, por outro, dá origem a novos segmentos de proprietários; g) estimularia o desenvolvimento dos mercados financiados rurais, na medida em que os novos proprietários, com títulos seguros, passariam a transacionar nos mercados de terra e a demandar crédito; h) corresponderia aos imperativos da liberalização das economias domésticas, a qual pressupõe a fluidez das relações mercantis em todos os setores. (MENDES PEREIRA, 2004, p. 5-6)

Estes princípios evidenciam que se trata de um modelo idealizado de reforma agrária que não se adequa à realidade. Já no primeiro princípio (transação voluntária entre compradores e vendedores interessados) percebe-se que a liberdade do comprador e do vendedor da terra idealizado pelo Banco Mundial não leva em consideração a possibilidade de coerção ou intimidação de um sujeito em relação ao outro, comum na realidade agrária e na sociedade brasileira, portanto, o discurso da "eliminação das tensões sociais" não se sustenta na prática.

Outro princípio que coloca em dúvida o modelo de reforma agrária do Banco Mundial é o que se refere à auto-seleção das famílias que irão compor as associações representantes dos assentamentos. O que se identifica é a ocorrência de uma possível segregação possível econômica na medida em que apenas pessoas que poderão vir a pagar a terra é que faria parte do grupo que financiaria a terra, fato que fere uma das principais características camponesas: o manutenção e desenvolvimento dos laços de solidariedade.

Em suma, por meio dos princípios que norteiam esse modelo de "reforma agrária", é possível verificar que o posicionamento neoliberal está explícito em todos eles e que os movimentos sociais de luta pela terra, na visão do Banco Mundial, têm a função apenas de gerar tensões sociais, entendidas como descabidas e deslocadas do problema da concentração fundiária.

2.3 A Aliança do Estado Brasileiro com o Banco Mundial: o modelo de reforma agrária de mercado no Brasil e o "Novo Mundo Rural"

No Brasil, após a implantação do Plano Real, em 1994, pelo então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC) que, de 1995 a 2002, seria o presidente da república, as reformas liberalizantes, respaldadas pelos Banco Mundial, foram adotadas como uma nova forma de promover o desenvolvimento econômico e social. Com a estabilização da moeda, o Brasil foi o principal tomador de empréstimos do Banco Mundial na América Latina (MENDES PEREIRA, 2009, p. 261).

Foram esta "facilidade" na obtenção de empréstimos, a posição neoliberal adotada pelo governo FHC, juntamente com repercussão internacional dos conflitos sociais no campo, que constituíram o contexto ideal para a implantação do modelo de reforma agrária de mercado no Brasil. Conforme explica Medeiros (2002, p. 59-60).

> Logo no início do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, o tema agrário parecia ter perdido seu lugar no debate político, em face das polêmicas sobre a políticas econômicas de estabilização e combate à inflação (Plano Real). O sucesso do plano trouxe uma alta popularidade ao presidente e, aparentemente, não havia contestação popular ao governo. No entanto, alguns fatos alteraram esse quadro. Dois deles merecem destaque. O primeiro diz respeito situações de extrema violência policial em relação às ações de trabalhadores rurais, fatos que passaram a ser conhecidos como os massacres de Corumbiara (Rondônia) e Eldorado de Carajás (Pará). O segundo foi a retomada das ocupações de terra, não só pelo MST, mas também por diversos sindicatos e federações de trabalhadores ligados à Contag, em especial em Minas Gerais, Goiás e na região canavieira nordestina, área onde a crise econômica e a falência das tradicionais usinas de cana estavam deixando milhares de trabalhadores desempregados.
>
> Estes acontecimentos colocaram novamente o tema da questão agrária com destaque nos meios de comunicação e no debate público, levando o novo governo a criar o Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária (MEPF)[23]. Com essa medida, a questão agrária saía da alçada do Ministério da Agricultura, tradicional espaço de controle dos grandes empresários rurais, e passava a ser subordinada mais diretamente à Presidência da República. Essa mudança foi a primeira sinalização da ofensiva do governo FHC em relação ao tema.

A implementação do modelo de reforma agrária de mercado, no Brasil, foi iniciado com um projeto piloto no estado do Ceará, por meio de um programa chamado "Reforma Agrária Solidária", mais conhecido como Projeto São José, entre

[23] A partir de 25 de novembro de 1999, por meio da medida provisória nº 1.911, o MEPF para a chamar-se Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

os anos de 1996 e 1997. O projeto teve a adesão de muitas famílias, sendo considerado pelo governo federal como um sucesso. Entretanto, esse “sucesso” é questionável, tendo em vista que a implantação do projeto ocorreu em meio a um período de muita seca e em plena campanha eleitoral para prefeitos e vereadores (SAUER e MENDES PEREIRA, 2006, p. 179). Além disso, houve intensa propaganda enaltecendo a possibilidade de acesso à terra de maneira rápida e sem conflitos, por meio da compra e venda, dirigida a uma população rural que, tradicionalmente, alimenta o sonho da posse da terra. Em uma conjuntura de criminalização das ocupações e forte campanha dos meios de comunicação contra a forma de ação dos movimentos sociais, seria difícil imaginar que o projeto não fosse encarado como uma alternativa, talvez a única (VITOR e SAUER, 2002, p. 19).

Mesmo não tendo resultados concretos sobre o “sucesso” do projeto, em 1997, após um empréstimo de US$ 90 milhões do Banco Mundial, ele foi estendido para outros estados da região Nordeste (Maranhão, Pernambuco e Bahia) e também para o estado de Minas Gerais, passando a ser chamado de “Reforma Agrária Solidária e Alívio da Pobreza - Cédula da Terra. Para Sauer (2004, p. 41), “a seleção dos estados foi justificada pela enorme concentração de pobreza na região, a qual deveria ser aliviada através de mecanismos de mercado”.

> Em outras palavras, a demanda pelo Cédula da Terra esteve diretamente ligada a uma situação de extrema pobreza, inexistência de oportunidades de trabalho, ação de políticos locais e repressão às ocupações de terra. Naquelas condições socioeconômicas e conjuntura política, era virtualmente o único meio de acesso à terra disponível ou possível para uma faixa considerável da população rural (SAUER e MANDES PEREIRA, 2006, p. 180).

Para Bauinain (2003, p. 181), os principais objetivos do Cédula da Terra, segundo o discurso do Banco Mundial, era: redução da pobreza rural, por meio do aumento da renda familiar; elevação do rendimento agrícola; e, testar o modelo de mercado como alternativa ao modelo tradicional de reforma agrária.

É notório que o discurso usado pelo Banco Mundial propagar o modelo de reforma agrária de mercado é pautado na desqualificação do modelo tradicional, conduzido pelo Estado.

O programa Cédula da Terra estava direcionado a agricultores sem terra, ou com pouca terra, tendo como meta inicial atender, nos três primeiros anos de funcionamento, quinze mil famílias, com um investimento aproximado de US$ 150

milhões, sendo US$ 45 milhões para aquisição da terra, US$ 90 milhões para financiar investimentos de infra-estrutura nos assentamentos e US$ 15 milhões, destinados aos governos estaduais para utilização referente aos custos cartorários e assistência técnica (SAUER, 2004, p. 41).

Após a aquisição da terra, as famílias assentadas tinham, pelas normas do programa, três anos de carência para começar a pagar a dívida, que deveria ser quitada, com juros de 15% ao ano, nos dez anos subseqüentes ao prazo de carência, ou seja, treze anos após o financiamento da terra. No modelo tradicional de reforma agrária, previsto, no caso brasileiro, no Estatuto da Terra e tão criticado pelo Banco Mundial, a taxa de juros é de 6% ao ano e prazo de 20 anos para pagar.

A quantidade, ou percentagem de famílias que estão pagando o financiamento da terra adquirida via Cédula da Terra não foi divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. O MDA divulgou apenas o "Relatório de Famílias Beneficiadas pelo Programa Cédula da Terra" no ano de 2006.

De acordo com o relatório, entre 1997 e 1999, foram assentadas 7.869 famílias, numa área de 243.637 hectares, num custo total de R$ 42.779.777,00 (tabela 08).

Tabela 08 – Balanço das Operações do Programa Cédula da Terra (1997 a 1999)

Estado	Número de Assentamentos	Municípios	Famílias Atendidas	Área (ha)	Valor (R$)
Bahia	52	50	2232	51.998	11.521.152,00
Ceará	85	69	1787	66.540	11.249.469,00
Maranhão	47	46	2041	93.355	6.616.191,00
Minas Gerais	11	12	411	8.049	2.242.345,00
Pernambuco	50	49	1398	23.695	11.150.620,00
TOTAL	**245**	**226**	**7.869**	**243.637**	**42.779.777,00**

Fonte: MDA, 2006 – Organizado pelo autor, 2010

Analisando os dados apresentados pelo MDA, percebe-se que no estado da Bahia houve o maior número de famílias atendidas pelo programa e que o estado consumiu a maior parte dos recursos do Cédula da Terra, enquanto que o Maranhão possui a maior área média por família. A grande adesão ao programa na Bahia está

intimamente ligada à divulgação do programa, bancada pelo governo estadual. Segundo Germani (2006, p. 231),

> Para a divulgação do projeto foram usados diversos meios, como publicação de cartilhas, distribuição de *folders* e cartazes. Houve também divulgação por meio de palestras realizadas em alguns locais pelos órgãos estaduais. Todas essas ações geraram o mecanismo mais atuante, a comunicação informal entre os agricultores. Além disso, algumas lideranças comunitárias e técnicos da área rural vinculados a escritórios de assistência técnica, contribuíram para a divulgação do projeto. Em alguns casos, outros agentes influenciaram na formação das associações, respondendo a interesses diversos, como políticos locais e até mesmo alguns proprietários de terras interessados em vendê-las.

No caso do Maranhão, o preço e a qualidade das terras contribuíram significativamente para que o estado tivesse a maior área média por família. Segundo REYDON e PLATA (2002), enquanto o preço médio do hectare nos demais estados atendidos pelo Cédula da Terra variava entre R$ 169,00 e R$ 470,59, no Maranhão o preço médio era de R$ 70,00.

Verifica-se ainda que o Ceará foi o estado com maior número de contratos com o programa Cédula da Terra, fato que se justifica em virtude da implementação anterior do projeto piloto, chamado de São José, onde o número de famílias assentadas foi somado ao número de famílias assentadas pelo Cédula da Terra no estado. Outro fator foi a atuação dos poderes locais (públicos e privados) no intuito de mostrar que a "reforma agrária" proposta pelo Banco Mundial poderia ser realizada sem conflitos, sem violência e, sobretudo, sem ocupações de terras protagonizadas por integrantes de movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o MST.

Nos estados de Minas Gerais e Bahia, o que se verifica, pelos dados do MDA, é que a maioria dos municípios, localizados nas regiões, onde segundo o IBGE, os índices sociais são mais baixos (Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais e região de Porto Seguro na Bahia), não foi contemplada com a criação dos assentamentos, o que não confirma o discurso inicial da criação do Cédula da Terra de que o programa visava sobretudo reduzir a pobreza rural atuando diretamente nas regiões mais pobres dos estados onde o Cédula da Terra seria implantado.

Na realidade, o que houve foi uma aliança do Estado com o Banco Mundial e oligarquias locais com o objetivo de criminalizar as ações do MST e desqualificar o modelo tradicional de reforma agrária, conduzido pelo Estado. Esta estratégia foi

muito utilizada em várias regiões do Brasil pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

> Uma reforma agrária pacífica, desburocratizada e mais coerente com os tempos de estabilização econômica compunha as justificativas para a adesão à proposta de reforma agrária de mercado do Bird. Essas justificativas baseiam-se no pressuposto de que o mercado e seus mecanismos são capazes de reduzir conflitos e disputas por terras, reduzindo os problemas sociais.
>
> De acordo com as críticas formuladas pelas entidades e movimentos populares agrários, o Cédula foi implantado com outros objetivos. Havia uma tentativa de "desideologizar" a reforma agrária, evitando conflitos históricos decorrentes das disputas pela posse da terra. Em vez de lutar por seus direitos, as famílias deveriam negociar, pacifica e diretamente, a compra e a venda da terra com os latifundiários. (SAUER, 2004, p. 43).

Segundo tal lógica, os proprietários teriam todo o interesse em vender suas terras, recebendo em dinheiro e não em Títulos da Dívida Ativa, descontáveis em vinte anos.

Na prática, o que se verifica é que a eficiência do modelo de reforma agrária de mercado não se confirmou logo no início da implementação do programa Cédula da Terra. Comparando as áreas médias por família com o valor médio pago por hectare, concluímos que os valores estavam abaixo do preço médio de mercado nos anos em que os financiamentos das terras foram contratados (tabela 09). Entretanto, o preço das terras não alcançavam o preço médio de mercado porque eram solos já esgotados, com declividade acentuada e localizados em áreas de infra-estrutura precária (OLIVEIRA, 2005, p. 362).

Tabela 09 – Comparativo das Médias Apresentadas nas Operações do Programa Cédula da Terra com as Médias de Mercado

Estado	Área Média por Família (ha)	Preço Médio Pago por Hectare (Cédula da Terra)	Preço Médio Pago por Hectare (Mercado)	Preço Médio Pago por Lote (Cédula da Terra)	Preço Médio Pago por Lote (Mercado)
Bahia	23.2	221,57	572,10	5.140,42	13.272,72
Ceará	37,2	169,00	171,20	6.286,80	6.368,64
Maranhão	45,7	70,87	189,20	3.238,76	8.646,44
Minas Gerais	19,5	278,59	978,70	5.432,50	19.084,65
Pernambuco	16,9	470,59	659,70	7.952,97	11.148,93
MÉDIA TOTAL	**28,5**	**242,13**	**514,10**	**5.610,29**	**15.521,96**

Fonte: MDA, 2006; REYDON e PLATA, 2002 – Organizado por Sérgio Aparecido Nabarro, 2010

Além dos problemas relacionados à qualidade das terras é de suma importância analisar a área do módulo rural nos estados onde o programa Cédula da Terra atuou. O tamanho da área é fundamental para o desenvolvimento de atividades agrícolas, que por sua vez irão fornecer o ganho das famílias, para que possam se auto-sustentarem e se desenvolverem social e economicamente, além de pagar a dívida da terra.

Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2008, p. 2) e Olalde (2006, p. 10), na Bahia, por exemplo, o módulo fiscal médio é de 35 hectares, mas a média da área adquirida, via reforma agrária de mercado, é de 23,2 hectares, ou seja, apenas 66% da área mínima, o que representa um obstáculo para a obtenção do ganho que possa servir posteriormente para pagar as parcelas do financiamento da terra. Já no estado do Maranhão, nos municípios onde o Cédula da Terra atuou, o módulo fiscal médio é de 76 hectares, no entanto a área média dos lotes, localizados nas terras adquiridas pelo Cédula é de 45,7 hectares em média (60% da área mínima), o que compromete diretamente a viabilidade dos assentamentos. A mesma situação ocorreu em Minas Gerais, onde a área média do módulo é de 33 hectares, mas os lotes possuem apenas 19,5 hectares em média (59% da área mínima).

Mesmo sem resultados concretos sobre o suposto “sucesso” do Cédula da Terra, mas ainda na tentativa de calar e criminalizar os movimentos sociais de luta pela terra, em 1999, o governo FHC, por meio do então ministro extraordinário de política fundiária, Raul Jungman, implanta novas diretrizes políticas para o desenvolvimento do campo brasileiro, por meio da divulgação do documento intitulado *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural* (anexo A). Este documento foi uma confirmação categórica da política fundiária já adota no Brasil, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, ao menos nos três anos anteriores. O foco dessa política, de acordo com o documento, é reformular as propostas que existiam até então para o desenvolvimento rural no Brasil. Entre as medidas principais estão: a descentralização da reforma agrária, com a participação de estados e municípios e as mudanças nas formulações de acesso a terra.

As proposições centrais dessa nova política são:

> (...) promover o desenvolvimento sócio-econômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais – que compreendem pequenos e médios centros urbanos –, usando como vetores estratégicos o investimento na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação e no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas. (MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, 1999, p. 1).

Percebe-se que a matriz teórica dessa nova política está pautada na visão de autores que há muitos anos discutem o desenvolvimento rural no Brasil, com destaque para Ricardo Abramovay. Estes autores/pesquisadores, embora com algumas divergências de pensamento entre si, propõem a inserção dos que eles denominam de "agricultores familiares" mais pobres no mercado, objetivando uma dinamização econômica e, ainda, investimento na expansão de atividades não-agrícolas no campo.

Ao adotar o termo "agricultor familiar" essa nova política despreza a existência do campesinato enquanto classe social e simplesmente ignora seu processo contraditório de recriação, que vem ocorrendo no bojo do desenvolvimento e da expansão do capitalismo na agricultura.

> (...) essa abordagem não comporta uma explicação para os movimentos sociais no campo que lutam pela reforma agrária. Em momento algum intelectuais, como por exemplo, Ricardo Abramovay, que acredita na possibilidade de um desenvolvimento rural pleno, colocam-se a questão da reforma agrária e do anseio por terra de milhares de famílias" (BOMBARDI, 2003, p. 115).

Outra questão está ligada ao objetivo da nova política de promover a inserção dos camponeses no mercado. Segundo Bombardi (2003, p. 111-112),

> (...) a idéia do camponês isolado é uma distorção da realidade. (...). A classificação do quão o camponês está ou não vinculado ao mercado para deixar de sê-lo (camponês) não tem sentido teórico, pois não explica. Ou seja, o que interessa são as relações sociais estabelecidas, pois, (...) vinculado ao mercado ele sempre esteve.

É sabido que, na sociedade brasileira, o objetivo do capital ao recriar o campesinato é o de subordinar essa classe social aos grandes complexos agroindustriais. Por último, entendemos a existência de atividades chamadas "não-agrícolas" no campo, no entanto, essas atividades não substituem as atividades agrícola e pecuária. Ocorre que a falta de políticas e investimentos voltados para um

desenvolvimento social no campo fez com que pessoas ocupadas na agricultura dediquem parte do seu dia de trabalho em atividades como: cortar árvores e construir cercas etc. No entanto, estas atividades sempre foram exercidas por camponeses em suas próprias terras e fazem parte do próprio processo de reprodução camponês.

As seis premissas básicas que nortearam a criação da nova política, denominada de “Novo Mundo Rural”, segundo o próprio documento publicado foram:

> 1) O modelo de desenvolvimento focado na industrialização concentrada em áreas metropolitanas e na agricultura patronal encontra-se em crise; 2) A concentração de riqueza e de renda afeta negativamente o crescimento econômico e causa crescente exclusão social; ao contrário, a redistribuição de ativos (especialmente terra e educação) proporciona desenvolvimento e redução da pobreza; 3) Os trabalhadores rurais assentados pela reforma agrária, depois de receber os investimentos básicos, são, a rigor, agricultores familiares, só se diferenciando uns dos outros pela forma de entrada no sistema e pelo *handicap* dos primeiros quanto à capitalização e, na maioria, quanto aos conhecimentos necessários para o manejo da terra e da produção; 4) Em conseqüência, devem ser unificadas as políticas de apoio creditício e de assistência técnica, para maior eficácia da alocação de recursos públicos escassos; 5) O foco no desenvolvimento local e regional exige efetiva descentralização das ações e democratização das decisões; 6) Tornou-se necessário um novo desenho institucional para a reforma agrária e a agricultura familiar, capaz de articular todas as instâncias do poder público e da sociedade que devem se envolver na promoção do novo mundo rural. (MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, 1999, p. 1-2).

Essa tentativa de promover um “Novo Mundo Rural” esconde dois importantes objetivos dessa nova política. O primeiro refere-se à promoção de uma expansão ainda maior do capital no campo brasileiro, e o segundo, desmobilizar os movimentos sociais de luta pela terra na medida que o processo de obtenção de terras passa a ser por meio de programas de contra-reforma agrária, ou seja, sem a necessidade de mobilização/ocupação, tendo em vista que a desapropriação, segundo essa nova política, deveria ser abolida, mesmo estando no Estatuto da Terra e na Constituição Federal de 1988. Uma clara tentativa de despolitizar a luta pela terra.

Uma prova das intenções de expansão do capital (tanto o industrial como o financeiro internacional) no rural brasileiro, defendidas na nova política para o campo brasileiro, está explícita na proposta de como essa política funcionará na prática.

> Na prática, a proposta defende a revalorização do mundo rural firmando-se numa nova concepção do desenvolvimento sócio-econômico, formulada

> mais num quadro territorial do que setorial. O rural não se confunde com o agrícola e a perspectiva setorial deve ser substituída pela perspectiva territorial, tendo como elemento central as potencialidades específicas de cada local, valorizadas pela dinâmica da globalização. (MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, 1999, p. 1-2).

Em mais uma demonstração dos elementos de sua matriz teórica, a nova política de desenvolvimento prega que o espaço rural brasileiro seja entendido sob o que é denominado quatro dimensões centrais: 1) como espaço produtivo, dominantemente agrícola e agro-industrial, mas com crescente opções de múltiplas atividades; 2) como espaço de residência, tanto para os agricultores como para os trabalhadores urbanos que optam por um padrão de moradia diferenciado no cotidiano ou nos fins-de-semana; 3) como espaço de serviços, inclusive os de lazer, turismo, etc.; 4) como espaço patrimonial, base de estabilidade das condições de subsistência, valorizado pela preservação dos recursos naturais e culturais. (MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, 1999, p. 1-2).

Outra vez, a nova política explicita sua noção, ao nosso ver equivocada, sobre o espaço rural brasileiro ao defender a expansão da agroindústria no meio campo, o que comprovadamente gera a subordinação da renda da terra ao capital industrial, bem como ao defender a expansão e incentivo às atividades não-agrícolas no campo. Outro equívoco é enxergar a terra como reserva patrimonial e não como terra de vida, de trabalho, de dignidade, como é a visão camponesa.

O público a ser atendido pela nova proposta é de aproximadamente 4 milhões de famílias, no entanto, segundo a própria proposta, apenas 10% do público alvo são assentados, ou seja, 414 mil famílias, o que mais uma vez explicita um dos principais objetivos da nova política, tendo em vista que deixando a maioria dos atuais assentamentos sem apoio técnico e financeiro seria “provado” que o modelo tradicional de reforma agrária, baseado na desapropriação, seria inviável e que a proposta seria a “reforma agrária de mercado”, ou seja, um financiamento de terras com pagamento a vista ao proprietário, com respaldo financeiro do Banco Mundial.

O Novo Mundo Rural preza pelo ajustamento de políticas públicas, em níveis estadual e municipal, que se ajustem à realidade das famílias atendidas pelos programas de desenvolvimento rural. Segundo ele, “cabe aos municípios: financiamento de infra-estrutura e serviços; apoio e financiamento da agricultura familiar; e a capacitação e profissionalização de agricultores familiares” (MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, 1999, p. 3). O

problema está no poder de influência das oligarquias locais para a realização dos procedimentos descritos acima. É sabido que, sobretudo em pequenos municípios, as lideranças políticas locais, responsáveis pela organização e execução da nova política agrária em nível municipal, na grande maioria das vezes, estão ligadas, quando não são os próprios latifundiários. Esse fato revela que, em muitos municípios, os camponeses ficaram ainda mais sujeitos aos desmandes dos latifundiários.

Ignorando a existência do campesinato, o texto da nova política, nos pressupostos de sua implantação, alega que um dos principais fatores que prejudicaram o sucesso das políticas para o espaço rural, no que se refere desenvolvimento econômico e viabilidade dos assentamentos, que até então foram implantadas, foi uma confusão na denominação dos integrantes desses assentamentos.

> A duplicidade de instrumentos, o paralelismo de esforços e as superposições, com o conseqüente desperdício de recursos públicos, são assim freqüentes. Têm causa na ausência pura e simples de articulação interministerial, mas também, talvez principalmente, na adoção de um conceito equivocado que estabelecia uma diferenciação entre agricultores familiares e assentados de reforma agrária. (MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, 1999, p. 4).

O texto vai além, ao dizer que não é possível dar privilégios às famílias recém assentadas comparada com outras famílias que não participaram de projetos de assentamento, fazendo referência ao Procera (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária), programa de crédito específico para assentamentos. Além disso, ao invés de promover um prazo igual ao das famílias assentadas para aqueles que não integraram projetos de assentamento, o documento prega a diminuição dos prazos de todos os financiamentos de custeio para as famílias assentadas. Essa diminuição dos prazos é justificada com um discurso de promover a “justiça social”.

> Essa diferenciação artificial tende a consolidar-se como privilégio real para a parcela dos agricultores familiares oriunda da reforma agrária. Pelo regime vigente, os assentados estariam recebendo créditos para custeio e investimentos altamente subsidiados por tempo indefinido (...) enquanto seus vizinhos, agricultores familiares que tiveram acesso à terra por compra ou herança, continuariam com subsídios muito menores. A correção de uma injustiça social estava criando outra injustiça. (MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, 1999, p. 4).

Outra vez, a tentativa ideológica de implantar, no Brasil, juntamente com o Banco Mundial, a reforma agrária de mercado fica explícita no “Novo Mundo Rural”. Verifica-se que o discurso *“enquanto as famílias que obtiveram a terra por meio de compra ou herança não têm prazos maiores, as beneficiárias de projetos de assentamento têm prazos absurdamente longos para o pagamento da terra”* não se sustenta tendo em vista que, se a família obteve por meio de compra é o indicativo que ele possui condição de pagar seus financiamentos de maneira mais rápida que os assentados. Já no caso específico de herança, há menos gastos porque o herdeiro acaba recebendo além da terra toda uma infra-estrutura já montada, realidade muito diferente das famílias que se instalam num lote de assentamento recém criado.

O documento ainda vai além ao dizer que:

> O próprio sucesso quantitativo da reforma agrária nos últimos quatro anos tornou o antigo regime inviável financeira e administrativamente. Por um lado, a demanda pelos créditos do Procera aumentou exponencialmente; por outro, o INCRA não tem estrutura para permanecer cuidando da vida das 414 mil famílias assentadas e continuar aumentando esse número com novos assentamentos” (MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, 1999, p. 4).

Ora, se o INCRA está incapacitado de exercer sua principal função no que se refere à reforma agrária é por incompetência na gestão e na sua estruturação.

É preciso esclarecer que a reforma agrária nos últimos anos se apresentou inviável na ótica do neoliberalismo, ou seja, o discurso é que o INCRA (no caso a figura do Estado) está sempre “tendo de cuidar” dos assentamentos recém criados, quando, para os padrões neoliberais, os assentamentos já deveriam estar desvinculados do Estado e totalmente integrados ao mercado.

Outro ponto a ser lembrado é que o Banco Mundial, como o seu próprio nome indica é um banco, uma inst6ituição financeira, e como tal acredita que as dificuldades de todos os setores (sociais e econômicos) são resolvidas por meio da concessão de crédito. Quando é liberado o crédito e a situação social e/ou econômica não é resolvida conclui-se que é porque o assentamento, instituição, a empresa etc. é inviável. Essa visão expressa um *reducionismo econômico*, que segundo Thompson (1998, p. 151) permeou até as análises de alguns intelectuais.

A nova política trata os camponeses assentados como inadimplentes, ao invés de propor um planejamento visando a melhoria social e econômica das

famílias para que elas possam pagar suas terras e os financiamentos de custeio, não se preocupando primordialmente com o recebimento das dívidas.

> A maior parte dessa dívida não pode ser cobrada por dois motivos concorrentes: primeiro, o pagamento só é devido depois da titulação das terras, processo extremamente complicado e demorado no modelo atual de reforma agrária; segundo, o INCRA calcula que, mantidas essas circunstância e com o quadro administrativo de que dispõe, só conseguiria titular 10 mil famílias por ano, ou seja, levaria 40 anos para liberar de sua "tutela" os 414 mil assentados. (MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, 1999, p. 4).

Foi esse diagnóstico sobre os projetos anteriores de assentamento, feito pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária conjuntamente com o INCRA, que constituiu a base de formulação da nova proposta de desenvolvimento para o rural brasileiro que prega a inserção competitiva da agricultura familiar ao mercado e a livre circulação do capital industrial no campo, conforme o trecho a seguir:

> Já não basta agregar valor por meio da agroindústria, é preciso verticalizá-la de forma competitiva e ter sempre presente a visão geral da cadeia econômica do produto, na qual o mercado corresponde, em geral, à fase decisiva. (MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, 1999, p. 4).

Ainda de acordo com a nova política, é preciso a implantação de um novo modelo de reforma agrária, no caso o modelo defendido é a "reforma agrária" do Banco Mundial. Segundo o Novo Mundo Rural,

> A proposta de reforma agrária ora apresentada vai muito além de mera mudança no modelo de reforma agrária, seu propósito é expandir e oferecer a agricultura familiar e usá-la como vetor do desenvolvimento rural sustentável". (MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, 1999, p. 4)

Além de tratar o campesinato por agricultor familiar, o documento propõe ainda dois novos conceitos para o agronegócio. Propõe a utilização do conceito de "negócio rural" que em nada se difere da utilização do termo agronegócio e, ainda, o conceito de "negócio familiar rural" para definir as atividades de venda dos produtos cultivados por camponeses.

> (...) ao invés do agronegócio, na realidade atual do campo o conceito mais adequado é o do negócio rural. E, se estamos tratando da agricultura

> familiar, o conceito mais específico é o do negócio familiar rural. (MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, 1999, p. 4).

Ou seja, propõe dois conceitos que deslocam a idéia de produtor para a noção de negócio, em mais uma tentativa de camuflar o campesinato e calar os movimentos sociais de luta pela terra que, na fase de divulgação do Novo Mundo Rural, diziam que sua luta não era mais apenas contra o latifúndio, mas sobretudo contra o agronegócio.

Para a implantação do Novo Mundo Rural no Brasil, foram adotadas cinco estratégias básicas que não tratam do desenvolvimento para o campo, mas, sobretudo, da ampliação e expansão do capital na agricultura (quadro 01).

Verifica-se que da mesma forma que os princípios norteadores da nova política agrária, altamente pautados no neoliberalismo, as estratégias de atuação, para a implantação do Novo Mundo Rural, também, se dão no bojo da inserção mercadológica a qualquer custo do campesinato. Em quase todos os itens dos procedimentos de implantação, é possível identificar posições neoliberais, como: integração dos assentados à agricultura familiar, fortalecimento das relações mercadológicas, cadeia produtiva, entre outros.

Quadro 01 - Ações Estratégicas para a Implantação do "Novo Mundo Rural"

Estratégia	Procedimentos para sua Implantação
1 - Expansão da Agricultura Familiar	• Ampliação dos instrumentos de obtenção de terras e sua integração aos planos de desenvolvimento rural; • Renegociação dos contratos antigos visando à rápida integração dos assentados no sistema da agricultura familiar; • Ampliação e reformulação do sistema de crédito fundiário.
2 - Ampliação e Desconcentração do Capital Humano	• Ampliação da oferta de ensino básico à família rural; • Promoção da formação profissional e da capacitação da família; • Descentralização do ensino e da extensão universitária; • Promoção de ações que estimulem atividades de cultura e lazer; • Promoção de educação sanitária e nutricional no ambiente rural.
3 - Ampliação e Desconcentração do Capital Físico	• Priorizar investimentos descentralizados em infra-estrutura social e econômica; • Garantir o uso sustentado dos recursos naturais e a recuperação de áreas degradadas.
4 - Ampliação e Desconcentração do Capital Social	• Incentivo e apoio à formação de associações de municípios; • Fomento ao associativismo e ao cooperativismo; • Estímulo à organização da sociedade para o exercício da cidadania; • Construção de um ambiente institucional para a troca de informações e a canalização de demandas.
5 - Desenvolvimento das Atividades Produtivas	• Aperfeiçoamento das linhas de crédito destinadas à agricultura familiar; • Criação de um sistema descentralizado de extensão rural, com os serviços contratados diretamente pelos agricultores; • Ampliação das atividades de pesquisa e difusão de tecnologias de interesse da agricultura familiar; • Capacitação tecnológica e gerencial dos agricultores familiares voltada para o aumento de sua competitividade; • Criação de um sistema de informações tecnológicas e de mercado (monitoramento e oportunidades, essas por intermédio de estudos de cadeias produtivas, etc.) que possa ser acessado e alimentado de forma descentralizada; • Fortalecimento de alianças mercadológicas e de cadeias produtivas.

Fonte: MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, 1999

O documento Novo Mundo Rural, ao pregar, por várias vezes, a descentralização da reforma agrária, explicita sua verdadeira intenção ideológica

que se constitui no fato do governo federal se isentar da realização da reforma agrária. Segundo ele, “o modelo atual de reforma agrária vem apresentando problemas relacionados com a excessiva centralização dos seus equacionamentos no nível federal” (MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, 1999, p. 8).

Em nome dessa descentralização, o documento propõe a criação de dois conselhos em nível municipal e estadual que ficariam responsáveis pela realização no novo modelo de “reforma agrária” proposto pelo Novo Mundo Rural. Segundo a proposta do documento, o governo federal ficaria responsável apenas por angariar recursos junto ao Banco Mundial para financiar os programas de “reforma agrária” ou outros programas de custeio da produção e infra-estrutura, como o PRONAF.

Os CEDRS (Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável) e os CMDRS (Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável) ficariam responsáveis pela parte de execução dos projetos de assentamento, via reforma agrária de mercado. Os CMDRS ficariam responsáveis por elaborar um plano municipal visando metas para a expansão da agricultura familiar competitiva no mercado local.

Além da criação dos Conselhos, uma outra medida do Novo Mundo Rural foi a extinção do PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária), criado em 1985, no I Plano Nacional de Reforma Agrária. Este programa se constituiu com a finalidade específica de fornecer respaldo financeiro aos projetos de assentamento recém criados. Como um dos objetivos principais do Novo Mundo Rural foi o de desqualificar o modelo de reforma agrária tradicional, baseado na desapropriação, para que fosse implementado no Brasil o modelo de “reforma agrária” do Banco Mundial, segundo a nova política para o campo, o PROCERA seria incorporado ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

> A criação do PROCERA remonta a um momento relativamente recente em que não havia linhas de crédito disponíveis de forma adequada para a agricultura familiar. Essa realidade mudou a partir de 1996, com a criação do PRONAF Custeio e Investimento, reforçado mais recentemente pelo PRONAF Agroindústria.
> (...)
> A existência do PROCERA, nos atuais moldes, ficou insustentável em função do grande número de tomadores potenciais criados pelas ações de reforma agrária nos últimos anos e pelas deficiências técnico-operacionais da maior parte das Comissões Estaduais no processo de análise das

> propostas e acompanhamento da aplicação dos recursos contratados. (MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO POLÍTICA FUNDIÁRIA, 1999, p. 10)

Além da extinção do PROCERA, o Novo Mundo Rural prega ainda novas diretrizes para a obtenção de terras e para a formação de novos assentamentos. A nova proposta reconhece a importância de se cumprir a função social da terra e os instrumentos jurídicos que legalizam o mecanismo de desapropriação, no entanto, outra vez a política prega a não vinculação das famílias assentadas ao INCRA e alega que os custos aos cofres públicos são muito altos com o sistema de desapropriação.

> A Constituição Federal e as leis definem que a propriedade da terra está subordinada ao cumprimento da sua função social. A tradição brasileira, desde o Estatuto da Terra, considera que o acesso à terra para quem nela vive e trabalha é um direito do trabalhador rural e que promovê-la é obrigação do Estado. O cumprimento apenas parcial, e lento, dessa obrigação levou à exacerbação dos conflitos sociais no campo.
>
> O modelo predominante de intervenção no campo fundiário se baseia na desapropriação por interesse social de latifúndios improdutivos. Seu fundamento se encontra na idéia de que a redistribuição de terras tem um caráter necessariamente conflitivo e, portanto, o instrumento da desapropriação constitui a forma de realizar transferências forçadas dos latifundiários para os trabalhadores rurais. A hipótese subjacente é a de que os proprietários não têm interesse em qualquer processo de negociação, o que implica que todos os casos sejam encaminhados à Justiça e esta, em última análise, retire a propriedade e determine a indenização correspondente. O fato de a indenização ao expropriado ser fixada judicialmente leva a um custo de transação que aumenta o preço da terra.
>
> Outra questão associada ao modelo da desapropriação é que as terras são, sempre, incorporadas ao patrimônio público e seu retorno ao patrimônio privado envolve, necessariamente, custos adicionais.
>
> Em termos práticos, isso significa a criação de vínculos de dependência entre o assentado e o INCRA até que a titulação definitiva seja expedida e o pagamento quitado, sem a contrapartida da participação dos beneficiários na decisão sobre o preço da terra que, no fim das contas, eles terão de pagar. (MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, 1999, p. 25).

Percebe-se que a todo momento fica claro o objetivo central da nova política, o de desqualificar a maneira tradicional de reforma agrária, baseada na desapropriação por interesse social, pregando que as famílias assentadas não tenham nenhum tipo de vínculo com órgãos do Estado, apenas com instituições financeiras, como o Banco do Brasil, agente responsável pela liberação do financiamento da terra no modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial.

O que se verifica na nova maneira de promover assentamentos rurais é a típica ideologia neoliberal, que prega a inserção competitiva das famílias assentadas na chamada cadeia produtiva e sua mínima vinculação com agentes públicos.

Desde o início da implantação do modelo de reforma agrária de mercado no Brasil, os movimentos sociais e as entidades ligadas à luta pela terra, se posicionaram contrários a esse tipo de "reforma agrária". A expansão do modelo para o Nordeste, por meio do Cédula da Terra, já havia gerado uma onda de ocupações e protestos protagonizados por militantes do MST.

Segundo Medeiros (2002, p. 81 e 2003, p. 54), ainda no ano de 1996, quando foram decididas as atividades e reivindicações centrais do evento "Grito da Terra"[24], que ocorreria no ano seguinte (mês de abril de 1997), foi proposto a constituição de um grupo de trabalho visando a elaboração de uma proposta que seria oferecida ao governo federal com o objetivo de substituir o modelo de reforma agrária proposto pelo Banco Mundial. Durante o Grito da Terra, 32 organizações envolvidas com a reforma agrária[25] deixaram claro seu posicionamento contrário ao modelo de reforma agrária adotada pelo Estado Brasileiro.

> Esta alternativa do governo vem, portanto, mais uma vez beneficiar os grandes proprietários com a abertura de mercados para as terras que foram mantidas improdutivas e como reserva de valor. O termo utilizado no programa do Ceará caracteriza a intencionalidade da proposta "reforma agrária solidária, amiga do mercado". O Fundo de Terras, na verdade, simplesmente mercantiliza, beneficia o latifúndio improdutivo e desqualifica as desapropriações, transformando-as em meras medidas acessórias na obtenção de terras para a reforma agrária (CONTAG, 1997, p. 28-29).

Após o Grito da Terra de 1997 ocorre uma relativa unificação dos discursos em relação ao modelo de "reforma agrária" proposto pelo Banco Mundial. Em pouco tempo, por intermédio do Fórum, promoveram-se articulações internacionais para debate e reação à proposta, por meio da Via Campesina e da Fian (Food First Information and Action Network, Rede de Informação e Ação em Prol do Direito

[24] Segundo Medeiros (2002, p. 66) "Os Gritos da Terra são grandes mobilizações encabeçadas pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Faz parte da preparação desses eventos a elaboração de uma pauta de reivindicações a ser entregue ao governo durante as mobilizações.

[25] As principais são: Comissão Pastoral da Terra (CPT), CONTAG, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Confência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Federação dos Órgãos Assistenciais e Educacionais de Base (FASE), Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Humano a se Alimentar), reforçando a resistência interna ao programa e dando-lhe maior projeção (MEDEIROS, 2002, p. 82).

No entanto, ignorando a organização dos movimentos sociais, pouco após sua reeleição (em novembro de 1998) e após a publicação do "Novo Mundo Rural" (março de 1999), o governo FHC cria o maior programa de reforma agrária de mercado do Brasil: o Banco da Terra. Criado por meio da Lei Complementar nº 93 e regulamentado pelo decreto 3.027, ambos de 1999, o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra foi a expansão para todo outros estados do Brasil do programa Cédula da Terra que, segundo o discurso de implantação, se apresentava como uma "bem sucedida" reforma agrária.

> O Banco da Terra foi a expansão para todo o país, dessa experiência pioneira e **bem sucedida de reforma agrária**, desenvolvida pelo governo brasileiro em parceria com o Banco Mundial. (BRASIL, 1999, p. 2. grifo nosso).

É importante salientar neste momento as cinco diretrizes para a implementação do Banco da Terra no Brasil, que seguem a ideologia neoliberal do Banco Mundial e que está explícita também no "Novo Mundo Rural". Segundo Mendes Pereira (2004, p. 138), as diretrizes são: a) avançar – sempre com o vetor de cima para baixo – na descentralização operacional da política de reforma agrária, que passaria para os estados e municípios, na prática desfederalizando a responsabilidade e a execução da reforma agrária, de incumbência do INCRA, no bojo do processo mais amplo em curso de desmonte do aparato público federal característico da reforma liberal do Estado; b) terceirizar e privatizar grande parte das atividades e serviços vinculados ao programa de reforma agrária; c) acelerar o processo de emancipação dos assentamentos rurais, na forma de titulação logo após a demarcação topográfica da área, de modo a constituir uma contratualidade privatizante entre Estado e assentados dirigida à redução do escopo de políticas voltadas à reprodução econômica dos assentamentos, a qual, a partir de então, deveria se dar exclusivamente via relações de mercado; d) limitar a política oficial de reforma agrária a uma política social compensatória, deslocada da órbita econômica dominante, destituída da intencionalidade de mudança do modelo de desenvolvimento vigente e desprovida da capacidade de transformar a estrutura da propriedade da terra e democratizar as relações de poder político consolidadas pela

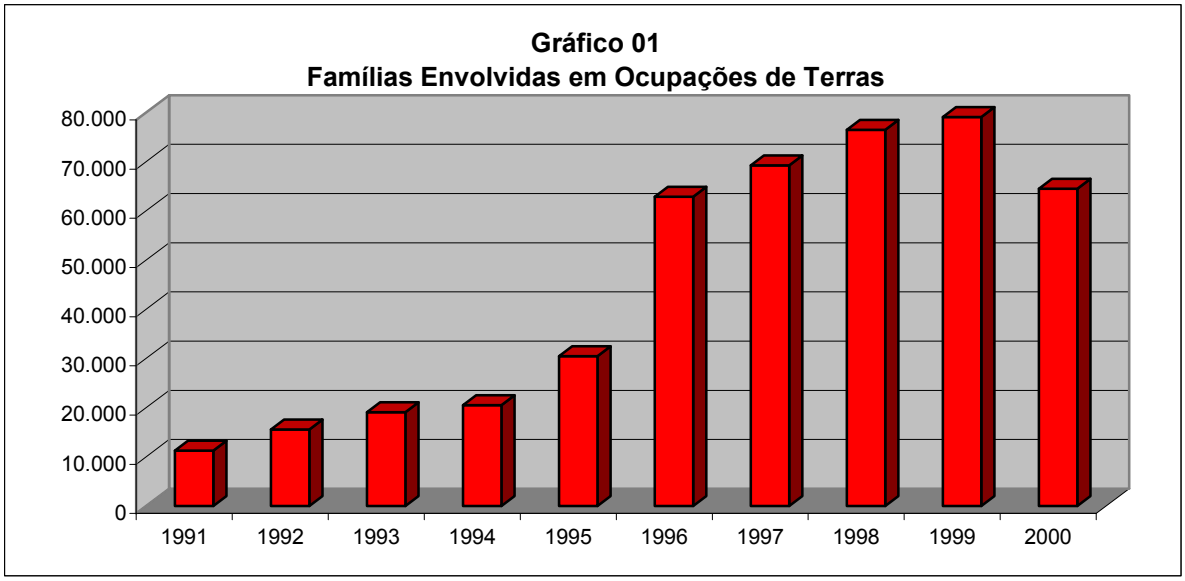
integração entre propriedade fundiária e capital financeiro; e) implementar sistematicamente a compra e venda de terras, cujo instrumento principal seria o Banco da Terra.

> Na base dessas cinco diretrizes estava a adequação da política agrária ao processo mais abrangente de ajuste fiscal, praticado desde 1994 e reforçado ainda mais pelo cumprimento das condicionalidades do acordo de empréstimo que o governo Cardoso havia feito com o Banco Mundial para contornar a crise do Plano Real no final de 1998 e início do ano seguinte. (MENDES PEREIRA, 2004, p. 140).

Percebe-se que os programas de reforma agrária de mercado trouxeram uma visão equivocada do que significa uma reforma agrária. Para o Banco Mundial, a reforma agrária ocorre por meio de programas de desenvolvimento rural, contrários à desapropriação, e que pregam o pagamento da terra à vista, em dinheiro, para o proprietário que, na maioria das vezes, oferece suas terras de baixa qualidade ou desgastadas, quando na realidade:

> A reforma agrária deve garantir terra de qualidade aos agricultores. Constitui a forma mais viável e democrática de assegurar trabalho e alimentos aos brasileiros. A um só tempo, a reforma agrária é o caminho para redistribuir a renda, eliminar a pobreza de grandes contingentes populacionais e democratizar as relações políticas no meio rural. A reforma agrária contribuirá para o acesso aos direitos de cidadão. (DOMINGOS NETO, 2004, p. 37)

Em resposta à regulamentação do programa Banco da Terra, que consolida a reforma agrária de mercado em todo o Brasil, o MST intensifica ainda mais suas ações no território nacional, chegando a um número de famílias envolvidas em ocupações de terras jamais presenciado na história da luta pela reforma agrária no Brasil. O ápice foi em 1999, ano em que o Banco da Terra foi regulamentado, quando 79.065 famílias estiveram envolvidas em ocupações (gráfico 01).



Fonte: CPT - Comissão Pastoral da Terra, 2003. Org. NABARRO, S. A.

No ano 2000, o número de ocupações diminui, o que se justifica porque, em reação às ocupações do MST que não aceitava a privatização da reforma agrária no Brasil, o governo promulga a Medida Provisória nº 2.109 que proibia por dois anos a vistoria em imóveis ocupados. Essa medida ratifica a real intenção do governo ao institucionalizar a reforma agrária de mercado no país, ou seja, desmobilizar e criminalizar as ações dos movimentos de luta pela terra, sobretudo o MST.

Contrariamente ao que buscava o governo, os movimentos sociais se organizaram ainda mais para discutir novas formas de mobilização para deixar claro sua discordância com a expansão do modelo de reforma agrária de mercado no Brasil.

> No Grito da Terra de 1999, promovido pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o lema central foi: Contra a Privatização da Reforma Agrária. Na ocasião, foi reiterada a demanda de extinção do Programa Cédula da Terra e do Banco da Terra, ao mesmo tempo em que foram feitas severas críticas ao Programa Novo Mundo Rural. (MEDEIROS, 2003, p. 63)

Os resultados esperados com a realização dos “Gritos da Terra” de 1997 e 1999 não se concretizaram, ou seja, a aliança entre o Estado brasileiro e o Banco Mundial se manteve, mesmo com a intensificação das ocupações, promovidas pelos movimentos sociais de luta pela terra. Enquanto o governo FHC se preocupava em agir no sentido de elaborar um aparato jurídico para frear as ocupações, as entidades ligadas à luta pela terra no Brasil investiam na divulgação informações e

opiniões que questionavam a adoção do modelo de reforma agrária de mercado no Brasil.

> As propostas do Novo Mundo Rural vão na direção de piorar a situação dos assentamentos e as formas de financiamento e apoio à agricultura familiar. A reforma agrária é sem dúvida, o setor mais prejudicado. O governo quer abandonar a desapropriação como instrumento chave para a obtenção de terras para o assentamento das famílias sem terra, jogando força na implementação do Banco da Terra, com recursos do Banco Mundial. Pretende assim que os assentados já iniciem suas atividades com uma dívida elevada que, conforme indicam os estudos técnicos, não é possível ser paga pelo trabalhador rural. (CONTAG – Boletim O Trabalhador Rural, 15/04/1999)

> Confundir para desmobilizar e dividir para manipular é uma tática que tem surtido efeitos preocupantes entre as organizações e nas ações populares. Para cooptar e conter a luta social, o governo tem implantado políticas compensatórias como distribuição de cestas de alimentos, o próprio Pronaf e os programas de crédito fundiário como o Banco da Terra, que atendem às demandas populares imediatas. É uma bola de neve, pois essas políticas geram exclusões e aumentam a miséria acelerando a concentração de renda, e empurram as classes populares para reivindicações imediatas que visam diminuir os efeitos destas próprias políticas. Os resultados são catastróficos para a luta social, na medida em que as organizações deixam de considerar questões políticas gerais, como distribuição de renda e da riqueza, para inserir em suas pautas estas reivindicações imediatas. Na medida em que este processo se consolida, passamos a agir de maneira subalterna, rendidos e sufocados pelos interesses dominantes, que pretendem nos fazer esquecer que nosso maior inimigo é o sistema político excludente em vigor. É ele, em última instância, que devemos transformar (CPT – Comissão Pastoral da Terra, 2000, p. 1).

O “Novo Mundo Rural” alterava as diretrizes dos investimentos no campo brasileiro, “abrindo as portas” para que as políticas neoliberais do Banco Mundial fossem inseridas no campo brasileiro.

A retórica do Ministério do Desenvolvimento Agrário é que os programas visam respaldar financeiramente a criação de assentamentos rurais, porque, além da terra, financiam as obras de infra-estrutura básica no lote e os custos cartorários para o registro das propriedades formadas pelo programa.

O financiamento para as obras de infra-estrutura e início da produção é obtido por meio do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) grupo A, gerido pelo Banco do Brasil.

Segundo as normas gerais dos programas, para o financiamento da compra da propriedade, na forma do financiamento coletivo, seria necessária a criação de um grupo entre os interessados em participar do programa e adquirir a terra por meio de compra. Após a formação, o próximo passo é eleger um representante que

terá a função de fazer a inscrição dos interessados e também de verificar o preço da propriedade escolhida para a instalação do grupo.

Para MEDEIROS (2003, p. 59), o grupo formado pelos interessados em obter as terras por meio dos programas que seguem a lógica da reforma agrária de mercado deveria atender simultaneamente a oito requisitos básicos:

1. Todos devem ser produtores rurais sem-terra ou com pouca terra (caracterizada como minifúndio);
2. Ser chefe de família;
3. Maior de idade ou emancipado;
4. Ter experiência de no mínimo cinco anos na atividade agropecuária;
5. Ter interesse em adquirir terra por meio de compra e desenvolver atividades produtivas sustentáveis;
6. Encontrar um proprietário disposto a negociar sua terra;
7. Assumir o compromisso de reembolsar as quantias financiadas;
8. As terras almejadas para a compra não poderiam estar ou ser ocupadas;

Essas regras, mais uma vez, comprovam as verdadeiras intenções da criação dos programas de reforma agrária de mercado. Além de desmobilizar os movimentos sociais, também, objetivam privatizar a reforma agrária no Brasil, ou seja, criar uma espécie de cativeiro da reforma agrária, tendo o respaldo financeiro do Banco Mundial, conforme argumenta Alentejano (2000, p. 98-97):

> Diante da incapacidade de derrotar politicamente o MST durante o primeiro mandato, o governo FHC decidiu mudar suas táticas. Se antes as armas eram a propaganda do INCRA e a condenação dos métodos do MST – visando convencer de que o governo estava fazendo a sua parte, e o MST atua orientado por uma radicalidade descabida – a partir deste momento, o governo muda suas armas, passando a centrar suas ações em duas frentes: (1) intensificação da repressão, através da criminalização das ações do movimento e da perseguição de suas lideranças; (2) alteração das regras da política de obtenção de terras e de financiamento da produção, de modo a minar as duas fontes básicas de oxigenação do movimento, quais sejam a concretização da desapropriação das terras ocupadas e o bom desempenho de alguns assentamentos vinculados ao MST, diante da situação de penúria generalizada da agricultura familiar.

Um problema identificado está expresso no artigo 4º da lei de criação dos programas. Trata-se da responsabilidade operacional e administrativa dos estados e municípios. Segundo Alentejano:

> Ao eleger a reforma agrária de mercado como instrumento fundamental de obtenção de terras e propor a descentralização das ações fundiárias, transferindo a maior parte da responsabilidade para o âmbito municipal – num país tradicionalmente dominado pelas oligarquias locais – o governo não só busca desarticular o movimento, apostando na incapacidade deste de se contrapor ao poder local, como aposta na desmobilização dos sem terra, pois oferece, teoricamente, a possibilidade de obtenção de terra sem necessidade de mobilização, pressão política e tampouco sacrifícios. (ALENTEJANO, 2000, p. 97)

Outro problema da nova política de obtenção de terra foi a extinção do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA, mais abrangente que o seu substituto, o PRONAF, em 1995, como explica GOMÉZ:

> As políticas públicas de desenvolvimento rural que foram implantadas ao longo de oito anos de governo F.H.C. reforçaram a todo o momento a orientação mercantil. Até conquistas políticas alcançadas pelos movimentos sociais rurais organizados, como o PROCERA, foram substituídas por programas de ajuda à agricultura familiar como um todo (sem diferenciar o segmento dos assentamentos via reforma agrária), nos quais o produtor se integra mais profundamente na lógica do mercado, com o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). (GOMÉZ, 2004, p. 44)

Mesmo com todos os problemas, analisando os poucos dados divulgados pelo MDA, dos programas criados por FHC, baseados no modelo do "Novo Mundo Rural", seguindo a linha da reforma agrária de mercado, o Banco da Terra merece uma análise mais aprofundada, pois enquanto o Cédula da Terra foi direcionado aos estados em que a pobreza no campo estava mais acentuada, contemplando 226 municípios, o Banco da Terra teve uma atuação mais abrangente (mapas 05, 06, 07 e 08), tendo contratos em 18 estados, onde atendeu, entre 1999 e 2003, 1.160 municípios, numa área de 1.218.035 hectares, com um custo de R$ 757.219.302,00 (tabela 10). Outra diferença fundamental entre os programas se refere à hipoteca da terra como garantia de pagamento do financiamento.

> Ao estabelecer como garantia do financiamento a hipoteca ou a alienação fiduciária do imóvel, o Banco da Terra flexibilizou o texto constitucional (art. 5º, inciso XXVI), o qual estabelece a impenhorabilidade da pequena propriedade rural. Diferentemente do Cédula da Terra, o financiamento concedido pelo Banco da Terra não estipulava qualquer quantia a fundo perdido (o componente de "doação típico do Modelo de Reforma Agrária de Mercado), embora, na época de sua criação, oferecesse financiamento em condições pouco menos desfavoráveis do que o seu antecessor. (MENDES PEREIRA, 2004, p. 193).

Mapa 05 - Localização dos estados onde o Programa Cédula da Terra atuou (1997 a 1999)

LEGENDA

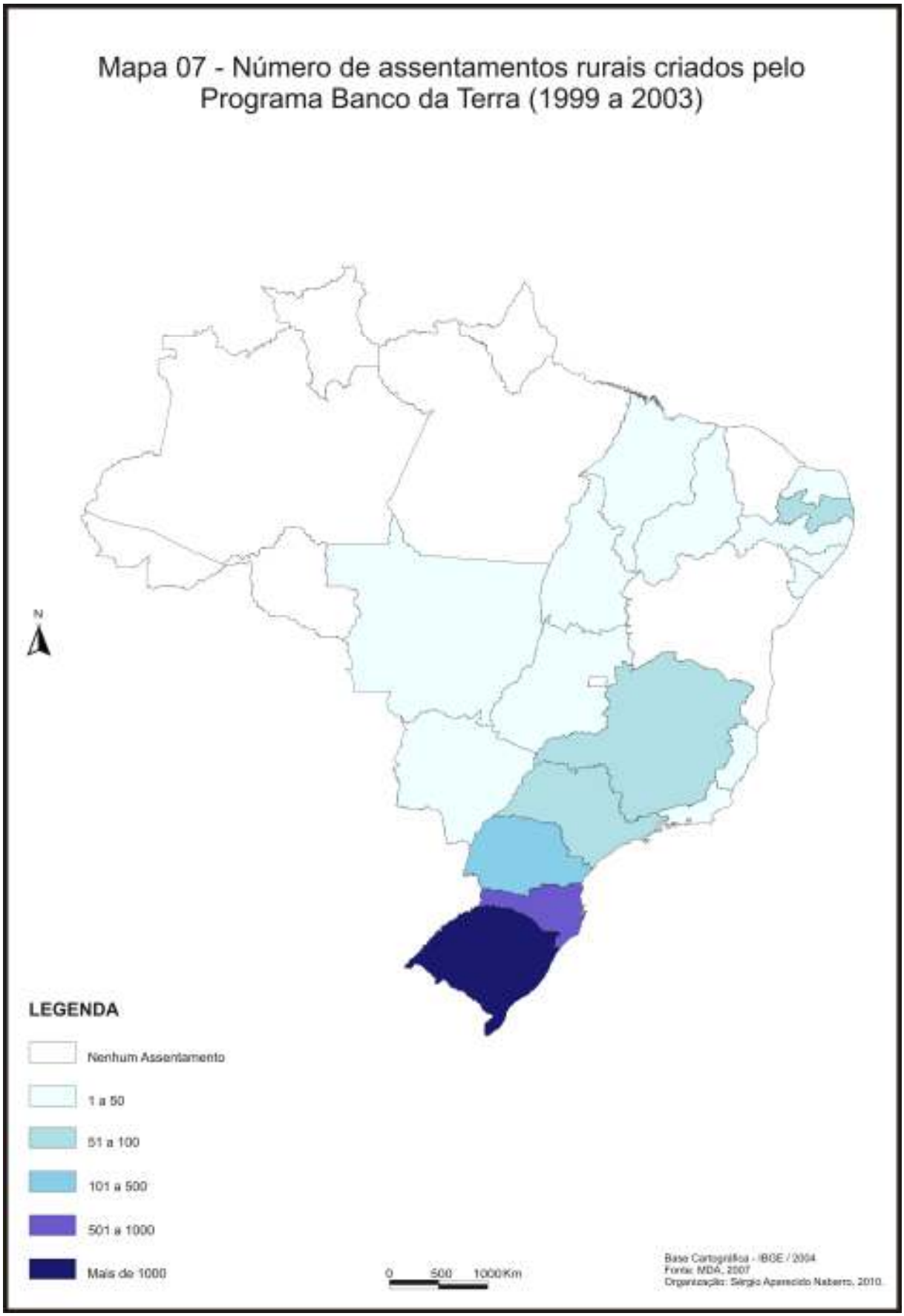
Estado onde o Cédula da Terra atuou

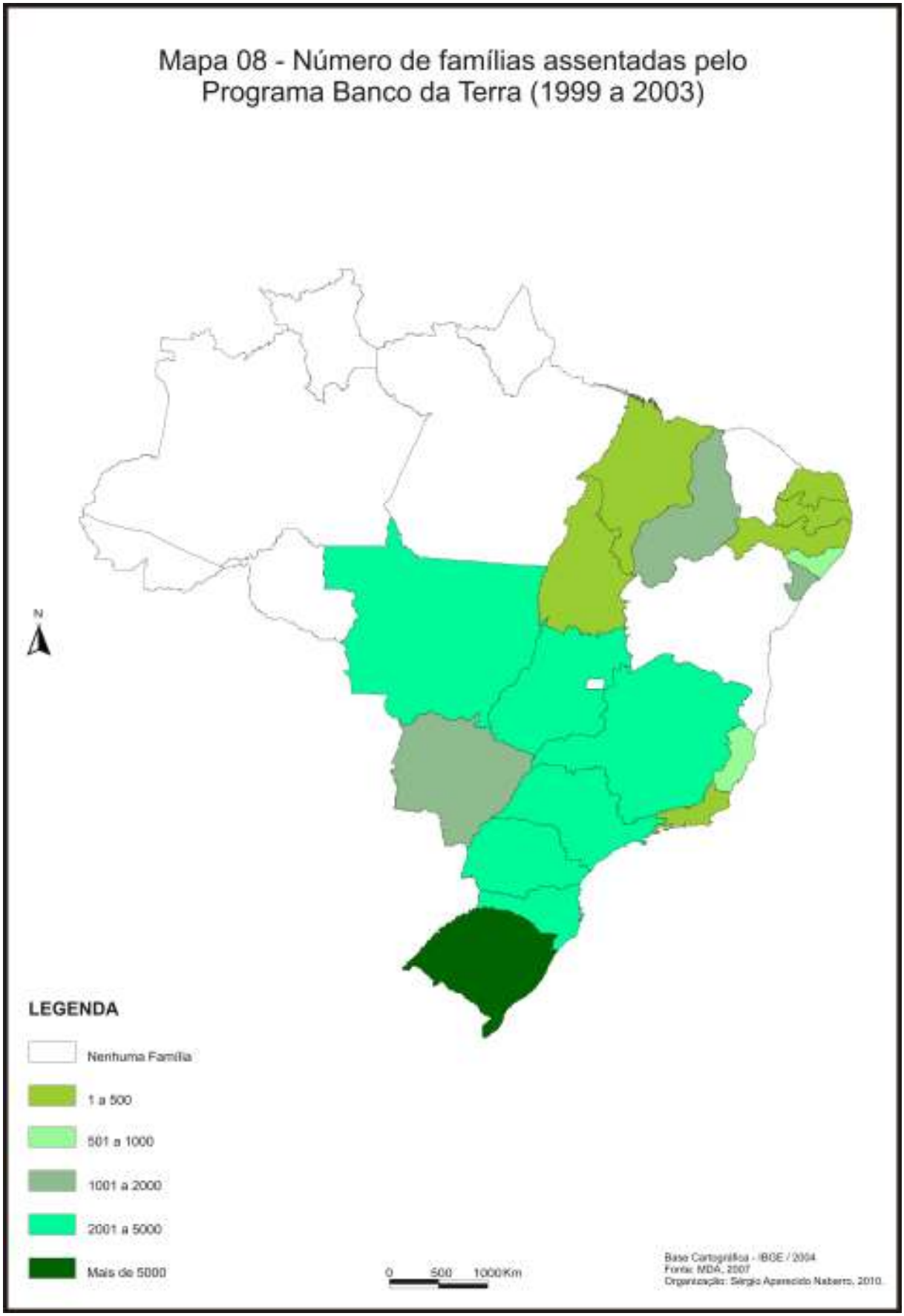
0 500 1000Km

Base Cartográfica - IBGE / 2004
Fonte: MDA, 2006
Organização: Sérgio Aparecido Nabarro, 2010.

Mapa 06 - Localização dos estados onde o Programa Banco da Terra atuou (1999 a 2003)

Base Cartográfica - IBGE / 2004
Fonte: MDA, 2007
Organização: Sérgio Aparecido Nabarro, 2010.


Mapa 07 - Número de assentamentos rurais criados pelo Programa Banco da Terra (1999 a 2003)
N
LEGENDA
Nenhum Assentamento
1 a 50
51 a 100
101 a 500
501 a 1000
Mais de 1000
0 500 1000Km
Base Cartográfica - IBGE / 2004
Fonte: MDA, 2007
Organização: Sérgio Aparecido Naberro, 2010.


Mapa 08 - Número de famílias assentadas pelo Programa Banco da Terra (1999 a 2003)
N
LEGENDA
Nenhuma Família
1 a 500
501 a 1000
1001 a 2000
2001 a 5000
Mais de 5000
0 500 1000Km
Base Cartográfica - IBGE / 2004
Fonte: MDA, 2007
Organização: Sérgio Aparecido Naberro, 2010.

Nos estados da região Sul, onde o Banco da Terra atuou de forma mais intensa, foram atendidas, entre os anos de 1999 a 2003, 17.084 famílias numa área de 218.937 hectares, a um custo total de R$ 417.339.452,00. O número de famílias atendidas pelo Programa é expressivo, porém muito menor que o necessário para a realização da reforma agrária no Brasil. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, só no ano de 2002, havia 10.750 famílias, em 64 acampamentos, distribuídos por 17 estados.

Tabela 10 - Balanço das Operações do Banco da Terra entre 1999 e 2003

Estado	Contratos	Municípios	Famílias Beneficiadas	Área (ha)	Valor (R$)	Valor Médio por Hectare
Alagoas	24	21	656	10.476	13.118.448,00	1.252,23
Espírito Santo	21	16	586	5.760	12.416.380,00	2.155,62
Goiás	27	21	2.259	33.744	45.397.198,00	1.345,34
Maranhão	1	1	33	827	120.296,00	145,46
Minas Gerais	94	76	2.534	167.400	54.385.844,00	324,88
Mato Grosso do Sul	17	13	1.212	14.869	22.847.834,00	1.536,60
Mato Grosso	41	30	3.214	645.766	57.115.718,00	88,44
Paraíba	68	50	452	25.010	13.866.413,00	554,43
Pernambuco	4	3	121	4.112	2.196.675,00	534,21
Piauí	34	30	1.436	41.458	16.454.551,00	396,89
Paraná	123	88	2.160	24.210	64.524.797,00	2.665,21
Rio de Janeiro	11	9	349	4.371	8.349.162,00	1.910,12
Rio Grande do Norte	19	16	496	10.224	7.701.461,00	753,27
Rio Grande do Sul	1.251	437	10.239	119.301	212.520.538,00	1.781,38
Santa Catarina	843	264	4.685	75.426	140.294.114,00	1.860,02
Sergipe	24	17	1.024	11.325	17.151.402,00	1.514,47
São Paulo	71	58	2.093	14.189	63.910.812,00	4.504,25
Tocantins	11	9	382	9.567	4.847.658,00	506,70
TOTAL	**2.684**	**1.160**	**34.478**	**1.218.035**	**757.219.302,00**	**1.323,86**

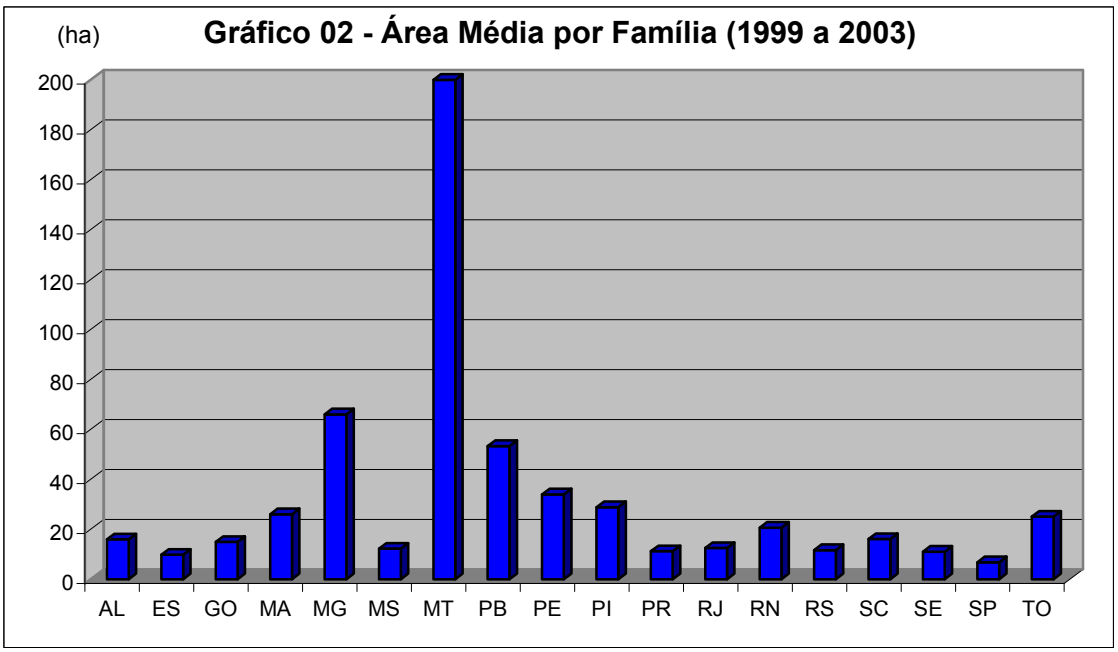
Fonte: MDA, 2007.

Os dados expressos na tabela demonstram o predomínio dos contratos de financiamento da terra, via Banco da Terra, nos estados da região Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina). Apenas essa região foi responsável por 70% dos contratos assinados e 48% das famílias beneficiadas. Esse fato se deve a participação de sindicatos e prefeituras.

Em relação à diferença entre o número de contratos e de famílias beneficiadas, ocorre que, sobretudo nos estado de Rio Grande do Sul e Santa

Catarina, houve uma quantidade expressiva de contratos individuais[26], 19% e 14% respectivamente, além de contratos coletivos, mas com número de famílias inferior a cinco.

Há que se destacar a influência de fatores como a qualidade do solo e infra-estrutura, no preço do hectare adquirido nos estados em que o Programa atuou. Assim, é observado, no estado de São Paulo, que o custo do hectare é 50 vezes maior que no de Mato Grosso. Fato que fez a área média por família no de Mato Grosso ser de 200 hectares, enquanto que na maioria dos estados foi de 10 e 20 hectares em média (gráfico 02).



Fonte: MDA, 2007.

Ainda sobre a influência da qualidade do solo, da localização e da infra-estrutura no preço da terra, que por sua vez refletiu na aquisição de áreas maiores, é destaca-se o caso de estados como Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Tocantins. Enquanto a média dos demais está entre 15 e 20 hectares, esses apresentam médias entre 22 e 65 hectares por família.

Em relação aos estados do Sul – região em que foram criados os principais movimentos sociais de luta pela terra do Brasil e também tem sido palco de muitos

[26] Diferentemente do Cédula da Terra, o Banco da Terra não permitia apenas o financiamento de terra por associações, mas também por compradores individuais, com limite de R$ 40.000,00 por beneficiário. (MENDES PEREIRA, 2004, p. 193).

conflitos no campo – o que explicaria a grande adesão ao programa justamente na região onde foi formado o MST?

Segundo Ros (2006), o que ocorreu, nesta região, foi um direcionamento político por parte das oligarquias locais, ligadas ao meio rural, para adesão no programa, pois o sucesso do programa significaria a derrota do MST. No Rio Grande do Sul, estado em que o Banco da Terra teve uma maior atuação, foram criados mecanismos e políticas direcionadas para o enfraquecimento do MST e sucesso do programa, como explica Ros (2006, p. 265):

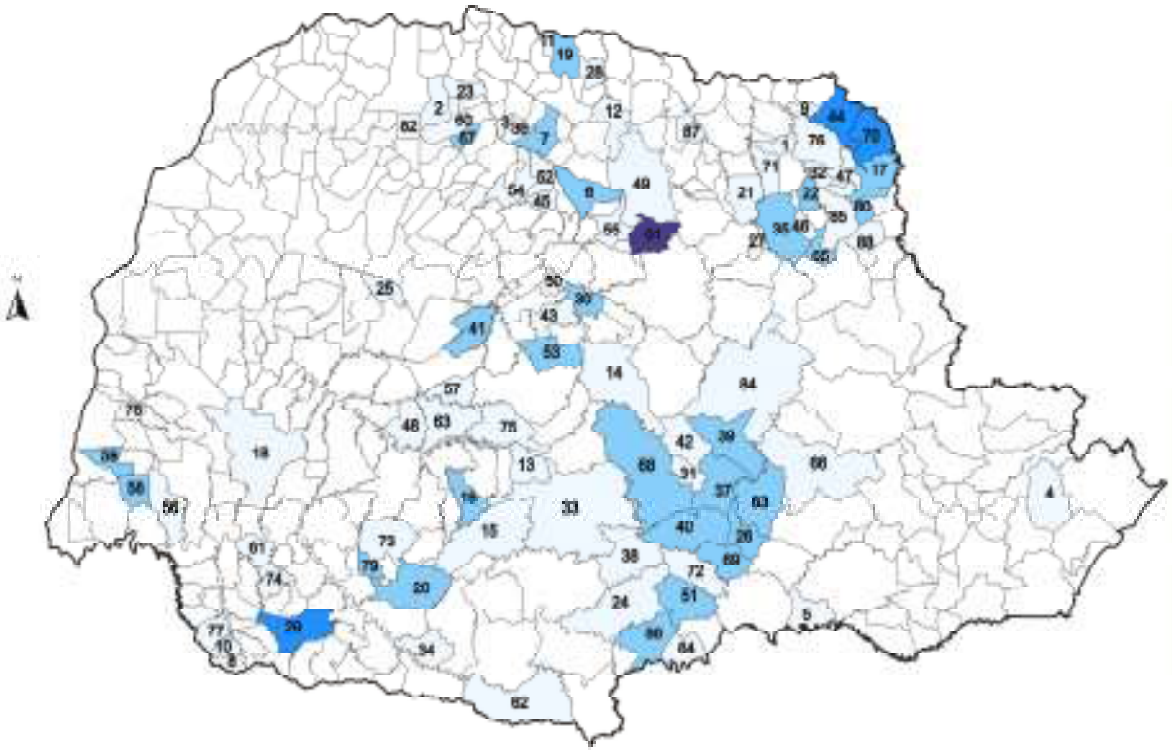
> Cinco razões principais explicam a abrangência assumida pelo Banco da Terra no Rio Grande do Sul: a) a demanda por terra; b) a montagem de uma estrutura descentralizada de gestão do programa; c) a existência de uma conjuntura de baixa nos preços das terras; d) a predominância de contratos de financiamentos individuais; e) e, sobretudo, o uso do programa como um instrumento de combate político ao MST.

Para Mendes Pereira (2004, p. 194), as federações sindicais do Sul nunca tiveram como bandeira importante a luta pela terra e, nos três estados, houve interesse manifesto dos segmentos sindicais na implantação do Banco da Terra como instrumento para atender a demandas de parte de sua base de representação. E existe mais um fator a ser levado em conta: pelos índices vigentes de produtividade, o governo federal de fato encontra dificuldades legais para realizar desapropriações de terra naquela região, uma vez que o grau de modernização da agricultura é mais elevado. Do ponto de vista do governo federal, portanto, o Sul concentrava diversas ordens de pressão: a presença forte do MST, a existência de organizações patronais bem articuladas, o apoio efetivo de federações e sindicatos de trabalhadores rurais e a dificuldade legal para realizar desapropriações.

Especificamente no estado do Paraná, a adesão ao programa, como o caso dos municípios de Tamarana (6 assentamentos do Banco da Terra), Jundiaí do Sul e Jacarezinho na região Norte do Paraná, e Francisco Beltrão na região Sudoeste (mapa 09), está intimamente ligada à representatividade e atuação dos sindicatos rurais e secretarias municipais de agricultura dos referidos municípios.

Portanto, é possível afirmar que os grupos participantes do Banco da Terra, em sua grande maioria, não estavam ligados a movimentos sociais. Por conseguinte, a intenção de acabar com a militância na luta pela terra não logrou êxito. Pelo contrário, serviu para que os movimentos sociais se organizassem ainda mais, contra o novo modelo de “reforma agrária”.

Mapa 09 - Assentamentos Rurais Criados com Recursos do Programa Banco da Terra por Município no Estado do Paraná (1999 a 2003)



LEGENDA

Nº de Assentamentos

- Nenhum
- 1
- 2
- 3
- 6

1 - Abatiá
2 - Alto Paraná
3 - Ângulo
4 - Antonina
5 - Antônio Olinto
6 - Apucarana
7 - Astorga
8 - Barracão
9 - Barra do Jacaré
10 - Bom Jesus do Sul
11 - Cafeara
12 - Cambé
13 - Campina do Simão
14 - Candido de Abreu
15 - Candói
16 - Cantagalo
17 - Cartópolis
18 - Cascavel
19 - Centenário do Sul
20 - Chopinzinho
21 - Congonhinhas
22 - Conselheiro Mairinck
23 - Cruzeiro do Sul
24 - Cruz Machado
25 - Farol
26 - Fernandes Pinheiro
27 - Figueira
28 - Florestópolis
29 - Francisco Beltrão
30 - Grandes Rios
31 - Guamiranga
32 - Guapirama
33 - Guarapuava
34 - Honório Serpa
35 - Ibaiti
36 - Iguaraçu
37 - Imbituva
38 - Inácio Martins
39 - Ipiranga
40 - Irati
41 - Iretama
42 - Ivaí
43 - Ivaiporã
44 - Jacarezinho
45 - Jandaia do Sul
46 - Japira
47 - Joaquim Távora
48 - Laranjal
49 - Londrina
50 - Lupionópolis
51 - Mallet
52 - Mandaguari
53 - Manoel Ribas
54 - Marialva
55 - Marilândia do Sul
56 - Matelândia
57 - Mato Rico
58 - Medianeira
59 - Mineal
60 - Nova Esperança
61 - Nova Prata do Iguaçu
62 - Palmas
63 - Palmital
64 - Paulo Freitas
65 - Pinhalão
66 - Ponta Grossa
67 - Pres. Castelo Branco
68 - Prudentópolis
69 - Rebouças
70 - Ribeirão Claro
71 - Ribeirão do Pinhal
72 - Rio Azul
73 - Rio Bonito do Iguaçu
74 - Salto do Lontra
75 - Santa Maria do Oeste
76 - Santo Antônio da Platina
77 - Santo Antônio do Sudoeste
78 - São José das Palmeiras
79 - Saudade do Iguaçu
80 - Siqueira Campos
81 - Tamarana
82 - Tamboara
83 - Teixeira Soares
84 - Tibagi
85 - Tomazina
86 - União da Vitória
87 - Uraí
88 - Wenceslau Braz

Base Cartográfica: IBGE / 2004
Fonte: MDA, 2007
Organização: Sérgio Aparecido Nabarro, 2010

Ainda faltam muitos dados, sobretudo em nível nacional, sobre os programas pautados no modelo de reforma agrária de mercado. Até o presente momento não foram divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário ou pelo INCRA dados importantes, como por exemplo sobre as condições socioeconômicas das famílias que vivem em terras financiadas pelo Banco da Terra, e também sobre o pagamento da dívida referente à aquisição da terra[27]. Portanto, os dados, informações e os estudos mais aprofundados disponíveis sobre os impactos dos programas de reforma agrária de mercado no Brasil, são em nível regional (ver CARVALHO, 2003; OLIVEIRA, 2005; NABARRO, 2007b; RAMOS FILHO, 2008).

Durante o governo FHC, não houve qualquer transparência na gestão do Banco da Terra, de modo que em nenhum momento se divulgou de quais fontes vinham os recursos que o constituíram. Segundo os gestores do Fundo de Terras, já do governo Lula, os recursos do Banco da Terra vieram somente do Orçamento da União. Vale ressaltar que o governo Lula ainda não deu transparência à reforma agrária de mercado no Brasil, pelo contrário, deu continuidade aos programas de reforma agrária de mercado e ainda não divulgou os seus dados. (MENDES PEREIRA, 2004, p. 195)

> Na prática, predomina a desinformação pública acerca do modo de funcionamento do Banco da Terra, o que contrasta agudamente com a imensa propaganda que o governo fez a respeito daquele instrumento. Boa parte do que foi estabelecido nos registros documentais nunca existiu, jamais saiu do papel. Não é difícil perceber o porquê: trata-se de um misto extremamente confuso e contraditório de planejamento estatal e ativação de mercado imobiliário. Por exemplo: todo discurso em torno da elaboração de programas de reordenamento fundiário supunha uma ação planejada do Estado, em nível municipal e/ou estadual, que não encontrava qualquer correspondência com a natureza do Banco da Terra, baseada na atomização das transações patrimoniais de compra e venda. (MENDES PEREIRA, 2004, p. 197).

Com o fim do segundo mandato de FHC e início do primeiro mandato do governo Lula, em novembro de 2003, os programas de "desenvolvimento rural", pautados no modelo de reforma agrária de mercado, foram substituídos pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, que segue a mesma linha dos anteriores, vinculado ao Banco Mundial, com características muito semelhantes aos

[27] Em 2002 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em conjunto com a Universidade Federal de Viçosa realizaram um pesquisa sobre o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos criados via Banco da Terra, no entanto o relatório da pesquisa foi entregue ao Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), mas o governo atual, pelo fato de ter dado continuidade à reforma agrária de mercado no Brasil, não permitiu a divulgação dos dados até o presente momento.

do governo anterior. Uma das poucas diferenças está relacionada à taxa de juros que, no Banco da Terra, eram 8% ao ano, e, no PNCF, variam entre 2 e 5%, dependendo da linha de crédito adotada. Os prazos de carência para consolidação na terra e para o início do pagamento são exatamente os mesmos, ou seja, 3 anos de carência e 17 para pagamento, respectivamente. As linhas de crédito criadas são: Combate à Pobreza Rural, Nossa Primeira Terra e Consolidação da Agricultura Familiar.

Para Rezende e Mendonça (2004, p. 77):

> Os programas Combate à Pobreza Rural e Nossa Primeira Terra são idênticos aos programas Cédula da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza do governo F.H.C. Da mesma forma, o Banco da Terra tem as mesmas características do Consolidação da Agricultura Familiar. Ou seja, são os mesmos programas apenas com pequenas modificações, mas a concepção central da mercantilização da reforma agrária permanece igual.

Ainda, segundo Rezende e Mendonça (2004, p. 78), em pesquisas realizadas com os programas da reforma agrária de mercado, foram identificados importantes problemas para o meio rural, tais como:

- Aumento do preço da terra (o Fundo de Terras acabou inflacionando o mercado);
- Inviabilidade econômica, impossibilidade do pagamento dos financiamentos e empréstimos e endividamento dos trabalhadores rurais;
- Aquisição de terras de má qualidade;
- Compra de terra feita por associações de trabalhadores, sem autonomia na escolha das áreas. Essas associações, muitas vezes, são organizadas pelos próprios latifundiários e políticos locais;
- Condições precárias de sobrevivência e abandono das áreas. Ao invés de aliviar a pobreza, o programa agravou a situação financeira dos participantes;
- Denúncias de corrupção envolvendo administrações municipais, políticos e sindicatos, que teriam sido favorecidos em compra e venda de terras.

Buscando entender e analisar os impactos socioeconômicos dos programas de reforma agrária de mercado, no próximo capítulo iremos analisar a

atuação dos programas nos municípios de Londrina e Tamarana e as condições e perspectivas atuais das famílias assentadas.

CAPÍTULO 3

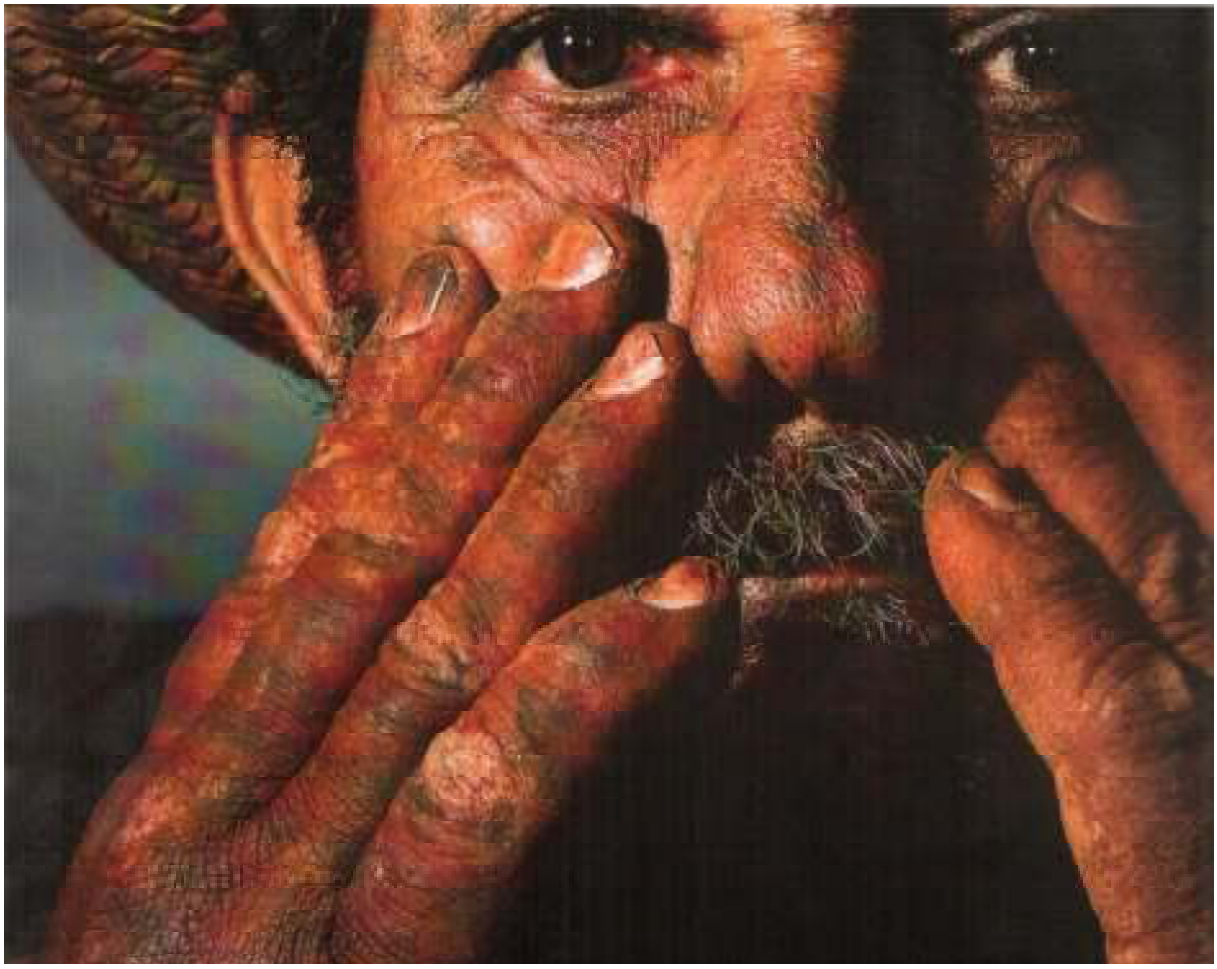


Foto 12 – O Homem do Campo
Fonte: New Holland. (2008, p. 23)

ORGANIZAÇÃO E VIABILIDADE DOS ASSENTAMENTOS RURAIS CRIADOS A PARTIR DOS PROGRAMAS DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO

O próprio processo de ocupação/colonização de Londrina possibilitou a existência, em sua porção extremo Sul, de uma área onde a estrutura fundiária se conformou como altamente concentrada, tendo em vista que a qualidade inferior do solo desta área não despertou o interesse da companhia colonizadora do Norte do Estado, ainda na primeira metade do século XX. Entretanto, a porção Sul, tradicionalmente conhecida por suas fazendas passou por significativas mudanças políticas e sociais nos anos finais da década de 1990.

Após vários anos de tentativas frustradas de obtenção de benefícios, auxílios e financiamentos públicos para o agronegócio, a elite agrária do distrito de Tamarana (até então pertencente à Londrina), capitaneou um movimento separatista que culminou, em 1995, na realização de um plebiscito no então distrito para questionar a população local se Tamarana deveria, ou não, deixar de ser distrito de Londrina para ser elevado a município. Desta maneira, em 13 de dezembro de 1995, por meio do decreto estadual nº 11.224, Tamarana foi elevado a município. Esse fato é de suma importância para a posterior concentração de assentamentos criados por meio dos programas de reforma agrária de mercado.

Em 1995, tanto o município de Londrina, quanto o recém criado Tamarana, já possuíam em suas áreas territoriais assentamentos rurais, alguns criados por meio de ações de reassentamento e outros por meio de ocupação promovida pelo MST. No entanto, após a emancipação política, as lideranças políticas municipais, que por sua vez faziam parte da elite agrária local passaram a ter um controle formal sobre as transações fundiárias na área. A partir desse momento, se o preço da terra já estava depreciado, em virtude dos assentamentos já existentes, as medidas adotadas foram no sentido de aquecer o mercado de terras para que as antigas fazendas que estavam com preço depreciado fossem valorizadas. Fato que não ocorreu em virtude das constantes movimentações do MST na área.

Não são apenas fatores como ausência de infra-estrutura, má qualidade do solo que depreciam o valor das terras perante o mercado. No caso específico do município de Tamarana, além dos dois fatores, contribuiu para a depreciação dos preços das terras as ações de ocupação de terras promovidas pelo MST e a presença de assentamentos rurais no município. De acordo com dois antigos proprietários entrevistados, em relação às ocupações de terra, era muito difícil vender as terras localizadas em Tamarana e na porção extremo Sul do município de Londrina tendo em vista que os interessados na compra desistiam do negócio

temendo que suas terras fossem ocupadas, por militantes que ficavam acampados nas estradas rurais dos municípios, e posteriormente desapropriadas pelo INCRA. Em relação à presença de assentamentos rurais, não só os compradores mas a maioria da população local, diziam que se tratava de famílias que não inspirava confiança e que poderiam promover roubos e saques nas fazendas. É possível concluir que não são apenas fatores objetivos, ligados a infra-estrutura e qualidade dos solos, que aumentam ou depreciam o preço da terra. Fatores subjetivos, neste caso o preconceito, também influenciam diretamente no preço da terra.

No final da década de 1990, com a adoção da política agrária do governo FHC e a criação dos programas de reforma agrária de mercado, a elite local se movimentou no sentido de reunir muitas famílias de agricultores sem terra visando o enfraquecimento do MST por meio da adesão de militantes do movimento à chamada “reforma agrária via correios”. Mas a organização política do movimento em Londrina e, as constantes manifestações do MST, em nível nacional, fizeram com que a adesão aos programas do governo fosse, em sua maioria, de trabalhadores das fazendas da região (assalariados e parceiros), ou seja, “sucesso” da reforma agrária de mercado em Londrina e, sobretudo, no município de Tamarana, foi constituído, mas sem atingir seu objetivo principal, ou seja, desmobilizar o MST a curto prazo. Mas, é preciso ressaltar que indiretamente o objetivo foi parcialmente atingido tendo em vista que as famílias de trabalhadores rurais sem terra que aderiram aos programas de reforma agrária de mercado poderiam no futuro entrar para o movimento social de luta pela terra.

Com o fracasso, a curto prazo, as lideranças políticas locais passaram a incentivar trabalhadores rurais dos dois municípios a formarem grupos para aderir ao programa Banco da Terra. Alguns membros dessas lideranças tinham por objetivo vender a sua própria terra ou a de pessoas próximas, pois a principal característica do modelo de reforma agrária de mercado é não haver desapropriações, ao contrário, o proprietário recebe o pagamento à vista do preço além do preço de mercado, depositado diretamente em sua conta corrente no Banco do Brasil. Vale ressaltar que no preço pago pelo Banco da Terra não foi levado em consideração os fatores subjetivos já apontados, mas sim apenas fatores como: localização, infra-estrutura existente e qualidade do solo.

> A gente já sabia do Banco da Terra, mas ainda não tinha entrado com os documentos no Sindicato [dos trabalhadores rurais de Tamarana], mas já

> tinha gente doida só querendo vender as terras (...), mas o que eu via é que era pedido muito documento que a agente nem tinha. O problema era sempre com as família porque quem queria vender a terra já estava com os documentos tudo tirado. (Entrevista realizada por Sérgio Aparecido Nabarro, em 13/07/2010)[28].

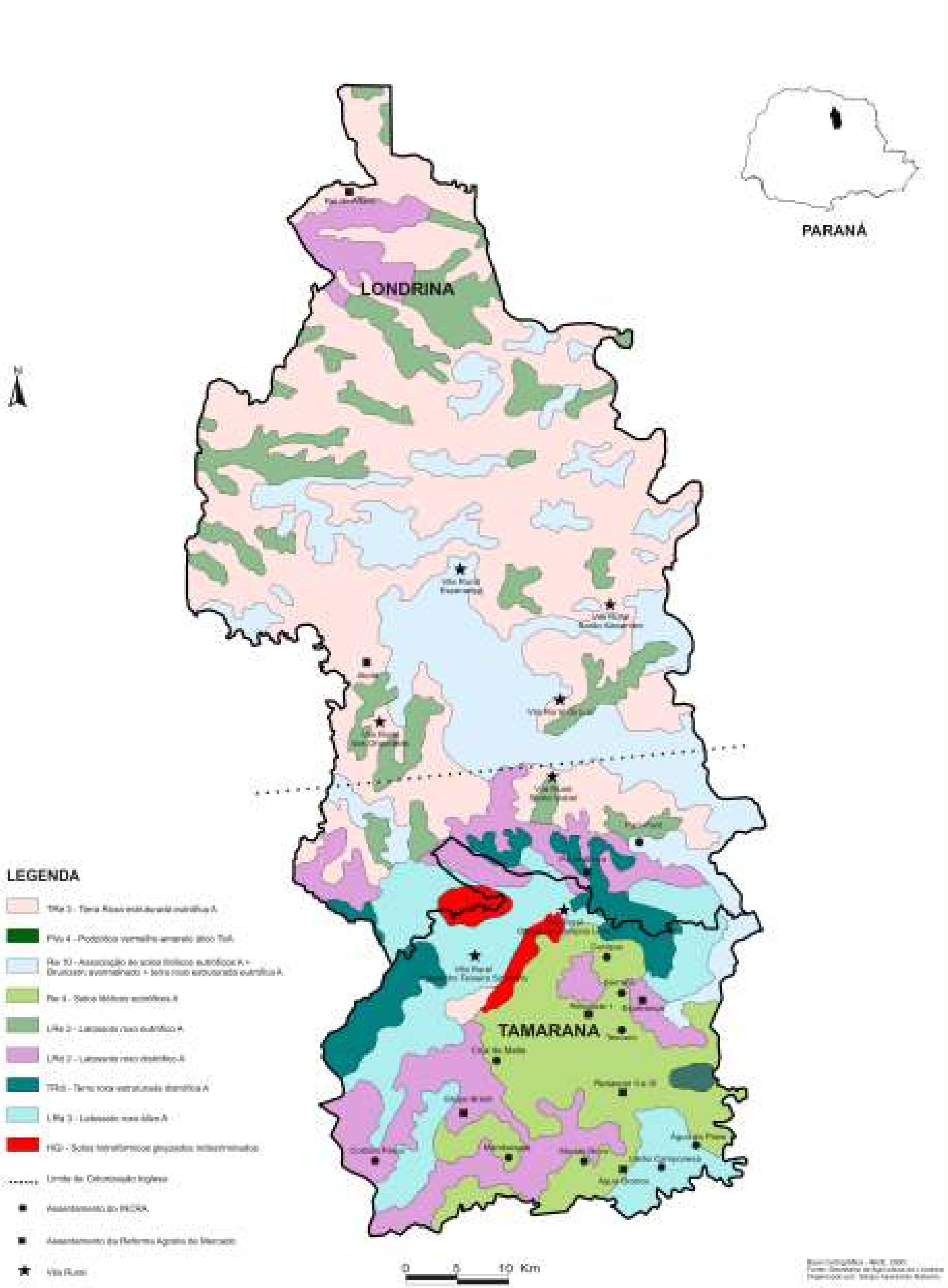
Atualmente, o município de Londrina possui atualmente 8 assentamentos rurais, sendo 2 criados pelo INCRA, 2 por meio de programas de reforma agrária de mercado e 4 Vilas Rurais, a maioria localizada na porção Sul do município, na divisa com Tamarana (mapa 10). Já o município de Tamarana conta, atualmente, com 16 assentamentos rurais, sendo 8 criados pelo INCRA, 6 por programas de reforma agrária de mercado, predominantemente o Banco da Terra e 2 Vilas Rurais, além de uma área não regularizada, chamada de Colônia Penal, onde seria construído, no início da década de 1980, um centro de detenção, mas por pressões populares na época, o centro não foi edificado.

O mapa 10 mostra os vários tipos de solos encontrados nos municípios em estudo, sobretudo no limite territorial entre ambos. Essa variedade se deve ao fato dessa área estar localizada na chamada transição geológica entre os planaltos de Ponta Grossa e o Guarapuava. Essa área de transição formada pelo soerguimento de um planalto sobre outro traz como conseqüência a formação de um relevo bastante acidentado e com solos rasos e de baixa fertilidade natural.

É possível verificar no mapa que a maior concentração de assentamentos ocorre em áreas com solos do tipo Litólicos Eutróficos e Latossolo roxo distrófico. Os solos do tipo litólicos são bastante rasos e tem por característica baixa fertilidade natural, elevado grau de acidez e são muitos suscetíveis a processos erosivos. Os solos do tipo latossolo roxo, originados de derrames basálticos, tem a alta fertilidade natural como sua principal característica, entretanto é preciso diferenciar o latossolo roxo eutrófico do latossolo roxo distrófico. O tipo eutrófico apresenta uma fertilidade natural três maior que o distrófico. (EMBRAPA, 2008). Não iremos aqui nos prender unicamente pela análise do solo, pois essa análise não explica por si só as relações e impactos sociais criados pelos assentados hora pesquisados, mas ajuda a compreender a concentração de assentamentos rurais no extremo Sul de Londrina e no município de Tamarana.

[28] Em virtude das revelações feitas por alguns entrevistados, optamos por manter a identidade dessas pessoas em sigilo.

Mapa 10 - Tipos de Solos e Distribuição dos Assentamentos e Vilas Rurais dos Municípios de Londrina e Tamarana



Com a criação dos assentamentos, Londrina e, sobretudo, Tamarana passaram por alterações em sua dinâmica socioespacial, principalmente pela transformação ocorrida no espaço agrário. A criação de um assentamento acaba por gerar no município onde ele é implantado novas demandas, que por sua vez movimentam não apenas a economia, mas também outros setores como educação, saúde e desenvolvimento social, além disso,

> O fluxo demográfico, de que muitas vezes demanda o assentamento, contribui sensivelmente para a revisão das políticas publicas locais e para a dinamização do comércio da cidade, bem como contribui também para o desenvolvimento da região onde estão inseridos, dependendo do envolvimento e direcionamento político que emana dessas relações. (SILVA, 2007, p. 136)

A priori o que se verifica é que a implantação de assentamentos rurais, sobretudo em pequenos municípios alteram a configuração da estrutura fundiária. No caso específico de Tamarana, se antes havia a predominância de grandes propriedades, atualmente há o predomínio da pequena, em média de 10 hectares, principalmente aquelas oriundas de projetos de assentamento.

O aumento da população municipal também é um fator importante. O município de Tamarana, por exemplo, possui, segundo dados do IBGE, 11.577 habitantes, que residem predominantemente na área rural (55%), sendo que a taxa de alfabetização no município é de 80%. A população assentada, representando quase 50% da população rural, é uma das maiores responsáveis pelo crescimento econômico do município.

A implantação de um assentamento rural movimenta depósitos de materiais de construção, tendo em vista a implantação de infra-estrutura básica para cada lote. Além disso, aumentado o número de lojas de insumos agrícolas necessários para a lavoura. Assim são vendidas grandes quantidades de sementes e insumos agrícolas.

Mesmo enfrentando dificuldades, os camponeses contribuem de forma significativa para o desenvolvimento municipal. No entanto, é necessário verificar como estão as condições de reprodução social e material destes importantes agentes sociais, contraditoriamente (re)criados pela expansão do capital financeiro no espaço agrário.

3.1 – Formação dos Assentamentos: criação dos grupos e financiamento da terra

Os quatro assentamentos pesquisados possuem um total de 78 famílias e foram criados via Banco da Terra. De acordo com as normas gerais deste programa de reforma agrária de mercado, para dar início ao processo de aquisição da terra seria necessária a criação de uma associação com as famílias interessadas em aderir ao programa[29]. Essa associação deveria ter Presidente, Vice-presidente e Tesoureiro. Estes agentes são os responsáveis pelo preenchimento do documento chamado "Proposta de Financiamento". Entretanto, constatamos que em três assentamentos pesquisados (Fazenda Akolá, Esperança e Renascer I) os procedimentos referentes à constituição das associações na área estudada foram realizados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Tamarana, órgão que fez a inscrição e providenciou todos os documentos das associações e das terras que seriam adquiridas. Em relação ao Rei do Alface, os 6 membros da associação faziam parte da mesma família, eram o pai e seus 5 filhos, que providenciaram a documentação e foram diretamente ao Banco do Brasil levar a proposta de financiamento para ser avaliada.

O trâmite do Banco da Terra nos municípios de Londrina e Tamarana (quadro 02), foi diferente do estipulado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (quadro 03). Primeiramente porque os interessados na aquisição de terras teriam que se filiar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Tamarana, mesmo os que residiam na área territorial de Londrina. O sindicato, após a filiação do interessado, verificava se o mesmo se enquadrava nas regras do programa (nos últimos 15 anos ter sido trabalhador rural por pelo menos 5, não ter patrimônio pessoal acima de R$ 30.000,00, não ser proprietário de terras, ou ser proprietário de terra, mas essa caracterizada como minifúndio). Caso cumprisse as exigências, era emitida uma Declaração de Enquadramento.

Um ponto a ser destacado é o fato de que não eram os interessados na obtenção de terras que procuravam a área para ser adquirida, mas o proprietário de terras é quem oferecia a terra ao sindicato. Assim, foram adquiridas áreas com solos já esgotados e os beneficiados, muitas vezes, só conheceram a área após a

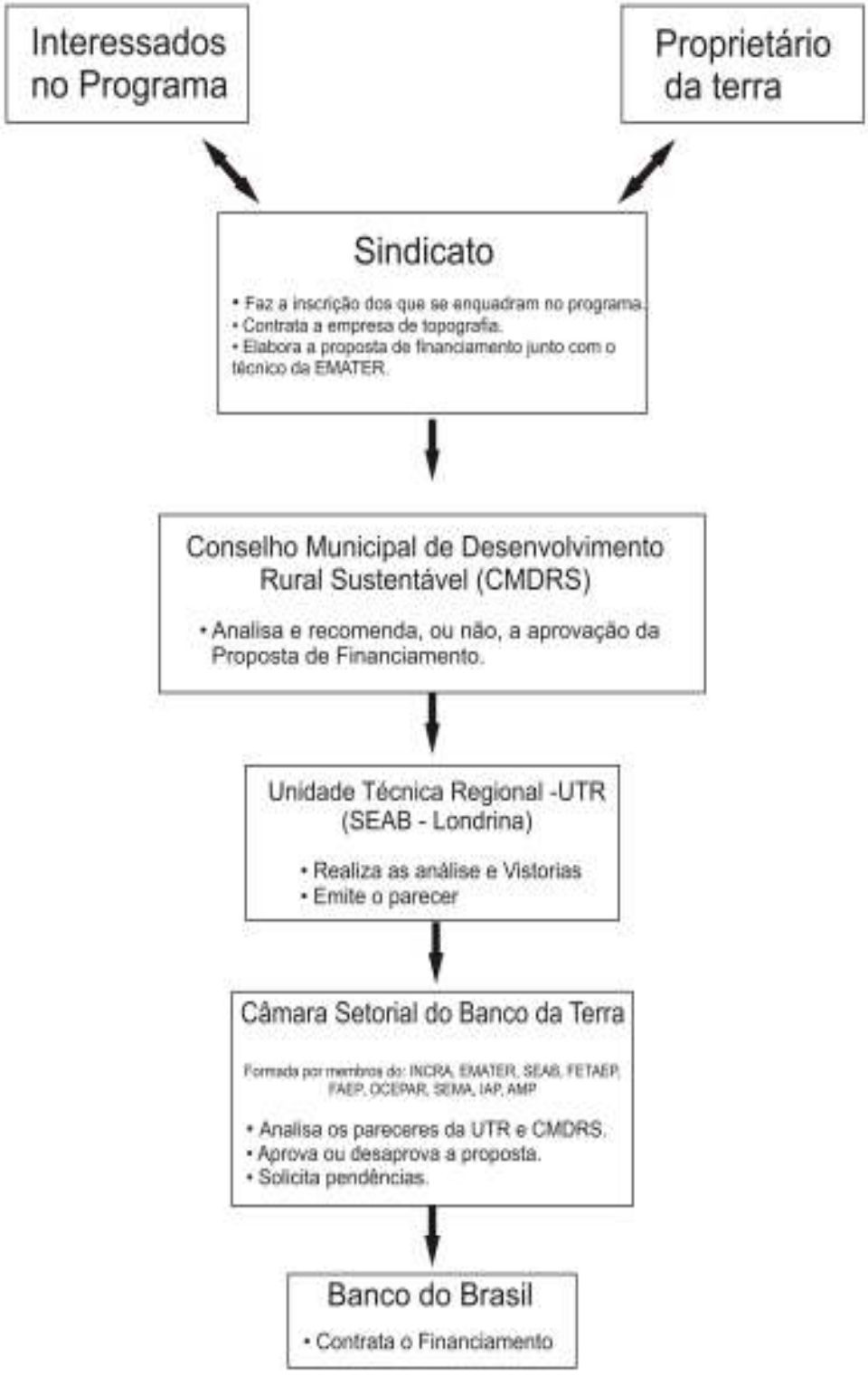
[29] Mesmo no caso dos assentamentos Esperança (Tamarana) e Rei do Alface (Londrina), foi formada a associação, no entanto, a dívida do financiamento da terra é individualizada.

assinatura do contrato de financiamento. Também, o levantamento topográfico para divisão dos lotes era feito antes da proposta ir para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). A empresa que realizava o levantamento topográfico era indicada pelo sindicato.

Após a aprovação da proposta de financiamento pelo CMDRS, a mesma era enviada para a Unidade Técnica Regional (UTR), localizada na sede da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, em Londrina. A UTR era responsável por ir até a área fazer verificações como: se havia água em todos os lotes e se o tipo de solo e o tamanho de cada lote iria propiciar o desenvolvimento da atividade a ser desenvolvida pelos beneficiários. Depois da aprovação pela UTR a proposta seguia para a Câmara Estadual do Banco da Terra (CEBT), localizada em Curitiba, que avaliava os pareceres do CMDRS e da UTR. Aprovada pela CEBT, a proposta seguia para o Banco do Brasil, que verificava pendências do imóvel rural e também dos futuros beneficiados. Caso não fosse constatada nenhuma pendência, liberava o dinheiro para o dono da propriedade vendida.

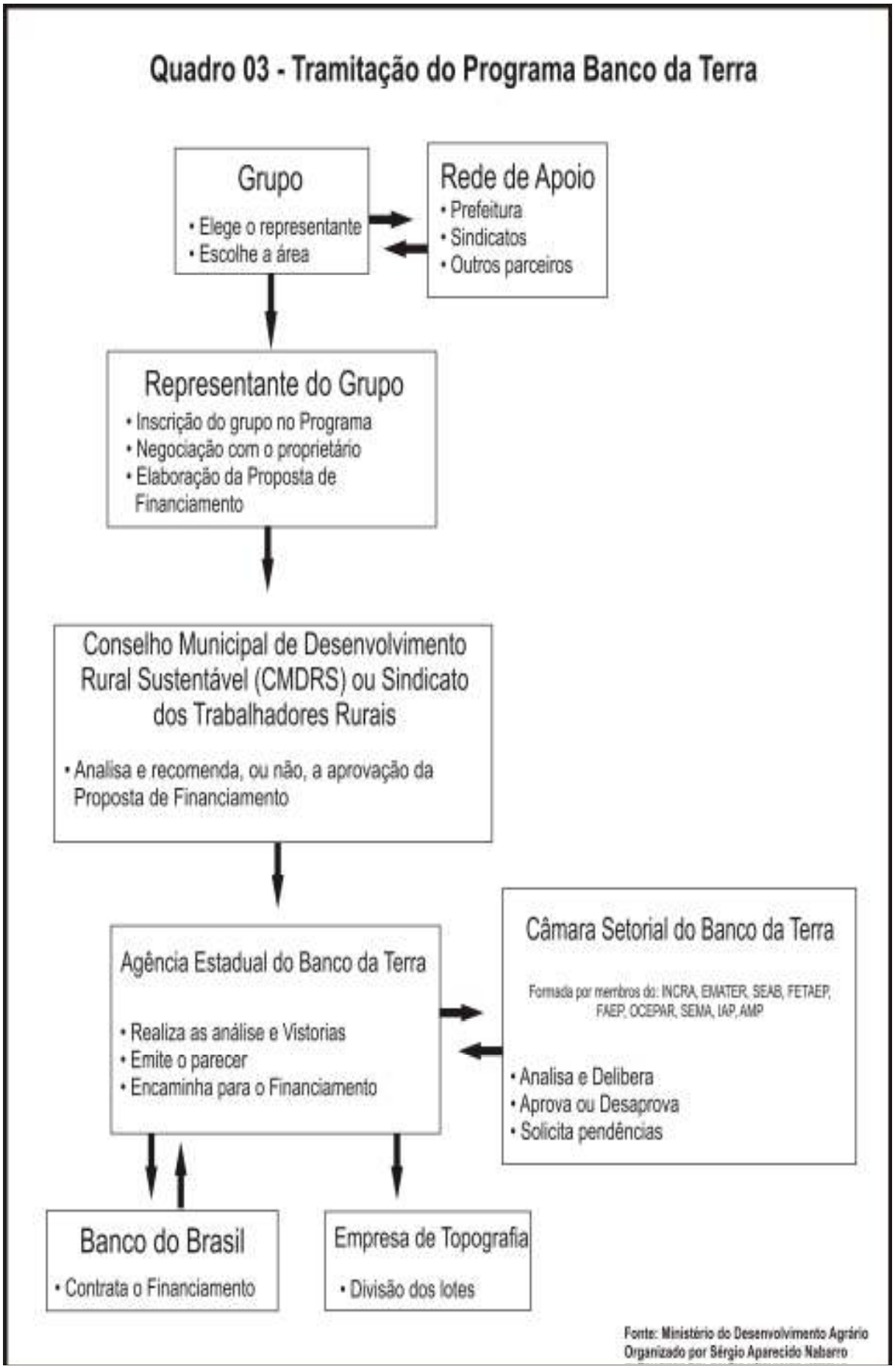
Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Tamarana, o maior problema era quando a proposta chega ao Banco do Brasil, onde era verificado junto a órgãos como Receita Federal, Centralização dos Serviços dos Bancos S/A (SERASA), Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), entre outros, se havia alguma pendência em nome dos proprietários da área ou dos beneficiários. Na maioria das vezes, o problema era com algum beneficiário. Assim, quando o contrato era individual eram concedidos 30 dias para o beneficiário regularizar sua situação, caso esse prazo fosse excedido, ele era substituído por outro. Porém, no caso do financiamento coletivo, a proposta volta para o sindicato, pois não pode haver substituições, sendo que, enquanto a situação do beneficiário não for resolvida, o processo fica pendente. Desta forma, enquanto os contratos individuais passavam por todo o trâmite em aproximadamente 90 dias, os coletivos demoram em média um ano.

Quadro 02 - Tramitação do Programa Banco da Terra nos Municípios de Londrina e Tamarana



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamarana
Organizado por Sérgio Aparecido Nabarro

Quadro 03 - Tramitação do Programa Banco da Terra



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário
Organizado por Sérgio Aparecido Nabarro

O que se verifica é que os agentes centrais do processo não eram os camponeses, mas sim o Sindicato e o proprietário que estava interessado na venda de suas terras. Isso mostra o uso político do programa Banco da Terra nos municípios de Londrina e Tamarana, demonstrando que o interesse prevalecente não era o dos camponeses.

Na análise de Alentejano (2000, p. 97), a venda de terras por meio do Banco da Terra se tornou atraente frente ao contexto econômico do final da década de 1990 e início dos anos 2000, em que a terra perdeu significado como ativo financeiro e não há mais oferta de crédito farto e barato para o setor do agronegócio, interessa a alguns grupos se desfazer de suas terras outrora adquiridas, nem sempre de modo muito claro. Esses grupos, aos quais antes interessava oferecer as terras ao INCRA para que fossem desapropriadas, agora não mais têm interesse nisto, uma vez que as possibilidades de utilização dos Títulos da Dívida Ativa no processo de privatização encontram-se hoje praticamente esgotadas. Assim, o Banco da Terra aparece como interessante alternativa de realização imediata da renda fundiária.

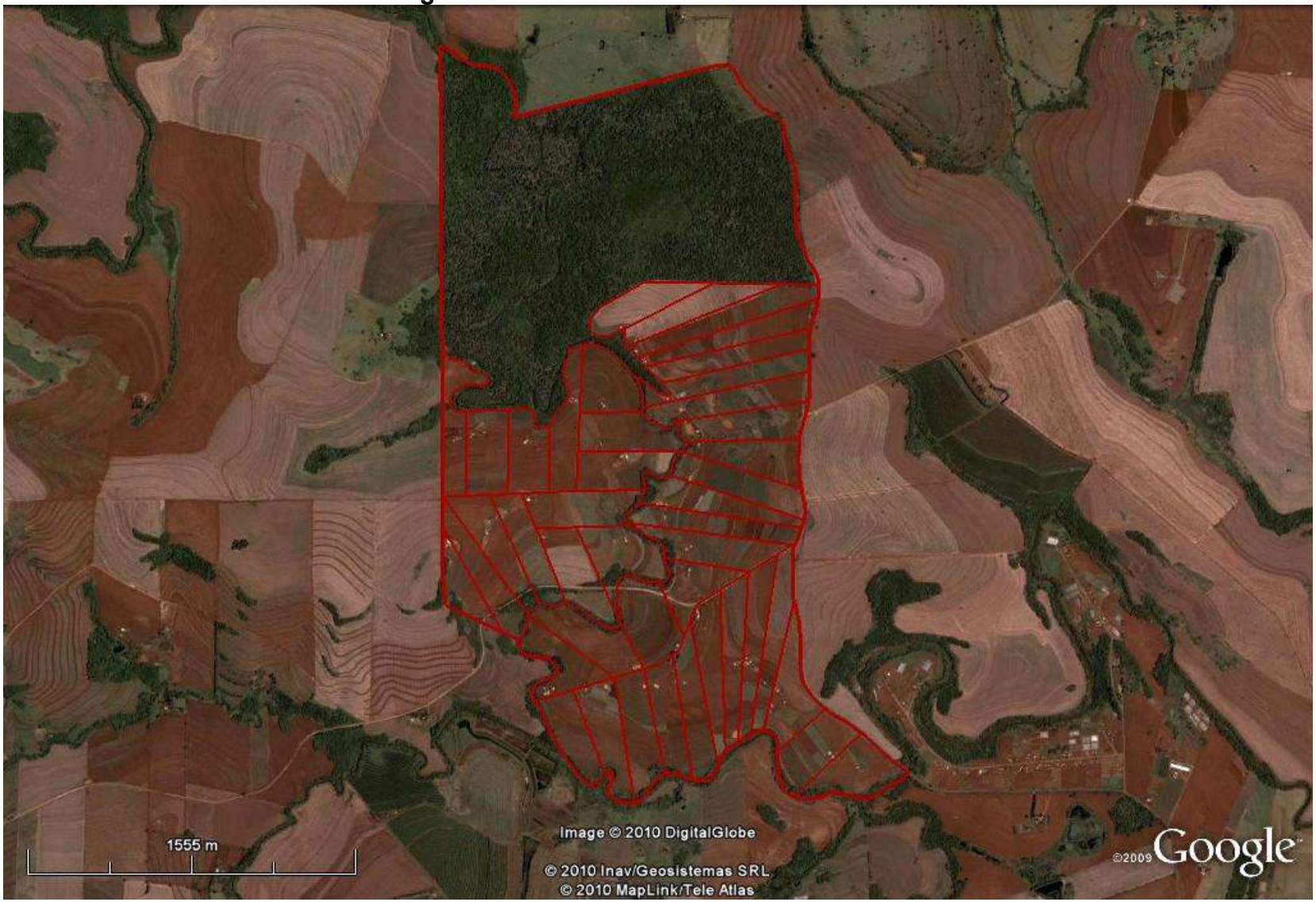
A seguir iremos apresentar individualmente cada um dos quatro assentamentos rurais, criados por meio da reforma agrária de mercado, estudados nesta pesquisa. É preciso ressaltar que os quatro foram criados por meio do programa Banco da Terra e que apenas na formação de um deles (Rei do Alface) não houve o envolvimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamarana.

3.1.1 – Assentamento Fazenda Akolá

A inscrição das primeiras famílias junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamarana ocorreu no início do ano 2000, bem como a área que seria adquirida. Entretanto, os procedimentos legais para o financiamento da terra e demarcação dos lotes foi um processo que demorou cerca de um ano. Desta maneira, as famílias foram para os lotes em abril de 2001.

O assentamento Fazenda Akolá está localizado no distrito de Guaravera, município de Londrina, possui uma área total de 460 hectares, sendo 42 lotes de 7,3 hectares, uma reserva florestal coletiva 152 hectares, mais um área de aproximadamente 3 hectares destinada à associação, onde acontecem as reuniões e alguns momentos de lazer (imagem 01).

Imagem 01 – Planta do Assentamento Fazenda Akolá



Fonte: Programa Google Earth. Acessado por Sérgio Aparecido Nabarro, em: 05/05/2010.

Analisando a imagem 01, o que se percebe é que o assentamento Fazenda Akolá está localizado em meio a grandes propriedades rurais caracterizadas pela produção de soja (verão) e trigo (inverno). Portanto, representa um território de resistência camponesa frente à expansão do agronegócio.

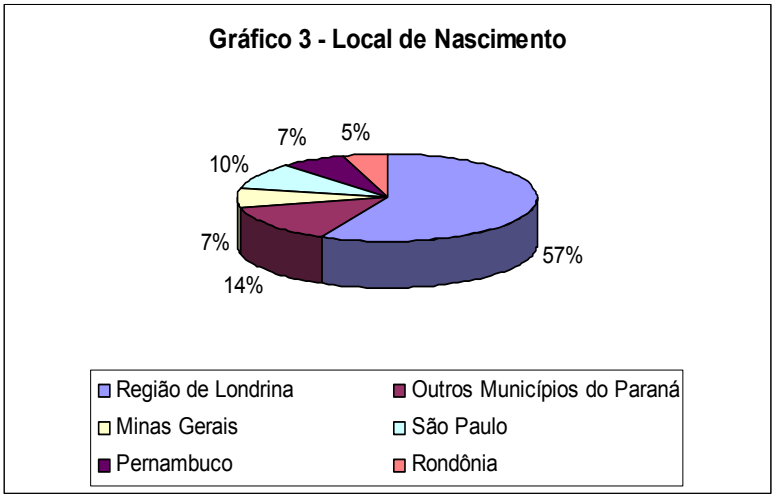
É interessante notar que a imagem foi registrada pelo satélite na chamada "época de troca de plantio", é o período, após a colheita, em que as terras são preparadas para receber as sementes do novo cultivo, ou no caso da maioria dos lotes, da mesma cultura. É possível visualizar que as áreas de reserva florestal das propriedades no entorno do assentamentos são pequenas e espaçadas. A maior área florestal é a reserva do assentamento, o que constitui um refúgio para a fauna e flora local. Um ponto importante é a estrada pavimentada localizada a leste do assentamento. A presença desta estrada, que liga a distrito de Guaravera a área Sul da cidade de Londrina um importante dos mais mercados consumidores da cidade, é um facilitador para o escoamento da produção o que acaba barateando o frete e aumentando a renda das famílias.

Contrariando o objetivo maior da implantação da reforma agrária de mercado, tanto na escala nacional, quanto na regional, as famílias que aderiram ao Banco da Terra não possuíam nenhum tipo de vínculo com o MST. Esse fato revela que não houve um enfraquecimento do movimento, de imediato, e que os acampamentos continuaram a existir e as ações de ocupação também se mantiveram nos municípios de Londrina e Tamarana.

Quando afirmamos que a implantação dos programas de reforma agrária de mercado não atingiram seu principal objetivo (desmobilizar os movimentos sociais de luta pela terra, sobretudo o MST, assim fragmentando e por conseqüência enfraquecendo a luta pela terra), falamos a curto prazo pois, a tentativa de cessar os conflitos sociais no campo não se concretizou, pelo contrário, o MST intensificou sua atuação em todo o país numa clara resposta a implantação do "Novo Mundo Rural". Entretanto, pensando a médio e longo prazo, uma análise mais cuidadosa revela que de certa maneira a implementação da reforma agrária de mercado no Brasil acabou por retirar futuros agricultores sem terra que teriam poderiam futuramente integrar os movimentos de luta pela terra.

Os chamados "beneficiários" que foram assentados na Fazenda Akolá eram trabalhadores rurais de Londrina ou de Tamarana, que em sua maioria nasceram nos próprios municípios (gráfico 3). Aqueles originários de outros estados brasileiros

já residiam em Londrina ou Tamarana há pelo menos 10 anos. As atividades exercidas por estes sujeitos antes da formação do assentamento eram variadas, no entanto, em sua grande maioria as famílias tinham na agricultura sua principal forma de sustento (60%), sendo a parceria a relação de trabalho predominante. Alguns eram trabalhadores urbanos (12%), assalariados (como caminhoneiros), ou assalariados rurais (21%), e outros estavam desempregados (7%).



Fonte: EMATER e Pesquisa de campo (2009 / 2010)

O local de nascimento é de suma importância, pois é nele que se iniciam as histórias de vida dos assentados. Histórias diversas, mas que se unem quando são relacionadas ao trabalho na terra. Entre essas histórias, está a do Sr. João Lima de Oliveira (foto 13) e sua esposa. Pernambucanos que, fugindo da seca, vieram residir no município de Tamarana a aproximadamente 22 anos. Sofreram muito preconceito por falarem com sotaque nordestino, tiveram quatro filhos, foram empregados em fazendas, entre outras profissões, inclusive na cidade, mas com a criação do assentamento Fazenda Akolá voltaram a zona rural e hoje vivem da agricultura.

> A dívida com o banco me deixa pensando muito, sabe. Mas, pra quem veio do Nordeste num caminhão, que eu acho que era pior que o pau-de-arara (risos), sem nada no bolso, hoje tenho minha terra. É isso que eu sei fazer e que eu gosto, sabe. Não estou rico, mas dá pra garantir o pão. (entrevista realiza por Sérgio Aparecido Nabarro, em: 21/07/2010).

Foto 13 – Sr. João Lima de Oliveira. Assentamento Fazenda Akolá, lote 03.
Foto: Sérgio Aparecido Nabarro. Julho/2010

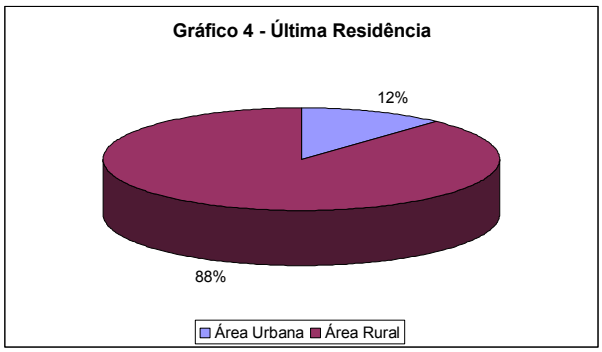
No Assentamento Fazenda Akolá, são ao menos 42 histórias, que se divergem no que se refere aos locais de moradia e profissões exercidas ao longo da vida, mas que se cruzaram no momento em que viram a possibilidade de ser dono de sua própria terra para poder controlar seu espaço e seu tempo.

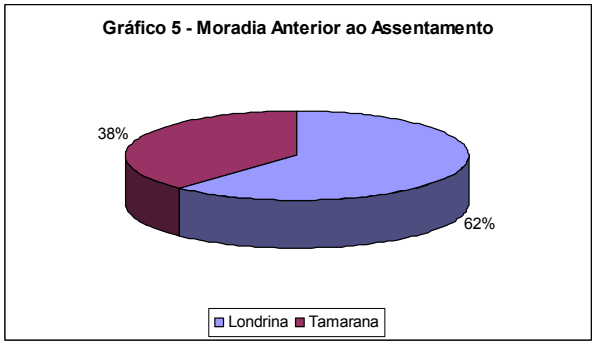
> Olha professor, o que eu já trabalhei nessa vida não foi pouco não, eu acho que nem eu sei falar. Foi muita coisa, em muitos lugares. Mas, eu acho que a vida de quase todo mundo é assim. Hoje está muito melhor. Eu só queria que meu filho terminasse de estudar para não acontecer com ele o que a vida fez comigo. Tem muita gente desistindo do campo. A vida aqui não é fácil não, mas eu gostaria que ele tocasse o lote quando eu não puder mais porque acho que ele tendo estudo vai ficar mais fácil para ele as coisas. Ele pode fazer curso para melhorar o que a gente faz aqui. (entrevista com Sr. Sérgio Donizete, realiza por Sérgio Aparecido Nabarro, em: 21/07/2010).

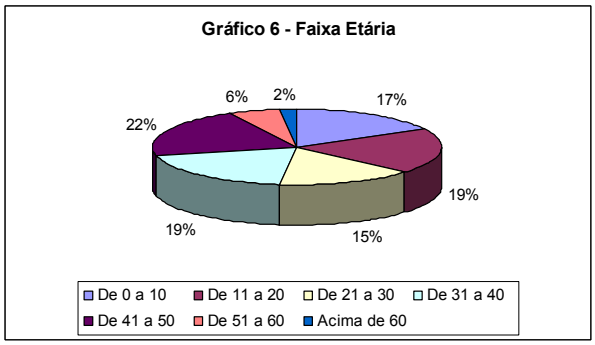
Embora, o estado onde nasceram seja variado, o último local de moradia dos agricultores atualmente assentados na Fazenda Akolá era, predominantemente a área rural (gráfico 4) dos municípios de Londrina e Tamarana (gráfico 5).

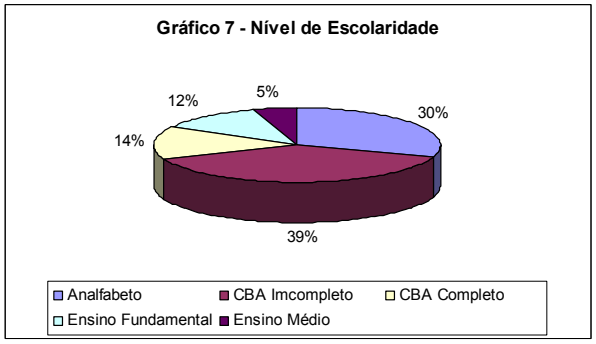
Durante a pesquisa de campo, pode ser observado que a população do assentamento Fazenda Akolá é composta por pessoas jovens (gráfico 6), em que, dos 210 habitantes, 91 são do sexo masculino e 119 do sexo feminino. O nível de escolaridade é considerado baixo (gráfico 7), entretanto o nível de analfabetismo

também é baixo e está relacionado aos idosos. Verificamos ainda que as crianças acima de 7 anos freqüentam a escola.









Fonte: EMATER e Pesquisa de campo (2009 / 2010)

Mesmo com todas as dificuldades com transporte, material didático, entre outros gastos, o que se percebe é que a maioria dos agricultores entrevistados têm a consciência da importância da educação para o futuro dos filhos e o quanto ela é transformadora.

3.1.2 – Assentamento Rei do Alface

O assentamento Rei do Alface é o único, localizado na área de estudo, criado por meio da reforma agrária de mercado, em que não houve a intermediação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamarana. A inscrição e a negociação foi realizada diretamente com o Banco do Brasil. A inscrição para a aquisição da terra ocorreu no início do ano 2000, no entanto, a instalação das famílias se deu apenas em abril de 2001.

O assentamento Rei do Alface possui pouco mais de 27 hectares de área total, 6 lotes de 4 hectares e uma reserva florestal de aproximadamente 3 hectares (imagem 02). Por meio da observação da imagem 02, verifica-se que o

assentamento está localizado em meio a grandes propriedades rurais, que cultivam soja e trigo. Outra observação importante é o fato do assentamento estar localizado a poucos metros de uma importante rodovia (PR 545), uma das principais ligações de importantes municípios da região Norte do Paraná com Londrina.

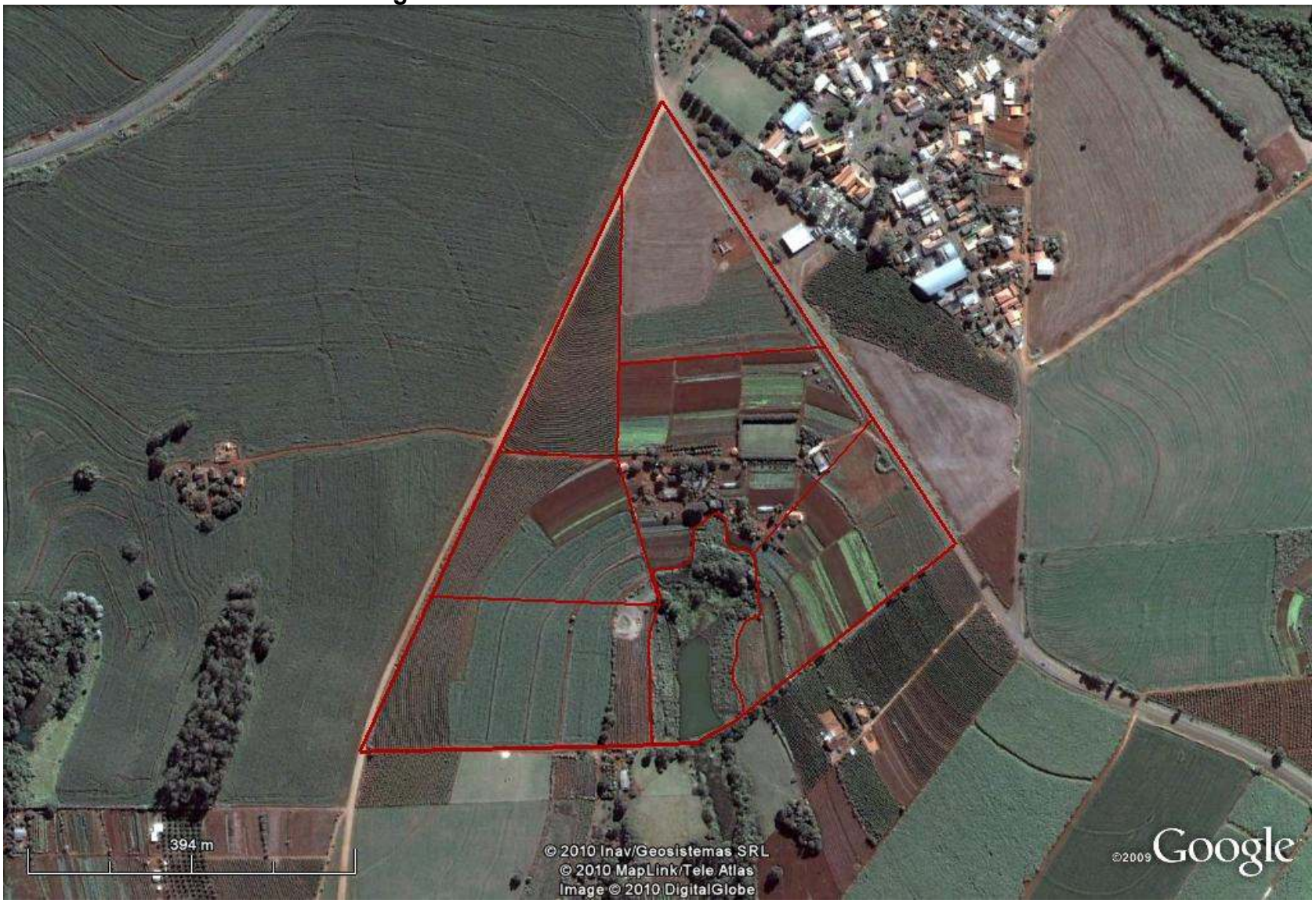
A localização privilegiada, a poucos metros do distrito da Warta (aglomeração urbana a Nordeste da imagem) e a 3 km da área urbana de Londrina, a excelente qualidade do solo e, a facilidade do transporte da produção fizeram do assentamento Rei do Alface o mais próspero de todos os estudados, no que diz respeito às condições de reprodução social e material das famílias que estão no assentamento desde a sua formação (foto 14).

Foto 14 – Assentamento Rei do Alface. Moradia localizada no lote 1.
Foto: Sérgio Aparecido Nabarro. Julho/2010

Diferentemente do assentamento Fazenda Akolá, os camponeses do Rei do Alface formam um grupo mais homogêneo. O grupo possui grau de parentesco entre si. Além disso, o contrato de financiamento da terra foi feito individualmente, ou seja, não há o "aval solidário"[30]. Tudo isso soma-se ao fato de que alguns assentados conheciam as potencialidades da propriedade pois eram arrendatários nesta mesma área.

[30] O aval solidário é uma estratégia de crédito adotada por instituições financeiras como uma espécie de condição/garantia para empréstimos coletivos, ou seja, "uma família se torna avalista da outra". Isso faz com que o valor da parcela referente ao empréstimo seja dividido entre todas as famílias. Se uma família não puder dispor de dinheiro para quitar a sua parte a instituição financeira não recebe o pagamento da parcela e todas as famílias restantes ou ficam inadimplentes ou tem de quitar a dívida daquele que não conseguiu pagar sua parte.

Imagem 02 – Planta do Assentamento Rei do Alface

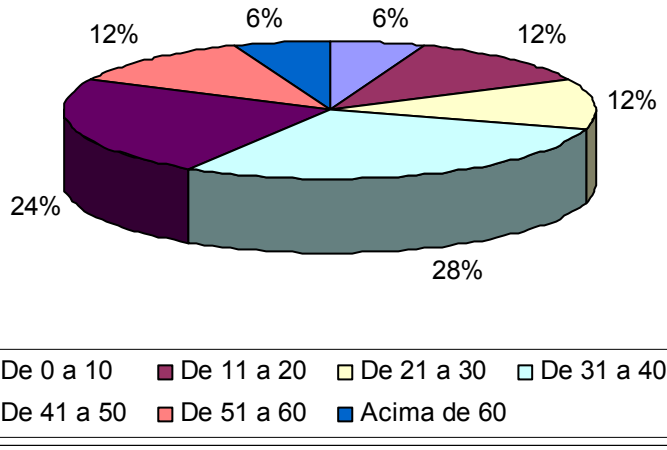


Fonte: Programa Google Earth. Acessado por Sérgio Aparecido Nabarro, em: 05/05/2010.

Os mutuários que foram assentados no Rei do Alface eram proprietários de pequenas porções de terras em Londrina, nascidos no interior do estado do Paraná, no entanto, já residiam em Londrina há mais de 20 anos. Quando foram assentados, além de conhecer e ter podido escolher uma área com boa infra-estrutura, as famílias ao invés de aderir ao Pronaf, ou a outras linhas de empréstimos, optaram por vender suas terras e investir o dinheiro nos lotes do assentamento. Isso fez com que eles tivessem o endividamento apenas com a aquisição da terra e logo de início já possuir trator e todos os equipamentos necessários para o trabalho.

Durante a pesquisa de campo, observamos que a população do assentamento Rei do Alface é composta por pessoas jovens (gráfico 8). A composição familiar quase que na totalidade do assentamento é de 4 pessoas por família (pai, mãe e dois filhos em média). O nível de escolaridade é considerado alto em se tratando de uma população assentada, ou seja, 70% das pessoas concluíram o Ensino Médio, e todas as crianças frequentam a escola, localizada muito próxima ao assentamento (cerca de 100 metros).

Gráfico 8 - Faixa Etária



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Foram vários os fatores que fizeram com que o assentamento Rei do Alface se tornasse próspero, iremos tratar mais detalhadamente adiante, no entanto, logo no processo de formação do grupo e na aquisição da terra é possível notar grandes diferenças em relação aos demais assentamentos aqui estudados. O fato das famílias terem autonomia na escolha da terra (o que é regra pelas normas gerais

dos programas de reforma agrária de mercado) já representou um grande avanço, tendo em vista que os assentamentos formados com o intermédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamarana não tiveram essa autonomia. Além disso, a infra-estrutura já existente na área adquirida também proporcionou uma economia nos investimentos iniciais para estruturação dos lotes. Ainda soma-se ao fato de que os mutuários eram minifundistas que resolveram vender suas antigas terras para estruturar o novo lote. Esse último fato revela que o "público" primordial dos programas de reforma agrária de mercado, ou seja, trabalhadores rurais sem terra não representam a totalidade das famílias atendidas por estes programas.

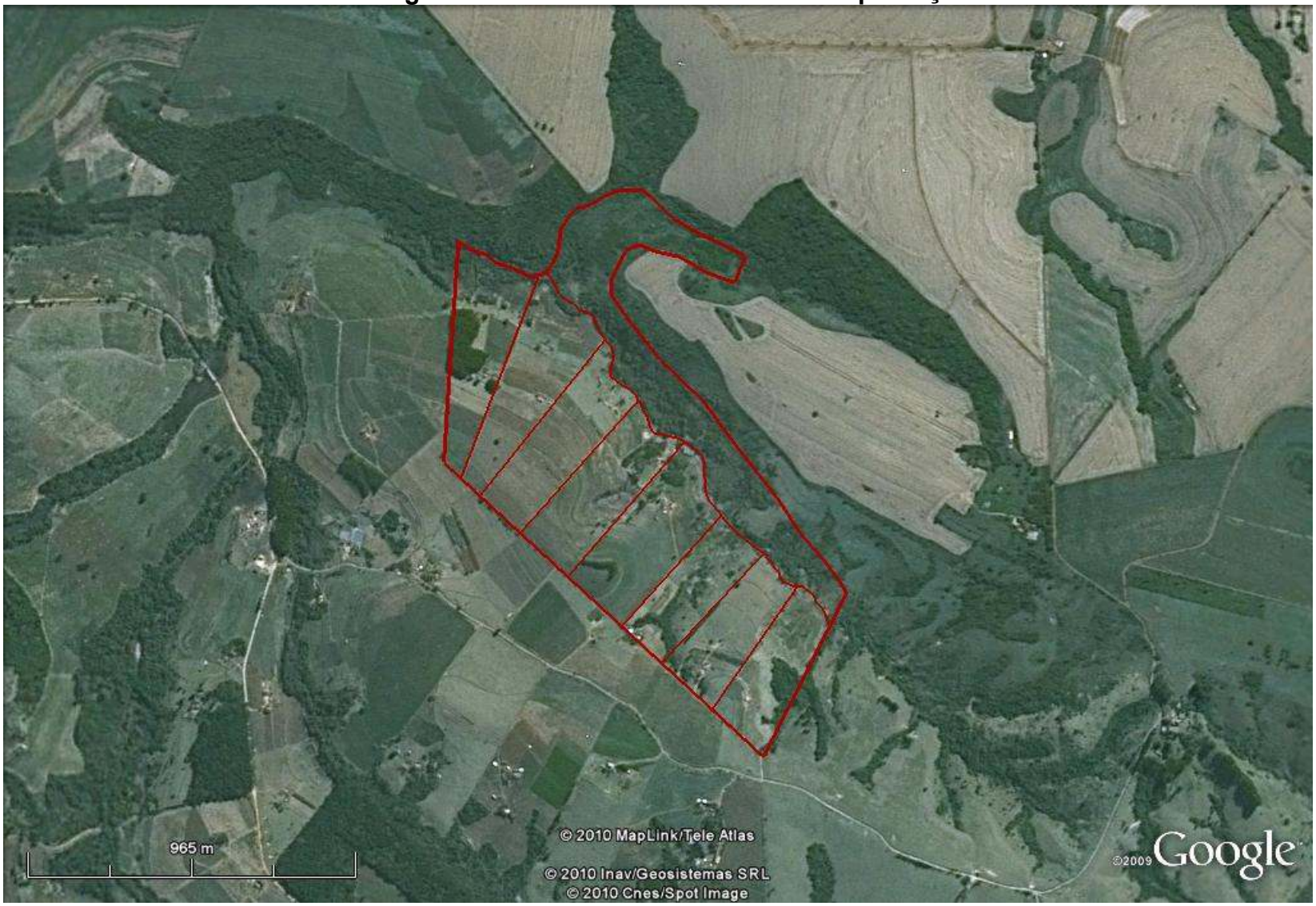
3.1.3 – Assentamento Esperança

O assentamento Esperança está localizado no município de Tamarana e, assim como o Rei do Alface, é considerado de pequeno porte, possuindo apenas 8 famílias. O grupo formado no ano 2000 para aderir ao programa Banco da Terra, assim como no caso do Rei do Alface, também era formado por famílias com determinado grau de parentesco (pai, filho, genro, primos).

A área adquirida para a criação do assentamento Esperança não foi, conforme prega as normativas dos programas de reforma agrária de mercado, escolhida pelas famílias, mas sim oferecida pelo antigo proprietário ao Banco do Brasil que a indicou, apoiado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamarana, às famílias interessadas em aderir ao Banco da Terra, o que já de inicio revela a falta de autonomia dos camponeses envolvidos nestes programas de aquisição de terra, o que não confirma a premissa do "Novo Mundo Rural" sobre a promoção de maior autonomia para os camponeses.

Mesmo formado em 2000, foi apenas em abril de 2001 que a compra da terra e a divisão da propriedade foi registrada no cartório e no Banco do Brasil, ou seja, as famílias se instalaram cada uma em seu lote apenas no mês de maio de 2001, numa propriedade de 82 hectares conformando o assentamento Esperança da seguinte forma: oito lotes de 8,4 hectares e uma reserva florestal de 14,8 hectares. Como o número de famílias é reduzido, o contrato de financiamento foi individualizado, portanto não há uma área destinada à instalação da associação (imagem 03).

Imagem 03 – Planta do Assentamento Esperança

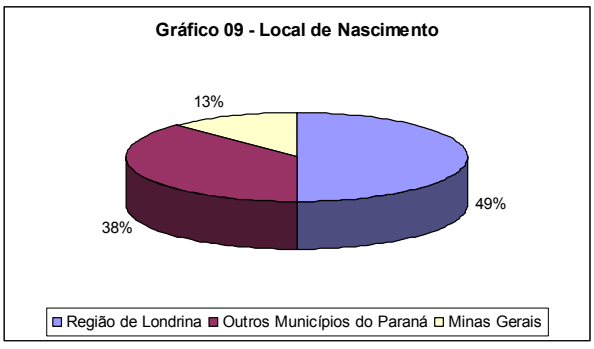


Fonte: Programa Google Earth. Acessado por Sérgio Aparecido Nabarro, em: 05/05/2010.

A imagem 03 é reveladora do contraste ainda existente na estrutura fundiária do município de Tamarana. Note que a Nordeste da imagem há o predomínio de uma grande fazenda (uma das muitas ainda existentes no município) produtora de soja e trigo, já no sentido Sudoeste predomina pequenos cultivos. Esta área de pequenos cultivos faz parte de outro assentamento rural, chamado Serraria[31].

De acordo com os próprios assentados, desde de o ano de 1991, quando o assentamento Serraria foi implantado ao lado de sua propriedade, o antigo dono da fazenda onde hoje está localizado o assentamento Esperança tinha a intenção de vender suas terras, tendo em vista sua desvalorização em virtude de estarem localizadas muito próximas a um assentamento rural. Ocorre que em virtude do assentamento Serraria abrigar reuniões periódicas dos militantes do MST não haviam compradores interessados na área. Apenas quando surge o programa Banco da Terra é que ele conseguiu vendê-las, a preço de mercado, por intermédio do Banco do Brasil e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamarana, para os mutuários que hoje constituem o assentamento Esperança.

As famílias residentes no assentamento Esperança eram formadas por trabalhadores rurais do município de Tamarana, em sua maioria nascidos em Londrina, Tamarana ou em municípios paranaenses (gráfico 09). Aqueles originários de outros estados brasileiros já residiam em Tamarana há pelo menos 10 anos, sendo em sua maioria agricultores (62%). Portanto, o local de residência de todas as famílias era a área rural.



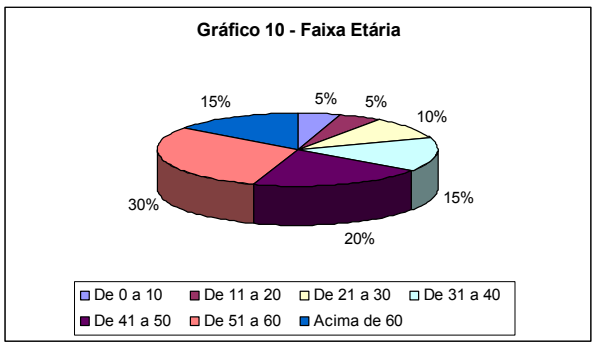
Fonte: Pesquisa de campo (2009 / 2010)

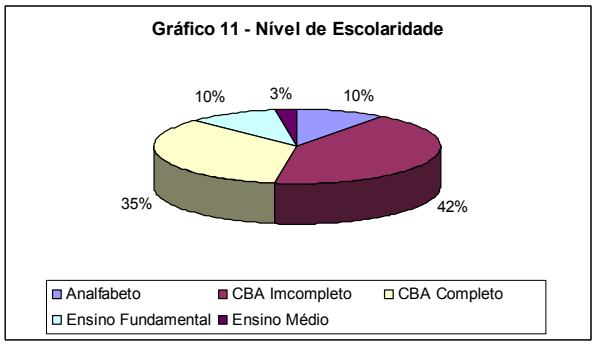
Em geral, e contrariamente ao que se verificou nos demais assentamentos, a população predominante do Esperança é representada por pessoas de meia idade (gráfico 10). O nível de escolaridade é considerado baixo (gráfico 11).

[31] Atualmente, enfrente a entrada principal do Assentamento Serraria há um acampamento com cerca de 200 famílias aguardando serem assentadas no município de Tamarana, ou de Londrina.

Durante o trabalho de campo ouvimos muitas histórias de vida e de luta, com destaque para a do Sr. Lucimar Luiz, 52 anos, nascido no município de Palotina-PR, que em busca de terra para plantar e para viver saiu do estado do Paraná indo morar em Sinop-MT, seduzido pela falsa promessa de terras férteis e baratas, ainda na década de 1970 quando no auge da crise do café milhares de paranaenses migraram para a região Norte do Brasil. Depois de duas décadas residindo no estado do Mato Grosso migrou para a Bolívia com a promessa de muito trabalho, pois trabalhava como tratorista em fazendas de Sinop, e terra barata. Em 2004 foi expulso da Bolívia, em uma das ondas de expulsão de brasileiros que possuíam terras no país, indo trabalhar como tratorista em uma fazenda localizada no município de Tamarana. Foi neste momento que teve conhecimento de uma família, que residia desde a formação do assentamento Esperança, queria abandonar o lote.

> A gente faz de tudo para sobreviver, ainda mais eu que tinha acabado de casar e queria fazer minha vida. (...). Meus dois filhos nasceram no Mato Grosso. (...) Tive muitos amigos lá, ainda mais aqueles que trabalhavam comigo. Uns eram do Paraná, mas a maioria era gaúcho mesmo. (...). Acho que o problema maior foi na Bolívia, era uma região que tudo era mais difícil, tudo muito longe. Mas, graças a Deus hoje está bem melhor. Hoje eu tenho minha terra e trabalho como tratorista para os vizinhos. (...). Consigo ganhar um pouco mais trabalhando pra fora. (...) Quando estou trabalhando pra fora, é minha mulher e meus filhos que tocam o lote. (Entrevista com o Sr. Lucimar Luiz, realizada por Sérgio Aparecido Nabarro, em: 17/08/2010).





Fonte: EMATER e Pesquisa de campo (2009 / 2010)

Na composição familiar, o que chama a atenção é que as famílias não são numerosas, e em alguns lotes são compostas predominantemente por mulheres. Há um lote onde residem apenas mulheres (avó que é viúva, duas filhas divorciadas e uma neta). Esse fato não interfere diretamente no trabalho ou nos ganhos obtidos,

mas representa um situação incomum em lotes de assentamentos[32]. Segundo Klass Woortmann e Ellen Woortmann (2002, p. 1) nas últimas décadas as famílias chamadas “monoparentais”, ou seja, apenas com a presença da mãe ou do pai, tem crescido no Brasil, uma das conseqüências desse fenômeno é o crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres. Essa situação é mais comum em áreas urbanas, em virtude da menor dependência da mulher em relação ao homem, reflexo de sua inserção no mercado de trabalho, no entanto esse fenômeno também é verificado em áreas rurais.

De acordo com o nossa pesquisa de campo, o perfil das mulheres chefes de família na área pesquisada é caracterizado pela viuvez e pela baixa escolaridade.

Em campo, verificamos ainda que há mulheres chefe de família, mesmo em casos onde não há monoparentalidade, ou seja, mulheres chefes de família com a presença do marido. Esse fato está relacionado ao desenvolvimento alguma atividade de processamento da produção para agregar valor na mercadoria. Isso é observado, por exemplo, em lotes onde há a atividade de pecuária leiteira onde o leite é processado e transformado em queijo branco, requeijão etc, ou ainda quando os camponeses fornecem diretamente suas mercadorias para redes de supermercados. Algumas redes exigem os produtos (normalmente verduras e legumes) já fatiados, triturados ou ralados. Esse tipo de trabalho desenvolvido predominantemente por mulheres é caracterizado por alguns autores[33] como “trabalho de fora”. Na definição de Biase (2007, p. 47-48)

> Os *espaços de fora* podem ser aqueles mais distantes da casa (o pasto), os que inviabilizam o retorno diário ao lar (o sertão); assim como podem ser espaços próximos cujo produto do trabalho não possui relação direta com o funcionamento da casa (área de plantas medicinais destinadas à venda para a produção de cosméticos). Os *espaços de dentro* podem ser aqueles mais próximos a casa (criação de pequeno porte, horta, quintal), os que fornecem os mantimentos à família (roça branca), ou que cumprem uma função social, coletiva e/ou de caráter educacional (igreja, escola). Portanto, *dentro* e *fora* são termos usados para caracterizar não apenas uma localização geográfica, mas as relações pessoais e com os recursos naturais. Os *espaços de dentro* são espaços domésticos, importantes para o consumo interno (tanto da família como da comunidade) e a reprodução da comunidade segundo aspectos sócio-culturais. Os *espaços de fora* oferecem relação com o desconhecido, têm características que o distanciam socialmente das relações familiares ou do núcleo comunitário ou, ainda, são fornecedores de produtos para um mercado externo às relações comunitárias. (grifos da autora)

[32] Mais adiante trataremos mais detalhadamente das especificidades presentes nos assentamentos estudados, sobretudo das relações de trabalho e da sujeição da renda da terra ao capital.
[33] Ver HEREDIA (1979), WOORTMANN (1997) e BIASE (2007).

Se antes a mulher desempenhava o *trabalho de dentro* e o homem o *trabalho de fora*, a necessidade do beneficiamento e processamento da produção fez a mulher do campo também responder pelo trabalho de fora. No entanto, o que se verificou em campo, nos lotes em que o chefe da família é um homem, é que para a maioria dos homens entrevistados, a mulher não desenvolve o trabalho como eles, mas apenas os ajudam.

Acreditamos que tal fato ocorre em virtude da associação do termo trabalho estar relacionado ao "trabalho pesado", mais comum aos homens. Para definir o trabalho doméstico das mulheres (cuidar dos filhos, limpar a casa, lavar roupa etc) o termo utilizado pelos homens entrevistados é "serviço de casa". Já em relação ao trabalho de processamento da produção para agregar valor nas mercadoria e aumentar a renda da família, o termo utilizado é "ajuda".

> Eu trabalho na roça, minha mulher faz os serviços de casa e também me ajuda, meus filhos estudam de manhã na cidade e depois trabalham na roça a tarde (entrevista com Sr. Anderson, realizada por Sérgio Aparecido Nabarro, em: 23/07/2010).

Já para as mulheres, todas as atividades que desempenham é trabalho.

> Eu trabalho, e trabalho muito, não é fácil cuidar de filho, marido, casa, quintal, de tudo, e ainda picar e embalar as frutas. Eu chego na roça depois dele [o marido] e vou embora antes, mas é porque fora trabalhar com ele na roça, eu faço as coisas de casa. (entrevista com Dona Maria Dalastra, realizada por Sérgio Aparecido Nabarro, em: 23/07/2010).

Verificamos que em alguns lotes o homem é uma espécie de chefe simbólico, reflexo de uma dominação masculina por convenção social[34], porque na realidade é a mulher quem está a frente da propriedade. Portanto, afirmar que o trabalho feminino é mais "leve" que o do homem provoca um processo de desvalorização da função social da mulher pois, em alguns relatos, ficou claro que, caso o homem esteja impossibilitado de trabalhar, é a mulher quem faz o seu trabalho, o chamado "trabalho pesado" e ainda cuida de seus afazeres. No entanto quando há impossibilidade de trabalho por parte da mulher, o homem geralmente não realiza as atividades femininas, a não ser as essenciais, como cozinhar por exemplo.

[34] Segundo Bourdieu (2010, p. 138), "a unidade doméstica é um dos lugares em que a dominação masculina se manifesta de maneira mais indiscutível (...), o princípio de perpetuação das relações materiais e simbólicas que aí se exercem se coloca essencialmente fora desta unidade, em instâncias como a Igreja, a Escola, ou o Estado em que suas ações propriamente políticas, declaradas ou escondidas, oficiais ou oficiosas (basta, para nos convencermos disto, observar, na realidade imediata, as reações e as resistências ao projeto de contrato de união social).

3.1.4 – Assentamento Renascer I

O assentamento Renascer foi originário da fragmentação do maior grupo de famílias interessadas na aquisição da terra, via programas de reforma agrária de mercado do município de Tamarana. O grupo inicial possuía 59 famílias inscritas e foi formado em 2001. O assentamento de várias famílias, via Banco da Terra, no início de 2001, no município fez com que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamarana fosse muito procurado, tanto por famílias interessadas na aquisição de terras via reforma agrária de mercado, quanto de proprietários dos municípios de Londrina e Tamarana interessados em vender suas terras, haja vista que o pagamento era a vista e o preço do hectare pago pelo Banco da Terra estava 10% acima do valor de mercado.

Em decorrência da grande procura e das áreas previamente escolhidas pelo Sindicato para a criação dos assentamentos, o grupo Renascer foi separado em três partes (Renascer I, II e III). O grupo Renascer I ficou com 24 famílias, o Renascer II com 18 famílias e o Renascer III com 17 famílias[35]. A inscrição das famílias e a escolha da área ocorreram ainda no ano de 2001, mas a liberação do financiamento e o assentamento das famílias aconteceu apenas em fevereiro de 2002. Logo no início já apareceu o primeiro grande problema. Por conta da legislação ambiental, a área adquirida comportava apenas 22 famílias, e não as 24 pertencentes ao grupo, porque a área destinada à reserva florestal era menor que a exigida, por este motivo dois lotes tiveram de ser convertidos em reserva florestal. Com isso, duas famílias que estavam há quase um ano esperando ser assentadas tiveram de desistir. No entanto, o problema maior é que estas constavam em todos os documentos e contratos de financiamento enviados ao Banco do Brasil e até mesmo na escritura coletiva de aquisição da terra, ou seja, duas famílias assumiram a dívida de quase R$ 30.000,00 cada uma, mas de um lote que não existia. Como se trata de um contrato coletivo as 22 famílias assentadas assumiram o pagamento desses dois lotes. Portanto, o assentamento Renascer I, localizado no município de Tamarana, numa área total de 100,8 hectares, está conformado espacialmente em 22 lotes de 3,84 hectares cada e 16,32 hectares de reserva florestal (imagem 04).

[35] Nesta pesquisa restringimo-nos apenas ao Grupo Renascer I. Sobre os Grupos Renascer II e III ver NABARRO (2007b).

Imagem 04 – Planta do Assentamento Renascer I

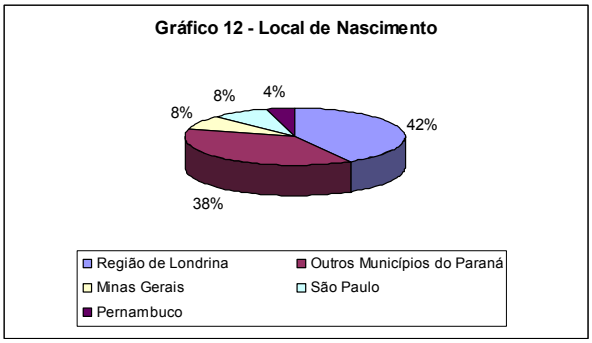
Fonte: Programa Google Earth. Acessado por Sérgio Aparecido Nabarro, em: 05/05/2010.

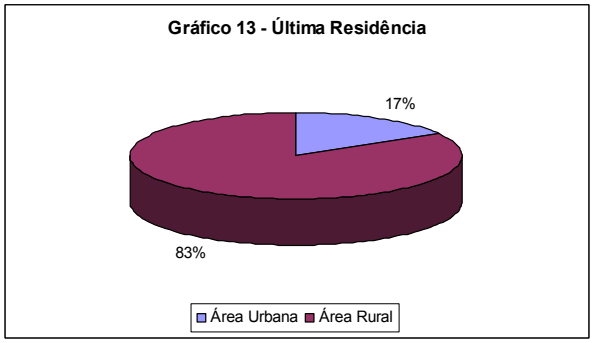
A imagem 04 revela o problema em relação à área destinada à reserva legal. Percebe-se que o local onde ela deveria estar conservada foi desmatada, inclusive restando pouco até da mata ciliar. Já a área onde a mata foi conservada deveria abrigar os campos de cultivo. Essa área acabou por inviabilizar ao menos 4 lotes do assentamento, enquanto que na área onde deveria estar a reserva legal os cursos d'água estão assoreados, dificultando a captação de água para a irrigação da lavoura.

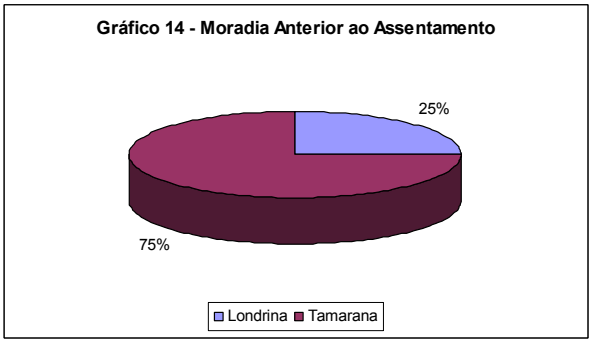
Outro problema ambiental é a grande presença de cobras nas imediações do assentamento Renascer I. As poucas áreas de mata localizadas nas imediações do assentamento estão fragmentadas, ou seja, são pequenas áreas, na maioria das vezes distantes umas das outras, que inviabilizam a manutenção da fauna. Portanto, sem espaço e sem espaço as cobras vão para as áreas dos lotes é possível encontrar alimento e local para se reproduzir. De acordo com depoimentos colhidos, os locais mais comuns de se encontrar cobras são, a cozinha das casas, ou o paiol.

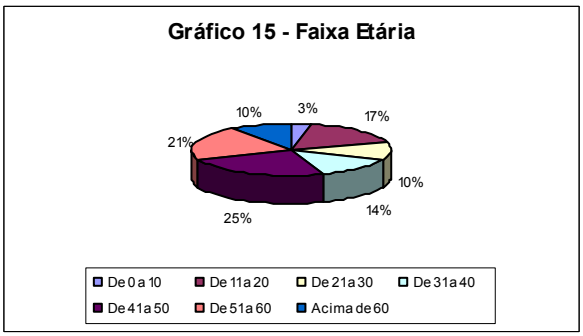
> Aqui é difícil achar um cara que não foi picado ainda, até criança já foi (...). O problema é que daqui até o hospital de Tamarana são seis quilômetros (...). Até a ambulância chegar para levar para lá, a perna já está o dobro do tamanho. Já pedimos para vim ver, mas até agora ninguém da prefeitura deu resposta. (entrevista com Sr. José Luiz, realizada por Sérgio Aparecido Nabarro, em: 18/07/2010).

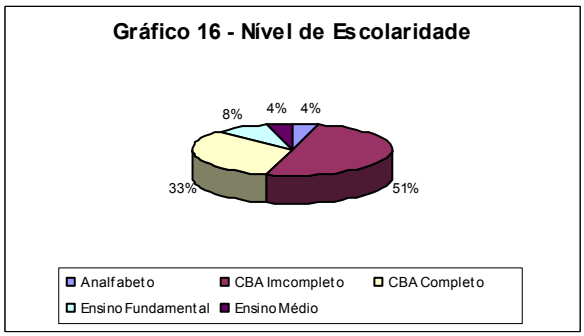
Os mutuários que foram assentados no Renascer I eram todos trabalhadores residentes em Londrina ou Tamarana, em sua maioria nascidos nestes mesmos municípios (gráfico 12). Aqueles originários de outros estados brasileiros já residiam em Londrina ou Tamarana há pelo menos 10 anos. As atividades exercidas por estes sujeitos antes da formação do assentamento eram variadas, no entanto, a grande maioria (84%), eram agricultores. O local de residência destes sujeitos era predominantemente a área rural (gráfico 13) dos municípios de Londrina e Tamarana (gráfico 14). Na pesquisa de campo, pode ser observado ainda que a população do assentamento é composta por pessoas jovens (gráfico 15). O nível de escolaridade é considerado baixo (gráfico 16), entretanto o nível de analfabetismo é baixo e está relacionado aos idosos.











Fonte: Pesquisa de Campo – 2009 / 2010.

No assentamento Renascer I, foram 22 histórias de vida que se encontraram e que se entrelaçam na busca da própria terra. Mesmo com todas as dificuldades, todos os entrevistados se consideraram satisfeitos em ter o seu pedaço de terra, mas muito preocupados com o pagamento dessa terra.

Pode ser observado durante as entrevistas que mesmo com o fato de a grande maioria das famílias terem se conhecido quando se mudaram para o assentamento, houve a chamada “ajuda mútua” e também os “mutirões” logo no inicio, seja para a limpeza do lote, para a construção da casa ou para o primeiro plantio. Cabe destacar que estas práticas ainda são realizadas quando necessárias.

> Quando foi para começar as construções das casas faltava até gente para ajudar porque em todos os lotes estavam sendo construídas as casas. Fazer as casas foi a primeira coisa que nós fizemos, que era para conseguir mudar para o lote e começar a mexer na terra. (...). Quando é para ajudar a gente ajuda. (entrevista com Dona Nilda Rodrigues, realizada por Sérgio Aparecido Nabarro, em: 16/07/2010).

O mutirão, a ajuda mútua, ou seja, ações pautadas na reciprocidade, fazem parte da “moral camponesa”, valores morais baseados na coletividade. Esses valores são distintos dos valores, pautados na dinâmica da sociedade capitalista, em que a individualidade se sobrepõe à coletividade. “A reciprocidade é o contrato social do camponês no interior do todo que é a comunidade” (WOORTMANN, 1990, p. 12).

3.2 – Viabilidade dos Assentamentos e a Sujeição da Renda Camponesa da Terra ao Capital

Os problemas estruturais da política de desenvolvimento rural do Banco Mundial refletiu diretamente na atuação dos programas de reforma agrária de mercado no que se refere à criação dos assentamentos. A nova política direcionada ao setor rural, lançada em março de 1999, pelo governo FHC, conhecida como “Novo Mundo Rural” e que teve continuidade no governo Lula, transferiu a responsabilidade da realização da reforma agrária para os estados e principalmente para os municípios. Isso significa dizer que coube às oligarquias locais a implantação e administração dos programas de reforma agrária de mercado.

Na área de estudo, verificamos claramente que a criação dos assentamentos não estava ligada a uma tentativa de desenvolvimento social. Pelo contrário, sempre esteve ligada aos interesses de pessoas que, direta ou indiretamente, se beneficiariam com a criação dos assentamentos.

Logo no início, os assentamentos apresentaram problemas graves, como, por exemplo, solos inapropriados para agricultura, dívidas impagáveis e estudos de viabilidade agrícola equivocados, elaborados pela EMATER.

Como já dissemos, durante a caracterização do assentamento Renascer I, duas famílias que assumiram o financiamento da terra não puderam ser assentadas pois, na elaboração do projeto de divisão dos lotes da propriedade, a legislação ambiental não foi estudada. Outro grave problema está relacionado ao assentamento Akolá. Além de não ter tido autonomia para escolher a terra que seria adquirida via Banco da Terra, os camponeses não tinham autonomia nem para a escolha dos cultivos nos lotes. Para a aprovação do financiamento da terra pelo Banco do Brasil, é necessário um laudo apontando o que seria cultivado nos lotes e

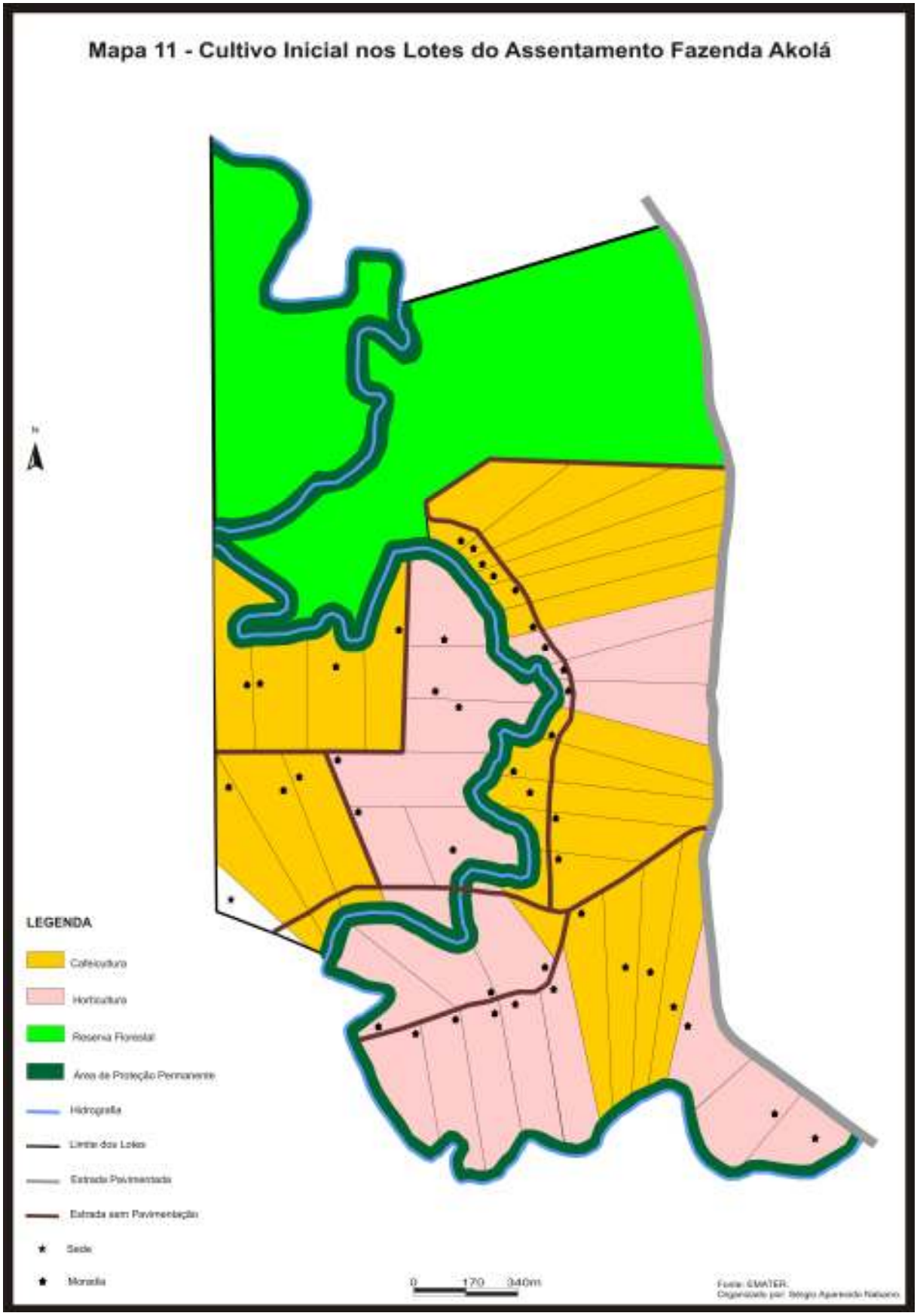
qual seria o ganho anual médio das famílias para a verificação da possibilidade de pagamento da terra. O problema é que a EMATER elaborou um laudo apontando que no assentamento Akolá a cultura cafeeira seria a mais rentável. No entanto, o laudo não previa a ocorrência das constantes geadas, muito comum no inverno da região Norte do Paraná, que afetam os cafezais e que historicamente inviabilizaram a cultura cafeeira. Como alguns camponeses já possuíam esse conhecimento, optaram por trabalhar inicialmente com a horticultura, mas a maioria resolveu cumprir as orientações dos laudos (mapa 11).

Quem optou pela cafeicultura perdeu todo o investimento em menos de dois anos, conforme depoimento de um assentado.

> Quando a geada levou todo o meu café, se não fosse o milho e a mandioca que eu tinha plantada perto da minha casa, eu não sei como eu ia fazer. Teve gente aqui que não tinha nada no lote a não ser café, daí tiveram que procurar serviço em outros lugares aqui mesmo na redondeza. Agora todo mundo sabe que tem que variar as culturas porque é só assim que a gente tem uma segurança, que não é muito segura, mas é. (Entrevista com Sr. Eloir, realizada, por Sérgio Aparecido Nabarro, em 18/03/2010).

Por se tratar de um assentamento coletivo, o crédito só é concedido para projetos ou benfeitorias em mais de um lote. No Akolá, o Pronaf foi liberado inicialmente para dois projetos. O primeiro para os lotes destinados à horticultura, para aquisição de equipamentos de irrigação, e o segundo, liberado para os lotes destinados à cafeicultura, para a aquisição das mudas para iniciar a produção, que foi devastada pela geada em menos de dois anos depois, obrigando os camponeses a migrarem para a horticultura, mas sem equipamentos de irrigação, fundamental para a produtividade na horticultura. Esse problema, iniciado com a elaboração de um laudo equivocado, culminou na baixa produtividade e no inferior ganho em relação aos lotes irrigados. A falta de ganhos inviabiliza os lotes e, se generalizado, inviabiliza todo o assentamento, pois está diretamente relacionado à reprodução social e material das famílias.

No caso do assentamento Esperança, a atividade proposta pelo laudo era a pecuária leiteira que, segundo os próprios assentados, além de a pecuária como atividade a ser desenvolvida nos lotes, determinava ainda de quem os camponeses deveriam adquirir o rebanho, revelando assim um “esquema” entre pecuaristas, ligados à Sociedade Rural do Paraná, e os técnicos da EMATER. Neste contexto, os camponeses representavam meros coadjuvantes de um jogo de interesses.


Mapa 11 - Cultivo Inicial nos Lotes do Assentamento Fazenda Akolá
N
LEGENDA
Cafeicultura
Horticultura
Reserva Florestal
Área de Proteção Permanente
Hidrografia
Limite dos Lotes
Estrada Pavimentada
Estrada sem Pavimentação
Sede
Moradia
0 170 340m
Fonte: EMATER.

Todos esses fatos revelam que, nos assentamentos criados por meio de programas de reforma agrária de mercado, os caminhos de desafios impostos às famílias assentadas são ainda maiores que aqueles colocados para assentamentos criados por meio da reforma agrária tradicional. Revelam ainda que a autonomia camponesa sofre constantes tentativas de cerceamento, tendo em vista que mesmo o camponês tendo a terra e utilizando mão-de-obra familiar, ele acaba por estar subordinado ao capital financeiro que somente aprova o financiamento da terra mediante laudos que apontam os cultivos que serão desenvolvidos nos lotes. Na elaboração destes laudos, não são levados em conta importantes critérios, como, por exemplo, a experiência dos camponeses.

De acordo com Woortmann (1990, p. 48), os problemas dos projetos de assistência técnica (também chamados de projetos de extensão rural) se iniciam no momento em que se considera o saber camponês como um “não-saber”. No ato da criação de um projeto de extensão, ou de um projeto de assentamento, a lógica econômica se sobrepõe a lógica e a moral camponesa, fato que cria um conflito logo de inicio. “O conflito entre a racionalidade do projeto e a moralidade camponesa explica porque a permanência dos projetos são, geralmente, de apenas alguns anos” (WOORTMANN, 1990, p. 49). Portanto, ao entenderem o conhecimento camponês como não-conhecimento os projetos extensionistas estabelecem uma imposição da ordem econômica moderna em sobreposição à ordem moral camponesa.

Sobre a relação entre os técnicos/extensionistas e os camponeses, Freire (1977, p. 16) afirma que ela possui caráter pedagógico e, portanto, de uma troca de conhecimentos, o que pressupõe o respeito aos conhecimentos prévios das partes envolvidas nessa relação. Paulo Freire questiona portanto a denominação dada aos técnicos agrícolas de “extensionistas” e os projetos de desenvolvimento rural de “projetos de extensão rural”, tendo em vista que o termo extensão pressupõe a dominação de um sujeito sobre o outro por meio da imposição do conhecimento científico sobre o conhecimento adquirido no decorrer de sua vida.

Os projetos de desenvolvimento rural e o trabalho dos técnicos agrícolas precisam estar pautados na educação e não na extensão, portanto, na troca de conhecimentos e na domesticação ou na imposição de idéias.

> O objetivo fundamental do extensionista, no trabalho de extensão, é tentar fazer com que aqueles substituam seus conhecimentos, associados a sua ação sobre a realidade, por outros. (...). Na medida em que os camponeses substituam formas empíricas de tratar a terra por outras (as da ciência aplicada, que são as formas técnicas) necessariamente esta mudança de qualidade no processo de enfrentamento da realidade provocará a mudança, igualmente, de seus resultados, ainda que não em termos automáticos. (FREIRE, 1977, p. 24-25)

Um outro importante problema na fase inicial dos assentamentos, mais especificamente ligado ao Renascer I, está relacionado às mudanças na planta do dos lotes. A planta elaborada por técnicos, dividindo a propriedade em 24 lotes, e que foi encaminhada ao Banco do Brasil para aprovação do financiamento da terra, não corresponde à planta real (mapas 12 e 13).

Todos os problemas iniciais refletiram diretamente na consolidação das famílias nos lotes. No entanto, após todos os desafios impostos no decorrer da formação dos assentamentos criados a partir de programas de reforma agrária de mercado, é necessário enfrentar o maior deles: o pagamento da dívida com o banco, referente ao financiamento da terra e ao PRONAF.

Mesmo o prazo de carência sendo de três anos para começar o pagamento, as dificuldades iniciais fizeram com que as famílias demorassem ainda mais para se consolidarem nos lotes. As dificuldades e os desacordos em relação à implantação da primeira forma de cultivo foram significativos para essa demora, pois o laudo técnico não respeitou os conhecimentos e experiências das famílias camponesas. Respeitou apenas o critério de cultura mais rentável no momento da elaboração do laudo, que não necessariamente seria a mais rentável no momento em que as famílias fossem comercializar sua produção, tendo em vista que, da elaboração do laudo até a liberação da propriedade decorre em média um ano, muito tempo no que se refere a variações nos preços das mercadorias na CEASA. O que pode ser verificado em campo foi que os ganhos obtidos após o terceiro ano de carência, em três dos quatro assentamentos pesquisados, incompatíveis com os valores que deveriam ser pagos ao Banco. A tabela 11 explicita os valores dos contratos de financiamento da terra e do Pronaf e mostra claramente a incompatibilidade entre o valor das parcelas em relação ao ganho das famílias.

Mapa 12 - Planta Anexada ao Processo de Financiamento

Mapa 13 - Planta Real do Assentamento Renascer I

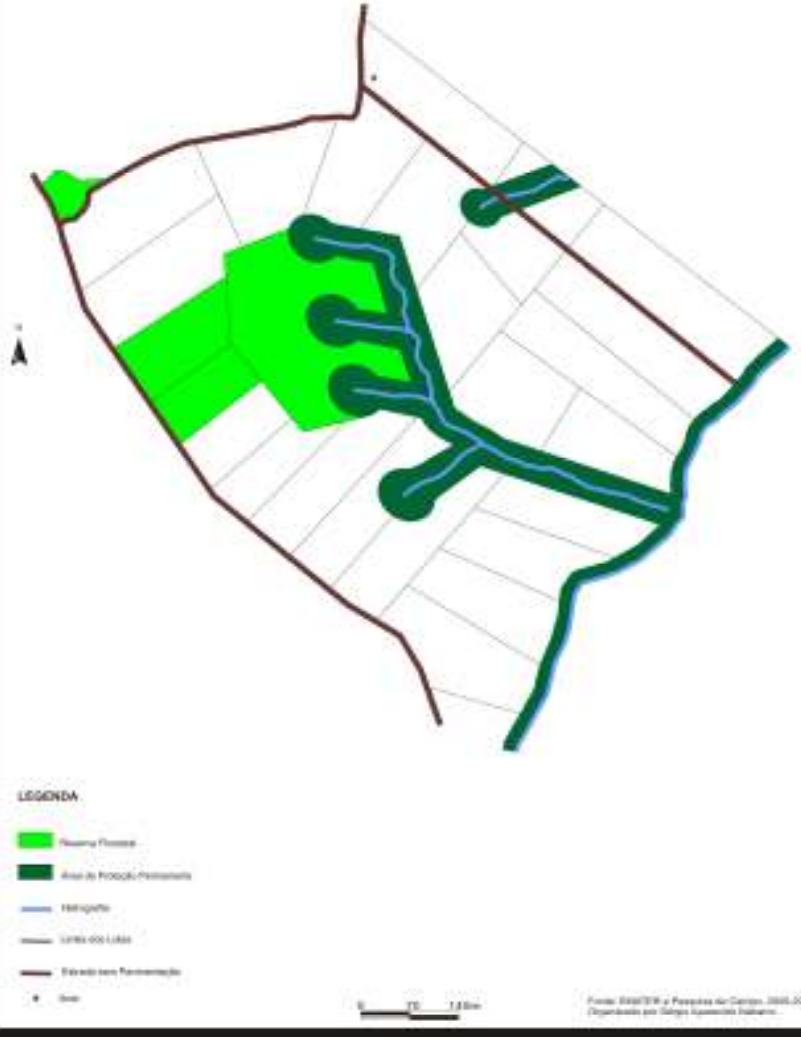


Tabela 11 – Valores dos Contratos e Áreas Adquiridas

Assentamento	Preço da Terra (R$)	Área Total (ha)	Preço por lote (R$)	Área de cada lote (ha)	Preço pago por Hectare (R$)	PRONAF (moradia e inicio da produção)	Valor Anual da Parcela por lote (R$)	Renda Liquida Média Anual (R$)
Fazenda Akolá	1.600.000,00	458,60	40.000,00	10,91	3.489,00	20.000,00	5.800,00	7.200,00
Rei do Alface	180.000,00	27,83	30.000,00	4,63	6.468,00	-	2.900,00	24.000,00
Esperança	284.640,00	82,00	35.580,00	10,25	3.471,00	20.000,00	3.000,00	4.800,00
Renascer I	759.000,00	100,80	34.500,00	4,58	7.530,00	20.000,00	3.100,00	5.600,00

Fonte: Pesquisa de Campo e EMATER, 2009-2010.
Obs: as famílias assentadas no Rei do Alface não aderiram ao PRONAF, pois possuíam outras terras que foram vendidas para que o dinheiro fosse investido no lote.

Dos quatro contratos de financiamento da terra, o único que não foi intermediado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamarana foi o do Assentamento Rei do Alface, único assentamento estudado que podemos afirmar ser viável. Todos os outros apresentam graves problemas no que se refere à má qualidade do solo, tamanho dos lotes e superfaturamento no preço da terra.

O assentamento Rei do Alface está localizado numa área que, além de apresentar ótima infra-estrutura, possui como composição do solo a Terra Roxa Estruturada Eutrófica A (foto 15) que tem como principais características: alto grau de fertilidade natural, alto potencial de resposta a adubações e grande quantidade de minerais. Já o assentamento Renascer I está localizado numa área deficitária em infra-estrutura que apresenta em sua composição pedológica o solo Litólico Eutrófico A (foto 16), cujas características principais são: baixa fertilidade natural, muito arenoso, apresentando muitas rochas, chamado pelos camponeses de “solo predregozo”, característico de áreas com declividade acentuada, o que o torna não indicado para a agricultura, apenas para pastagem. Curiosamente, mesmo com praticamente as mesmas benfeitorias, mas com localização e qualidade tão distintas apresentaram os preços do hectare aproximados, um indício claro de superfaturamento.

Outra evidência é visualizada se compararmos o preço pago no hectare pelos camponeses do Renascer I e do Esperança, localizados em áreas muito próximas um do outro (fotos 17 e 18), mas o preço do hectare pago pelos camponeses do Esperança é menos da metade do pago pelos camponeses do Renascer I.

Foto 15 – Solo. Assentamento Rei do Alface. Terra Roxa Estruturada Eutrófica A
Foto: Sérgio Aparecido Nabarro. Janeiro/2010

Foto 16 – Solo. Assentamento Renascer I. Solo Litólico Eutrófico A
Foto: Sérgio Aparecido Nabarro. Janeiro/2010

Foto 17 – Lote 4 do Assentamento Renascer I
Foto: Sérgio Aparecido Nabarro. Agosto/2010.

Foto 18 – Lote 4 do Assentamento Esperança.
Foto: Sérgio Aparecido Nabarro. Agosto/2010.

Outra constatação importante, que aponta a inviabilidade dos assentamentos, está relacionada ao ganho anual em comparação com o valor anual da parcela a ser paga. Juridicamente, as instituições financeiras podem liberar empréstimos que comprometam no máximo 30% da renda do solicitante, no entanto, em três dos quatro assentamentos pesquisados, o valor da parcela ultrapassa esse limite de 30%, o que inviabiliza o pagamento da terra. Verificamos que o índice de inadimplência é de 90%. Há que se destacar ainda a área dos lotes dos assentamentos pesquisados em relação à área do módulo fiscal em Londrina e Tamarana que é de 12 hectares. Nenhum dos assentamentos pesquisados apresentaram lotes com área igual ou maior que o módulo fiscal.

Além de todos os problemas e desafios impostos aos camponeses, esses sujeitos ainda enfrentam a subordinação às leis do capital por meio da sujeição da renda camponesa da terra. Segundo Bombardi (2004, p. 249), "os camponeses estão não só sujeitos às intempéries da natureza, como também, e sobretudo, às determinações do mercado. Sua relação com o mercado se faz de forma subordinada".

Martins (1990, p. 160-161) explica que:

> A tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz. Só poderá fazê-lo se diante dele se levantar um obstáculo que o impeça de circular e dominar livremente, que o impeça de ir adiante. A terra é esse obstáculo. Sem a licença do proprietário da terra, o capital não poderá subordinar a agricultura. Como o capital tudo transforma em mercadoria, também a terra passa por essa transformação, adquire preço, pode ser comprada e vendida, pode ser alugada. A licença para a exploração capitalista da terra depende, pois, de um pagamento ao seu proprietário. Esse pagamento é a renda da terra.

Não há dúvidas de que a criação de um assentamento, sobretudo aqueles formados a partir de programas de reforma agrária de mercado, ou seja, sob a égide do capital financeiro, evidencia a recriação contraditória do campesinato pelo capital. No entanto, o próprio capital, por meio da (re)criação de relações não-capitalistas em sua expansão, impõe aos camponeses suas regras, o que ocorre por meio da sujeição da renda camponesa da terra.

> (...), a renda territorial gerada no processo de trabalho camponês tende a ser apropriada ou pelo capital financeiro, em função de empréstimos bancários realizados, ou pelo capital industrial ou comercial, através do pagamento de baixos preços ao seu produto. (OLIVEIRA, 1982, p. 182).

Verificamos nos assentamentos pesquisados que há uma sujeição da renda camponesa da terra ao capital. Nos casos estudados essa sujeição ocorre ao mesmo tempo com os capitais industrial, comercial e financeiro. Percebemos, portanto, que a racionalidade da produção camponesa, pautada no trabalho familiar, não se configura exclusivamente pelo auto-consumo, mas sim para a geração de renda que, por sua vez, é fundamental para a reprodução social e material das famílias camponesas. Esse fato é o que Chayanov (1981) classifica como "economia camponesa". Segundo esse autor, os camponeses têm uma maneira peculiar de vida e de produção, ou seja, possuem a capacidade de mudança, ou até mesmo de contrapor a tendências defendidas por teóricos que acreditam no seu desaparecimento em virtude da expansão das relações capitalistas no campo.

Portanto, mesmo o camponês não sendo um trabalhador formal do capital, a renda camponesa, gerada pela propriedade da terra, é apropriada por meio das três faces do capital: comercial, industrial e financeiro. Segundo Bombardi (2004, p. 253), "a renda da terra camponesa é sugada nas duas pontas do processo de trabalho: a primeira delas é através da aquisição de insumos, ferramentas, equipamentos e embalagens, e a segunda ponta é aquela das formas de comercialização. Na primeira etapa, a renda da terra camponesa é apropriada pelo capital industrial. E, na segunda, pelo capital comercial". No caso específico dos assentamentos pesquisados, é possível claramente enxergar que a renda camponesa da terra é sugada, também, e sobretudo, pelo capital financeiro, por meio do pagamento dos altos valores das parcelas do financiamento da terra e do PRONAF. Essa realidade, representada pelo grau de subordinação ao capital, revela que é quase impossível que os camponeses efetuem o pagamento de suas dívidas com o Banco do Brasil.

Em todos os lotes pesquisados verificamos que para produzir são comprados insumos, sementes, entre outros produtos industrializados. Ocorre que os preços destes produtos sofrem aumentos constantes, o que eleva o preço da produção. O problema é que se a industria de insumos determina o preço de seus produtos (que é repassado para os produtores pelos estabelecimentos comerciais que vendem os produtos) isso não ocorre com os camponeses no ato da comercialização da sua produção, ou seja, os camponeses estão sujeitos aos preços do mercado. Nessa relação é possível identificar primeiramente a subordinação da renda camponesa da terra ao capital industrial e, posteriormente, no ato da comercialização a

subordinação ao capital comercial. Os camponeses entrevistados têm a consciência dessa relação desigual.

> Toda vez que eu vou lá [na loja de insumos] o preço nunca é o mesmo, sempre subiu. O dono fala que já comprou com aumento, mas eu não sei não. O problema é que fica mais caro pra plantar e depois lá no CEASA eles falam o preço e agente vende porque não pode voltar para traz com o caminhão cheio porque se não a gente não consegue pagar nem o frete para quem levou as verduras. (entrevista com Sr. Antônio, do assentamento Fazenda Akolá, realizada por Sérgio Aparecido Nabarro em: 07/08/2010).

No assentamento Fazenda Akolá, um dos produtos mais cultivados atualmente é o cará[36]. De acordo com nossos levantamentos, o custo médio para produção do cará é de aproximadamente R$ 810,00 por hectare. Essa área plantada rende cerca de 19 toneladas de cará. Atualmente está sendo pago aproximadamente R$ 0,38 o quilo. O ganho bruto é de aproximadamente 7.220,00. descontando o preço da produção o ganho é de R$ 6.410,00. É com esse valor, que não é mensal, tendo em vista que a produção do cará é de em média duas vezes ao ano, que são pagas as contas fixas (água, energia elétrica e telefone), feito a compra mensal nas redes supermercadistas entre outros gastos com calçados, vestuário etc. Nessa perspectiva fica impossível efetuar o pagamento da terra, que no caso do assentamento Fazenda Akolá é de R$ 5.800,00 por ano mais o valor da parcela do Pronaf (R$ 900,00 por ano).

Segundo os entrevistados, se na formação do assentamento todos os mutuários plantassem o que plantam hoje e tivessem usado o dinheiro, que foi investido no plantio de café, em projetos de irrigação as terras teriam uma produtividade maior.

> Não foram todos que conseguiram colocar os sistemas de irrigação nos lotes. O cará irrigado produz perto de 23 toneladas por hectare, sem irrigação fica em 19 toneladas no máximo. (Entrevista com Sr. Antônio, do assentamento Fazenda Akolá, realizada por Sérgio Aparecido Nabarro em: 07/08/2010).

[36] De acordo com os camponeses entrevistados o cará atualmente está com preço bom e do cará se aproveita tudo, até os ramos do cará são vendidos na Ceasa para aumentar a renda.

Foto 19 – Sr. Antônio, Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Akolá, mostrando o sistema de irrigação, que segundo ele faz toda a diferença na produtividade.
Fonte: EMATER, 2009.

Vale destacar que o exemplo do cará se repete com as demais culturas (frutas, verduras, legumes), e não só no Akolá, mas em todos os outros assentamentos pesquisados.

Na maioria dos lotes, a horticultura é a atividade predominante, no entanto há lotes, sobretudo do assentamento Renascer I, em que as famílias desenvolvem a pecuária leiteira, no sistema de integração (foto 20).

Assim como na agricultura, na pecuária a renda camponesa também está sujeita aos desmandes do capital, nesse caso o industrial.

Conclui-se que o capital ao (re)criar o campesinato, tem por objetivo subtrair desta classe a renda da terra. Para essa subtração são adotadas pelas distintas faces do capital estratégias que visam a incorporação dos camponeses nos sistemas dominantes como é o caso do sistema de integração.

> A comercialização direta, seja com atravessadores, seja nas indústrias e, por fim, a venda intermediada pelas cooperativas, garante aos camponeses uma autonomia maior que o sistema de integração, no que tange à organização interna dos sítios e na decisão de como, quando e o quê cultivar. Por outro lado, o preço dessa autonomia é o risco da não inserção das colheitas no mercado. Quanto à integração, a interferência das indústrias na ordenação interna dos sítios é pronunciada, já que são essas que determinam os padrões, quantidades e prazos a serem observados na produção para posterior entrega nos entrepostos de processamento industrial. (PAULINO, 2004, p. 8).

Foto 20 – Assentamento Renascer I. Tonel onde o leite é armazenado e resfriado, seguindo os padrões exigidos pela indústria que faz o processamento do leite.
Foto: Sérgio Aparecido Nabarro – Julho/2010.

Foto 21 – Equipamentos utilizados para o resfriamento e armazenagem do leite.
Foto: Sérgio Aparecido Nabarro – Julho/2010.

No caso da pecuária leiteira a racionalidade é a mesma da horticultura, ou seja, os custos para manter o rebanho aumentam constantemente. No entanto, ao comercializar a produção o camponês tem de se sujeitar aos preços impostos pelas industrias que fazem o processamento do leite.

Como já dissemos anteriormente, não são apenas duas faces do capital (comercial e industrial) que sugam a renda camponesa da terra. Os camponeses estão sujeitos ainda às imposições do capital financeiro, por meio dos empréstimos e financiamentos bancários. No caso específico dos assentamentos criados por meio de programas de reforma agrária de mercado, pautados visão neoliberal de desenvolvimento rural do Banco Mundial, além do Pronaf a renda das famílias é sugada por meio do pagamentos das parcelas anuais referentes ao financiamento da terra.

O poder de reinvenção do capital, com o objetivo sugar parte da renda camponesa da terra gerada, é tamanho que, frente à situação de inviabilidade do pagamento do financiamento da terra por parte dos assentados, foi criada uma nova maneira de espoliar a renda. O Banco do Brasil, ao perceber que as parcelas anuais não eram pagas por 90% das famílias assentadas, criou uma forma de negociação em que as famílias pagam apenas o valor dos juros, ou seja, aproximadamente 10% do valor da parcela. Então, para uma parcela de R$ 5.800,00 anuais, a família arca com o pagamento de apenas R$580,00 para que o seu nome não seja enviado, ou nos casos em que o nome já esteja cadastrado junto à SERASA para que seja retirado deste serviço de proteção ao crédito. No entanto, esse pagamento apenas mascara uma situação de inadimplência.

Não tendo o nome no SERASA os camponeses poderão fazer compras parceladas em mercado e redes de lojas, entretanto, a dívida do financiamento da terra permanece e no ano seguinte está ainda maior, tendo em vista que as instituições financeiras trabalham no sistema de *juros sobre juros*. Outro fator é que, estando inadimplentes com o Banco do Brasil, os camponeses ficam impedidos de solicitar outras linhas de créditos, como o Pronaf ou créditos para terminar a casa própria.

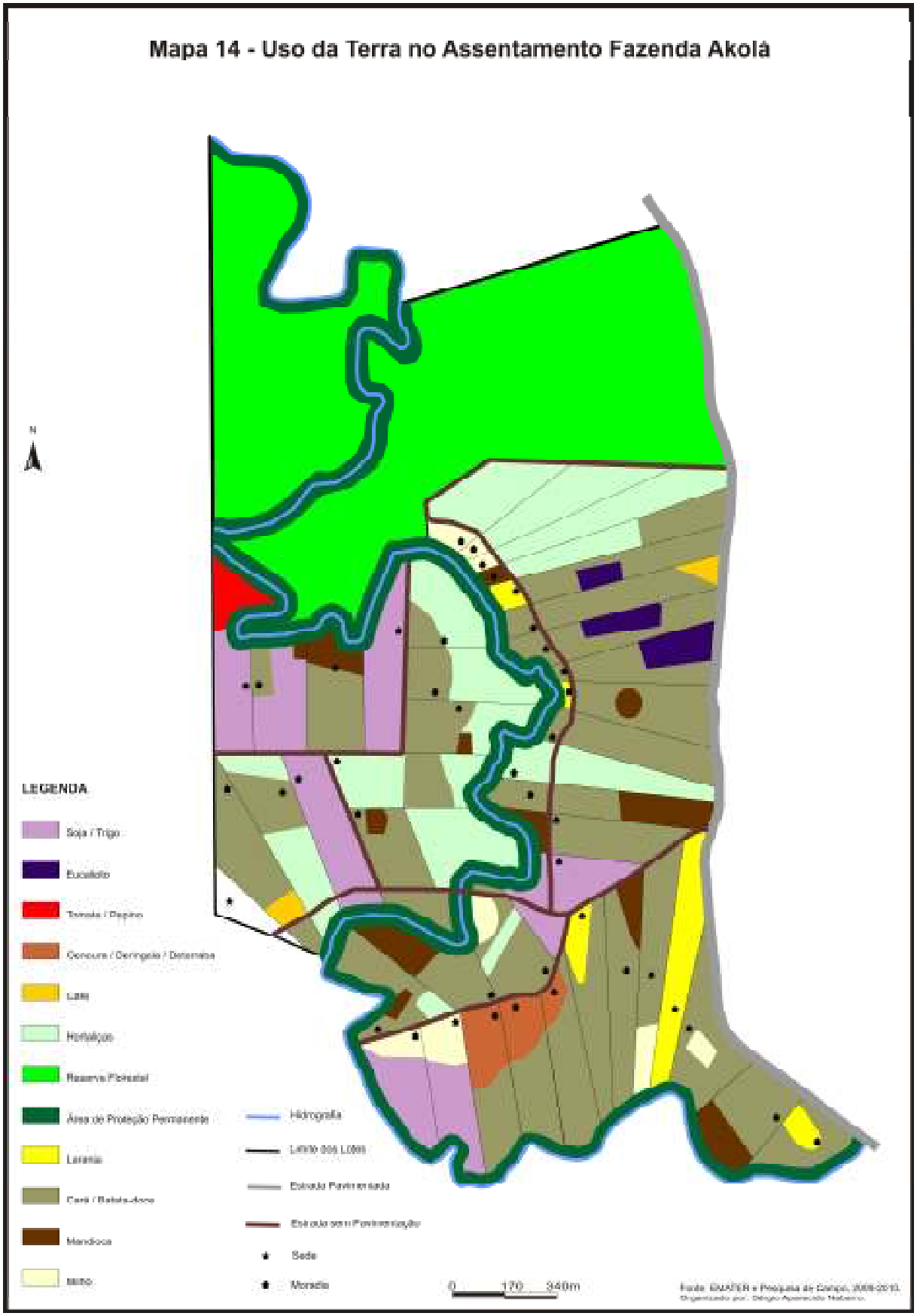
Portanto, no que tange ao pagamento do financiamento da terra, a sujeição ao capital financeiro inviabiliza ainda mais esse pagamento e deixa os camponeses de mãos atadas. O que se verifica é que essa aparente racionalidade do sistema

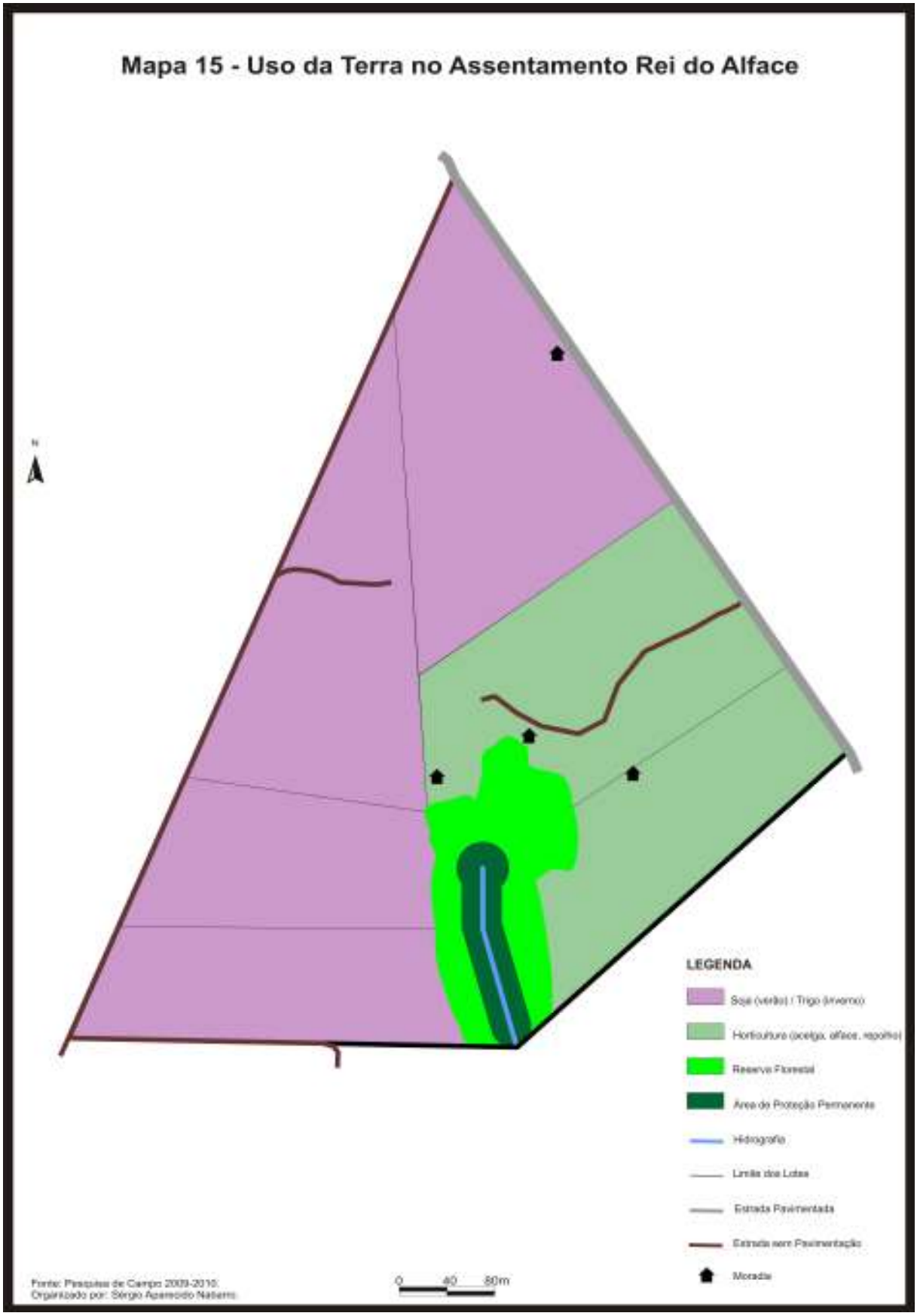
financeiro se mostra completamente irracional. Como que o camponês, sem poder investir no aumento da produtividade para aumentar seus ganhos irá pagar a terra?

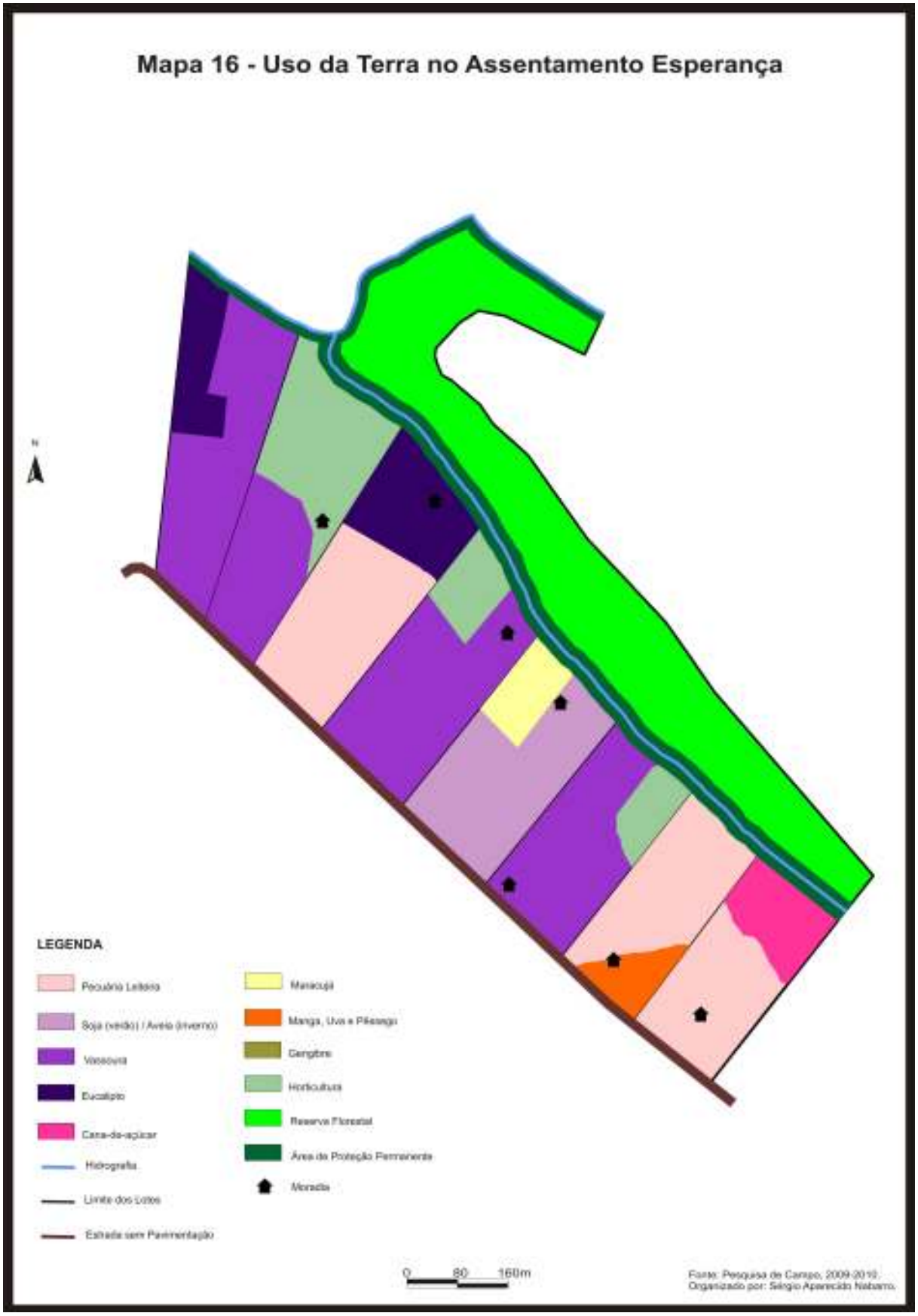
A atuação do Estado frente as relações de sujeição da renda camponesa da terra ao capital também é importante que seja analisada, tendo em vista que o Estado atua cada vez mais no sentido de garantir a livre reprodução do capital no campo, (BOMBARDI, 2004, p. 251). Segundo Paulino (2004, p. 13-14), na expansão do grande capital, o Estado atua como uma espécie de mediador da acumulação. Isso indica que o ônus da produção e da reprodução ampliada do capital continua recaindo sobre os trabalhadores e sobre os camponeses, diretamente afetados pelo custo crescente para produzir e pela apropriação decrescente da renda da terra.

Na análise de Biase (2007, p. 51), a ação do Estado não é apenas permissiva à introdução e consolidação das relações capitalistas de produção, mas colabora com elas. A partir da aglutinação da força do capital e do poder estatal, os recursos oferecidos por ambos alcançam importância e conteúdos similares.

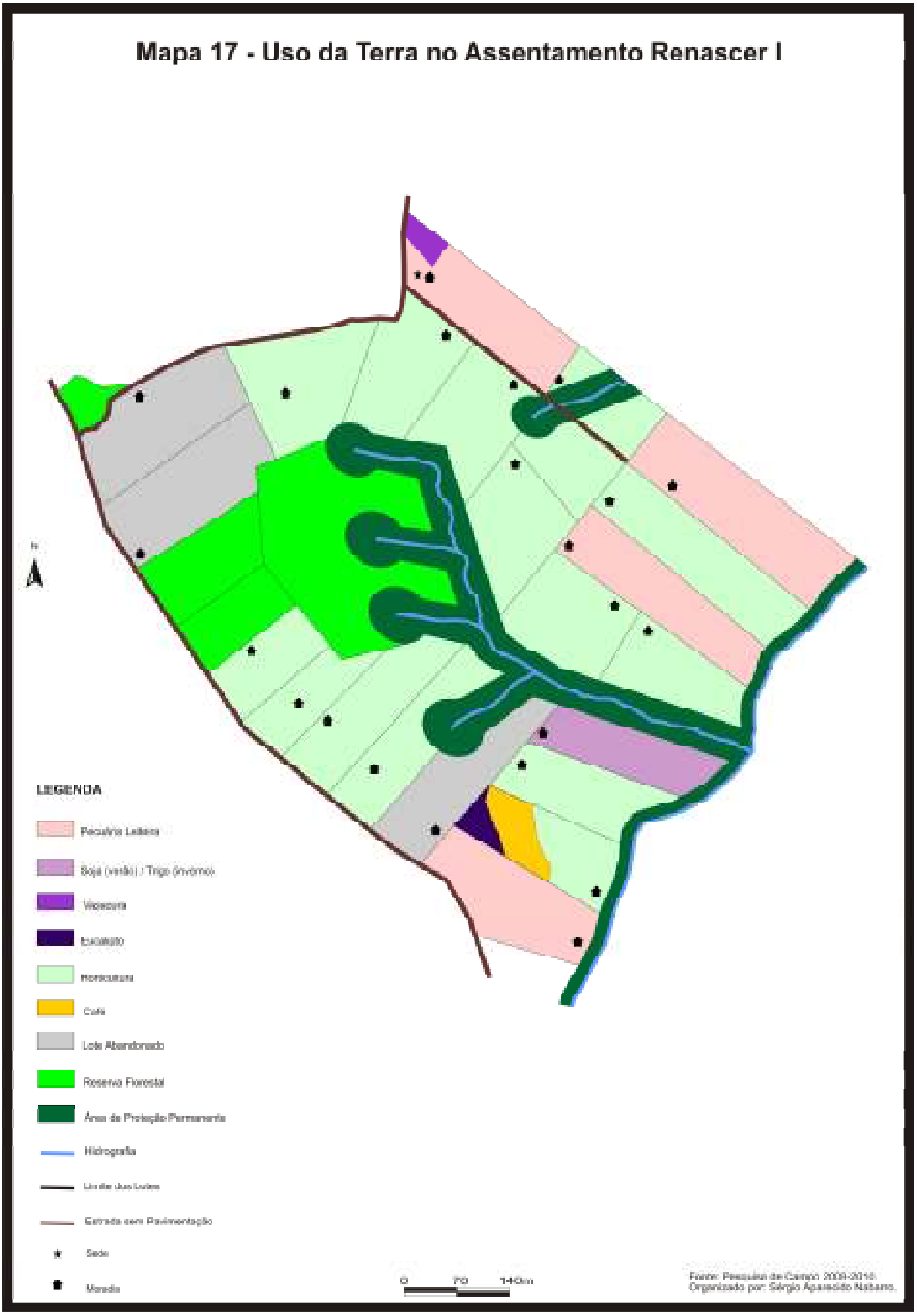
O respaldo dado pelo Estado ao capital para que este realize uma subordinação cada vez maior dos camponeses, promove a camponeses a obrigatoriedade de extração de uma renda cada vez maior para atender aos desmandes das diversas formas de capital, requerendo uma produção cada vez mais diversificada. Mas, o que verificamos nos lotes não foi uma variedade grande de cultivos (mapas 14, 15, 16 e 17). Ao serem questionados sobre a falta de diversificação dos cultivos, os entrevistados revelaram que a orientação técnica que receberam foi que teriam de fazer a rotação de cultura e não a diversificação da produção. Esse fato revela que a orientação, de responsabilidade da EMATER, que inclusive possui um convênio para atender aos assentados do Banco da Terra, não ocorre de maneira correta e individualizada em cada um dos lotes.


Mapa 14 - Uso da Terra no Assentamento Fazenda Akolá
N
LEGENDA
Soja / Trigo
Eucalipto
Tomate / Pepino
Cenoura / Beringela / Beterraba
Lote
Horticultura
Reserva Florestal
Área de Proteção Permanente
Laranja
Café / Banana-Anão
Mandioca
Milho
Hidrografia
Estrada Pavimentada
Sede
Moradia
0 170 340m


Mapa 15 - Uso da Terra no Assentamento Rei do Alface
N
LEGENDA
Soja (verão) / Trigo (inverno)
Horticultura (jiló, alface, repolho)
Reserva Florestal
Área de Proteção Permanente
Hidrografia
Limite dos Lotes
Estrada Pavimentada
Estrada sem Pavimentação
Moradia
0 40 80m
Fonte: Pesquisa de Campo 2009-2010.
Organizado por: Sérgio Aparecido Naberro


Mapa 16 - Uso da Terra no Assentamento Esperança
N
LEGENDA
Pecuária Leiteira
Soja (verão) / Aveia (inverno)
Vassoura
Eucalipto
Cana-de-açúcar
Hidrografia
Limite dos Lotes
Estrada sem Pavimentação
Maracujá
Manga, Uva e Pêssego
Gengibre
Horticultura
Reserva Florestal
Área de Proteção Permanente
Moradia
0 80 160m
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009-2010.
Organizado por: Sérgio Aparecido Nabarro.

Mapa 17 - Uso da Terra no Assentamento Renascer I



Por meio dos mapas de uso da terra, é possível verificar claramente que os lotes que apresentam maior diversificação da produção possuem cerca de três cultivos apenas, fato complicado em se tratando de uma área altamente vulnerável à ocorrência de geadas no inverno e períodos secos e pouco chuvosos no verão.

Se logo após a formação dos assentamentos a diversificação da produção era muito pequena, o que trouxe grandes prejuízos para os camponeses, atualmente verifica-se que essa diversificação aumentou, mas não é a ideal (fotos 22, 23 e 24). A diversificação da produção está relacionada não apenas a uma maior segurança econômica, mas também social e simbólica (SANTOS, 2005, p. 72-73).

Foto 22 – Plantação de Maracujá. Assentamento Esperança.
Foto: Sérgio Aparecido Nabarro – Março/2010.

Foto 23 – Área de horticultura. Assentamento Rei do Alface.
Foto: Sérgio Aparecido Nabarro – Março/2010.

Foto 24 – Plantação de Mandioca. Assentamento Akolá.
Foto: Sérgio Aparecido Nabarro – Março/2010.

Para Brandenburg (1999, p. 132),

> A explicação da diversidade parece não estar relacionada a uma causa específica, mas associada a fatores diversos, resultantes de um processo da unidade produtiva que é operada pela família. Esse ajustamento, sob o ponto de vista ambiental ou ecológico, significa ainda, assegurar condições de reprodutibilidade social, à medida que a diversidade significa estabilidade de um ecossistema.

Ao longo de nossa pesquisa, verificamos que as famílias diversificam mais a sua produção a cada ano, o que não visa simplesmente o econômico. Segundo Woortmann (1990, p. 70), ela está relacionada ao modo de vida do camponês, a sua lógica de reprodução social e cultural, a sua visão de mundo, que está pautada em valores morais, como, por exemplo, a reciprocidade.

Ainda por meio da análise dos mapas, é possível verificar ainda a penetração do capital industrial nos assentamentos, como abordamos anteriormente. Essa penetração ocorre por meio da ação de várias empresas de diversos setores, como, por exemplo, a Cativa/Confepar, cooperativas de laticínios que “controlam” vários lotes, os quais possuem a pecuária leiteira como seu principal gerador de renda, nos assentamentos Renascer I e Esperanças. Apontamos, ainda, a expansão da produção de eucaliptos no assentamento Esperança, numa clara tentativa da Klabin de monopolização do território.

A monopolização ocorre ainda por meio do chamado sistema de integração, conforme explica Paulino (2006, p. 25):

> (...) o sistema de integração (...) é tomado como expressão da intervenção capitalista no sítio do camponês, já que são as empresas integradoras que definem os métodos e as regras da atividade desenvolvida pela família. Em outras palavras, os parâmetros para a condução da atividade são impostos pelas integradoras, gerando assim um foco permanente de conflito, pois essas estão sempre a pressionar os camponeses para se adequarem às suas metas de produtividade dentro de seus padrões de qualidade.

Verificamos, ainda, em campo, durante a realização das entrevistas, que outras empresas integradoras possuem grande interesse na adesão de famílias assentadas aos seus “moldes” de produção, como é o caso da empresa Souza Cruz, que está tentando implementar, nos assentamentos localizados nos municípios pesquisados, o cultivo de fumo. Apenas no assentamento Akolá, já são cinco lotes que irão cultivar o fumo no segundo semestre de 2010.

3.3 – O Cenário Atual e as Perspectivas para o Futuro

Um assentamento rural é um universo complexo, não podendo ser compreendido apenas do ponto de vista do desenvolvimento econômico. As representações sociais e simbólicas, e os aspectos político e ideológico se apresentam como substanciais para o seu entendimento.

Conforme apontamos no decorrer deste trabalho, o objetivo principal da adesão do Brasil ao modelo de reforma agrária de mercado (desmobilizar os movimentos sociais de luta pela terra) não se concretizou de pronto, ou seja, as famílias ditas "beneficiárias" não eram militantes do MST, Via Campesina, ou qualquer outro movimento social de luta pela terra. No entanto, numa análise mais atenta, verificou-se nos municípios pesquisados que, a médio prazo, realmente houve um enfraquecimento dos movimentos. As ocupações que chegavam, segundo a CPT, a três por ano hoje não mais ocorrem[37]. Esta mudança reflete um contexto formado por várias ações de agentes distintos. Do Estado, por meio da política da implantação dos programas de reforma agrária de mercado e da criação de um aparato jurídico criminalizando as ocupações de terra. Dos próprios movimentos sociais de luta pela terra, que diversificaram suas estratégias de luta, optando pela ocupação de praças de pedágios e prédios públicos, entre outras ações. Da mídia, por meio do discurso em defesa do agronegócio e da marginalização dos movimentos sociais.

Outros agentes envolvidos nesse enfraquecimento são os próprios assentados via programas de reforma agrária de mercado, que hoje condenam a luta pela terra promovida pelos movimentos sociais, mas que se não houvessem obtido terras por meio da reforma agrária do Banco Mundial poderiam atualmente estar compondo a militância do MST. É por isso que dissemos que, a curto prazo, o objetivo de afetar os movimentos sociais de luta pela terra não foi alcançado, mas numa análise mais atenta podemos apontar que, a médio e longo prazo, o objetivo do Estado foi atingido. Nos assentamentos pesquisados, percebemos que as opiniões reproduzem os discursos defendidos pela mídia e pelo Estado.

Compartilhando da visão passada pela mídia dos movimentos sociais, sobretudo o MST, nenhum camponês residente nos assentamentos pesquisados se

[37] Nos municípios de Londrina e Tamarana existem atualmente duas áreas de acampamentos que estão localizadas na beira de estradas rurais e não em propriedades.

considera assentado. Na visão desses sujeitos, o termo assentamento está ligado a ocupações, chamadas por eles de “invasões criminosas”, que violam o direito da propriedade privada. No entanto, de acordo com Bergamasco e Norder (1996, p. 12-14), o termo assentamento surge pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico, no contexto da revolução agrária venezuelana, na década de 1960 e foi difundido em vários países. De maneira geral, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de unidades agrícolas de produção, resultado de políticas governamentais implantadas com o objetivo de (re)ordenar o uso da terra em benefício de trabalhadores rurais.

O discurso dos camponeses assentados por programas de reforma agrária de mercado é sempre muito semelhante, conforme depoimentos abaixo.

> Eu não sou isso [assentado] porque nunca invadi a terra de ninguém, nem nunca faria isso. Pra não fazer isso, eu comprei a minha terra e se Deus quiser eu ainda vou pagar para o Banco do Brasil o que eu devo. O problema é que eles não querem negociar com a gente. (Entrevista realizada com Sr. João, do assentamento Renascer I, por Sérgio Aparecido Nabarro, em 17/03/2010).

> Eu prefiro pagar pela minha terra do que entrar para os sem-terra [MST] e ter terra de graça (...). E vou ter que te corrigir, aqui não é um assentamento, é um Banco da Terra ou um condomínio rural como alguns vizinhos aqui falam, mas assentamento não é. (Entrevista realizada com Sr. Antônio, do assentamento Fazenda Akolá, por Sérgio Aparecido Nabarro, em 22/03/2010).

É preciso destacar que os preconceitos são construções sociais e refletem a falta de conhecimento sobre determinado assunto. Portanto, as opiniões e discursos construídos a partir dos preconceitos são passíveis de mudança. Muitas pessoas que hoje atuam na luta pela terra também tiveram seus preconceitos.

Em campo, a reprodução ideológica do discurso midiático e estatal é materializado logo na entrada dos lotes. É muito comum que logo após a formação de um assentamento (seja ele criado por meio de programas de reforma agrária de mercado, por ações de ocupação/desapropriação, ou outro forma), INCRA, ou a própria prefeitura coloque uma placa identificando que naquela área existem famílias assentadas. No entanto, no caso dos assentamentos criados via reforma agrária de mercado, uma das primeiras providências tomadas pelas famílias é a retirada desta placa que identifica a área como assentamento. Após essa atitude, o próximo passo é a colocação de placas, na entrada de cada um dos lotes, os identificando como chácaras (fotos 25 e 26).

Foto 25 – Placa de identificação do lote 23 do Assentamento Renascer I
Foto: Sérgio Aparecido Nabarro. Julho/2009

Foto 26 – Placa de identificação do lote 2 do Assentamento Esperança
Foto: Sérgio Aparecido Nabarro. Janeiro/2010

Outra prática que evidencia a não identificação como assentados se expressa nos próprios nomes dos assentamentos pesquisados.

No caso do assentamento Fazenda Akolá, em que a própria formulação do nome do assentamento se refere à denominação da propriedade original (Fazenda Akolá), a permanência do nome da fazenda foi uma escolha das próprias famílias assentadas na área. Nos casos dos assentamentos Esperança e Renascer I, o nome foi sugerido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Tamarana e acatado pelos membros dos grupos, na época ainda interessados na aquisição de terras via Banco da Terra. Os nomes fazem referência a antigas grandes propriedades rurais localizadas no município de Tamarana e que fizeram parte da história do município, numa espécie de homenagem ao latifúndio.

Especificamente o nome Rei do Alface, além de fazer referência à atividade anteriormente praticada pelos camponeses, foi uma estratégia para chamar a atenção das pessoas para um novo modo de venda adotado por eles.

A localização da estratégica do assentamento, a beira de umas das principais e mais movimentadas rodovias da região Norte do Paraná, ao lado do principal distrito de Londrina despertou a intenção de fazer a venda direta ao comprador para aumentar a renda[38]. Funciona como uma espécie de *self-service* de verduras, conforme explica o Sr. Douglas:

> O nome veio do pensamento que a gente tinha antes mesmo de comprar a propriedade aqui. Eu e meu irmão, o Dioney, pensamos nisso porque a gente já conhecida essa terra aqui. Então, quando resolvemos comprar pelo Banco da Terra pensamos em fazer esse sistema. (...). É assim, as pessoas vêm aqui e agente entrega pra elas uma caixa. Ela vai lá nas hortas e colhe o que ela quiser. (...) Depois ela vem aqui e a agente cobra um tanto que pra nós é maior que aquilo que a CEASA e os mercados pagam e pra eles o preço é menor que o que eles pagam no sacolão. (...) Tem um monte de gente que sai lá do centro e vêm aqui só pra ir na horta colher verdura. Vem *amassá barro* (risos). (Entrevista realizada com Sr. Douglas, do assentamento Rei do Alface, por Sérgio Aparecido Nabarro, em 12/08/2010).

[38] Além da comercialização da própria produção, ou seja, da venda direta ao comprador, os produtores do assentamento Rei do Alface também entregam seus produtos na CEASA de Londrina, bem como para redes supermercadistas da cidade, tendo em vista que o número de compradores que se dirigem ao assentamento ainda é considerado baixo, não sendo possível obter ganhos apenas dessa maneira.

Segundo Bombardi (2004, p. 281), a venda direta ao comprador é uma das estratégias possíveis para se evitar a subordinação renda camponesa da terra ao capital. “Há ainda pelo menos outras duas maneiras (...): a realização de cultivos de espécies que propiciem a renda de monopólio (...); a outra é a inserção em seus sítios de cultivos onde parte da renda não seja apropriada pelo capital industrial”.

Nota-se claramente que não há identidade política de classe social. A negação da identidade de assentado e a adesão ao discurso do Estado sobre os movimentos sociais de luta pela terra é expresso ainda na não identificação com o termo camponês. Observamos que, para os entrevistados, o termo camponês está intimamente ligado a integrantes da Via Campesina. Eles se definem apenas como agricultores. Para Moura (1986, p. 65-66), no Brasil é comum os camponeses se identificarem, além de agricultores, como: *sitiantes*, *colonos*, *posseiros* ou *lavradores*.

> O conceito de camponês tem um peso que transcende a materialidade econômica da troca de mercadorias e sugere imediatamente características da sua organização social, tais como o trabalho familiar, os costumes de herança, a tradição religiosa e as formas de comportamento político. Se por um lado essas características são recortadas dialeticamente por outras provindas da classe dominante ou, mais difusamente, do conjunto da sociedade, essa conceituação permite penetrar abertamente no espaço das superestruturas, da cultura, do modo de vida. (MOURA, 1986, p. 69)

Segundo Paulino (2006, p. 19-20), os "sujeitos nem sempre se reconhecem no conceito". Mas, segundo a autora, esse fato não invalida o conceito que, segundo Martins (1990, p. 25), foi adotado no Brasil para substituir uma série de termos que não deram conta de explicar a organização e as lutas dos trabalhadores rurais na década de 1950.

Mesmo não se identificando como camponeses, em campo, identificamos vários elementos que fazem parte do modo de vida camponês e da moral camponesa, pautada, entre outros elementos, pela honra e reciprocidade. (WOORTMANN, 1990, p. 38)

Já abordamos anteriormente o mutirão para a construção das casas, realizado na implantação dos assentamentos. No entanto, não é apenas esta forma de sociabilidade que se revela na reprodução das práticas sociais desenvolvidas no interior dos assentamentos pesquisados.

No assentamento Esperança nos foi relatado, durante as entrevistas, que uma prática coletiva comum, realizada todas as quintas-feiras no período da tarde pelas mulheres, é a limpeza da igreja católica, localizada próxima ao assentamento. Essa atividade, que segundo elas é feita em nome da crença religiosa, proporciona momentos de interação entre elas.

> A gente lava a igreja e ao mesmo tempo vai conversando (...). Conversamos sobre tudo. A gente até troca receitas. (Entrevista realizada com Dona Maria Dalastra, do assentamento Esperança, por Sérgio Aparecido Nabarro, em 10/08/2010).

Outra prática muito comum é a troca de alimentos entre as famílias. Em todos os assentamentos pesquisados essa prática é muito comum.

As relações de vizinha e compadrio também são praticadas em todos os assentamentos pesquisados. Em algumas ocasiões chegamos ao lote para realizar a entrevista e fomos avisados que o morador estava em outro lote ajudando os vizinhos. Essa ajuda não ocorre apenas em atividades como construção de cercas e corte de árvores, é também comum no preparo do solo para o plantio.

Especificamente sobre as relações de compadrio, notamos que há vários casos em que os filhos são batizados pelos vizinhos e também, mas em menor número, já ocorreram casamentos entre pessoas residentes nos assentamentos.

Outra prática muito comum entre os assentados, que se contrapõe à lógica do capital, é a troca de experiências entre as famílias, sobretudo que diz respeito ao trabalho com a terra e a escolha do melhor produto para o cultivo no que se refere aos preços pagos pela CEASA. Um camponês ensina ao outro a melhor forma de cultivar determinado produto, ou então, aqueles que frequentam a CEASA constantemente informa ao outro qual é o produto e em qual época geralmente ele tem o preço melhor.

Essa prática, de certa maneira, contraria a lógica do capital porque, se pensassem como capitalistas, quanto menos camponeses cultivassem determinado produto, em virtude da pouca oferta, o preço seria mais atrativo, a renda auferida seria maior.

Muitas são as provas de que realmente se tratam de camponeses e que as unidades estudados neste trabalho realmente se tratam de assentamentos rurais. De acordo com Nogueira (2007, p. 138), o *ser camponês assentado* se materializa nas práticas sociais, que envolvem novas relações entre as várias formas de socialização. Os assentamentos rurais não se constituem apenas em um conjunto de pequenos lotes de terras, mas também das relações estabelecidas entre seus moradores e desses sujeitos com a venda, o centro comunitário, o posto de saúde, enfim, a comunidade. Segundo Bombardi (2004, p. 286), nesses casos, o campo é ocupado duas vezes, uma por cultivos e outra por pessoas.

Em campo, verificamos que importantes práticas sociais não são mais desenvolvidas constantemente, como: reuniões e assembléias. Na análise de Nogueira (2007, p. 7), “as práticas e estratégias como: reuniões, assembléias, passeatas, associações, cooperativas e outras, redimensionam o universo simbólico,

cultural, político e econômico dos assentados". Silva e Almeida (2002, 191) destacam a importância das relações sociais desenvolvidas na coletividade:

> (...) as relações sociais que se desenvolvem no coletivo dão a este grupo um caráter de território: o território coletivo. Consequentemente, desaparecendo essas relações sociais materializadas no coletivo, desaparece também essa forma de território, pois a partir do momento em que as relações de poder em torno de utopias são rompidas, não há mais um território definido e os laços com o mesmo são quebrados.

Notamos que as formas de sociabilidade coletiva diminuíram, em alguns casos cessaram, em virtude da tensão imposta aos camponeses pela lógica do capital, ou seja, o pagamento do financiamento da terra, controlado pelo capital financeiro, criou uma tensão permanente e muitos conflitos entre as famílias. O depoimento abaixo relata muito bem essa tensão.

> No começo, antes de vencer os três anos de carência, era difícil porque estava todo mundo arrumando seus lotes, porque tinha muita coisa para fazer (...). Mas nessa época era todo mundo mais unido, tinha as reuniões e tudo. Quando chegou perto de pagar a primeira parcela [do financiamento da terra e do Pronaf] só tinha algumas pessoas que tinham o dinheiro, a maioria não tinha. Nem todo mundo estava com a casa terminada. As brigas começaram daí. Já houve até problemas com o presidente da associação, por isso que nem reunião mais tem[39].

De acordo com Woortmann (1990, p. 60), por se tratar de um universo em que as relações são pautadas pela reciprocidade e pela honra, os conflitos no interior das práticas de sociabilidade camponesa aparecem no momento em que são estabelecidas entre eles relações de poder. Esses conflitos se agravam quando não há perspectivas para a resolução de um determinado problema. (NOGUEIRA, 2007, p. 6)

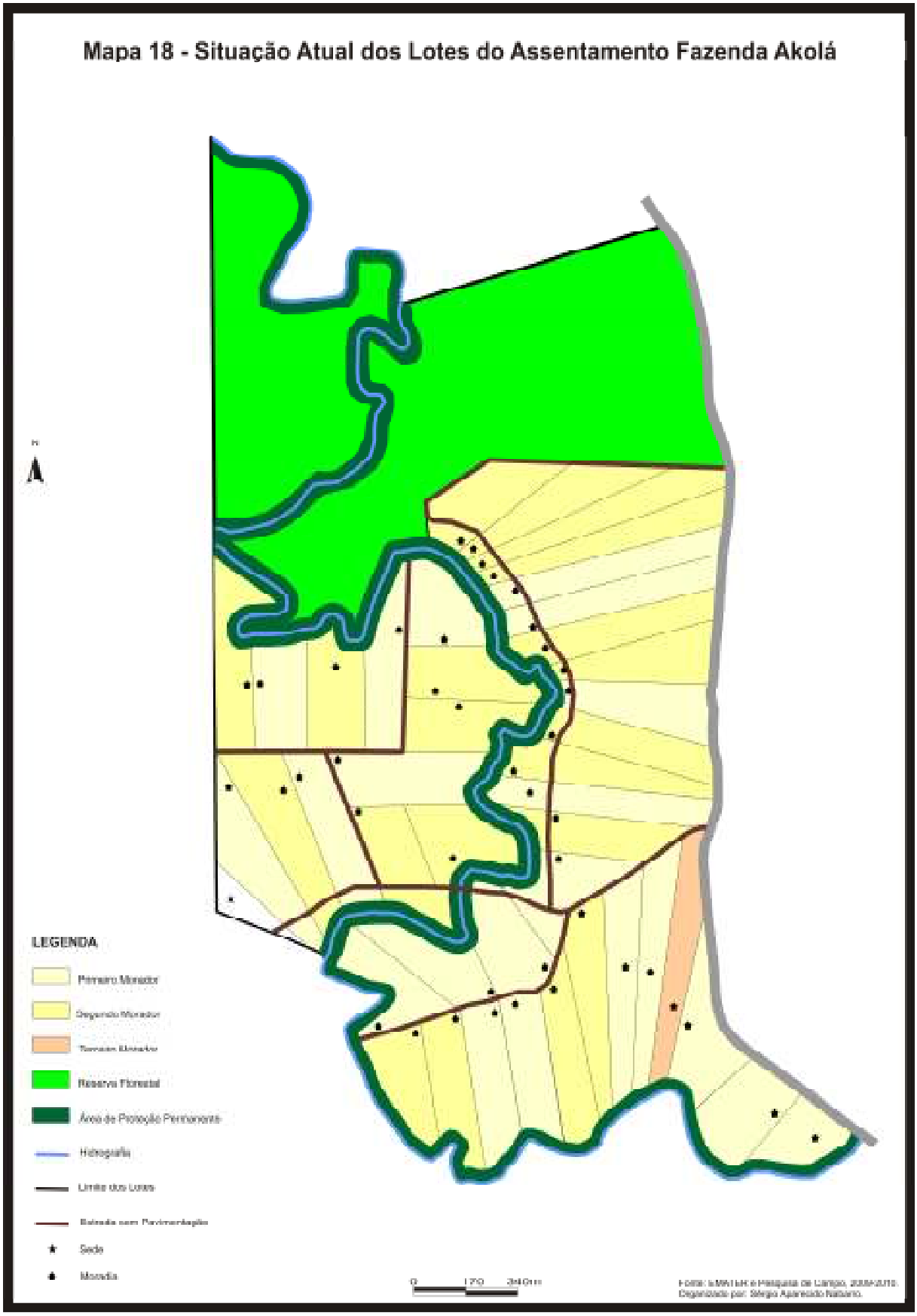
A soma de todos os problemas enfrentados (falta de pagamento do financiamento da terra, problemas de sociabilidade etc.), aliada às dificuldades e aos desafios diários impostos aos camponeses assentados, resulta em constantes trocas de moradores[40] (mapas 18, 19, 20 e 21), em alguns casos até abandono dos lotes e desagregação familiar, em que além dos laços familiares, muitas vezes os de amizade também acabam desfeitos.

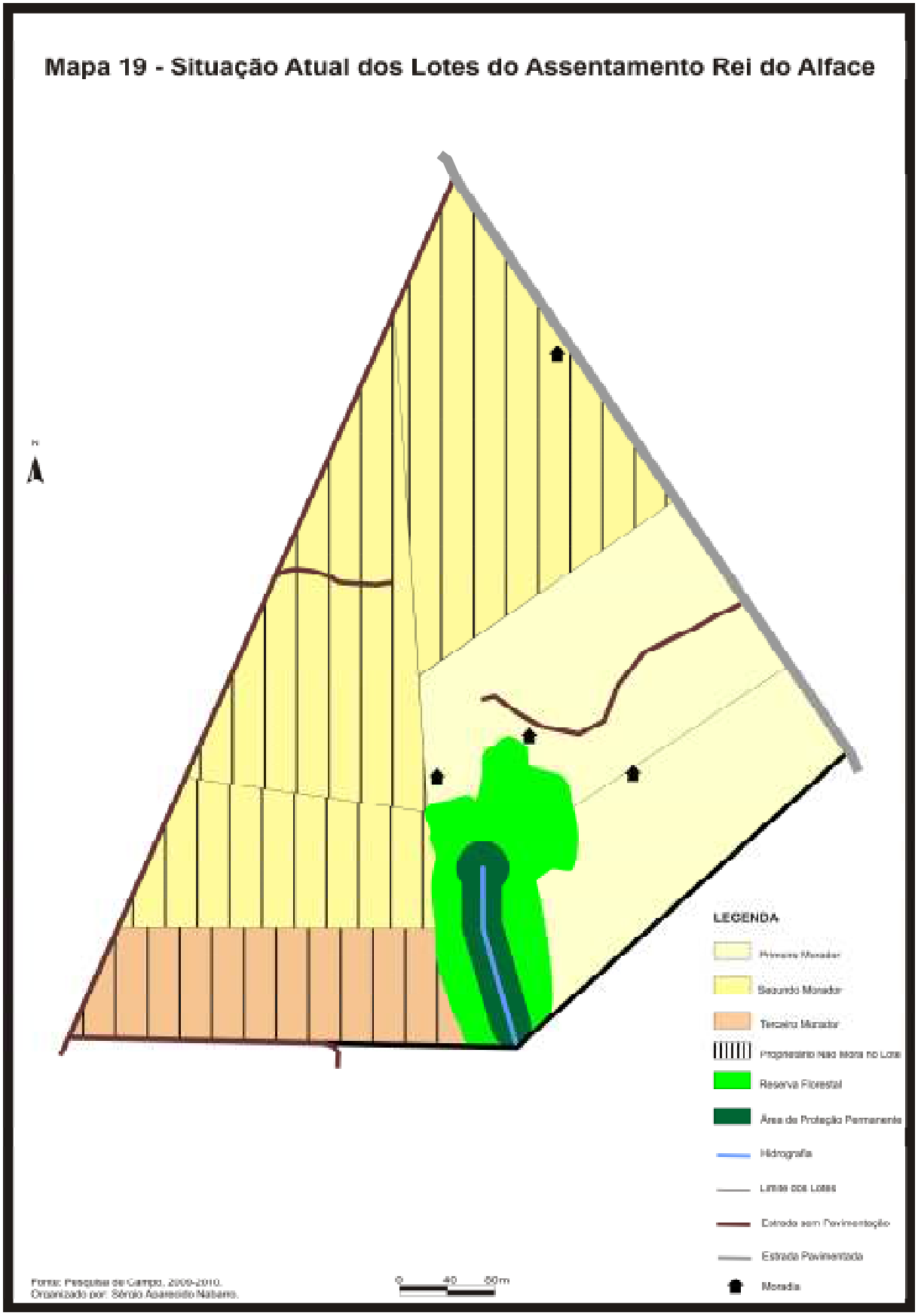
---

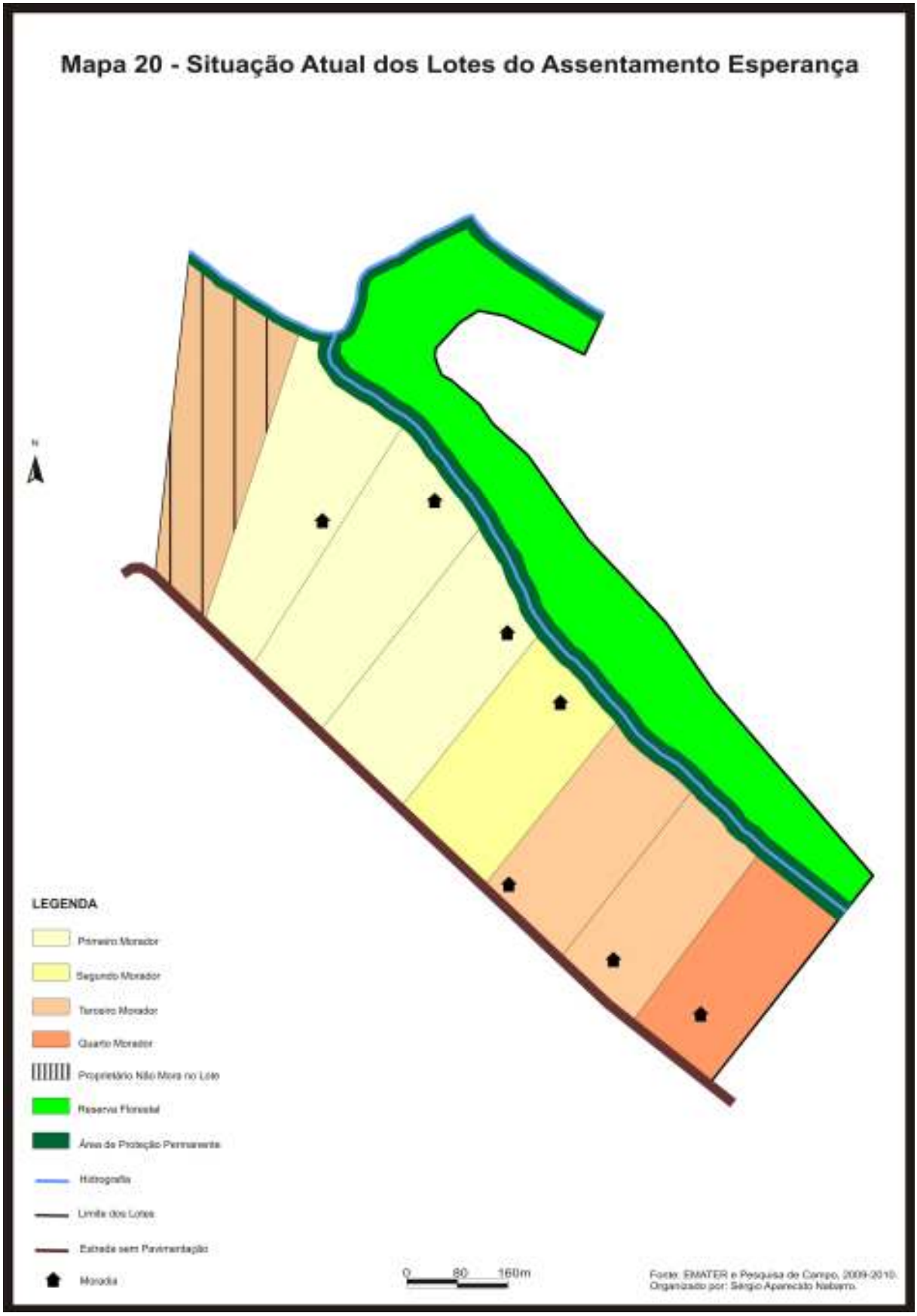
[39] A pedido do próprio entrevistado, não iremos identifica-lo e nem citar em qual assentamento ele pertence.

[40] Usamos o termo morador e não proprietário dos lotes porque, segundo as regras dos programas de reforma agrária de mercado, a pessoa que financiou a terra apenas poderá efetuar a venda após a quitação de todo o financiamento da terra, que demora cerca de 17 anos. Quando troca o morador, ele paga o que os proprietários chamam de direito que, na realidade, é uma quantia em dinheiro para que ele use um determinado lote, mas a dívida permanece em nome do primeiro morador, aquele que financiou a terra.

Mapa 18 - Situação Atual dos Lotes do Assentamento Fazenda Akolá




Mapa 19 - Situação Atual dos Lotes do Assentamento Rei do Alface
N
LEGENDA
Primeiro Morador
Segundo Morador
Terceiro Morador
Proprietário não mora no Lote
Reserva Florestal
Área de Proteção Permanente
Hidrografia
Limite dos Lotes
Estrada sem Pavimentação
Estrada Pavimentada
Moradia
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009-2010.
Organizado por: Sérgio Aparecido Nabarro.
0 40 80m


Mapa 20 - Situação Atual dos Lotes do Assentamento Esperança
N
LEGENDA
Primeiro Morador
Segundo Morador
Terceiro Morador
Quarto Morador
Proprietário Não Mora no Lote
Reserva Florestal
Área de Proteção Permanente
Hidrografia
Limite dos Lotes
Estrada sem Pavimentação
Moradia
0 80 160m
Fonte: EMATER e Pesquisa de Campo, 2009-2010.
Organizado por: Sérgio Aparecido Nabarro.

Mapa 21 - Situação Atual dos Lotes do Assentamento Renascer I

Fonte: EMATER e Pesquisa de Campo 2009-2010.
Organizado por: Sérgio Aparecido Nabarro.

Os mapas revelam o quanto inviável se mostra o modelo de reforma agrária de mercado. O mapa 18 mostra que no assentamento Fazenda Akolá, em apenas oito anos de existência, apenas 52% das famílias estão desde o início. Segundo Sampaio (2004, p. 17), pode ocorrer em assentamentos a troca de famílias por prosperidade, mas nos casos dos assentamentos estudados a troca ocorreu por conta do fracasso que se revelou o modelo de reforma agrária do Banco Mundial. Como já dissemos, para o camponês o pagamento da dívida é uma questão de honra. Muitos acabaram por repassar seus lotes para outros camponeses que assumiriam o pagamento da terra, fato que, segundo nossos levantamentos, não se concretizou.

O mapa 19 revela uma situação que contradiz o “sucesso” do assentamento Rei do Alface tão defendido pelo poder público local. Das seis famílias iniciais restam apenas duas. Os quatro lotes restantes, na realidade se configuram como apenas um, ou seja, pertencem ao mesmo proprietário, dono de uma grande fazenda, vizinha aos lotes (ver também imagem 02, na página 127, e, o mapa 15, na página 156). Ele foi adquirindo essas áreas para a expansão das culturas de soja e trigo – repare no mapa que o proprietário destes lotes não reside no assentamento. As famílias que venderam seus lotes quitaram a dívida da terra no Banco do Brasil e com o restante do dinheiro a maioria comprou casa própria e passou a residir na cidade de Londrina. Portanto, o “sucesso” do assentamento trouxe consigo a concentração fundiária e a monocultura da soja.

Os moradores dos dois lotes que ainda existem relataram que receberam propostas para venderem seus lotes, mas optaram por permanecer no Assentamento Rei do Alface.

O mapa 20 mostra que no assentamento Esperança, das oito famílias iniciais, apenas 3, ou seja, 37% estão ainda residindo no assentamento. Há lotes que já trocaram de morador por três ou quatro vezes. De acordo com os moradores entrevistados, a tendência é que todos saiam ou migrem para a cidade ou passem a trabalhar como assalariados em fazendas da região, porque assim “terão um salário garantido todos os meses”.

No mapa 21, é possível visualizar a quantidade de lotes que já se encontram abandonados. Há ainda a presença de lotes em que já residiram três ou quatro moradores, tendendo também ao abandono.

Um ponto fundamental na discussão da constante troca de moradores nos lotes dos assentamentos, até mesmo o abandono do lote (foto 27), está intimamente vinculado ao abandono do Estado em relação ao atendimento das famílias. O poder público, em todas suas esferas (municipal, estadual e federal), não oferece o mínimo de apoio, orientação ou respaldo financeiro visando alterar a realidade dos assentamentos.

Foto 27 – Casa localizada em um lote abandonado do Assentamento Renascer I.
Foto: Sérgio Aparecido Nabarro. Março/2010.

Durante as entrevistas, muitos assentados falaram do orgulho que têm de trabalhar na terra e produzir alimentos. No entanto, quando questionados sobre o que desejam para o futuro dos filhos, as respostas convergem no sentido de que estudem e trabalhem na cidade. Os poucos que preferem que eles permaneçam no campo desejam que tenham uma vida muito melhor que a de hoje:

> Os meus filhos estudam, um termina o segundo grau [Ensino Médio] esse ano. Eu não sei se eles vão querer morar aqui para sempre, até porque eles vão casar também. Mas, a aqui tem muitos problemas, o dinheiro não é garantido mais, é cada vez menos. Lá na cidade eu acho eles vão ter mais oportunidades para trabalhar e vão ganhar mais porque estão estudando. (entrevista com Dona Maria – assentamento Esperança, realizada por Sérgio Aparecido Nabarro, em: 08/08/2010).

> Meu filho estudou só até a 8ª série. Se ele for para a cidade fica difícil arrumar emprego, né. Mas se ele terminar os estudos acho que fica melhor né. De todo jeito na cidade acho que é melhor para ele. (entrevista com Sr. João Lima – assentamento Fazenda Akolá, realizada por Sérgio Aparecido Nabarro, em: 21/07/2010).

> Eu só tenho um menino, de 10 anos. Ele é muito pequeno ainda, mas eu gostaria que ele ficasse no campo. Mas com uma condição melhor que a minha, mais fácil. (...) Assim, numa propriedade maior, com a terra melhor, porque essa terra aqui pelo amor de Deus! tem muita pedra. (entrevista com Sr. José – assentamento Fazenda Akolá, realizada por Sérgio Aparecido Nabarro, em: 18/07/2010).

Após o exposto, concordamos com a posição de Carvalho Filho, quando o autor analisa um dos mais expressivos programas pautados na reforma agrária de mercado: o Banco da Terra.

> O fato é que o Banco da Terra tem o objetivo estratégico de desqualificar os movimentos sociais organizados – especialmente, deslegitimar o MST – atuando diretamente no âmbito econômico dos trabalhadores desorganizados. Assim, provocaria na correlação das forças políticas e ideológicas envolvidas na luta pela terra, beneficiando os interesses dos latifundiários e subordinando os trabalhadores rurais. As invasões seriam retiradas, os latifundiários receberiam dinheiro à vista por terra e benfeitorias, e os trabalhadores ficariam sob domínio das oligarquias locais, liberadas do respeito à função social da propriedade rural. (CARVALHO FILHO, 2001, p. 223).

Atualmente todos os esforços, tanto das famílias assentadas, quanto de agentes como Banco do Brasil, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e EMATER, convergem no sentido de tentar a individualização das dívidas referentes ao PRONAF e ao financiamento da terra nos assentamentos Fazenda Akolá e Renascer I, onde o contrato de financiamento da terra foi feito pelo aval solidário. No entanto, a individualização das dívidas não resolve os problemas nos assentamentos. Uma vez que 90% das famílias não conseguem pagar suas dívidas com o banco. Portanto, a individualização é mais uma evidência da falência do modelo de reforma agrária de mercado. Caso haja a individualização, apenas 10% irão pagar e 90% continuarão na mesma situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foto 28 – Dona Iolanda. Assentamento Esperança
Foto: Sérgio Aparecido Nabarro – Março/2010.

Na presente pesquisa, buscamos entender o modelo de reforma agrária de mercado, bem como sua inserção nos municípios de Londrina e Tamarana que, por seus contextos histórico, político e social, se configuraram como um expressivo *locus* desse modelo no estado do Paraná. Procuramos retratar o modelo criado pelo Banco Mundial não apenas como uma ferramenta dita de "desenvolvimento" direcionada ao espaço agrário, mas como uma construção ideológica do neoliberalismo, criada no bojo das políticas de ajuste estrutural, que foi incorporada pelo Estado brasileiro no final da década de 1990 com o intuito de conter as tensões sociais existentes no campo. A adoção dessa política neoliberal também visou enquadrar a política agrícola brasileira nos princípios do livre mercado, contanto para isso com o Banco Mundial. No entanto, o discurso era de promover o crescimento econômico e o desenvolvimento social no campo.

> A proposta [o "Novo Mundo Rural"] nada mais é que o enquadramento da política agrária do governo FHC às determinações do FMI. É a manifestação clara da subordinação da economia brasileira ao receituário neoliberal, que vem desde o governo Collor e é aprofundada no governo FHC. (...). Ela é, antes de tudo, uma exigência da política econômica do governo FHC, em função da restrição financeira porque passa o Estado brasileiro, como instrumento auxiliar no combate ao déficit público, o principal vilão, na opinião do governo, dos males e problemas que afetam o país. (LOPES, 1999, p. 4)

Entendemos que a política chamada de "Novo Mundo Rural" trouxe uma série de equívocos. O primeiro deles é a utilização da noção de "agricultor familiar" que parte do pressuposto de que os camponeses não mais o são em virtude de sua maior inserção no mercado. No entanto, para entender o campesinato, e portanto sua existência ou não, é necessário entender seus processos sociais e as relações e valores morais estabelecidos por essa classe social. Apenas do ponto de vista econômico, pelo grau de inserção no mercado, não é possível entender o campesinato e a questão agrária. Portanto, defendemos que, para a elaboração das políticas públicas voltadas para o espaço agrário brasileiro, seja utilizada a noção de *camponês* e não a de "pequeno produtor" ou "agricultor familiar". Estes dois conceitos – o primeiro forjado na década de 1970, de caráter operacional usado para denominar aqueles camponeses chamados de modernizados, e o segundo, criado no início da década de 1990, para se referir à inserção dos camponeses no mercado – estão fundados no fator econômico e despolitizam a questão agrária e não dão conta de explicar a grande questão relacionada ao espaço agrário no Brasil

atualmente: os conflitos entre a territorialidade capitalista frente a territorialidade camponesa. Quando pensamos os processos sociais no campo, o conceito de camponês se mostra fundamental no sentido se compreender a relações sociais estabelecidas.

> Entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida simplesmente. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico – este ele associado ou não ao capital industrial e financeiro – o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas nos campo e ao futuro como possibilidade. (MARQUES, 2002, p. 1)

Outro problema, também relacionado à visão economicista, está relacionado à visão de eficiência dos assentamentos. Para o "Novo Mundo Rural", a capacidade de acumulação e competição no mercado é sempre colocada no centro das preocupações. Nesta perspectiva, essa política procura desqualificar o modelo de reforma agrária tradicional, afirmando, por várias vezes, seus altos custos e o resultado, do ponto de vista econômico, não sendo atingido, pois as famílias assentadas não se inseriam em mercados competitivos. Percebe-se, portanto, que o econômico está sobreposto ao social e a noção de desenvolvimento na realidade se restringe à viabilidade econômica.

A noção de mercado trazida pelo "Novo Mundo Rural" também é um problema a ser observado porque nos parece uma idealização. Ela não leva em consideração a diversidade entre pequenos, médios e grandes produtores, não cogitando a possibilidade de interferência da indústria na relação ou até determinação de preços, parecendo entender o mercado como algo neutro, não afetado por relações e interesses diversos (ALENTEJANO, 2000, p. 92). Também é possível apontar a não diferenciação entre camponeses sem terra e camponeses já proprietários, prova disso foi a extinção do PROCERA, crédito especificamente direciona para atender projetos de reforma agrária, além da criação do Pronaf.

Por conseguinte, ao adotar o modelo de "reforma agrária" do Banco Mundial, o Estado brasileiro adere a um projeto global, maior que os seus interesses no momento da aliança com o órgão financeiro internacional. Além dos empréstimos para diversos programas, entre eles os de desenvolvimento rural, a adesão dessa política se concretiza como uma expansão ideológica do neoliberalismo que objetiva

promover a expansão das relações capitalistas de produção no campo e o livre comércio nos países periféricos.

A penetração das relações capitalistas no espaço agrário brasileiro e seus efeitos nocivos não são recentes. No entanto, a fase atual dessa expansão, iniciada ainda na década de 1990 sob a égide do neoliberalismo, mostra-se ainda mais perversa. De acordo com Harvey (2009, p. 4), concepções neoliberais estão profundamente impregnadas em toda sociedade, sobretudo nas instituições financeiras internacionais, como por exemplo, o Banco Mundial, mentor intelectual e financeiro do modelo de reforma agrária de mercado. Na análise de Harvey (2009, p. 3), o neoliberalismo é prejudicial até mesmo para o próprio capitalismo, pois "a freqüência e a profundidade das crises financeiras aumentaram nos últimos 30 anos de dominação neoliberal, e isso não deixará de ser assim até que desmantelemos a versão neoliberal do capitalismo e, em última análise, o próprio capitalismo".

Uma grave falha do neoliberalismo, entre as muitas que possui, está no papel do Estado nos momentos de crise. O pensamento neoliberal defende que nestes momentos que o Estado deva "socorrer" prioritariamente as instituições financeiras, tendo em vista que, segundo essa linha de pensamento, toda melhoria social, econômica etc. passa obrigatoriamente pela concessão de crédito.

Em primeiro lugar, não é pela concessão de crédito pura e simplesmente que os problemas sociais são eliminados. Em segundo, além de deixar a população na dependência do capital financeiro, o sistema capitalista, sob a ótica neoliberal, gera constantes surtos especulativos, que por sua vez provocam as crises econômicas, como, por exemplo, a crise do mercado imobiliário norte americano em 2008.

Portanto, o Estado brasileiro, ao adotar os programas de reforma agrária de mercado, pautados na ótica neoliberal, atua mais uma vez no sentido de respaldar e garantir a reprodução ampliada do capital no espaço agrário e a subordinação dos camponeses às múltiplas faces do capital (comercial, industrial e financeiro).

O governo atual, chamado de popular ou de esquerda, além de manter o modelo de reforma agrária de mercado, promoveu sua expansão com a criação de outros programas, sendo que os criados no governo FHC (Cédula da Terra, Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural e Banco da Terra) sofreram pequenas modificações e tiveram seus nomes alterados, respectivamente para: Nossa Primeira Terra, Combate à Pobreza Rural e Consolidação da Agricultura Familiar. Dois novos programas, pautados no modelo de reforma agrária de mercado,

também, foram criados com o objetivo de atender populações quilombolas (Terra Negra Brasil) e pessoas resgatadas de condições de trabalho escravo (Terra para a Liberdade).

Além disso, outros elementos evidenciam que, no trato da questão agrária brasileira, o atual governo está associado ao agronegócio. Prova disso foi a promulgação das Medida Provisória 422, de 2008, e 458, em 2009, que regulariza a grilagem de terras na Amazônia, por meio da legalização das posses de até 1.500 hectares, bem como a atual discussão do novo código florestal que anistia os devastadores de áreas que deveriam ter sido preservadas. Ao governar por meio de medidas provisórias[41], defendendo interesses de latifundiários e grileiros, o governo atual coloca em dúvida seu discurso em defesa da democracia.

As tensões sociais no campo, protagonizadas por militantes do MST, foram fundamentais para reação do Estado (adoção da reforma agrária de mercado e elaboração de farto aparo jurídico condenando as ações do movimento). No entanto, o seu papel é de suma importância ao mostrar para a sociedade as leis não cumpridas e os problemas sociais que assolam o país.

Os movimentos sociais contestam a ordem pré-estabelecida, mostrando que os setores competentes são, na realidade, incompetentes. Os movimentos sociais mostram as agruras da vida cotidiana e a apropriação da riqueza, produzida por muitos, nas mãos de poucos.

No caso específico do MST, suas ações de ocupação significam uma tentativa de pressionar o Estado para a realização do cumprimento do Estatuto da Terra no sentido de realizar a reforma agrária. Segundo Oliveira (2001, p. 201), “a pressão feita pelos movimentos sociais com a ampliação das ocupações pressionou o governo FHC a ampliar os assentamentos. Tal fato mostra que a Reforma Agrária, antes de ser uma política propositiva do governo é a necessidade de resposta à pressão social”.

Todo o processo de adesão/implantação do modelo de reforma agrária de mercado é para a desmobilização do movimento e para a fragmentação da luta pela terra. Mas, contraditoriamente, criou uma nova modalidade de (re)criação do campesinato, protagonizada pelo mercado. No entanto, a racionalidade dos

[41] A Medida Provisória é um recurso jurídico, promulgada pelo presidente da república que possui força de lei, que não passa por discussão no poder legislativo antes de sua implantação. No direito, a Medida Provisória é entendida como um recurso a ser usado em momentos de extrema urgência e relevância. (GUERRA, s/d, p. 1).

programas de reforma agrária de mercado ignora a diversidade do grupo de famílias e pressupõe uma situação de realidade comum para todos os camponeses. Além disso, aumenta a subordinação da renda camponesa da terra ao capital, impondo aos camponeses a lógica do capital, alterando assim a sociabilidade característica camponesa para práticas sociais individualistas, marcadas pelos conflitos no interior das práticas sociais nos assentamentos criados por meio de programas de desenvolvimento rural, pautados no modelo de reforma agrária de mercado.

Os assentamentos rurais estudados nesta pesquisa correspondem a uma fração do território no qual ainda predominam as relações não-capitalistas e uma lógica que não é a capitalista, predominante na sociedade.

Concluímos que os projetos de reforma agrária de mercado, mesmo tendo propiciado o acesso a terra, não garantiram às famílias assentadas condições de sustento e pagamento das dívidas, ou seja, maquia o problema da concentração de terras ao invés de solucioná-lo e fortalece os laços de subordinação dos camponeses ao capital. As famílias se vêem cada vez mais subordinadas à lógica capitalista, o que demonstra que os objetivos idealizados pelos criadores do modelo e previsto no documento “Novo Mundo Rural” não se concretizaram. Portanto, o modelo de reforma agrária de mercado foi um discurso idealizado pelo Banco Mundial, “comprado” pelo governo brasileiro, e não um modelo de reforma agrária. No limite, trata-se de uma relação de compra e venda de terras intermediada pelo Estado, que se revelou completamente inviável.

REFERÊNCIAS

Foto 29 – Flor de Maracujá (Assentamento Esperança)
Foto: Sérgio Aparecido Nabarro – Março/2010

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. O que há de novo no Rural Brasileiro? *Terra Livre*, São Paulo, nº 15, p. 87-112, 2000.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. A Mobilidade Sulista e Expansão da Fronteira Agrícola Brasileira. *Agrária*. nº 2. São Paulo, 2005. p. 40-68.

ASSUMPÇÃO, Antônio Gomes; GALINA, Laudenir Aparecido; CONSONI, Reinaldo. Mudanças no Padrão de Desenvolvimento Agro-Industrial: o caso da soja do Norte do Paraná. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, nº 28, vol 4 (out./dez.), 1990.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000-2001 – Luta contra a Pobreza*. Washington, 2001. Disponível em: <http://www.worldbank.com>. Acesso em: 03 mar. 2010.

_____. *Estratégia de Parceria com o Brasil (2008-2011)*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://web.worldbank.org>. Acesso em: 02 jan. 2010.

_____. *Dúvidas mais freqüentes sobre o Banco Mundial*. 2010. Disponível em: <http://web.worldbank.org>. Acesso em: 03 mar. 2010.

BAUINAIN, Antônio Márcio. *Estudo de avaliação dos impactos do Programa Cédula da Terra*. Brasília: NEAD, 2003.

BATISTA, Ederval Everson. *A Questão da Posse e Uso do Solo: o exemplo do assentamento Pari-Paró*. Monografia (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 1996.

_____. *Assentamento Pó de Serra em Londrina-PR: formação sócio-espacial e conquistas*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

_____. A Espacialização (luta) e a Territorialização (conquista) da Terra de Trabalho nos Municípios de Londrina e Tamarana-PR. In: I Simpósio Estadual de Lutas Sociais na América Latina. *Anais do I Simpósio Estadual de Lutas Sociais na América Latina*. Londrina, 2005.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antônio Cabello. *O que são Assentamentos Rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERNARDES, Nilo. Expansão do Povoamento no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, (14) 4, 1952.

BIASE, Laura de. A Condição Feminina na Agricultura e a Viabilidade da Agroecologia. In: *Agrária*, nº 7, p. 33-65. São Paulo, 2007.

BINSWANGER, Hans; DEININGER, Klaus. *Quais são as Perspectivas para a Reforma Agrária?* Washington, 1993. Disponível em: <http://www.bancomundial.org>. Acesso em: 01 mar. 2010.

BOMBARDI, Larissa Mies. *O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. O papel da Geografia Agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. *Geousp*. nº 14, São Paulo, 2003, p. 107-117.

BONI, Paulo César. *Fincando Estacas! A história de Londrina (década de 1930 em textos e imagens)*. Londrina: Edição do Autor, 2004.

BORÓN, Atílio. Las *"Reformas del Estado" en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática*. Buenos Aires, 2004. Disponível em: <http://www.clacso.org>. Acesso em: 03 fev. 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRANDENBURG, Alfio. *Agricultura Familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

BRASIL. Ministério Extraordinário de Política Fundiária. *O Banco da Terra*. Brasília, 1999.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Nº 5. Rio de Janeiro, 1995. p. 5-31.

BURKI, Shahid Javed; PERRY, Guillermo. *The Long March: a reform agend for Latin America and the Caribbean in the next decade*. Washington: World Bank, 1997.

CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura Paranaense: 1900-1970*. Curitiba: Grafipar, 1981.

CARVALHO, Lidiane. *O Banco da Terra em Santa Catarina: da crítica às possibilidades*. Dissertação (mestrado em Ciências Agrárias). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

CARVALHO, Márcia Siqueira de. *A Pequena Produção de Café no Paraná*. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo, 1991. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

_____. O Uso do Solo na Década de 1960 no Norte do Paraná e a Política Cafeeira. *Geografia.* Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina – vol. 8, nº. 2 (Jul/1999). Londrina: Eduel, 1999.

_____. A Perda e a Conquista da Terra no Norte do Paraná. In: CARVALHO, Márcia Siqueira de (Org.). *Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Londrina: Eduel, 2003.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. Política Agrária do Governo FHC: desenvolvimento rural e a nova "Reforma Agrária". In: LEITE, Sérgio (org.). *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001, p. 193 – 223.

CHAIA, Vera Lúcia Michalany. *Os Conflitos de Arrendatários em Santa Fé do Sul – SP (1959 – 1969)*. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CHAYANOV, Alexander von. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

_____. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (Orgs.). *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 59-80.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Dossiê IV Grito da Terra Brasil*. Brasília, 1997. (mimeo).

_____. Editorial. *Boletim O Trabalhador Rural*. Brasília: CONTAG, 15/04/1999, p. 2-2.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. *Manifesto da CPT – 28/06/2000*. Disponível em: <http://www.cpt.org.br>. Acesso em: 20 jul. 2010.

_____. *Conflitos no Campo – Brasil 2002*. Goiânia: CPT Nacional, 2003.

DELFIN NETO, Antônio. *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo: IPEA/USP, 1981.

DINIZ, Mônica. Sesmarias e Posse de Terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. *Histórica*, nº 2, (junho/2005). São Paulo: Arquivo Estado, 2005.

DOMINGOS NETO, M. O "Novo Mundo Rural". In: MARTINS, Mônica Dias (Org.). *O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004.

EDUWARDS, Sebastian. *Crisis y Reforma en América Latina: del desconsuelo a la esperanza*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1997.

EL-GHONEMY, Mohamad. Riad. *Agrarian reform between government intervention and market mechanism*. Texto apresentado na Conference on Agrarian Reform and Rural Development, Cairo, Egito, 4 a 7 de março de 2002. Disponível em: <http://www.aucegypt.edu/src/conf_site/papers.htm>. Acesso em: 02 jan. 2010.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Mapa de Solos do Estado do Paraná*. Rio de Janeiro: Instituto Agronômico do Paraná, 2008.

_____. *História da Soja*. Londrina, 2005. Disponível em: <http://www.cnpso.embrapa.br>. Acesso em: 20 jul 2010.

ESTATUTO DA TERRA. Lei 4.504 de 30/11/1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>. Acesso em: 12 fev. 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FREIRE. Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FRESCA, Tânia Maria. *Transformações da Rede Urbana no Norte do Paraná: um estudo comparativo de três centros*. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo, 2000. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

_____. Mudanças Recentes na Expansão Físico-territorial de Londrina. *Geografia.* Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina – vol. 11, nº. 2 (jul/dez 2002). Londrina: Eduel, 2002.

GERCA. *Relatório do ano de 1962*. Londrina: Instituto Brasileiro do Café (IBC), 1963.

_____. *Relatório do ano de 1963*. Londrina: Instituto Brasileiro do Café (IBC), 1964.

_____. *Relatório do ano de 1964*. Londrina: Instituto Brasileiro do Café (IBC), 1965.

_____. *Relatório do ano de 1965*. Londrina: Instituto Brasileiro do Café (IBC), 1966.

_____. *Relatório do ano de 1969*. Londrina: Instituto Brasileiro do Café (IBC), 1970.

GERMANI, Guiomar. A Implantação dos Programas Orientados pelo Modelo de Reforma Agrária de Mercado no Estado da Bahia. In: SAUER, Sérgio; MENDES PEREIRA, João Márcio (Orgs.). *Capturando a Terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GOMÉZ, Jorge Ramón Montenegro. Questão Agrária e Desenvolvimento Rural: O Controle Social do Estado no Meio Rural Brasileiro. In: THOMAZ JUNIOR, Antônio (Org.). *Geografia e Trabalho no Século XXI*. Presidente Prudente: Centelha, 2004.

GROPPO, Paolo. *La FAO y la reforma agrária em América Latina: hacia uma nueva visión*. 1997. Disponível em: <http://www.fao.org>. Acesso em: 02/02/2010.

GUERRA, Carlos Eduardo. *Direito Constitucional: a medida provisória*. Disponível em: <http://www.vemconcursos.com/opiniao/index.phtml?page_id=564> s/d. Acesso em: 20 ago. 2010.

GUIZZO, João. *Trabalhando com Mapas*. São Paulo: Ática, 1989.

HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo não Acabou*. 2009. Disponível em: <http://pagina-um.blogspot.com>. Acesso em: 20 jan. 2010.

HARTWICH, Oliver Marc. *Neoliberalism: the gênesis of a political swearword*. Saint Leonards: Independent Studies, 2009.

HEGEDÜS, András. A Questão Agrária. In: HOBSBAWN, Eric (Org.). *História do Marxismo IV: o marxismo na época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOFFMANN, Maria Luisa; PIVETA, Patrícia. O nascimento de Londrina deu início ao processo de colonização do Norte do Paraná. In: BONI, Paulo César (Org.). *Certidões de Nascimento da História: o surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá*. Londrina: Planográfica, 2009.

IBGE. Instituto Nacional de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário*, 1970.

_____. *Censo Agropecuário*, 1980.

_____. *Censo Demográfico*, 1970.

_____. *Censo Demográfico*, 1980.

_____. *Censo Demográfico*, 1991.

_____. IBGE Cidades. *O Município de Tamarana-PR*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 02 jan. 2010. Documento sem data.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *O que é Módulo Fiscal?* 2008. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal>. Acesso em: 12 fev. 2010.

IPARDES. Instituto de Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Perfil do Município de Tamarana*, 2009. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 02 mar. 2010.

ITAIPU. Usina Hidrelétrica de Itaipu. *Histórico da Usina Hidrelétrica de Itaipu*. 2007. Disponível em: <www.itaipu.gov.br>. Acesso em: 02 mar. 2010.

JAHNEL, Teresa Cabral. As Leis de Terras no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia.* nº. 65. São Paulo: AGB, 1987.

JORNAL DE LONDRINA. Paraná tem terra para todos os acampados, diz INCRA. *Jornal de Londrina*: Londrina, 20 maio 2010. Vida e Cidadania, p. 5-5.

KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KOEHNE, André. Brasil Celeiro. Disponível em: <http://commons.org/wiki/File:Brasil_celeiro.png>. 2009. Acesso em: 10 mai. 2010.

LEÃO, M. C. *O Parque Arthur Thomas e a Usina do Ribeirão Cambé*. Monografia (Bacharelado em História). Londrina, 1996. Universidade Estadual de Londrina.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde ... *[et alii.]. Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.* Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: UNESP, 2004.

LEHER, Roberto. *O que faz o Banco Mundial Quando Constrói a Era do Mercado? Educação como Núcleo da Reformulação Ideológica*. Tese (Doutorado em educação). São Paulo, 1997. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo.

LEMES, Francismar. 1975: Ninguém Esquece. *Folha de Londrina.* Londrina, 27 mai. 2006. Caderno Cidades.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 1954.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. *Comentário sobre o "Novo Mundo Rural" ou a "Nova Reforma Agrária" do Governo FHC*. Sergipe, 1999. (Mimeog.).

LOPEZ, André Porto Ancona; PENTEADO, Matheus Vinícius; NASCIMENTO, Luiz Miguel do. Norte do Paraná Sob vigilância: mapeamento e digitalização de fotografias produzidas pela DOPS-PR referentes à região Norte do Estado. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, 13, mai. 2008.

LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. *A atualidade do uso do conceito de camponês*. In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa, 2002.

MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra*. São Paulo: LECH/USP, 1981.

_____. *Não há Terras para Plantar neste Verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. *O Poder do Atraso: ensaios de sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. *Revista Tempo Social*: São Paulo, USP, vol. 11, nº 2, p. 97-128, 2000.

_____. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. *Revista Tempo Social*: São Paulo, USP, vol. 15, nº 2, p. 141-175, 2003.

_____. MST: a dependência oculta. *Folha de São Paulo*: São Paulo, 21 mai. 2005. Tendências e Debates, p. 3-3.

_____. A quaresma vermelha dos sem-terra. *O Estado de São Paulo*: São Paulo, 12 mar. 2006. Caderno “Aliás, a semana revista”, p. J3.

_____. O “abril verde” do outro lado do MST. *O Estado de São Paulo*: São Paulo, 06 mai. 2007a. Caderno “Aliás, a semana revista”, p. J5.

_____. A nova face da questão agrária. *O Estado de São Paulo*: São Paulo, 18 maio 2007b. Caderno “Aliás, a semana revista”, p. J3.

_____. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Relatório de Famílias Beneficiadas pelo Programa Cédula da Terra*. 2006. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/creditofundiario>. Acesso em: 03 fev. 2010.

_____. *Relatório de Famílias Beneficiadas pelo Programa Banco da Terra*. 2007. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/creditofundiario>. Acesso em: 03 fev. 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: UNRISD, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma Agrária no Brasil: História e Atualidade da Luta pela Terra*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio Pereira. *Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004.

MENDES PEREIRA, João Márcio. *O Modelo de Reforma Agrária de Mercado do Banco Mundial em Questão: o debate internacional e o caso brasileiro*. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFFRJ).

_____. *O Banco Mundial como Ator Político, Intelectual e Financeiro (1944 – 2008)*. Tese (Doutorado em História). Niterói, 2009. Universidade Federal Fluminense.

MICHELLI JUNIOR, Odair. A Questão Agrária no Marxismo Europeu. *Revista Urutaguá*, nº 3, ano 1, dez/2001. Maringá, 2001.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA. *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural*. Brasília, 1999.

MONBEIG, Pierre. *Ensaios de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Bases da Formação Territorial do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.

MÜLLER, Nice Lecocq. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná. *Boletim Paulista de Geografia,* nº 22. Março de 1956.

NABARRO, Sérgio Aparecido; TSUKAMOTO, Ruth Youko; ASARI, Alice Yatiyo (et al.). A Conquista da Terra e a Luta pela Sobrevivência. In: *Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006.

NABARRO, Sérgio Aparecido. Processos de Ocupação e Desenvolvimento da Região Norte do Estado do Paraná. In: XI Encuentro de Geógrafos de América Latina - Geopolítica, globalización y cambio ambiental: retos en el desarrollo latinoamericano. *Anais do XI Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Bogotá – Colômbia, 2007a.

_____. *O Banco da Terra em Tamarana-PR: o caso dos Grupos Renascer II e III*. Monografia (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina, 2007b.

NEW HOLLAND. *Prêmio New Holland de Fotojornalismo*. LIC: Curitiba, 2008.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. *Uma Leitura dos Conflitos na Produção do Assentamento Rural da Fazenda Jupira no Município de Porto Feliz*. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

OLALDE, Alicia Ruiz. *Programa de Crédito Fundiário (PCT e PCF) no Estado da Bahia (Brasil): de 1997 a Atualidade*. IGEO/UFBA/CNPq. Salvador, 2006. 20 p. (mimeo).

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. *A Contra-reforma Agrária e os Camponeses no Ceará*. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo, 2005. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e Indústria no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia,* nº 28, AGB. São Paulo, 1981.

_____. A Pequena Produção Mercantil no Brasil. In: V Encontro Nacional de Geógrafos. *Anais do V Encontro Nacional dos Geógrafos.* Porto Alegre: AGB, 1982.

_____. *Integrar para (não) Entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: Papirus, 1988.

_____. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados: Dossiê Desenvolvimento Rural*. Vol. 15, nº 43. São Paulo: Instituto de Estudos Avaçados, 2001.

_____. *Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná*. Hucitec: São Paulo, 1981.

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Debates Econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho; SANTOS, Raimundo (Orgs.). *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PAULIELLO, Renata Medeiros. Posse da Terra e Conflitos Sociais no Campo. Texto baseado em: _____. *Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: a posse como direito e estratégia de apropriação*. Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Sujeição da Renda Camponesa da Terra no Contexto da Monopolização do Território pelo Capital. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas*, vol 1, nº 1, ano 1. Três Lagoas: AGB, 2004.

_____. *Por uma Geografia dos Camponeses*. São Paulo: UNESP, 2006.

PEREIRA, Luciene Maria Pires. Portugal e Brasil: um estudo comparado acerca da distribuição de terras. In: Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão, 2008. *Anais do Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão*. São Paulo, 2008. Universidade de São Paulo.

PONTE, Karina Furini. *Uma Análise Geográfica das Novas Ruralidades e do Controle Social nas Vilas Rurais da Paz em Rolândia e João Inocente em Cambé*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente, 2004. Universidade Estadual Paulista.

PORTO, José Costa. *O Sistema Sesmarial no Brasil*. Brasília. Edunb, 1965.

POZZOBON, Irineu. *A Epopéia do Café no Paraná*. Londrina: Grafmarke, 2006.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1953.

_____. *A Questão Agrária no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

REYDON, Bastiaan; PLATA, Ludwig. *Evolução Recente do Preço da Terra Rural no Brasil e os Impactos do Programa Cédula da Terra*. 2002. Disponível em: <www.nead.org.br/download.php?form=.pdf&id=201>. Acesso em 02 mar. 2010.

REZENDE, Marcelo; MENDONÇA, Maria Luisa. A Contra-Reforma Agrária no Brasil. In: MARTINS, Mônica Dias (Org.). *O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004.

ROS, César Augusto. A implementação do Banco da Terra no Rio Grande do Sul: uma leitura política. In: SAUER, Sérgio; MENDES PEREIRA, João Márcio (Orgs.). *Capturando a Terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Prefácio. BOMBARDI, Larissa Mies. *O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa*. São Paulo: Annablume, 2004.

SANTOS, Fábio Fraga. *Políticas Fundiárias e Desenvolvimento Local: o papel do Banco da Terra na reconstrução do rural*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Curitiba, 2005. Universidade Federal do Paraná.

SAPRIN. Sociedad Civil para la Revisión Participativa de las Políticas de Ajuste Estrutural. *Las Políticas de Ajuste Estructural en las Raices de la Crisis Económica y la Pobreza*. Washington, 2002. Disponível em: <http://www.saprin.org>. Acesso em 02 jan. 2010.

SAUER, Sérgio. A Terra por uma Cédula: estudo sobre a reforma agrária de mercado. In: MARTINS, Mônica Dias (Org.). *O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004.

SAUER, Sérgio; MENDES PEREIRA, João Márcio. História e Legado da Reforma Agrária de Mercado no Brasil. In: SAUER, Sérgio; MENDES PEREIRA, João Márcio (Orgs.). *Capturando a Terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SERRA, Elpídio. *Processos de Ocupação e a Luta pela Terra Agrícola no Paraná*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista – Rio Claro, 1991.

_____. Colonização, Uso da Terra e Conflitos Rurais no Paraná. In: XII Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevidéu - Uruguai. *Anais do XII Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Universidad de la República del Uruguay.

SHANIN, Theodor. *A Definição de Camponês: conceituação e desconceituação. O velho e o novo em uma discussão marxista*. Petrópolis: Estudos, 1980.

SILVA, Tânia Paula da; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A Experiência do Trabalho Coletivo e as Transformações Territoriais no Assentamento São Manoel, em Anatácio/MS. *Geografia.* Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina – vol 11, nº 2 (Jul/Dez 2002). Londrina: Ed. UEL, 2002.

SILVA, Diânice Oriane da. *Posse e Uso da Terra no Brasil: o caso do assentamento Água da Prata (Apucaraninha) em Tamarana-PR*. Monografia (Bacharelado em Geografia). Londrina, 1998. Universidade Estadual de Londrina.

_____. O Conflito entre Posseiros e Indígenas: a agricultura camponesa pós reforma agrária no assentamento Água da Prata em Tamarana-PR. In: ASARI, Alice Yatiyo (Org.). *Contribuições Geográficas: 10 anos do PET*. Londrina: Humanidades, 2005.

SILVA, Daniela Doms Godinho. *Assentamentos Rurais e Alterações na Dinâmica Sócioespacial Local: o caso de Tamarana-PR*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Londrina, 2007. Universidade Estadual de Londrina.

SMITH, Roberto. *Propriedade da Terra e Transição: um estudo da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SOUZA, I. S. F. Condicionantes da Modernização da Soja no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, nº 28, vol 2 (out./dez.), 1990.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. *História do Paraná: do século XVI à década de 1950*. Londrina: Eduel, 2002.

SUZUKI, Júlio César. *A Gênese da Moderna Cidade de São Paulo: uma contribuição da Geografia Urbana à história da cidade*. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo, 2002. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

THOMPSON, Edwrad Palmer. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMAZI, Nelson Dácio. *Certeza de Lucro e de Direito de Propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná*. Dissertação (Mestrado em História). Assis, 1989. Universidade Estadual Paulista.

TSUKAMOTO, Ruth Youko; ASARI, Alice Yatiyo. Assentamentos Rurais e Agricultura Familiar: processo de territorialização e perspectivas de auto-sustentação. In: *Geografia.* Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina – vol 12, nº 1 (Jan/Jun 2003). Londrina: Eduel, 2003.

_____. Assentamentos Rurais e a Reordenação Econômico-espacial de Tamarana-PR. In: II Simpósio Internacional de Geografia Agrária. *Anais do II Simpósio Internacional de Geografia Agrária*. Presidente Prudente, 2005.

VITOR, Andréa Dias; SAUER, Sérgio. *Estudo sobre a política do Banco Mundial para o setor agrário brasileiro com base no caso do Cédula da Terra*. Brasília: CPT, 2002.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. *Norte Velho, Norte Pioneiro*. Curitiba: Vicentina, 1987.

_____. *História do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1988.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Ocupação do Paraná. *Cadernos Migratórios*, nº 7, vol. 3. São Paulo, 1988.

WHEEN, Francis. *Karl Marx*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WOORTMAN, Klass. Com Parente não se Neguceia: o campesinato como ordem moral. In: *Anuário Antropológico n° 87*. Brasília. Ed. UNB, 1990, p. 11-73.

WOORTMANN, Klass; WOORTMANN, Ellen. Monoparentalidade e Chefia Feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. In: XIII Encontro Nacional de Estudos

Populacionais. *Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Ouro Preto, 2002.

_____. *O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Ed. UNB, 1997.

APÊNDICE

Foto 30 – Limoeiro (Assentamento Akolá)
Foto: Sérgio Aparecido Nabarro – Março/2010

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Assentamento: _____ Data ___/___/_____

Nome do Entrevistado: _____

I – Observar e anotar: localização da casa no assentamento, descrever a topografia da propriedade, existência de matas naturais, como é o abastecimento de água (poço, rio, etc.), as condições de moradia, equipamentos domésticos, benfeitorias. Se for possível, elaborar um croqui.

_____
_____
_____
_____
_____

II – História de Vida

Nome	Sexo	Parentesco	Idade	Religião	Escolaridade	Local de Nascim. (Cidade/Estado)	Local de Trabalho e Função

Onde viviam seus pais? _____ ( ) ZU ou ( ) ZR
Onde viviam seus avós?_____ ( ) ZU ou ( ) ZR

Locais de deslocamento (Cidade / Estado)	Tempo de Permanência	ZU	ZR	Atividade exercida	Motivos da mudança

III - História do Assentamento

1 – Está no Assentamento desde o início? ( ) Sim ( ) Não Desde de quando (mês/ano) _____/_____
2 – Qual era a área da propriedade? _____
3 – A quem pertencia essa área? _____
4- Qual era o uso da terra? ( ) Lavoura ( ) Pasto ( ) Mata ( ) Terras não utilizadas. ( ) Outros _____
_____

5 - O que era plantado antes?_____
_____

6 – Como ficou sabendo da área? _____
_____

7 – Como ficou sabendo do Programa Banco da Terra?_____
_____

8 - Como entrou no Programa Banco da Terra? _____
_____
_____

9 – Quanto tempo demorou a negociação? _____
_____
_____

10 – Quais foram os critérios usados para a distribuição dos lotes? _____
_____
_____
_____

11 – Quando vieram para o assentamento houve algum tipo de auxílio para o início da produção ou para fazer alguma obra de infra-estrutura na propriedade? ( ) Sim ( ) Não. Quais? _____
_____
_____
_____

12 – Quais foram as dificuldades enfrentadas no início? _____
_____
_____

13 – O financiamento do Banco da Terra é por quanto tempo? _____
_____
_____

14 – Qual é a forma de pagamento? _____
_____
_____

15 – Como está o pagamento das parcelas? _____
_____
_____

IV – Quanto ao estabelecimento agrícola

1 – Qual é a área do seu lote? _____

2 – Está satisfeito com o tamanho do lote? ( ) Sim ( ) Não. Por que?

_____

_____

3 – O que o senhor cultiva atualmente?

Tipo de cultura	Área da cultura (hectare)	Quantidade produzida
Tipo de criação	Área de pasto	Produção de leite (L/dia)
Área de mata		
Horta		
Pomar		

4 – Criação

( ) Bovino de corte. Nº de cabeças _____ ( ) Bovino de leite. Nº de cabeças _____

( ) Suíno. Nº de cabeças _____ ( ) Eqüino. Nº de cabeças _____ ( ) Aves. Nº de cabeças _____

( ) Piscicultura. Quantidade _____

5 – Recebe orientação técnica? ( ) Sim ( ) Não. Caso afirmativo. De quem? _____

_____

6 - Está satisfeito com a orientação recebida? ( ) Sim ( ) Não. Por que? _____

_____

7 – Por que escolheu cultivar estes produtos? Teve alguma orientação? _____

_____

_____

8 – O senhor utiliza:
Adubos ( ) Sim ( ) Não
Inseticida ( ) Sim ( ) Não
Calcário ( ) Sim ( ) Não
Herbicida ( ) Sim ( ) Não
Trator ( ) Sim ( ) Não. Caso afirmativo. ( ) Próprio ( ) Alugado. De quem _____. Valor _____
Plantadeira ( ) Sim ( ) Não
Roçadeira ( ) Sim ( ) Não
Pulverizador ( ) Sim ( ) Não
Arado ( ) Sim ( ) Não
Grade ( ) Sim ( ) Não
Irrigação ( ) Sim ( ) Não

9 – Como é feita a colheita? ( ) Manual ( ) Mecanizada. ( ) Outra forma _____
_____

10 – Está enfrentando alguma dificuldade para desenvolver a lavoura? ( ) Sim ( ) Não. Por que? _____
_____
_____

11 – Conhece a agricultura orgânica? ( ) Sim ( ) Não. Caso afirmativo. O que acha? _____
_____
_____

12 – Onde comercializa a produção? _____ Para quem? _____
Quem transporta o produto? ( ) Comprador ( ) Produtor. Outra forma _____
Quanto paga pelo frete?_____

13 – Os preços são satisfatórios ( ) Sim ( ) Não. Por que? _____
_____
_____

14 – O senhor faz financiamentos? ( ) Sim ( ) Não. Caso afirmativo. Qual? _____
Para que? _____
_____

15 – Tem conseguido pagar o financiamento? ( ) Sim ( ) Não. Caso negativo. Por que? _____
_____

16 – Qual a renda familiar? _____

17 – Tem algum aposentado na família? ( ) Sim ( ) Não. Caso afirmativo. Quantos? _____
_____

V – Relações de trabalho

1 – Quantas pessoas da família trabalham na propriedade? _____

2 – Alguma pessoa da família trabalha fora da propriedade? ( ) Sim ( ) Não. Caso positivo. Quantas? _____. Onde? _____ Para que?_____
_____
3 – Contrata mão-de-obra temporária? ( ) Sim ( ) Não. Caso afirmativo. Para que? _____

_____

4 – Utilizam troca de dias de serviços? ( ) Sim ( ) Não. Caso afirmativo. Para que? _____
_____

VI – Infra-estrutura da propriedade

1 – Água ( ) encanada ( ) local de captação _____
Energia elétrica ( ) Sim ( ) Não
Destino do lixo: _____

2 – Quais os bens que o senhor possui?
( ) TV ( ) Geladeira ( ) Fogão ( ) Aparelho de som ( ) Bicicleta ( ) Máquina de lavar roupa
Veículo ( ) Passeio ( ) Caminhão ( ) Moto ( ) Carroça ( ) Trator

VII – Infra-estrutura do Assentamento

1 – Tem posto de saúde próximo ao assentamento? ( ) Sim ( ) Não. Onde?_____
_____

2 – Conta diariamente com funcionários da saúde? ( ) Sim ( ) Não. Caso negativo, quantas vezes por semana? _____

3 – Em caso de emergência, onde o doente é socorrido? _____
_____

4 – Há escola no assentamento? ( ) Sim ( ) Não. Onde? _____

5 – Há transporte para levar os estudantes para a escola? ( ) Sim ( ) Não. Quem? _____

6 – Contam com telefone próximo ao assentamento? ( ) Sim ( ) Não _____

7 – Há quantos horários de ônibus para o município mais próximo? _____

8 – Onde fazem as compras? _____

9 – Quais são os principais produtos adquiridos no mercado? _____
_____

10 – Alguma entidade ajuda vocês com alimentação, medicamentos etc? ( ) Sim ( ) Não. Quem? _____
_____

11 – O que vocês fazem nos finais de semana? ( ) Futebol ( ) TV ( ) Igreja ( ) Festas ( ) Outros ____
_____

VIII – Opiniões

Quanto ao MST

1 – Porque escolheu o Banco da Terra e não entrou para a luta do MST? _____
_____

2 – O senhor já participou de alguma passeata ou movimento ligado ao MST? ( ) Sim ( ) Não. Por que?
_____

3 – O senhor conversa com seus filhos sobre a falta de terras para as pessoas que precisam plantar e não tem terra? ( ) Sim ( ) Não. Por que? _____

4 – O senhor sabe o que é reforma agrária? ( ) sim ( ) não.

5 – O senhor acha que está havendo reforma agrária no Brasil? ( ) Sim ( ) Não. Por que? _____
_____

6 – Há algum político que tem contato com vocês? ( ) Sim ( ) Não. Quem? _____
_____

7 – Tem contato com a comunidade? ( ) Sim ( ) Não. Onde? _____
( ) outros assentamentos mais próximos.

8 – Pelo fato de ser do Banco da Terra e a maioria dos assentamentos de Tamarana ser do MST, vocês do Banco da Terra já sofreram algum tipo de discriminação, ou de violência? ( ) Sim ( ) Não. Caso positivo, que tipo? _____

IX – Quanto ao futuro do Assentamento

1 – O que o senhor planeja para o futuro dos seus filhos? _____
_____

2 – O que precisa melhorar no assentamento? _____
_____

3 – O que o senhor planeja desenvolver no seu lote? _____
_____

4 – Como foi formada a associação? _____
_____

5 – Estão satisfeitos com a associação? ( ) Sim ( ) Não. Atividades? _____
_____

6 – Existe alguma influência da associação na comercialização dos produtos? ( ) Sim ( ) Não. Caso positivo. Como? _____

7 – O senhor está satisfeito nesse assentamento? ( ) Sim ( ) Não. Por que? _____
_____

Quanto ao meio ambiente

1 – Há alguma preocupação com a preservação da natureza? ( ) Sim ( ) Não. Caso positivo, como? _____

2 – O senhor faz a tríplice lavagem após o uso de agrotóxicos? ( ) Sim ( ) Não

3 – Onde são armazenadas as embalagens? Por quanto tempo? _____
_____

4 – O que faz com as embalagens? _____
_____

5 – O senhor sabe o que é a Mata Ciliar? ( ) sim ( ) não

6 – Em sua opinião, qual a importância da mata ciliar? _____
_____

7 – Existia reserva de mata quando o senhor chegou ao assentamento? ( ) Sim ( ) Não. A área continua a mesma? ( ) Sim ( ) Não. _____
_____

Observações gerais sobre o lote

_____
_____
_____
_____
_____
_____

ANEXOS

Foto 31 – Questão Agrária
Fonte: http://portalcomunista.blogspot.com – acesso em 10/08/2010.

ANEXO A – NOVO MUNDO RURAL

AGRICULTURA FAMILIAR, REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA UM NOVO MUNDO RURAL

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL COM BASE NA EXPANSÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUA INSERÇÃO NO MERCADO

A proposição central do programa tratado neste documento é a de promover o desenvolvimento sócio-econômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais – que compreendem pequenos e médios centros urbanos –, usando como vetores estratégicos o investimento na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação e no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas.
São premissas dessa proposição:

1. O modelo de desenvolvimento focado na industrialização concentrada em áreas metropolitanas e na agricultura patronal encontra-se em crise;

2. A concentração de riqueza e de renda afeta negativamente o crescimento econômico e causa crescente exclusão social; ao contrário, a redistribuição de ativos (especialmente terra e educação) proporciona desenvolvimento e redução da pobreza;

3. Os trabalhadores rurais assentados pela reforma agrária, depois de receber os investimentos básicos, são, a rigor, agricultores familiares, só se diferenciando uns dos outros pela forma de entrada no sistema e pelo handicap dos primeiros quanto à capitalização e, na maioria, quanto aos conhecimentos necessários para o manejo da terra e da produção;

4. Em conseqüência, devem ser unificadas as políticas de apoio creditício e de assistência técnica, para maior eficácia da alocação de recursos públicos escassos;

5. O foco no desenvolvimento local e regional exige efetiva descentralização das ações e democratização das decisões;

6. Tornou-se necessário um novo desenho institucional para a reforma agrária e a agricultura familiar, capaz de articular todas as instâncias do poder público e da sociedade que devem se envolver na promoção do novo mundo rural.

1. O NOVO MUNDO RURAL

Com base na experiência histórica dos países desenvolvidos e na dos países emergentes mais bem-sucedidos, deve-se pensar que a passagem da economia capitalista para a fase socialmente articulada de desenvolvimento dificilmente pode prescindir de um conjunto de políticas públicas que libere o potencial da agricultura familiar.

Na prática, a proposta defende a revalorização do mundo rural firmando-se numa nova concepção do desenvolvimento sócio-econômico, formulada mais num quadro territorial do

que setorial. O rural não se confunde com o agrícola e a perspectiva setorial deve ser substituída pela perspectiva territorial, tendo como elemento central as potencialidades específicas de cada local, valorizadas pela dinâmica da globalização.

Nesse contexto, o meio rural deve ser percebido (e valorizado) em quatro dimensões centrais:

A de espaço produtivo, dominantemente agrícola e agro-industrial, mas com crescentes opções de múltiplas atividades;

A de espaço de residência, tanto para os agricultores como para trabalhadores urbanos que optam por um padrão de moradia diferenciado no cotidiano ou nos fins de semana;

A de espaço de serviços, inclusive os de lazer, turismo, etc.;

A de espaço patrimonial, como base de estabilidade das condições de subsistência, valorizado pela preservação dos recursos naturais e culturais.

É importante salientar que o crescimento industrial e a ampliação das cidades médias não leva, necessariamente, à melhor distribuição da renda, nem sequer à redução do nível de pobreza urbana. O que torna ainda mais atual a idéia de que, no campo, existem oportunidades de geração de renda capazes de promover melhor integração das populações que aí vivem à dinâmica urbana do que sua simples migração em direção às cidades.

No Brasil atual, com a modernização tecnológica, a forma de agricultura patronal está empregando cada vez menos trabalhadores. Enquanto isso, a forma de agricultura familiar tende a exibir um perfil essencialmente distributivo e seus sistemas poliprodutivos de cultura e criação, aliados à boa maleabilidade de seu processo decisório, também trazem imensas vantagens comparativas sob o prisma ambiental. Por isso, os benefícios de uma estratégia de desenvolvimento rural que dê prioridade à promoção da agricultura familiar começam a ser percebidos pela sociedade brasileira.

2. ANTECEDENTES

O meio rural, incluídos os pequenos municípios, abriga cerca de um terço da população brasileira. Dentro desse contingente está o público-meta da presente proposta, um público grande e heterogêneo, demandando tratamentos diferenciados. Estima - se em aproximadamente 4 milhões o número de estabelecimentos familiares rurais existentes no Brasil. Desses, cerca de 10% - 414 mil famílias - correspondem àqueles que participaram de projetos de reforma agrária a partir de 1985, os quais se distribuem por mais de 3 mil assentamentos em 1.159 municípios brasileiros.

Em toda a história brasileira, somente a partir de 1996, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, os agricultores familiares conquistaram uma atenção maior do governo federal e ações específicas destinadas a promover a melhoria das suas condições de vida.

Esse programa, vinculado ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento e executado de forma descentralizada e participativa, começou a mudar a trajetória da agricultura familiar pela implementação de quatro linhas básicas de ação:

Negociação com órgãos setoriais para ajustamento de políticas públicas à realidade dos

agricultores familiares;

Apoio aos municípios, financiando infra-estrutura e serviços; Financiamento da produção da agricultura familiar; Capacitação e profissionalização de agricultores familiares.

Praticamente no mesmo período, de 1995 a 1998, ocorreu o maior ritmo de criação de novos agricultores de que se tem notícia no país e em quase todo o mundo: mais de 287 mil famílias foram assentadas em projetos de reforma agrária.

A mesma energia com que os movimentos sociais conseguiram despertar a sociedade para a necessidade de apoiar a agricultura familiar e expandi-la com a reforma agrária tem motivado a busca de novos caminhos para o desenvolvimento sustentável no meio rural brasileiro, em todas as dimensões relacionadas a esse conceito: econômica, sócio-cultural, ambiental, político-institucional e tecnológica. Tanto o MA/SDR quanto o MEPF/INCRA têm procurado aperfeiçoar suas estratégias e ações, criando novos elementos que possam melhorar a qualidade de vida de antigos e novos agricultores familiares.

Por exemplo, em 1998 o governo federal lançou o PRONAF Agroindústria, com o objetivo de incentivar e apoiar a inserção associativa de agricultores familiares ao agronegócio, pela "formação de conglomerados de pequenas e médias agroindústrias interligadas a uma central de serviços de qualidade de processamento e de mercado, gerenciada por eles" (PRONAF Agroindústria, MA/SDR/DIER, mimeo., Brasília, setembro/1998).

No início daquele mesmo ano, o INCRA lançava o seu Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos (INCRA/DP, mimeo., Brasília, fevereiro/1998), com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária.

Uma das iniciativas decorrentes desse plano de ação foi o Programa de Verticalização da Produção dos Assentamentos (INCRA/DP, mimeo., agosto/1998), com propósitos idênticos aos do PRONAF Agroindústria.

A duplicidade de instrumentos, o paralelismo de esforços e a superposição de ações, com o conseqüente desperdício de recursos públicos, são assim freqüentes. Têm causa na ausência pura e simples de articulação interministerial, mas também, talvez principalmente, na adoção de um conceito equivocado que estabelecia diferenciação artificial entre agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Essa diferenciação artificial tendia a consolidar-se como privilégio real para a parcela dos agricultores familiares oriunda da reforma agrária. Pelo regime vigente, os assentados estariam recebendo créditos para custeio e investimentos altamente subsidiados por tempo indefinido (que a prática tem demonstrado ser sempre muito longo), enquanto seus vizinhos, agricultores familiares que tiveram acesso à terra por compra ou herança, continuariam contando com subsídios muito menores. A correção de uma injustiça social estava criando outra injustiça.

Além disso, o próprio sucesso quantitativo da reforma agrária nos últimos quatro anos tornou o antigo regime inviável financeira e administrativamente. Por um lado, a demanda pelos créditos do Procera aumentou exponencialmente; por outro, o INCRA não tem estrutura para permanecer cuidando da vida das 414 mil famílias assentadas e continuar aumentando esse número com novos assentamentos.

Levantamento preliminar indica que os assentados de 1995 para cá devem ao Tesouro Nacional - a toda a sociedade contribuinte, vale dizer - algo como R$ 5,8 bilhões, para

pagamento das terras e dos créditos que receberam. E estima-se que o débito do conjunto dos assentados sob cuidados do INCRA esteja em torno de R$ 8 bilhões.

A maior parte dessa dívida não pode ser cobrada por dois motivos concorrentes: primeiro, o pagamento só é devido depois da titulação das terras, processo extremamente complicado e demorado no modelo atual da reforma agrária; segundo, o INCRA calcula que, mantidas essas circunstâncias e com o quadro administrativo de que dispõe, só conseguiria titular 10 mil famílias por ano - ou seja, levaria 40 anos para liberar de sua "tutela" os 414 mil assentados existentes hoje.

Esse diagnóstico, fruto da experiência de quatro anos, fez o governo federal determinar que o MEPF/INCRA e o MA/SDR unissem esforços e recursos para formular e implementar uma política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e na sua inserção competitiva no mercado, estabelecendo como marco conceitual a abordagem do Novo Mundo Rural.

O programa de governo publicado na campanha eleitoral trazia as premissas da mudança, que foi, portanto, aprovada e legitimada pelo resultado das urnas e será iniciada imediatamente.

Contudo, o próprio caráter integrador, descentralizador e participativo da proposta contida neste documento impõe que sua implementação seja debatida em todas as esferas e níveis do poder público e com as organizações sociais interessadas na reforma agrária, na agricultura familiar, no desenvolvimento sócio-econômico sustentável e no fortalecimento da cidadania.

A mudança não vem como um "pacote" fechado; trata-se de um processo, no qual os debates públicos e intragovernamentais e a prática cotidiana poderão recomendar correções.

A proposta ora apresentada vai muito além de mera mudança no modelo da reforma agrária; seu propósito é expandir e fortalecer a agricultura familiar e usá-la, em parceria com estados, municípios e sociedade, como vetor do desenvolvimento rural sustentável. No entanto, o Incra continuará cumprindo uma programação de obtenção de terras e realização de assentamentos, principalmente em áreas com grande potencial de conflito, independentemente do processo de sua inserção progressiva nos planos municipais de desenvolvimento sustentável.

Os agricultores familiares brasileiros, integrantes ou não dos projetos de reforma agrária, situam-se num contexto de rápidas e grandes transformações do meio rural. Novas atividades econômicas estão cada vez mais presentes na realidade dessa população, a exemplo de indústrias, turismo, lazer, comércio, artesanato, serviços profissionais especializados, habitação, etc. Ao mesmo tempo, a atividade agropecuária é cada vez mais dinâmica, tanto do lado tecnológico quanto em relação ao comportamento do mercado, exigindo "agricultores" cada vez mais "empresários" para atuar no "agronegócio". Já não basta agregar valor à produção por meio de agroindústrias; é preciso verticalizá-la de forma competitiva e ter sempre presente a visão da cadeia econômica do produto, na qual o mercado corresponde, em geral, à fase mais decisiva.

Nesse novo mundo rural, agricultores familiares precisam dispor de serviços e infra-estrutura que lhes permitam manter competitividade; daí ser imprescindível a participação deles nos processos de desenvolvimento local.

O foco no nível local não pode tirar de vista a dimensão microrregional ou intermunicipal

requerida para a implementação de uma série de atividades que se ficarem restritas ao âmbito municipal não produzirão os resultados necessários ao fortalecimento da agricultura familiar. Do ponto de vista institucional, o desenvolvimento local requer integração cada vez maior entre municípios vizinhos, por diversas formas.

Igualmente, embora o principal mercado de nossa atuação seja o do agronegócio, não se deve perder de vista outras atividades produtivas cada vez mais presentes no meio rural, como aquelas ligadas ao turismo, ao lazer, etc. Na verdade, ao invés do agronegócio, na realidade atual do campo o conceito mais adequado é o do negócio rural. E, se estamos tratando da agricultura familiar, o conceito mais específico é o do negócio familiar rural.

3. POLÍTICA E ESTRATÉGIAS

3.1 OBJETIVOS GERAIS

Contribuir para a desconcentração da economia e a melhoria da qualidade de vida da população rural, interiorizando o progresso e o desenvolvimento econômico e social;

Estimular a dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais - inclusive pequenos e médios centros urbanos -, aumentando a qualidade de vida da população;

Contribuir para a erradicação da pobreza rural e redução dos índices gerais de pobreza do Brasil;

Estimular mudança educacional no meio rural do país, ampliando sua dotação de capital humano e social;

Proporcionar as condições necessárias para que os agricultores familiares desenvolvam atividades produtivas em níveis de competitividade, dentro da realidade e das perspectivas do negócio rural num mundo globalizado.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Criar novas bases políticas e institucionais em nível local, regional, estadual e federal para o desenvolvimento rural do país;

Criar e ampliar as oportunidades de renda das famílias na agricultura familiar dentro e fora dos assentamentos da reforma agrária, inclusive com atividades não-agrícolas;

Promover a expansão e o fortalecimento da agricultura familiar e ampliar sua participação na produção agrícola nacional;

Assegurar a sustentabilidade social e ambiental e a viabilidade econômica das unidades familiares de produção rural, com foco particular nas questões da mulher e do jovem;

Elevar a eficiência, a eficácia e a efetividade dos programas e instrumentos de reforma agrária e de expansão e fortalecimento da agricultura familiar;

Apoiar os agricultores familiares e suas organizações na formação e consolidação de mercados de qualidade com marcas de distinção e valorização regionais (ou mesmo

nacionais);

Aumentar a participação dos agricultores familiares nos ganhos das cadeias produtivas de que participem;

Gerar mais empregos diretos e indiretos vinculados ao negócio familiar rural; Incrementar a capacidade técnica governamental e não-governamental de apoio à agricultura familiar;

Criar mecanismos de fomento ao desenvolvimento e atração de capital humano para os meios rurais.

3.3 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

A Política de Desenvolvimento Rural se orienta pelas seguintes diretrizes: Conceber e orientar a distribuição do ativo terra como parte central de uma estratégia de desenvolvimento sustentável do Brasil, consistente com os novos paradigmas da globalização e do desenvolvimento local;

Inserir o desenvolvimento da agricultura familiar como parte central da estratégia de desenvolvimento rural, com interiorização do progresso e reorganização do território brasileiro (espaço de ação estratégica para o desenvolvimento local);

Promover a expansão da agricultura familiar por meio dos assentamentos de reforma agrária, entendidos como embriões da unidade de produção familiar rural, procurando modelar de forma exemplar esses assentamentos.

3.4 LINHAS DE AÇÃO ESTRATÉGICA

As cinco linhas de ação apresentadas a seguir rompem com a visão tradicional do rural, que isolava a cidade do campo.

a) Expansão da agricultura familiar, com:

1. Ampliação dos instrumentos de obtenção de terras e sua integração aos planos de desenvolvimento rural;

2. Renegociação dos contratos antigos visando à rápida integração dos assentados no sistema da agricultura familiar;

3. Ampliação e reformulação do sistema de crédito fundiário.

b) Ampliação e desconcentração do capital humano, com:

1. Ampliação da oferta de ensino básico à família rural;

2. Promoção da formação profissional e da capacitação da família;

3. Descentralização do ensino e da extensão universitária;

4. Promoção de ações que estimulem atividades de cultura e lazer;

5. Promoção de educação sanitária e nutricional no ambiente rural.

c) Ampliação e desconcentração do capital físico, por meio de:

1. Priorizar investimentos descentralizados em infra-estrutura social e econômica;

2. Garantir o uso sustentado dos recursos naturais e a recuperação das áreas degradadas.

d) Ampliação e desconcentração do capital social, com:

1. Incentivo e apoio à formação de associações de municípios;

2. Fomento ao associativismo e ao cooperativismo;

3. Estímulo à organização da sociedade para o exercício da cidadania;

4. Construção de um ambiente institucional para a troca de informações e a canalização de demandas.

e) Desenvolvimento das atividades produtivas, por meio de:

1. Aperfeiçoamento das linhas de crédito destinadas à agricultura familiar;

2. Criação de um sistema descentralizado de extensão rural, com os serviços contratados diretamente pelos agricultores;

3. Ampliação das atividades de pesquisa e difusão de tecnologias de interesse da agricultura familiar;

4. Capacitação tecnológica e gerencial dos agricultores familiares voltada para o aumento de sua competitividade;

5. Criação de um sistema de informações tecnológicas e de mercado (monitoramento e oportunidades, essas por intermédio de estudos de cadeias produtivas, etc.) que possa ser acessado e alimentado de forma descentralizada;

6. Fortalecimento de alianças mercadológicas e de cadeias produtivas.

3.5 ESTRATÉGIA

A estratégia consiste na mobilização dos agricultores familiares para ações em todas as dimensões relacionadas ao seu desenvolvimento, envolvendo nesse esforço instituições públicas e não- governamentais dos estados e municípios por meio dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural e dos Conselhos Regionais e/ou Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável.

A mobilização dos agricultores familiares terá como base o nível local, entendido como tal a comunidade ou localidade onde residem os agricultores familiares com seus parentes, amigos e vizinhos. O fortalecimento do local corresponderá ao "alicerce" para o desenvolvimento municipal e microrregional.
O envolvimento dos municípios, por sua vez, contemplará o estímulo à formação de associações ou consórcios intermunicipais/microrregionais em torno de determinados objetivos, implicando articulação não somente entre os poderes públicos, mas principalmente entre grupos de agricultores familiares de municípios vizinhos. A partir de uma base local, o microrregional corresponde cada vez mais ao espaço de

desenvolvimento a ser trabalhado para o fortalecimento da agricultura familiar.

Haverá ações de natureza universal, que alcançarão a maior parcela possível dos agricultores familiares do país, como por exemplo: a promoção de mudanças nas legislações sanitárias municipais, estaduais e federal que as tornem mais modernas e adequadas à agricultura familiar; o estímulo à organização e capacitação gerencial dos agricultores familiares; os sistemas de informação; um novo direcionamento para a pesquisa e a assistência técnica, etc. Haverá também ações de natureza específica, com alcance sobre um número delimitado de agricultores familiares, como é o caso da promoção de conglomerados agroindustriais integrados a unidades centrais de apoio gerencial.

4. MODELO INSTITUCIONAL DE EXECUÇÃO

O modelo institucional de execução do PRONAF, que em nível local (em 1.018 municípios prioritários) repousa em Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural que coordenam a elaboração e implementação de planos municipais de desenvolvimento rural, tem apresentado resultados bastante positivos, apesar de alguns problemas cujo registro já era previsível.

Ao contrário, o modelo atual de gestão da reforma agrária, apesar dos expressivos resultados alcançados, vem apresentando problemas relacionados com a excessiva centralização dos seus equacionamentos no nível federal. A reforma agrária ainda não dispõe de qualquer instância municipal de decisão, a não ser no âmbito da ainda incipiente experiência do Projeto Casulo. Na verdade, o envolvimento formal do município se dá apenas pela participação dos próprios assentados em certas atividades e a de algumas prefeituras na execução de obras por meio de convênios.

O novo modelo institucional de gestão da política de desenvolvimento rural baseada na expansão da agricultura familiar e na sua inserção competitiva no mercado fará com que os trabalhos de planejamento e implementação das ações concretas sejam realizados em nível local pelas próprias comunidades e sob a coordenação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável - CMDSs, segundo recomendações dos Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável - PMDSs.

Em nível regional, haverá Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável - CRDSs, nos quais será buscada a sinergia entre municípios vizinhos em torno da execução dessa política de desenvolvimento rural.

Esses conselhos terão importância destacada na obtenção de recursos fundiários para a expansão da agricultura familiar.

Em nível estadual, haverá Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural - CEDRs, cujas principais atribuições estarão relacionadas ao acompanhamento e avaliação dos trabalhos dos CRDSs e CMDSs, à proposição de diretrizes para aperfeiçoar a implementação da política e de seus programas nas regiões e nos municípios, e à mobilização de instituições públicas e não-governamentais que tenham propósitos e ações relacionadas ao desenvolvimento da agricultura familiar. A programação fundiária para cada Estado será submetida à aprovação do respectivo CEDR.

O modelo institucional se completa com um Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural - CNDR, que será responsável pelo acompanhamento e avaliação das ações de apoio à agricultura familiar em nível nacional e, ao mesmo tempo, formulará diretrizes e funcionará como fórum consultivo para questões normativas e operacionais relacionadas à

implementação da política de desenvolvimento rural.

A composição desses Conselhos é ainda objeto de deliberação.

5. INSTRUMENTOS DE AÇÃO

5.1 NÍVEL FEDERAL

a) Créditos para a agricultura familiar

A criação do PROCERA remonta a um momento relativamente recente em que não havia linhas de crédito disponíveis de forma adequada para a agricultura familiar. Essa realidade mudou a partir de 1996, com a criação do PRONAF Custeio e Investimento, reforçado mais recentemente pelo PRONAF Agroindústria.

O PROCERA realizou em 1998 (OGU + Fundos Constitucionais) cerca de 87 mil operações, num valor total de R$ 280 milhões e média de R$ 3.200 por operação. É caracterizado por êxitos e fracassos, mas não restam dúvidas quanto a sua importância durante o período em que o PRONAF ainda não existia.

A existência do PROCERA, nos atuais moldes, ficou insustentável em função do grande número de tomadores potenciais criados pelas ações de reforma agrária nos últimos anos e pelas deficiências técnico- operacionais da maior parte das Comissões Estaduais no processo de análise das propostas e acompanhamento da aplicação dos recursos contratados.

Esta foi uma das causas da grande inadimplência registrada entre os beneficiários desse crédito nos últimos anos, o que levou o governo federal, em fins de 1998, a prorrogar por dez anos, incluindo três de carência, um estoque de dívidas de mais de R$ 800 milhões.

O PRONAF, por sua vez, realizou ano passado 593 mil operações de custeio (R$ 1,186 bilhão, média de R$ 2 mil) e 116.500 operações de investimento (R$ 628 milhões, média de R$ 5.390), no total de R$ 1,814 bilhão. A Região Nordeste recebeu 37,5%
desses recursos.

A partir de 1999, PRONAF e PROCERA estarão unificados, sob nova denominação e com algumas mudanças de ordem prática, ainda em estudos.

As atuais linhas de crédito do PRONAF são as seguintes: Crédito de Investimento:
PRONAF convencional individual, até R$ 15.000 (TJLP + 6% a.a. e rebate de 50% nos encargos);

PRONAF convencional coletivo, até R$ 75.000 (TJLP + 6% a.a. e rebate de 50% nos encargos), observado o limite individual;

PRONAF especial individual, de R$ 1.500 até R$ 3.000 (TJLP + 6% a.a., rebate de 50% nos encargos e subvenção de R$ 700,00 no momento da quitação da dívida);

PRONAF Agroindústria coletivo, até R$ 600.000 (TJLP + 6% a.a. e rebate de 50% nos encargos), observado o limite de R$ 15.000 por beneficiário.

Crédito de Custeio:

PRONAF convencional até R$ 5.000 (5,75% a.a., sem rebate);

PRONAF especial até R$ 1.500 (5,75% a.a., com subvenção de R$ 200 no momento da quitação da dívida).

Como pode ser observado, todas as linhas de crédito são subsidiadas. E para os financiamentos do PRONAF para investimento com recursos dos Fundos Constitucionais está prevista a correção monetária pelo IGP-DI, acrescida de juros de 3,2% (além do rebate de R$ 700 no caso da linha especial). Esse nível de taxa de juros depende apenas de manifestação dos conselhos deliberativos regionais que supervisionam a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais.

O risco das operações de crédito, que quando assumido integralmente pelos agentes financeiros termina por dificultar o acesso daqueles agricultores que mais precisam dos recursos, será distribuído no novo programa entre outros componentes do sistema: fundos de aval - será estimulada a criação de fundos de aval em níveis nacional, estadual e local; avais cruzados entre beneficiários - serão estimuladas as práticas de concessão de avais cruzados entre os próprios beneficiários.

A garantia das operações pelos fundos de aval será complementada por alienação da safra (operações de custeio) ou alienação dos bens adquiridos (operações de investimento).

b. Infra-estrutura para o meio rural A dotação da infra-estrutura necessária à inserção competitiva dos agricultores familiares será ampliada e reforçada pelo novo programa, que deverá atender maior número de municípios que a atual linha do PRONAF Infra- estrutura e Serviços.

As necessidades de financiamento de infra-estrutura estarão previstas nos Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável - PMDSs, que representam uma evolução dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural - PMDRs que vêm sendo trabalhados pelo PRONAF Infra-estrutura e Serviços ao longo dos últimos dois anos.

Esse tratamento em nível municipal não conflitará com a forte tendência ao estreitamento da relação entre os municípios na busca de objetivos comuns, cujas vantagens estão relacionadas às economias de escala na implementação de diversas atividades, e que será estimulada pelo programa.

O êxito do processo descentralizado de identificação e implantação da infra-estrutura foi atestado pela experiência do PRONAF em 1.018 municípios, que elaboraram PMDRs ao longo dos últimos dois anos.

Embora ainda se esteja longe de atingir a qualidade desejada, no que respeita tanto à preparação dos conselheiros para o desempenho do seu papel quanto à gestão dos recursos públicos alocados aos municípios, análises realizadas pela Secretaria Executiva Nacional do PRONAF demonstram que, de uma forma ou de outra, tem havido participação dos agricultores familiares e suas organizações na construção dos
PMDRs.

Isso pode ser comprovado pelo perfil das principais demandas apresentadas: na Região Norte, infra-estrutura para armazenamento, escoamento e transformação da produção, e implantação de redes de eletrificação rural; na Região Nordeste, obras hídricas voltadas para o incremento da disponibilidade (por meio de represas e barragens) e a melhoria da

qualidade da água, assim como para a irrigação; já na Região Sul as demandas apresentam uma diversidade que compreende melhoria das estradas vicinais, implantação de unidades agroindustriais, telefonia rural, etc., não diferindo muito das demandas apresentadas na Região Sudeste; finalmente, na Região Centro- Oeste as principais demandas foram mercados para comercialização dos produtos dos agricultores familiares, postos de beneficiamento de leite, pontes e mata- burros.

c. Assistência técnica

Há dois tipos de serviço de assistência técnica necessários para a agricultura familiar: a assistência técnica para o desenvolvimento da unidade produtiva e a assistência técnica para atividades específicas.

A assistência técnica para o desenvolvimento da unidade produtiva, ou assistência técnica integral, é dirigida para o conjunto das atividades desenvolvidas pelo agricultor familiar. Por isso leva em consideração também aspectos que não são diretamente produtivos mas têm forte impacto na produção, como é o caso da organização social de que o agricultor participa e dos serviços de saúde e educação disponíveis. O fato de ser mais abrangente faz com que existam muitas concepções e muita controvérsia a respeito da melhor forma de prestar esse tipo de serviço.

O serviço de assistência técnica poderá ser realizado por cooperativas, ONGs, empresas privadas ou instituições públicas, que serão credenciadas em nível estadual pelo programa ou em nível local pelos Conselhos Munic ipais de Desenvolvimento Sustentável. O credenciamento terá como pré-requisito a participação dos técnicos da organização credenciada em curso de nivelamento conceitual sobre agricultura familiar e desenvolvimento local promovido de forma descentralizada sob orientação da direção nacional do programa.

Serão atendidos pelo serviço de assistência técnica os grupos de agricultores familiares que se mobilizarem para demandar o seu financiamento ao CMDS.

Esses grupos serão livres para escolher a organização fornecedora do serviço de assistência técnica dentre aquelas credenciadas pelo programa, cuja relação será amplamente divulgada no município. Para tanto, deverão ser obedecidos alguns critérios relacionados especialmente ao agrupamento de agricultores. Por exemplo, o programa financiará uma equipe de assistência técnica integral para cada grupo de agricultores familiares, cujo número poderá variar de acordo com a realidade de cada município.

As necessidades de financiamento de serviços de assistência técnica estarão definidas nos PMDSs, que obedecerão a parâmetros técnicos e financeiros estabelecidos em nível nacional pelo CNDR.

Os recursos para o custeio dos serviços de assistência técnica integral serão provenientes dos orçamentos do MA/SDR e do MEPF/INCRA, e deverão ser progressivamente complementados por recursos dos governos estaduais e municipais.

A assistência técnica para atividades específicas funcionará de forma equivalente à prestação de serviços de consultoria e será direcionada ao suporte de atividades específicas que não possam ser atendidas pela equipe de assistência técnica integral. Ela será sempre custeada por financiamentos concedidos para as referidas atividades.

d. Verticalização da produção

A verticalização da produção constitui um dos principais instrumentos para o desenvolvimento da agricultura familiar. Sua implementação estará baseada na promoção de duas grandes linhas de ação: empreendimentos promovidos por agricultores individuais ou grupos de agricultores, e empreendimentos resultantes da associação de grupos de agricultores em conglomerados agroindustriais.

d.1 Empreendimentos individuais ou grupais

A promoção de empreendimentos individuais ou grupais de verticalização da produção será realizada pelos CMDSs. Eles terão linhas de crédito disponíveis para investimentos em infra-estrutura de beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária ou de produtos artesanais desenvolvidos por famílias rurais, assim como para a exploração de turismo e lazer rural.

d.2 Conglomerados agroindustriais

Para a promoção da verticalização da produção no seio de conglomerados agroindustriais, foi recentemente institucionalizado o PRONAF Agroindústria.

Essa linha de crédito, que deverá ser absorvida pelo novo programa, oferece recursos para agricultores familiares se inserirem de forma associativa ao agronegócio pela formação de conglomerados de pequenas e médias agroindústrias interligadas a uma central de serviços de qualidade de processamento e de mercado gerenciada por eles.

Os princípios básicos do crédito para a agroindústria, no âmbito da agricultura familiar, são: Integração das cadeia produtivas pelos agricultores familiares associados;

Projeto deve ser centrado na gestão social;

Pequenas ou médias agroindústrias devem ser concebidas dentro de escalas mínimas de processamento;

Conglomerados de agroindústrias com abrangência intermunicipal devem estar integrados a uma unidade central de apoio gerencial.

Essa linha de crédito favorece e apóia:

A organização associativa dos estabelecimentos de agricultores familiares para a produção secundária no mesmo espaço rural da produção primária;

A formação de conglomerados de agroindústrias em escala mínima de processamento, com padrão e qualidade, e garantindo na sua totalidade a escala demandada pelo mercado.

As ações de marketing, comercialização e distribuição terão sua escala viabilizada pelo conglomerado e rateada entre as agroindústrias.

O acesso a essa linha de financiamento depende da aprovação e funcionamento de projeto de desenvolvimento que preveja interligação das agroindústrias na unidade central de apoio gerencial, que favorecerá: a manutenção do padrão de qualidade, continuidade, regularidade e eficiência do processamento; o alcance de alta eficiência no marketing, comercialização e distribuição.

A estrutura programática do crédito para a agroindústria inclui três componentes:

a) Crédito associativo para a integração, agroindustrialização e comercialização da produção da agricultura familiar;

b) Dotação de infra-estrutura econômica;

c) Ações de suporte.

Atualmente, os créditos concedidos estão sujeitos aos seguintes encargos financeiros e prazos:

Investimento e capital de giro: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida da taxa efetiva de 6% a.a. com rebate de 50% do valor total dos encargos;

Carência de até 36 meses com início da amortização em seis meses após a agroindústria estar em condições de operar;

Amortização no prazo máximo de 96 meses.

Finalmente, as ações de suporte serão fundamentais para o sucesso do programa, levando em consideração o despreparo atual da população beneficiária quanto à agroindustrialização e à organização empresarial.

Porém, em nenhum momento isto significará paternalismo por parte do governo, desde que a base do programa é o protagonismo dos beneficiários e a sua determinação de competir no mercado.

É importante ressaltar que o programa, conforme reconhecido pela Organização Mundial do Comercio - OMC, não considera como subsídio investimentos em assistência técnica, pesquisa e infra-estrutura.

Sob esse prisma, a rede de suporte incluirá:

Disponibilização de perfis agroindustriais adequados para a agricultura familiar; Viabilização de capacitação específica;

Financiamento de pesquisas para geração, teste e validação de máquinas, equipamentos e processos em pequena e média escala;

Financiamento de assistência técnica especializada.

e. Desenvolvimento do negócio familiar rural

O processo de verticalização da produção será reforçado pela instituição, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, de uma Divisão para o Negócio Familiar Rural, que tratará especificamente do desenvolvimento de negócios para a agricultura familiar.

Essa Divisão será responsável pela articulação dos Fóruns Estaduais de Oportunidades e Negócios, cuja criação é abordada mais adiante.

f. Promoção de pesquisa, difusão e incorporação de tecnologias

Deve- se realizar amplo esforço de pesquisa, difusão e incorporação de tecnologias por intermédio do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA, coordenado pela

EMBRAPA, e das Universidades, ONGs e empresas do setor privado. No caso das empresas privadas, a parceria estará relacionada principalmente com a comercialização de insumos ou equipamentos que venham a ser obtidos por meio da pesquisa.

A estratégia adotada consiste em:

Estabelecer um fluxo contínuo de difusão e incorporação pelos agricultores familiares das tecnologias já disponíveis no sistema e nas outras instituições;

Introduzir as demandas da agricultura familiar na programação das instituições de pesquisa.

A difusão e incorporação das tecnologias já disponíveis se dará a partir de seu mapeamento e da elaboração de programa de formação de multiplicadores - esses constituídos principalmente pelos técnicos e instituições credenciados para a prestação da assistência técnica.

Um dos resultados mais expressivos das ações de pesquisa será o desenvolvimento ou a adaptação de máquinas, equipamentos e tecnologias de processamento em pequena escala que possibilitem a inserção competitiva do agricultor familiar no setor secundário da economia por meio de pequenas ou médias agroindústrias. Igualmente expressivo será o desenvolvimento de sistemas de produção adaptados à agricultura familiar.

A elaboração de perfis agroindustriais contendo informações oriundas de diversas fontes - a própria pesquisa, outras instituições ou consultores, ou mesmo proveniente de outros países - afigura-se como forma mais eficaz de sistematizar resultados e torná-los disponíveis.

A identificação das demandas dos agricultores familiares será feita de diversas formas, entre as quais a inclusão de atividades correspondentes nos termos de referência para os fornecedores dos serviços de assistência técnica.

Os recursos para esse instrumento virão do orçamento do MA/SDR e das próprias instituições integrantes do SNPA, devendo ser progressivamente complementados por aportes estaduais e municipais.

g. Atualização e adequação da legislação sanitária

Um amplo esforço de atualização e adequação da legislação sanitária às características da agricultura familiar e à realidade do agronegócio nos dias atuais deverá será empreendido em todo o país, com adesão de estados e municípios incentivada pelo governo federal e pelas forças sociais envolvidas com a agricultura familiar.

h. Organização e capacitação gerencial

Programa de estímulo à organização dos agricultores familiares será implementado com o objetivo de criar as bases para a sua inserção do mercado, que exige cada vez mais ganhos de escala em diversos elos da cadeia produtiva. Ele exige que os agricultores familiares estejam mais bem preparados para associar-se economicamente e para relacionar- se com fornecedores, instituições públicas, ONGs e a sociedade em geral. É uma condição *sine qua non*.

Em nível nacional, a principal atividade a implementar será a formulação de diretrizes relativas à organização e capacitação gerencial, com a correspondente alocação de recursos para seu financiamento, que repousará no orçamento do MA/SDR e do MTb/FAT.

i. Sistema de informações para a agricultura familiar

Sistema de Informação em Rede - SIR será um instrumento de apoio à elaboração de projetos e à implementação das ações de níveis federal, estadual e municipal. O SIR conterá:

Homepage contendo notícias, agenda, artigos e publicações, instituições parceiras, grupos de discussão, sistema de cópia ou baixa (download), links com outros servidores com informação afim, inter-relação entre técnicos com senha (intranet);

Sistema estruturado de servidores com informação geograficamente relacionadas que permita a atualização diária das informações produzidas onde requerido, seja no campo, nos estados, no país ou no exterior, e possa ser posto à disposição das organizações dos agricultores familiares, de ONGs em geral e de instituições públicas;

Um i-box, a ser entregue aos usuários, incluindo sistema de acompanhamento de projetos, sistema de capacitação a distância, a identificação e acompanhamento de mercados promissores e interligação dos usuários nos diversos níveis;

Organização de um sistema de comunicação que utilize as metodologias mais atuais para colocar todas as informação no nível de compreensão e assimilação das populações-alvo.Um i-box, a ser entregue aos usuários, incluindo sistema de acompanhamento de projetos, sistema de capacitação a distância, a identificação e acompanhamento de mercados promissores e interligação dos usuários nos diversos níveis;

Esse sistema utilizará diversos métodos, desde os mais sofisticados aos mais simples, incluindo Internet, DVD, CD-ROM, vídeo, documentos, folders e folhetos.Um i-box, a ser entregue aos usuários, incluindo sistema de acompanhamento de projetos, sistema de capacitação a distância, a identificação e acompanhamento de mercados promissores e interligação dos usuários nos diversos níveis;

j. Proteção e gestão ambiental

Conjunto de ações específicas deverá dar as condições necessárias para que o desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e na sua inserção no mercado seja realizado de forma ambientalmente sustentável.

Articulação com o Ministério do Meio-Ambiente permitirá formular uma estratégia de proteção e gestão ambiental no meio rural e mobilizar recursos para o financiamento de atividades específicas.

A abordagem desse tema nos Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável será compulsória.

k. Educação, saúde, cultura e lazer

O MEPF/INCRA e o MA/SDR realizarão articulações com os Ministérios da Educação, Saúde, Cultura, e Esportes e Turismo com o objetivo de formular estratégia descentralizada para o incremento do capital humano no meio rural. Adicionalmente, será compulsória a abordagem desse tema nos PMDSs.

l. Fortalecimento da cidadania

O fortalecimento do capital social está estreitamente relacionado com o fortalecimento da

cidadania. Por essa razão, será imprescindível a formulação, em conjunto com o Ministério da Justiça e outras organizações públicas e não- governamentais, de um programa de fortalecimento da cidadania no meio rural.

5.2 NÍVEL ESTADUAL

Com o objetivo de envolver as instituições públicas e não-governamentais de nível estadual no esforço de promoção do desenvolvimento rural com base na agricultura familiar, todos os estados serão estimulados a elaborar programação específica de atividades envolvendo os instrumentos já mencionados para o nível federal, e que também valem para o estadual, a saber:

Créditos para a agricultura familiar; Infra-estrutura para o meio rural;

Assistência técnica;

Promoção de pesquisa, difusão e incorporação de tecnologias;

Atualização e adequação da legislação sanitária e fiscal;

Verticalização da produção;

Desenvolvimento do negócio familiar rural;

Organização e capacitação gerencial;

Sistema de informações para a agricultura familiar;

Proteção e gestão ambiental;

Educação, saúde, cultura e lazer;

Fortalecimento da cidadania.

Essa programação será formulada no âmbito dos CEDRs e implementada pelas suas secretarias executivas. Ela consistirá de atividades de mobilização, articulação, formulação, acompanhamento, avaliação e execução.

O crédito e a dotação de infra-estrutura, por exemplo, deverão ter sua execução acompanhada e avaliada em nível estadual. Também deverá haver articulação para a mobilização de recursos de programas estaduais que atuem no mesmo sentido.

Quanto à assistência técnica, há a necessidade de estruturar uma rede de instituições ou pessoas que possam atuar como capacitadores dos fornecedores do serviço.

A pesquisa, difusão e incorporação de tecnologias também merecerá uma abordagem estadual, que permita organizar as demandas e buscar a sinergia entre SNPA, universidades, ONGs e empresas privadas.

Todos os estados precisarão também realizar esforço de modernização e adequação da legislação sanitária, para o qual será necessário o envolvimento das respectivas assembléias legislativas.

A verticalização da produção demandará uma série de ações de mobilização, articulação e acompanhamento, exigindo grande sinergia entre instituições estaduais públicas e não governamentais.

Assim como os instrumentos anteriores, a organização e capacitação gerencial, o sistema de informações para a agricultura familiar, a proteção e gestão ambiental, a educação, cultura, saúde e lazer, e ainda o fortalecimento da cidadania exigirão o planejamento e implementação de uma série de ações em nível estadual.

O desenvolvimento do negócio familiar rural é outro instrumento que exigirá um conjunto de ações de nível estadual. Devido à elevada importância e abrangência do tema, propugna-se a criação em cada estado de Fórum Permanente de Oportunidades e Negócios para a Agricultura Familiar, no âmbito da CEDR, com diversas atribuições:

Identificação e acompanhamento de mercados de interesse da agricultura familiar;

Mapeamento e acompanhamento dos principais casos de transformação de oportunidades em negócios, no estado e fora dele;

Divulgação de oportunidades de negócios para agricultores familiares;

Orientação a grupos de agricultores familiares e a empresários sobre possibilidades de parcerias ou acordos comerciais.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares quando da formulação dos planos de desenvolvimento refere-se à precariedade das informações relacionadas aos mercados promissores em que eles devem procurar inserir-se. Portanto, é imprescindível que esses mercados sejam identificados para que os agricultores familiares possam desenvolver atividades produtivas rentáveis.

No novo mundo rural e, mais especificamente, no mundo do negócio rural, essa não é uma tarefa estática e pontual, mas uma atividade permanente, pois os mercados apresentam dinâmica cada vez maior, caracterizada por flutuações sempre mais freqüentes de demanda - e conseqüentemente de preços.

Em cada estado, o Fórum deverá promover anualmente um seminário sobre o tema Mercados Promissores para a Agricultura Familiar, com o objetivo de identificar os mercados mais promissores para os agricultores familiares e as principais características das cadeias produtivas correspondentes; além de identificar e contactar compradores do mercado local, regional, nacional e externo.

Esses seminários serão promovidos em conjunto com a EMBRAPA, Universidades, ONGs, Bancos (BB, BASA, BNB, BNDES), Sebrae, Fetag, Concrab, Emater, Órgão Estadual de Turismo/EMBRATUR, etc. Devem contar com a participação de empresas comerciais, agroindustriais, cadeias de supermercados, tradings, câmaras bilaterais de comércio, etc., que sejam ou possam vir a ser compradores de produtos dos agricultores, além, é claro, do maior número possível de representantes das organizações dos agricultores familiares e das prefeituras municipais.

5.3 NÍVEL MUNICIPAL

Da mesma forma que os governos estaduais, os poderes municipais também precisam ser estimulados a aderir à proposta e a integrar a ela seus próprios planos e instrumentos de

promoção do desenvolvimento, tendo em consideração as condições políticas e as potencialidades econômicas locais, que eventualmente podem contemplar a agricultura patronal e indústrias, comércio e serviços desvinculados das atividades
rurais agrícolas e não-agrícolas.

É igualmente necessário obter a participação ativa das organizações civis de atuação municipal, dos beneficiários diretos do programa - trabalhadores rurais sem terra e agricultores familiares - e, onde for o caso, das entidades de classe patronais e de empregados.

Idealmente, os instrumentos de ação no nível municipal devem ser:

a. Planejamento municipal do desenvolvimento sustentável

O principal instrumento para o nível municipal da política aqui proposta é o Planejamento Municipal do Desenvolvimento Sustentável, que corresponde à implementação, em espaços correspondentes aos municípios, de processos que envolvem tomadas de decisões e organização de ações visando alcançar determinados resultados aos menores custos e prazos possíveis.

Esse planejamento deverá ser coordenado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável - CMDS. Este, sendo integrado por organizações representativas dos agricultores familiares, ONGs e representantes dos poderes públicos municipais, garantirá que o processo tenha natureza participativa e democrática, e assegurará maior racionalidade nas ações a empreender.

O conceito de desenvolvimento sustentável utilizado corresponde ao processo de elevação do nível geral de riqueza e da qualidade de vida da população que compatibilize a eficiência econômica, a equidade social e a manutenção dos estoques de capital natural. Ele tem dimensões econômica, sócio-cultural, político-institucional, tecnológica e ambiental.

O planejamento municipal do desenvolvimento sustentável deverá consistir de quatro fases consecutivas e interligadas entre si:

Diagnóstico da realidade municipal - 1ª parte do PMDS; Definição do que precisa ser feito - 2ª parte do PMDS; Execução do PMDS;

Acompanhamento, controle e avaliação das ações empreendidas.

Integrantes do CMDS, funcionários da prefeitura municipal, membros das entidades representativas dos agricultores familiares e de outras ONGs e profissionais independentes do município devem ser capacitados em gestão social e desenvolvimento local, preferencialmente em momento anterior ou simultaneamente à deflagração do processo de planejamento.

Os CMDSs necessitam ter recursos disponíveis para custear as despesas relacionadas ao processo de planejamento municipal, os quais deverão ser aportados de forma conjunta pela prefeitura, o governo estadual e o governo federal.

a.1 Diagnóstico da realidade municipal - 1ª parte do PMDS
O diagnóstico da realidade municipal a ser feito pelo CMDS terá como referência o conceito de desenvolvimento sustentável nas cinco dimensões a ele associadas.

Para facilitar o trabalho dos CMDSs e permitir o intercâmbio de experiências, o governo

federal estabelecerá um roteiro mínimo comum a ser seguido pelos municípios quando da preparação dos diagnósticos, no qual estarão estabelecidos os principais indicadores econômicos, sócio-culturais, tecnológicos, político-institucionais e ambientais a considerar. Esse roteiro conterá ainda algumas sugestões quanto a metodologias participativas que poderão ser utilizadas pelos municípios para a realização do diagnóstico.

A partir da análise dos principais indicadores, os CMDSs conhecerão melhor a agricultura familiar no município e disporão de informações para estimar o contingente de trabalhadores rurais sem terras que desejariam transformar-se em agricultores familiares e que, portanto, configuram os beneficiários potenciais da reforma agrária.

O diagnóstico permitirá, enfim, identificar:

Os principais problemas - com respectivas causas e conseqüências - que impedem o desenvolvimento sustentável do município;

As principais potencialidades do município, com destaque para a agricultura familiar e suas possibilidades de expansão;

As políticas e/ou programas públicos das três esferas de governo necessários a enfrentar os problemas ou desenvolver as potencialidades com eficácia.

a.2 Definição do que precisa ser feito - 2ª parte do PMDS

Uma vez realizado o diagnóstico, o CMDS passará a discutir o que precisa ser feito para que o município alcance o desenvolvimento sustentável mediante a expansão e o fortalecimento da agricultura familiar. Serão visualizados então os cenários desejados em cada uma das dimensões descritas anteriormente, com o estabelecimento de parâmetros de referência para os diversos indicadores econômicos, sociais e tecnológicos. Nessa fase, o processo de planejamento envolverá todos os instrumentos já descritos anteriormente e, eventualmente, alguns instrumentos novos que sejam criados no âmbito municipal, conforme pode ser observado a seguir:

Obtenção fundiária

O PMDS deverá estabelecer, ainda que de forma indicativa, o contingente dos trabalhadores rurais sem terras que desejam transformar-se em agricultores familiares e, com base nas informações relativas à estrutura fundiária do município, indicar os instrumentos de obtenção de terras mais apropriados para o atendimento a essa demanda.

Crédito de custeio e investimento

Serão estimadas as necessidades de crédito de custeio e investimento para os agricultores familiares do município, assim como as principais ações que podem ser empreendidas para facilitar o acesso dos beneficiários a esses recursos. Deverão ser consideradas as possibilidades de constituição de um fundo de aval municipal, a exemplo do que já acontece em alguns municípios brasileiros.

Infra-estrutura para o meio rural

O CMDS dimensionará a infra-estrutura necessária para que os agricultores familiares possam desenvolver atividades produtivas de forma competitiva, ter melhor acesso a serviços sociais, à cultura e ao lazer, e preservar o meio ambiente de forma mais efetiva. Caberá também ao CMDS estabelecer as prioridades para a aplicação dos recursos postos

à disposição anualmente pelo governo federal, assim como identificar e negociar outras fontes para o financiamento da infra-estrutura.

Assistência técnica

As demandas dos agricultores familiares do município por serviços de assistência técnica serão apreciadas pelo CMDS, que estabelecerá uma ordem de prioridade para o atendimento. Os recursos federais deverão ser complementados por contrapartidas estaduais e municipais. O Conselho também deliberará sobre os procedimentos de credenciamento dos fornecedores desse serviço, incluindo a participação em atividades de capacitação.

Pesquisa, difusão e incorporação de tecnologias

O PMDS deverá conter a demanda de pesquisa dos agricultores familiares do município necessária à melhoria ou introdução de novas atividades produtivas. Adicionalmente, a partir das tecnologias já disponíveis, o PMDS deverá estabelecer as ações de difusão e incorporação que precisam ser desenvolvidas.

Verticalização da produção

O Conselho deverá estabelecer, no âmbito do PMDS, conjunto de ações para estimular e possibilitar a verticalização da produção dos agricultores familiares, considerando entre outras coisas as necessidades de estudos de mercado e o volume requerido de recursos de crédito para investimento.

Desenvolvimento do negócio familiar rural

O PMDS abordará as ações necessárias ao desenvolvimento do negócio familiar rural, tanto no que respeita às atividades agrícolas quanto àquelas não-agrícolas. O propósito central dessa abordagem será a criação em nível municipal da capacidade de identificar oportunidades econômicas para a agricultura familiar e apoiar a transformação dessas oportunidades em negócios. Isso implicará, entre outras coisas, o estabelecimento de parcerias com empresas comerciais e agroindustriais, atuantes no mercado local, regional, estadual, nacional ou mesmo internacional.

Outros instrumentos

Os planos municipais de desenvolvimento sustentável precisam abordar também outros instrumentos e áreas de atuação. Deverão, assim, prever ações a respeito de:

a) Organização e capacitação gerencial dos agricultores familiares e dos integrantes de organizações públicas e privadas envolvidas;

b) Condições de utilização e alimentação do sistema de informações tecnológicas e de mercado;

c) Articulação com as autoridades em meio ambiente, para a formulação de instrumentos de gestão ambiental;

d) Ampliação da oferta do ensino básico formal no meio rural e implementação de alternativas para a educação de adultos;

e) Melhoria do acesso dos agricultores familiares aos serviços básicos de saúde, com

ênfase para os cuidados materno-infantis e as doenças mais comuns no município;

f) Desenvolvimento cultural do município e meios de aumentar o acesso da população rural a atividades de lazer e cultura;

g) Fortalecimento da cidadania - a qual, compreendida como a consciência de cada um e de todos quanto aos seus direitos e deveres e às possibilidades de exercê-los, é condição indispensável para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Uma vez definidas todas as ações necessárias, o projeto do PMDS deverá ser amplamente divulgado e debatido no município, voltando ao CMDS para alterações pertinentes, se for o caso, e aprovação final.

a.3 Execução do PMDS

Após a aprovação, o PMDS deverá ter a sua implementação imediatamente iniciada, envolvendo todos os organismos públicos e privados que tenham assumido responsabilidade por cada uma das ações definidas.

O prazo de execução do PMDS variará de acordo com a realidade de cada município, mas os CMDSs serão orientados a trabalhar com um horizonte inicial de cinco anos.

A responsabilidade pela execução do PMDS caberá ao CMDS, que precisará ter uma secretaria executiva. O secretário deverá ter dedicação exclusiva e recomenda-se que haja um gerente para cada instrumento definido no plano: crédito, assistência técnica, verticalização da produção, etc.

A estrutura da secretaria executiva deverá ser financiada pela prefeitura municipal, que para evitar aumento de despesas poderá alocar profissionais que já integrem o seu quadro de funcionários. Eventualmente, os recursos municipais poderão ser complementados por aportes dos governos federal e estadual para a realização de despesas de acompanhamento, controle e avaliação.

a.4 Acompanhamento, controle e avaliação

O CMDS será responsável também pelas atividades de acompanhamento, controle e avaliação do PMDS.

O acompanhamento e o controle serão feitos por meio dos indicadores estabelecidos no PMDS para cada uma das dimensões atribuídas ao desenvolvimento sustentável, os quais serão correlacionados aos indicadores específicos dos instrumentos definidos para seu alcance. Por exemplo, o comportamento temporal do indicador relativo à área cultivada pelos agricultores familiares será correlacionado ao indicador do número de operações de crédito contratadas, do número de agricultores atendidos com serviços de assistência técnica, etc.

A secretaria executiva submeterá à apreciação do CMDS relatório periódico de acompanhamento e controle do plano, com eventuais sugestões de medidas para o aprimoramento da sua execução. O CMDS deverá pronunciar-se sobre o relatório, e deliberar sobre medidas específicas de correção de rumos para o plano, se for o caso, encaminhando-as às instituições governamentais ou privadas correspondentes.

Considerando que o desenvolvimento sustentável seja um processo, o CMDS promoverá, anualmente, uma revisão do PMDS com o objetivo de atualizar as suas metas e adequar as

ações a novos contextos. A revisão dará oportunidade também para amplo debate no município a respeito do andamento do plano.

Sugere-se avaliação geral do PMDS em dois momentos específicos:

a) Ao longo do terceiro ano de sua implementação, na forma de uma investigação mais aprofundada sobre a trajetória das ações originalmente definidas;

b) Após o quinto ano de implementação, com o objetivo de verificar o grau de cumprimento dos objetivos e as principais causas dos êxitos e fracassos.

O CMDS deverá providenciar junto à administração municipal, no ano anterior à avaliação, a alocação de recursos no orçamento municipal para o custeio dos trabalhos, que deverão ser realizados por equipe de consultores ou instituição independente.

b. Articulação e integração microrregional

A articulação e a integração microrregional correspondem ao segundo instrumento da política de desenvolvimento rural a ser implementado pelo nível municipal.

É cada vez mais evidente nos dias atuais a inviabilidade do desenvolvimento de ações isoladas por parte de municípios em uma série de atividades. Por exemplo, para certificar o cumprimento da legislação sanitária é necessário dispor de laboratórios cuja escala possível em um único município não viabiliza o retorno financeiro minimamente necessário à recuperação do capital investido. Nesse caso, vários municípios vizinhos podem se juntar e montar um único laboratório, permitindo que todos os agricultores familiares da região sejam beneficiados. No caso dos serviços de saúde, essa é uma necessidade cada vez mais clara e, felizmente, uma prática cada vez mais difundida.

Para facilitar essa integração microrregional, os CMDS serão estimulados a articular-se entre si com o objetivo de formar Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável - CRDSs -, com estrutura e objetivos semelhantes aos CMDSs. Na verdade, em regiões em que os municípios apresentem um nível maior de mobilização e articulação, esses Conselhos podem evoluir até para Agências Regionais de Desenvolvimento.

6. REFORMA AGRÁRIA E EXPANSÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

6.1 DIRETRIZES PARA OBTENÇÃO DE TERRAS

A Constituição Federal e as leis definem que a propriedade da terra está subordinada ao cumprimento da sua função social. A tradição brasileira, desde o Estatuto da Terra, considera que o acesso à terra para quem nela vive e trabalha é um direito do trabalhador rural e que promovê-la é obrigação do Estado. O cumprimento apenas parcial - e lento - dessa obrigação levou à exacerbação dos conflitos sociais no campo.

O modelo predominante de intervenção no campo fundiário se baseia na desapropriação por interesse social de latifúndios improdutivos. Seu fundamento se encontra na idéia de que a redistribuição de terras tem um caráter necessariamente conflitivo e, portanto, o instrumento da desapropriação constitui a forma de realizar transferências forçadas dos latifundiários para os trabalhadores rurais sem terra. A hipótese subjacente é a de que os proprietários não têm interesse em qualquer processo de negociação, o que implica que todos os casos sejam encaminhados à Justiça e esta, em última análise, retire a propriedade e determine a indenização correspondente. O fato de a indenização ao

expropriado ser fixada judicialmente leva a um custo de transação que aumenta o preço da terra.

Outra questão associada ao modelo da desapropriação é que as terras são, sempre, incorporadas ao patrimônio público e seu retorno ao patrimônio privado envolve, necessariamente, custos adicionais.

Em termos práticos, isso significa a criação de vínculos de dependência entre o assentado e o INCRA até que a titulação definitiva seja expedida e o pagamento quitado, sem a contrapartida da participação dos beneficiários na decisão sobre o preço da terra que, no fim das contas, eles terão de pagar.

A solução dessas dificuldades passa pela adoção de mecanismos que não proponham o abandono das desapropriações, mas sim a incorporação de outros instrumentos que possam, a um só tempo, reduzir os custos (aumentando a quantidade de beneficiários) e dar agilidade e transparência ao processo. A instituição do Banco da Terra e a experiência recente do Projeto Cédula da Terra apontam na direção de que a diversificação de instrumentos para a obtenção de recursos fundiários, em uma conjuntura em que as resistências dos proprietários foram extremamente reduzidas, favorecerá a manutenção dos resultados obtidos no atual governo.

A obtenção de terras consome cerca de 35% do orçamento da reforma agrária. Para dar maior eficácia à aplicação desses recursos, é preciso reduzir os custos de aquisição e melhorar a relação custo/benefício. É fundamental, para alcançar esses objetivos e dar transparência ao processo, que todos os instrumentos de acesso à terra, independente de quem os utilize e execute, façam parte de um programa de obtenção articulado para evitar duplicidades e desperdício de energia. A responsabilidade pela programação das aquisições de terra deve ser compartilhada com os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural.

Ao INCRA caberá a tarefa de realizar a gestão fundiária e a execução de boa parte da obtenção fundiária que é de sua competência. Internamente mudarão as relações entre a Direção Central e as Superintendências Regionais, com maior delegação e descentralização.

Os parâmetros e instrumentos que serão utilizados na programação da obtenção e destinação de terras devem ser definidos especificamente para cada estado e consignados em um compromisso de gestão que estabeleça, de maneira bastante clara, os limites em que se fará a aquisição de terras e a criação de assentamentos, quer sob o aspecto financeiro , quer sob o da qualidade. Esses compromissos serão assinados por todas as Superintendências do INCRA e a liberação de recursos estará vinculada ao seu cumprimento. Também deverão ser aprovados pelos Conselhos Estaduais e Municipais, onde eles existirem.

O processo de obtenção deve estar absolutamente vinculado à sua destinação. É preciso que haja integração com o projeto de agricultura familiar que será desenvolvido na área escolhida. Sob o prisma do projeto também deverão estar associadas as características do imóvel, seus recursos naturais, assim como o tamanho dos lotes, dimensionados não mais por padrões regionais e sim de acordo com os objetivos econômicos do assentamento específico.

6.2 INSTRUMENTOS DE ACESSO À TERRA

No processo de busca das soluções mais adequadas, os grupos de beneficiários potenciais serão orientados quanto aos instrumentos de obtenção fundiária mais adequados para cada caso. A definição do instrumento a ser utilizado levará em consideração o custo por família, a qualidade dos recursos naturais, a agilidade do processo e a capacidade de pagamento dos novos agricultores familiares.

São instrumentos para obtenção de terras:

Desapropriação

a) Latifúndios improdutivos - Continua sendo o principal instrumento de acesso à terra. Não deve ser utilizado em áreas onde há disponibilidade de terras públicas. Deve ser analisada a qualidade dos recursos naturais, já que parte significativa das áreas é improdutiva pelas limitações da terra e/ou má localização diante dos padrões da região. Em regiões de fronteira agrícola é preciso fazer análise da relação custo/benefício para definir vantagens e desvantagens de imóveis com diferentes níveis de benfeitorias.

Para imóveis com muita área de cobertura florestal é preciso ter em conta, além dos custos, a agenda ambiental.

b) Terras com trabalho escravo - Tratam-se de áreas onde o Ministério do Trabalho constate a utilização de trabalhadores em regime de servidão, que podem ser desapropriadas independentemente de seu tamanho ou produtividade.

O caráter exemplar da desapropriação punitiva deve pesar positivamente no estudo de custo/benefício para seu aproveitamento na reforma agrária.

Aquisição

a) Leilão e compra direta - As aquisições sempre que possível devem ser feitas através de mecanismos de competição como os leilões de terra. Além da impessoalidade e da transparência, os leilões permitem compra de vários imóveis simultaneamente e com melhores preços. As áreas oferecidas por órgãos do governo federal conveniados com o INCRA - atualmente Banco do Brasil, INSS, EMBRAPA e CONAB - deverão ser contempladas preferencialmente na programação desde que atendam aos critérios gerais da obtenção; seus preços serão sempre negociados.

b) Banco da Terra - Sucede, aperfeiçoa e amplia o Cédula da Terra, projeto-piloto apoiado pelo Banco Mundial e em execução nos Estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. O Cédula da Terra se encerra este ano. Sua programação deve ser compatibilizada com a das respectivas Superintendências Regionais do INCRA. É necessário comparar a relação custo/benefício das obtenções desse projeto com as feitas diretamente pelo INCRA. O Banco da Terra deverá ser implantado ainda no presente exercício. Poderá permitir que sejam agregados cerca de 30 mil novos agricultores familiares em 1999. A programação do INCRA, porém, não deve contar com o uso desse instrumento até sua efetiva implantação.

Destinação de terras públicas

a) Terras da União - Nos casos de terras arrecadadas pelo INCRA a análise de custo/benefício deve considerar, além da qualidade dos recursos naturais, o volume dos investimentos necessários à infra-estrutura e as restrições impostas pela legislação

ambiental. Essas áreas constituem oportunidades para assentamentos agroextrativistas. As terras da união também poderão ser transferidas, por meio de convênios, para que os estados ou municípios desenvolvam assentamentos. Há ainda a considerar as terras afetadas a organismos federais como Exército, DNOCS, SPU, etc., que eventualmente poderão ser destinadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

b) Retomada de terras da União - Enquadram-se nesse grupo terras da União ocupadas irregularmente, áreas alienadas com cláusulas resolutivas não cumpridas e áreas irregulares nas faixas de fronteira, cujo domínio pertence à União. A programação dessas atividades deve dar prioridade às que mais rapidamente possam dispor terras para assentamentos e regularização.

c) Vagas em assentamentos - Os assentamentos existentes apresentam, em muitos casos, possibilidade de expansão pela ampliação de sua infra-estrutura ou pela substituição/ocupação de parcelas vagas. Essas vagas farão parte da programação.

d) Terras públicas estaduais - É preciso fazer uma análise comparativa com as terras públicas da União para escolha das glebas que ofereçam melhor relação custo/benefício. Em muitas regiões as terras públicas estaduais encontram-se mais bem localizadas, exigindo menor investimento em infra-estrutura e apresentando maiores demandas sociais. Nesses casos devem ser firmados convênios com os governos estaduais para discriminar, arrecadar e destinar as terras à reforma agrária.

e) Regularização e titulação - Os pequenos posseiros também se constituem em público que será incorporado ao contingente da agricultura familiar pelo tradicional instrumento da regularização de terras públicas federais e estaduais, credenciando-se assim para a assistência técnica e os financiamentos do PRONAF.

Terras confiscadas - A Constituição manda expropriar áreas utilizadas na produção de plantas psicotrópicas. Elas não têm sido significativas para a reforma agrária nem em quantidade nem em qualidade, mas o caráter exemplar do confisco recomenda todo o esforço para a identificação e utilização dessas terras.

Outros instrumentos

a) Projeto Casulo - Terras de propriedade municipal ou adquiridas diretamente pelos municípios podem ser destinadas à reforma agrária por meio de convênios e parcerias. O Casulo foi concebido para a criação de pequenos assentamentos nas proximidades das cidades pequenas e médias, de forma a trazer de volta à terra, sem que a família tenha de abandonar fontes de renda urbanas, migrantes que sobrevivem na periferia.

b) Arrendamento - Está em estudos o uso dos arrendamentos de longo prazo, com opção para futuro financiamento da compra definitiva pelo Banco da Terra. Não deverá ser utilizado ainda na programação, embora se possam fazer experiências-piloto ainda este ano.

7. DIRETRIZES PARA OS ASSENTAMENTOS

7.1 NOVOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO

Somente serão criados projetos que obtenham anuência expressa dos beneficiários quanto ao preço da terra e às condições dos recursos naturais do imóvel, manifestada em documento específico assinado por um número de futuros assentados equivalente a pelo

menos 60% da capacidade do imóvel.

Os novos projetos de reforma agrária seguirão os seguintes procedimentos:

1º passo: Esclarecimentos, manual de orientações

Na fase de criação do projeto de assentamento, o INCRA, em articulação com o CMDS da área, promoverá reuniões com todos os beneficiários, reunidos num só ou em vários grupos, com o objetivo de esclarecê-los sobre o apoio que será concedido para transformá-los em agricultores familiares, suas responsabilidades e deveres, a importância de uma ou mais entidades representativas, as condições de transferência do título a ser concedido, o cronograma de pagamento do imóvel ao Tesouro Nacional, etc. Todas as informações deverão constar de um manual de orientações a ser distribuído a cada beneficiário.

No ato da criação dos projetos de assentamento, os beneficiários selecionados assinarão contrato de concessão de direito real de uso com o INCRA.

2º passo: Entidade representativa

Após os esclarecimentos, os beneficiários serão orientados a constituir uma ou mais entidades comunitárias que os representem juridicamente.

Trata-se de um passo fundamental para que eles possam assumir a responsabilidade pela gestão de recursos que lhes serão transferidos pelo INCRA, via Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil.

3º passo: Apoio para instalação

Os beneficiários dos projetos de reforma agrária receberão um apoio pecuniário para instalação, de valor a ser estabelecido, suficiente para que obtenham as condições básicas para ingresso imediato no sistema de agricultura familiar.

Dentro desse total, quantias específicas serão destinadas a:

a) Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento;

b) Execução da topografia;

c) Instalação das famílias e estruturação básica da unidade produtiva;

d) Materiais para construção de habitações;

e) Construção da infra-estrutura básica do projeto (estradas, água e energia, esta onde for viável).

Elaboração do PDA

A Superintendência Regional do INCRA e a entidade representativa dos beneficiários celebrarão convênio - com a interveniência do CMDS - para a contratação de assessoria especializada para formular o Plano de Desenvolvimento do Assentamento, articulado com o Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável. O prazo médio estimado para a formulação e aprovação do PDA é de seis meses.

Os principais componentes desse plano, que obedecerá a um roteiro mínimo comum

estabelecido pelo INCRA, são os seguintes:

a) Levantamento de recursos naturais;

b) Perfil sócio-econômico dos assentados;

c) Economia municipal e regional;

d) Organização espacial, incluindo plano de parcelamento, se for o caso;

e) Atividades econômicas agrícolas e não-agrícolas a desenvolver em função da demanda do mercado;

f) Capacitação tecnológica e gerencial;

g) Educação, saúde, cultura e lazer;

h) Juventude e mulher;

i) Infra-estrutura básica;

j) Gestão ambiental.

Os beneficiários poderão selecionar e contratar livremente essa assessoria, dentre pessoas, empresas ou entidades previamente credenciadas. O valor máximo a financiar justifica-se pelos preços correntes no mercado e pelo fato de que os beneficiários serão instados a emprestar a própria mão-de-obra no levantamento de dados.

Realização da topografia

Os trabalhos de demarcação topográfica serão iniciados imediatamente após a aprovação do PDA. Também aqui a Superintendência Regional fará convênio com a entidade dos beneficiários, com a interveniência do CMDS, transferindo-lhes os recursos para a execução do serviço. No convênio estarão estabelecidas as especificações técnicas para execução dos trabalhos.

Materiais para construção de habitações

A compra dos materiais de construção dar-se-á de forma coletiva e a construção das habitações será realizada em regime de mutirão promovido pelos beneficiários, sob a supervisão do CMDS e com a interveniência da CEF e do INCRA.

Construção da infra-estrutura básica

A redução de custos será viabilizada pela descentralização integral da execução das obras para as prefeituras municipais e as próprias comunidades assentadas. Assim, sob a supervisão do CMDS, será celebrado contrato tripartite entre a CEF (que atuará como preposta do INCRA), prefeitura municipal e associação comunitária, ficando esta última com o poder de fiscalizar e autorizar a liberação das parcelas correspondentes. Em casos excepcionais, quando não seja possível a execução da infra-estrutura por meio de convênio, a Diretoria Colegiada do INCRA poderá autorizar a contratação direta das obras pela Superintendência Regional.

Os investimentos em infra-estrutura que não possam ser realizados com os recursos

mencionados acima poderão ser custeados por recursos do novo programa de crédito para a agricultura familiar, dos governos estaduais e/ou dos municípios, e ainda por outros programas federais eventualmente existentes.

4º passo: Assistência técnica

Os novos projetos de reforma agrária terão assistência técnica viabilizada de acordo com o modelo descrito anteriormente para a agricultura familiar.

5º passo: Crédito para a atividade produtiva

Após a aprovação do PDA e simultaneamente à execução dos serviços topográficos e dos investimentos de instalação, os beneficiários receberão seus títulos de propriedade e terão acesso às linhas de crédito para custeio e investimento para a agricultura familiar.

6º passo: Reembolso ao Tesouro Nacional

Cada beneficiário reembolsará ao Tesouro Nacional um valor equivalente ao somatório das seguintes despesas efetuadas pelo INCRA:

a) Custo do seu lote (derivado do preço de aquisição do imóvel atualizado por equivalência-produto);

b) Apoio para instalação inicial.

O valor obtido será pago em 20 anos, com carência de três anos a partir da concessão do título de propriedade, a juros de 6% ao ano.

Após a demarcação topográfica, a concessão de direito real de uso será convertida em título definitivo com cláusulas resolutivas.

7.2 ASSENTAMENTOS EXISTENTES

A conclusão dos projetos de reforma agrária já existentes obedecerá, em grande medida, aos mesmos critérios estabelecidos para os projetos que serão criados a partir de 1999.

Será realizado um diagnóstico dos assentamentos atuais para verificar a existência das condições básicas para a sua conclusão, a saber: serviços topográficos realizados; infra-estrutura viária existente; condições habitacionais satisfatórias. Onde o diagnóstico constate falta total de viabilidade econômica da agricultura familiar, seja pela má qualidade da terra, seja pela distância de centros consumidores, seja porque o estudo da relação custo/benefício não justifique novos investimentos no assentamento, haverá tratamento diferenciado visando à melhor solução para as famílias ali assentadas.

Todos os trabalhadores rurais já assentados pela reforma agrária receberão de imediato concessão de direito real de uso da terra, habilitando-se a candidatar-se às linhas de crédito da agricultura familiar.

7.2.1 Assentamentos que já atingiram as condições básicas

Os beneficiários de projetos de assentamento que já tiverem atingido as condições básicas serão titulados pelo INCRA, sendo tais projetos considerados concluídos.

Cada beneficiário reembolsará ao Tesouro Nacional um valor equivalente ao somatório das seguintes despesas efetuadas pelo INCRA:

a) Custo do seu lote (derivado do preço de aquisição do imóvel atualizado por equivalência-produto);

b) Créditos de implantação recebidos;

c) Serviços de topografia realizados;

d) Infra-estrutura econômica construída.

O valor obtido será pago em 15 anos, com carência de dois anos, contados a partir da concessão de direito real de uso, a juros de 6% ao ano.

Para os assentados com contratos de assentamento entre os anos de 1995 e 1998, o prazo de pagamento será de 18 anos, com três anos de carência.

7.2.2 Assentamentos ainda sem condições básicas

Os assentamentos já existentes que ainda não atingiram as condições básicas mas apresentem viabilidade econômica terão prioridade na aplicação de recursos para topografia, habitação e infra-estrutura, nas mesmas condições agora vigentes para os novos projetos.

Todos os projetos cujos serviços topográficos estejam realizados terão seus beneficiários titulados, iniciando-se o prazo de carência para início da amortização nas mesmas condições estabelecidas na alínea anterior.

Como no caso de novos assentamentos, as obras de infra-estrutura serão realizadas mediante celebração de convênio tripartite entre a Caixa Econômica Federal (que atuará como preposta do INCRA), a prefeitura municipal e a entidade representativa dos beneficiários; o convênio deverá ser aprovado pelo CMDS, quando este existir.

Terão prioridade os assentamentos que apresentarem a melhor relação custo/benefício (custo total da infra-estrutura básica/família), de tal forma que seja o mais rapidamente possível concluída a estruturação necessária a sua inserção competitiva no mercado.

Tão logo as três condições básicas estejam satisfeitas, os projetos serão considerados concluídos. O ressarcimento ao Tesouro Nacional será feito nas bases definidas no item 7.2.1 acima.

Brasília, 30/03/1999